

REVISTA BRASILEIRA DE

ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

publicação da associação nacional de pós-graduação
e pesquisa em planejamento urbano e regional

S U M Á R I O

15 ANOS DE ANPUR MEMÓRIA DOS PRESIDENTES

7 LÚCIO GRINOVER

A criação da ANPUR. 1983-1984

9 RICARDO FARRET

Os primeiros tempos de uma idéia que deu certo. 1984-1986

13 CELSO M. LAMPARELLI

Uma corporação nas incertezas do início dos anos 90. 1989-1991

19 MILTON SANTOS

Atividades para visibilidade e projeção da ANPUR. 1991-1993

24 WRANA MARIA PANIZZI

A consolidação de uma proposta. 1993-1995

31 CARLOS B. VAINER

De Brasília a Recife, passando por Istambul. 1995-1997

38 NORMA LACERDA

Reverendo o passado, vivendo o presente e pensando o futuro. 1997-1999

ARTIGOS

O MELHOR DO 8º ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

47 O URBANISMO E O SEU OUTRO: RAÇA, CULTURA E CIDADE NO BRASIL (1920-1945) – José Tavares de Lira

79 DISCURSOS DA SUSTENTABILIDADE URBANA – Henri Acselrad

91 O PARADIGMA DAS *GLOBAL CITIES* NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL – Rose Compans

115 POLÍTICAS URBANAS EM RENOVAÇÃO: UMA LEITURA CRÍTICA DOS MODELOS EMERGENTES – Fernanda Sánchez

133 SEGREGAÇÃO DINÂMICA URBANA: MODELAGEM E MENSURAÇÃO – Vinicius de Moraes Netto e Romulo Krafta

153 SÃO PAULO, VELHAS DESIGUALDADES, NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS – Lúcia Maria Machado Bogus e Suzana Pasternak Taschner

RESENHAS

1º PRÊMIO BRASILEIRO “POLÍTICA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL”

177 *Origens da habitação social no brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*, de Nabil Bonduki – Prêmio Livro – por Luiz César de Queiroz Ribeiro

179 *O espaço de exceção*, de Frederico de Holanda – Prêmio Tese de Doutorado – por Cláudia Loureiro

181 *Fragmentação da nação*, de Carlos Américo Pacheco – Prêmio Tese de Doutorado – por Leonardo Guimarães Neto

184 *Planejamento urbano nos anos 90: negociações entre as esferas pública e privada*, de Ana Cláudia Miranda Dantas – Prêmio Dissertação de Mestrado – por Aduino Lúcio Cardoso

186 *Confrontos e contrastes regionais da ciência e tecnologia no Brasil*, de Fernando Antônio de Barros – Menção Honrosa Dissertação de Mestrado – por Brasilmar Ferreira Nunes

190 *O mundo do trabalho brasileiro em perspectiva histórica*, de Jorge Luiz Alves Natal e Cesar Augusto Miranda Guedes – Menção Honrosa Artigo – por Jorge Natal e Cesar Guedes

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Publicação semestral da Anpur (maio/novembro)

Número 1, maio de 1999

CONSELHO EDITORIAL

(para este número):

Alfredo Gastal (UnB), Ana Fernandes (UFBA),
Carlos Américo Pacheco (Unicamp), César Ajara (IBGE), Eva Machado (UFRGS),
Frederico Holanda (UnB), Jorge Luiz Natal (UFRJ), Margaret Cordeiro (Puccamp),
Maria Cristina Leme (USP), Maria do Carmo Lima Bezerra (UnB),
Marília Steinberger (UnB), Pedro Abramo (UFRJ), Ricardo Farret (UnB),
Sônia Helena Cordeiro (UnB), Susana Moura (UFBA), Tamara Egler (UFRJ)

EDITORA RESPONSÁVEL

Maria Flora Gonçalves (Unicamp)

COMISSÃO EDITORIAL

Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Marco Aurélio Filgueiras Gomes (UFBA),
Maria Adélia de Souza (Unicamp), Maria Cristina Leme (USP), Martim Smolka (UFRJ,
Lincoln Institute), Naia de Oliveira (FEE/RS), Roberto Monte-Mór (UFMG)

PROJETO GRÁFICO

João Baptista da Costa Aguiar

COORDENAÇÃO E EDITORAÇÃO

Ana Basaglia

REVISÃO

Fernanda Spinelli

REVISÃO (INGLÊS)

Maria de Fátima Rocco

FOTOLITOS E IMPRESSÃO

GraphBox Caram

CORRESPONDÊNCIA E ASSINATURAS

Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – NESUR

Instituto de Economia, Unicamp

Caixa Postal 6135 – 13083-970, Campinas, SP

E-mail: nesur@eco.unicamp.br

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR

PRESIDENTE

Norma Lacerda (UFPE)

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Silvio Mendes Zancheti (UFPE)

DIRETORES

Aldo Paviani (UnB), Maria Flora Gonçalves (Unicamp), Tânia Fischer (UFBA)

CONSELHO FISCAL

Célia de Souza (UFRGS), Denise Pinheiro Machado (UFRJ), Leila Christina Dias (UFSC)

ALELUIA!

É um grande privilégio para esta Diretoria, e particularmente para a Editora, que seja por nossas mãos que esteja vindo a público a revista da ANPUR.

O relato de nossos presidentes, num primeiro esboço da memória institucional, mostra que o desejo de fazer uma revista nasceu praticamente junto com a ANPUR. Projeto acalentado ao longo de anos e reavivado de quando em quando, atravessou sucessivas gestões, até que se criassem condições suficientes para ele poder se realizar.

Adquiriu feição mais objetiva há cerca de dois anos, durante a gestão de Carlos Vainer: organizado pela diretora Cristina Leme, o 1º Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais discutiu uma política de divulgação da produção científica nesse campo e propôs, entre outras conclusões, a criação de uma revista pela Anpur, que contemplasse o campo multidisciplinar desses estudos.

A atual gestão, presidida por Norma Lacerda, assumiu o compromisso de dar forma e materialidade ao projeto – forma, aliás, que a própria vida da ANPUR se encarregou de moldar. Este primeiro número da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais foi pensado com a intenção de, reunindo passado e presente, compor um quadro do que é a ANPUR na passagem dos seus 15 anos de existência.

Faz um registro da história da Associação, recorrendo à memória dos seus presidentes. Do passado recente, destaca a primeira premiação conferida pela ANPUR a certas categorias de trabalhos, resenhando os textos contemplados. E assinala a atuação da ANPUR no presente, vertebrando o debate acadêmico, pela publicação de uma significativa amostra da produção mais nova e relevante dos pesquisadores deste campo, selecionada dentre centenas de artigos inscritos no 8º Encontro Nacional.

O conjunto dos trabalhos demonstra a diversidade de pensamento e a maturidade e rigor que a ANPUR alcançou como fórum de discussão – teórica, metodológica e empírica –, base fundamental para almejar editar uma revista acadêmica. Apesar do processo de escolha aparentemente descosturado (o melhor artigo de cada sessão temática do 8º Encontro Nacional, selecionado cada um pela respectiva comissão de seleção) o conjunto assim composto mostra-se não somente harmônico, mas articulado numa certa discussão.

As afinidades mais aparentes entre os artigos sugeririam identificar duas áreas de discussão: uma, travada no campo mais específico do Planejamento, e outra, no campo mais geral dos Estudos Urbanos. Uma outra leitura, porém, tenderia a agrupá-los não pelo campo temático comum, mas, pelo ângulo do olhar e pela intenção da procura que moveram o pesquisador. Desta perspectiva, podem ser identificados três pares de diálogos, em meio a uma postura comum de reflexão rigorosa e crítica com relação ao saber existente.

José Lira e Henri Acselrad analisam, cada um, um discurso sobre o urbano, referidos a épocas diferentes e em abordagens de natureza e amplitude diferentes

– a singularidade histórica do início da explosão urbana brasileira, o primeiro, e a generalidade do desenvolvimento urbano globalizado do presente, o segundo. Procuram, nas nuances da sua lógica e nas suas referências sociais, implícitas e explícitas, elementos que permitam desvendar esses discursos.

Rose Compans e Fernanda Sánchez fazem uma reflexão crítica sobre a discussão atual no campo do planejamento. A primeira analisa como a interpenetração sutil de paradigmas pode obscurecer a relação entre o pensamento construído sobre “o urbano” e a diversidade de “urbanos” concretos que ele deve dar conta de apreender. A segunda aborda as formas emergentes do planejamento urbano, derivadas de um certo modelo comum que se apoia na construção e manipulação de imagens. De novos ângulos, esses artigos dão continuidade à discussão iniciada pelos anteriores.

Os dois últimos textos, coincidentemente com autoria dupla, não só preocupam-se com a mesma questão – a segregação social urbana –, como também lidam, ambos, com a passagem do teórico ao empírico. Mas trabalham de maneiras inteiramente diferentes. Moraes Netto & Krafta problematizam como mensurar a segregação urbana, guardando a dinâmica da sua natureza social; e propõem um modelo geral para a sua apreensão. Bógus & Taschner investigam a segregação sociocupacional particularmente na metrópole paulista, procurando avançar na construção de indicadores.

São, todos os artigos, construções criativas e rigorosas que propõem algo de novo a pensar. Demonstram claramente a importância deste novo veículo de informações e de idéias – seja para configurar mais claramente, aos olhos do público, um certo campo de debate intelectual e de intervenção política; seja para organizar e dar extensão ao debate entre os pesquisadores do campo; seja para a dinamização da sociabilidade dentro mesmo da própria Anpur. A revista cria outros momentos de encontro, além daquele que se realiza pessoal e nacionalmente a cada dois anos; são encontros silenciosos porém vivos, densos, plenos de troca: primeiro, entre todos os que participam do processo da sua preparação; depois, entre autores e leitor, que é o objetivo dessa realização.

Simbolicamente, o lançamento da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais constitui um duplo marco: ao comemorar os 15 anos da ANPUR, assinala também um alargamento da abrangência da sua atuação. A julgar pelo relato de Ricardo Farret quanto às diretrizes políticas pensadas para a instituição pela primeira diretoria eleita, em 1984, levamos quinze anos construindo as bases para erigir com solidez uma política editorial. E é por isto que faz sentido fazer deste número de lançamento uma especial comemoração deste aniversário da ANPUR.

Mais uma vez, o apoio da Finep possibilitou a concretização deste projeto. E o Lincoln Institute of Land Policy, dentro de sua política de incentivar a pesquisa e a divulgação de trabalhos no campo das questões fundiárias urbanas, dispôs-se a complementar esta base inicial de apoio, de modo a percorrermos o caminho até poder contar – em breve, esperamos – com recursos públicos do programa de apoio a publicações científicas.

Uma coisa é certa: a revista da ANPUR veio para ficar.

MARIA FLORA GONÇALVES
Editora Responsável



**15 ANOS DE ANPUR
MEMÓRIA
DOS PRESIDENTES**

A CRIAÇÃO DA ANPUR

GESTÃO DO CONSELHO DIRETOR PROVISÓRIO
1983-1984

LÚCIO GRINOVER

Em boa hora, por ocasião do 15º aniversário da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, o atual Conselho Diretor, sob a presidência da professora Norma Lacerda, está envidando esforços para resgatar a memória da Associação, lembrando fatos e idéias que proporcionaram sua criação e seu desenvolvimento.

A partir de 1976 instituía-se no Brasil um programa de fomento ao ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional, em nível de pós-graduação, sob o patrocínio do então Ministério do Interior, por intermédio do CNPU – Conselho Nacional de Áreas Metropolitanas e Política Urbana (transformado em seguida em CNDU – Comissão Nacional de Desenvolvimento Urbano), do MEC – Ministério da Educação e Cultura e da SEPLAM – Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O programa tinha a duração de quatro anos, com término, portanto, em fins de 1979.

O Ministério da Educação e Cultura e a SEPLAM alocavam recursos somente para as universidades federais, comprometendo-as a desenvolver um programa de ensino em nível de pós-graduação – mestrado e especialização –, para capacitar docentes, pesquisadores e profissionais. Ao mesmo tempo, o CNPU alocava recursos para as universidades convenentes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Universidade de Brasília, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade de São Paulo), para desenvolverem pesquisas científicas e tecnológicas na área do planejamento urbano e regional.

O programa motivou um desenvolvimento considerável no campo do ensino e pesquisa nos cursos de pós-graduação que aquelas universidades estavam

mantendo e proporcionou uma série de encontros, em nível nacional e até internacional, que permitiram importantes intercâmbios de conhecimentos.

No início de 1980, já concluído o programa interministerial, as universidades procuravam de toda forma dar continuidade aos trabalhos, tão auspiciosamente iniciados, para que os estudos e as reflexões pertinentes pudessem contribuir ao estabelecimento de uma política nacional de desenvolvimento urbano e regional, consoantes com as necessidades acadêmicas e profissionais. Os resultados acadêmicos foram imediatos: melhores cursos e melhor capacitação docente, visto que muitos dos atuais professores com titulação acadêmica iniciaram seus trabalhos de pesquisa com os recursos daquele programa.

No início da década de 1980, estava-se promovendo a aglutinação das instituições de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, tentando resolver conjuntamente toda uma gama de dificuldades, particularmente as de caráter financeiro. Faziam-se também necessárias, em âmbito nacional, a ampliação do diálogo e a divulgação das experiências realizadas, o que, de uma forma associativa, permitiria alcançar, entre outros, os seguintes objetivos:

- a criação de políticas comuns de atuação diante das necessidades de conhecimento e desenvolvimento dos assentamentos humanos no Brasil;
- a criação de um processo de documentação e divulgação dos conhecimentos adquiridos;
- a possibilidade de proporcionar intercâmbios de docentes e pesquisadores em nível regional, nacional e internacional;
- a promoção de um processo permanente de avaliação do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade, na área dos assentamentos humanos;

- a defesa de uma posição comum em relação aos órgãos de fomento e auxílio à pesquisa;
- a captação de recursos dos mais diferentes tipos para o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, na área de interesse do grupo de universidades;
- a melhoria da prestação de serviços à comunidade científica e tecnológica da área.

Esses objetivos estavam relacionados no Projeto denominado “Criação de Associação de Instituições de Ensino, Pesquisa e Prestação de Serviços à Comunidade”, apresentado, para fins de obtenção de recursos, à Coordenadoria de Habitação, Urbanismo e Saneamento do CNPq, pelo professor-doutor Lúcio Grinover, da USP, em agosto de 1982, a ser desenvolvido em três etapas. A 1ª etapa propunha a divulgação do Projeto nas instituições universitárias responsáveis por atividades de pós-graduação em planejamento urbano e regional, a fim de ter a colaboração efetiva de todos na criação da associação; a 2ª etapa previa a discussão das várias propostas; e a 3ª etapa finalizava a execução do Projeto com a edição dos Estatutos da Associação, a nomeação de uma Diretoria Provisória e o Registro dos Estatutos e a atribuição de personalidade jurídica à Associação.

Em 8 de junho de 1983, na sala de reuniões da Comissão de Pós-Graduação da FAU/USP, os professores Lúcio Grinover, da USP; Wrana Panizzi, da UFRGS; Guilherme Varela, da UFPE; Martim Oscar Smolka, da UFRJ; e Ricardo Libanez Farret, da FUB, criam a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, aprovam os estatutos e elegem em assembléia o Conselho Diretor, em caráter provisório, composto pelos professores acima mencionados, sob a presidência de Lúcio Grinover, da USP; e, em 28 de julho de 1983, é conferida a personalidade jurídica da ANPUR no Ofício Registro de Títulos e Documentos, em São Paulo.

Esses atos jurídicos e institucionais foram amplamente divulgados para que a próxima Assembléia Geral da Associação, segundo as Disposições Transitórias de seus Estatutos, elege-se seu Conselho Diretor e Conselho Fiscal definitivos e examinasse a conveniência de “ratificar ou modificar” seus Estatutos.

Dessa forma, em 15 de agosto de 1984, na Assembléia Geral especificamente convocada, foram realizadas alterações em alguns artigos dos Estatutos, particularmente no artigo 4, que trata da filiação à ANPUR, e foi eleito o Conselho Diretor definitivo, sob a presidência do professor Ricardo Libanez Farret, da FUB, com mandato de dois anos.

OS PRIMEIROS TEMPOS DE UMA IDÉIA QUE DEU CERTO

1984-1986

RICARDO FARRET

Não foram poucos os acontecimentos na história brasileira (a Proclamação da Independência, a Proclamação da República, a libertação dos escravos, para só citar alguns) que, visando autonomizar e fortalecer as bases, surgiram de iniciativas da cúpula. Mantendo as devidas proporções, a criação da ANPUR não fugiu à regra, resultado que foi de sinalizações dos órgãos oficiais de fomento, no início dos anos 80. Lembro-me quando, em 1984, ocupando a coordenação do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano da Universidade de Brasília, fui convidado pelo colega Lucio Grinover, então Diretor da FAU/USP, a participar de uma reunião, em São Paulo, que visava a criação de uma associação que congregasse os programas na área, desdobrando, de certa forma, uma idéia do sistema CNPq-Capes.

Outras reuniões se sucederam, e o trabalho de um pequeno grupo de docentes resultou na criação da ANPUR. Evidentemente, a história não foi tão simples e linear assim, já que no caminho houve muitas idas e vindas, incluindo o primeiro “racha” que acabou resultando na criação da congênere da ANPUR, a Antac. Criada e estatuída no foro de São Paulo, e tendo o colega Grinover como Presidente da Diretoria Provisória, a ANPUR foi fundada e constituída, inicialmente, pelos cinco programas de pós-graduação *stricto sensu* então existentes: FAU/USP, PUR/UFRJ, PROPUR/UFRGS, MDU/UFPE e UnB.

Em 1984, em São Paulo, concluído o seu mandato e cumpridas as metas a que se propôs (dar base legal e jurídica à Associação), a Diretoria Provisória promoveu a eleição da primeira Diretoria, de acordo com os estatutos, para o biênio 1984-1986, na qual fomos escolhidos: Ricardo Farret (UnB) para a Presidência, José Galbinski (UnB) para Secretário Executivo, e Martim

Smolka (PUR/UFRJ), Wrana Panizzi (UFRGS) e Guilherme Varela (UFPE) para Diretores.

Ainda sem imaginar o desenvolvimento que a ANPUR iria ter nesses 15 anos de existência, a Diretoria eleita elaborou, na ocasião, um Plano de Trabalho fundamentado em três grandes linhas de ação: a formulação de uma política editorial para a área; a instituição de uma base financeira permanente; e a realização do I Encontro Nacional. Como se vê, propostas nada modestas que, até hoje, em especial as duas primeiras, frequentam a agenda das sucessivas diretorias!

Em relação à política editorial chegou-se a cogitar três alternativas: revista específica da ANPUR; apoio às publicações existentes (*Espaço & Debates*, *Projeto* etc.); ou apoio à criação de publicações periódicas no âmbito dos programas. Proposta, evidentemente, não decidida, e transferida à próxima Diretoria, numa sucessão que ocorre até a atual gestão. Como realização nesse campo, destaca-se a publicação dos três primeiros números do *Boletim da ANPUR*.

Quanto à sustentabilidade (termo inexistente à época) financeira, a Diretoria também trabalhou com algumas alternativas: prestação de serviços aos órgãos de governo (Ministério do Interior, Ministério do Desenvolvimento Urbano, CNDU, CNPq, Capes etc.) ou fora dele (Fundação Ford, por exemplo); cobrança de anuidade dos programas filiados; recebimento de doações institucionais “permanentes” (Capes, CNPq etc.). Como até hoje, os recursos para custeio vieram do apoio que o programa-sede da Diretoria disponibilizou, ou seja, o mínimo para manter a ANPUR em vida vegetativa.

Já em relação ao I Encontro Nacional, após inúmeras alternativas de formatação, ele foi realizado em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, no período de 24 a 27 de junho de 1986. O formato deste Encontro reuniu

oportunidade e engenhosidade, visando atender, no exíguo prazo disponível, os interesses da ANPUR e das agências de fomento então existentes: CNPq, Finep, CNDU e BNH. O Encontro reuniu cerca de 120 participantes, entre membros da Diretoria, convidados institucionais e membros dos três Grupos de Trabalho, organizados em torno das subáreas da ANPUR: planejamento regional, urbano e habitacional.

De comum acordo com as agências patrocinadoras, o I Encontro Nacional da ANPUR assumiu o formato de um multi-evento, constituído por um painel, “A questão urbana e regional na Constituinte”; uma conferência, “Política científica e tecnológica”; um encontro de trabalho, “Mudanças sociais no Brasil e a contribuição da ciência e tecnologia para o planejamento regional, urbano e habitacional”; e, espremida entre eles, a realização da Assembléia Geral, que no fundo era, para a ANPUR, dadas as circunstâncias, o evento mais importante desse verdadeiro *happening* científico.

Cabe ressaltar que, na ocasião, ainda não havia um “clima” favorável, por parte dessas agências, para o patrocínio de um Encontro, com o formato que hoje ele assume. Daí a engenhosidade do formato adotado, de modo a atender a todos os interesses em jogo. Com isso, e desde aquela ocasião, a ANPUR já demonstrava “jogo de cintura” para enfrentar, com sucesso, idiosincrasias institucionais de toda ordem.

O painel “A questão urbana e regional na Constituinte”, coordenado pelo colega Luiz César de Queiroz Ribeiro, do PUR/UFRJ (hoje IPPUR), contou com a participação de profissionais de diversos segmentos da comunidade envolvida com a área de ação da ANPUR: Manoel André da Rocha (UFRGS), Cândido Malta Campos Filho (USP) e Berta Becker (UFRJ), pela academia; o saudoso colega Maurício Nogueira Batista, do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDUMA), como representante da área técnico-governamental, e, iniciando uma prática que se estende até hoje, um representante de organização não-governamental, o Padre Thierry Linard de Guerchin, indicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Como convidado especial, também inaugurando uma prática que persiste até hoje, o Painel contou com a presença do Deputado Djalma Bom, então presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal.

O colega Emílio Haddad, da FAU/USP e IPT/SP, foi

o responsável pela conferência científica que, nos encontros subsequentes, foi ampliada com a participação, também, de um conferencista estrangeiro.

Pelo fato de ser o primeiro Encontro, havia uma extensa produção pulverizada e “represada” ao longo dos anos (e, seguramente, desconhecida tanto pelos programas como pelas agências). Essa produção, representada por pesquisas, teses, dissertações e trabalhos de consultoria e assistência técnica, muito provavelmente, não teria condição de ser enviada, em bases individuais, pelos seus diversos autores, distribuídos pelo território nacional. Daí ter a ANPUR “encomendado” quatro estudos que visavam identificar o perfil quantitativo e qualitativo dessa produção, bem como sistematizar, de acordo com parâmetros previamente por ela definidos, a produção nas suas três subáreas de ação: planejamento regional, urbano e habitacional. Esse trabalho, na ocasião, era de grande interesse para os organismos patrocinadores e para a própria ANPUR, que necessitava conhecer melhor o perfil da área.

Os consultores, responsáveis pelos quatro estudos que alimentariam o Encontro de Trabalho, tiveram como fonte de informação um levantamento realizado pelo PUR/UFRJ para a Finep, no qual fora registrada a produção da área, num total de 928 trabalhos. Após passar pelo crivo implacável da sistematização elaborada, não sem dificuldades pelos colegas Rainer Randolph e Ester Limonad, do PUR/UFRJ, chegou-se a um total de 548 trabalhos, sendo 111 na subárea regional, 304, na urbana, e 133, na habitacional.

O trabalho por eles elaborado, “Balanço quantitativo da produção técnica e científica em planejamento regional, urbano e habitacional – 1980-1986”, apesar das dificuldades conceituais e operacionais, foi apresentado rigorosamente no prazo previsto. Para ser ter uma idéia dessas dificuldades, os colegas Rainer Randolph e Ester Limonad, responsáveis pelo estudo, ressaltaram, não sem humildade, que “o tamanho deste trabalho, feito sem computador, pois pela natureza das informações colhidas, por sua heterogeneidade, pela falta de um padrão comum em sua apresentação, achamos (sic) melhor usar nossas próprias cabeças” (*Anais do I Encontro da ANPUR*, 1986, p.51).

Outras dificuldades enfrentadas referem-se à delimitação das subáreas, em que, conforme observam os consultores, “parece-nos discutível a aceitação de pesquisas físico-químicas de materiais de construção em

geral, do prego à laje de cobertura, como produção concernente à problemática do planejamento regional, urbano e habitacional” (idem, p.57). Dificuldade maior foi enfrentada em relação ao conceito de *urbano*, um problema que persiste até hoje, que, segundo os autores, “por sua indeterminação enquanto categoria de análise, este termo é apropriado diferenciadamente” (idem, p.54). Assim, não seria o urbano o objeto de estudo, mas sim seus atributos, sua expressão no espaço físico e os processos de controle e regulação que a ele se referem. Na subárea regional, as indefinições conceituais não foram menores.

Daí terem os consultores apontado a necessidade urgente de a ANPUR encaminhar a questão, o que foi sendo feito ao longo dos encontros subsequentes, com a identificação das áreas temáticas, hoje mais ou menos consolidadas.

A subárea regional, a cargo dos colegas Wilson Cano e Leonardo Guimarães, da Unicamp, que se ocuparam de 111 trabalhos, mostra que, apesar do avanço significativo ocorrido nas últimas décadas em matéria de conhecimento, apresenta lacunas, como, por exemplo, uma confusão metodológica que faz que trabalhos sobre a Amazônia e sobre o município de Rio Branco, Acre, sejam apresentados na subárea regional, e, a idéia de região, como entidade autônoma, ignorando a economia nacional, quando, na verdade, segundo os autores, “o processo deveria ser inverso” (idem, p.15).

O Grupo de Trabalho encarregado de relatar o texto básico foi constituído pelos colegas Carlos Vainer e Hermes Tavares, do PUR/UFRJ, e Roberto Smith, da UFCE.

Na subárea de planejamento urbano, o texto básico a cargo do colega Celso Lamparelli, da FAU/USP, o autor observou, além de uma excessiva concentração da produção em São Paulo, a prevalência de análises empíricas e setoriais, que distanciavam a produção do enfrentamento mais direto em relação à grande lacuna da subárea: a indefinição de seus paradigmas e a falta de integração deles com as diferentes vertentes teóricas e metodológicas dos processos e padrões urbanos.

O Grupo de Trabalho encarregado de relatar o texto básico foi constituído pelos colegas Jorge Dantas (FAU/USP), José Galbinski (UnB), Luiz Cesar Ribeiro (PUR/UFRJ), Pedro Jacobi (Neru) e pelo saudoso Carlos Nelson F. dos Santos, do Ibam.

No que se refere à subárea de planejamento habi-

tacional, o texto básico esteve sob a responsabilidade da colega Ermínia Maricato, da FAU/USP, que foi além do levantamento elaborado para a Finep, consultando outras fontes de informação. A autora observa que a pesquisa na subárea “é recente e, além disso, o país conta com pouca tradição e pouco acúmulo de conhecimento em relação à pesquisa em tecnologia” (idem, p.39). O texto, mais do que apresentar um balanço da produção na subárea, mostra a visão da autora sobre a questão da tecnologia do ambiente construído, no Brasil. Mesmo assim, aponta para lacunas importantes na pesquisa, relativas tanto a fatores exógenos ao canteiro, como, por exemplo, a estrutura fundiária, o financiamento e o mercado habitacionais; como internos ao canteiro: organização da produção, qualificação profissional, condições de trabalho etc.

O texto foi relatado pelo Grupo de Trabalho constituído pelos colegas Alex Abiko, da Poli/USP, Nabil Bonduki, da EBA e Bruno Dauster M. e Silva, da Secretaria do Bem-Estar Social da Bahia.

O último – e não menos importante – dos eventos do I Encontro Nacional foi a Assembléia Geral da ANPUR. Inaugurando uma prática que seria mantida por muitos anos, a Assembléia foi realizada à noite. Essa prática não passou despercebida pelo filósofo José Arthur Giannotti, que, anos mais tarde, como conferencista convidado para o Encontro de Águas de São Pedro, São Paulo, abriu sua exposição “agradecendo à ANPUR, Associação Noturna de Planejamento Urbano e Regional, pelo convite formulado”!

Com uma agenda “quente”, na qual se destacava a questão de novas filiações, a Assembléia, que, obviamente, entrou noite adentro, enfrentou o tema da ampliação do seu quadro associativo, cujas sondagens sempre esbarravam na ausência de uma definição mais clara do campo e, por extensão, das instituições que a ANPUR deveria congrega. “As mesmas questões que haviam, por longo tempo, bloqueado a organização da comunidade científica da área, continuaram a cobrar o seu tributo, criando um impasse na Associação” (idem, p.79).

Essencialmente, duas questões polarizaram os debates na Assembléia. A primeira dizia respeito à conformação científica da área, envolvendo a sua natureza e pluridisciplinaridade no tratamento de um mesmo objeto, o urbano e o regional. A segunda referia-se à natureza das instituições que uma associação científica da área deveria congrega, considerando a sua particularida-

de de envolver intervenções governamentais e práticas extra-universitárias que, dessa forma, colocariam dificuldades para uma clara delimitação da comunidade científica em planejamento urbano, regional e habitacional.

Após uma noite inteira de discussão, a Assembléia conseguiu elaborar um perfil para a ANPUR que reconhecia como legítimas as diferentes formas de abordagem da questão urbana e regional, como, também, a necessidade de abrir a Associação a toda e qualquer instituição que estivesse voltada para temas e discussões, globais ou particulares, dessa questão. Deste modo, o novo Estatuto, então aprovado, ao mesmo tempo que reiterava a natureza institucional das filiações, flexibilizava o processo de inserção de novos membros, na medida em que se abria para “programas e entidades que desenvolvem atividades de ensino e/ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais, dentro ou fora da universidade”.

Essa abertura, no entanto, veio condicionada à preservação, por parte da ANPUR, dos compromissos fundamentais com a Universidade e os programas universitários da área. No essencial, tratava-se de conferir às instituições universitárias uma maior responsabilidade nas tarefas de articulação da comunidade. Assim, como forma de contemplar essas diferenças, o novo Estatuto definia dois tipos de vinculação com a ANPUR: membros filiados, representados pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*; e membros associados, para as demais entidades. Essas diferentes vinculações implicariam representações numericamente diferenciadas na composição da Diretoria e da Assembléia Geral.

Essa descrição da Assembléia, obviamente, não reflete o “clima” de intensos e acalorados debates ali ocorridos, amenizados, pasmem, pelo nada singelo ronco de um colega pernambucano, quando o dia já amanhecia!

UMA CORPORAÇÃO NAS INCERTEZAS DO INÍCIO DOS ANOS 90

1989-1991

CELSO M. LAMPARELLI E PHILIP GUNN

INTRODUÇÃO: A IDENTIDADE DA ANPUR

A gestão da ANPUR no período de 1989-1991 representava, em diversos sentidos, um momento de transição entre os tempos incertos da sua criação com as lutas para maior autonomia e o advento da nova Constituição. O “mito fundador” já não pesava tanto mas, contra as expectativas, circunstâncias políticas e econômicas fizeram ressurgir o clima de “trabalhar precariamente numa fase heróica”.

Em parte é tentador, agora, apresentar uma avaliação retrospectiva de que “fomos felizes e não sabíamos”, porque ao enfrentar a fase heróica não podíamos imaginar ainda mais dificuldades. O final da década de 1980 foi um período áureo nas relações entre as associações acadêmicas e as agências de fomento. Apesar da recessão e da crise econômica, havia uma certa disponibilidade de recursos nas agências de fomento, de difíceis liberação e gestão em época de acelerada inflação, mas mesmo assim melhores que os tempos seguintes às medidas radicais do Plano Collor.

Saíamos bruscamente de um período de privilégios marcado pela prioridade dada ao ensino de terceiro grau e de apoio às atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação, que garantiu a vida e o prestígio das associações aglutinadoras dos programas de mestrado e doutorado e mobilizadoras das diferentes comunidades acadêmicas. Assim, eram promovidos muitos seminários, encontros nacionais e regionais, com anais e publicações científicas, pelas muitas ANPs nascidas nos anos anteriores, ostentando suas siglas Anpec, Anpocs, Anpuh, ANPUR, Antac etc. O apelo ideológico da noção de programas de pós-graduação abrigados em “centros de excelência” – conceito recomendado e controlado pela

nova política da Capes dos governos civis – substituíra as agendas de reivindicações e lutas da SBPC nos anos 70 e início dos 80. Nessa busca de excelência, as associações nacionais tomaram o caráter de extensões de um sistema governamental. Embora fornecendo legitimidade aos órgãos centrais do sistema, tais associações tinham autonomia parcial de modo a exercer funções corporativas que zelavam pelos interesses de seus associados, além de ser um elo com a comunidade acadêmica.

A ANPUR, sendo uma dessas associações e no exercício de sua autonomia recém-conquistada, também desempenhou suas funções corporativas na Capes, CNPq e Finep, e promoveu o intercâmbio entre os centros e seus professores, pesquisadores e estudantes. Com estes propósitos se destacaram os Encontros Nacionais, concentradores de suas múltiplas funções e que consumiam grande parte das energias institucionais.

O INÍCIO DA GESTÃO JUNHO 1989 - MAIO 1991

O III Encontro Nacional realizado em maio de 1989 no Grande Hotel de Águas de São Pedro, em São Paulo, abrigou a Assembléia Geral que deveria eleger a nova diretoria. A preparação do III ENA tinha mobilizado uma grande equipe da FAU/USP que havia auxiliado a diretoria anterior nas absorventes tarefas de organizá-lo. Surge, então, a idéia de que a cabeça de uma chapa deveria sair da comissão organizadora; assim foi constituída a chapa que acabou sendo eleita, e a sede da ANPUR vai para São Paulo com a seguinte diretoria:

Presidente: Celso M. Lamparelli (FAU/USP).

Secretário geral: Philip Gunn (FAU/USP).

Diretores: Rainer Randolph (IPPUR), Ricardo Farret (UnB), Marcus André B. C. de Melo (UFPE).

Conselho fiscal: Mário Velloso Costa (UFMG), Moema Castro Debiagi (UFRGS) e Ivone Salgado (Neru).

Como de hábito, a nova diretoria recebeu da Assembléia um esboço de programa e, da antiga diretoria, os compromissos e elementos fundamentais para a continuidade. Na passagem de gestão ficou bem claro o estado embrionário da instituição e as dificuldades que seriam encontradas para levar adiante os programas e compromissos. Passada uma primeira fase de transferência, o segundo semestre de 1989 e o primeiro de 1990 se caracterizaram em aprendizagem nas artes burocráticas e administração de penúria de recursos, pois como o único convênio preexistente com a Finep estava no fim, a sobrevivência foi garantida com os recursos das inscrições do Encontro e da venda dos *Anais* do III ENANPUR, editados imediatamente, como primeira e principal tarefa da diretoria neófitas. Lidar com recursos mínimos aumentou a importância do apoio da FAU/USP com sua infra-estrutura básica, em especial da sua diretoria e do Laboratório de Programação Gráfica.

Em grande parte, as dificuldades encontradas eram semelhantes às da vida institucional dos associados e das agências de Fomento como resultado do aprofundamento da recessão econômica em 1990. Os editoriais do *Boletim da ANPUR*, reformulado e editado mais regularmente, atestam o clima de penúria vigente: “No segundo semestre do ano, as perspectivas sombrias sobre o desempenho das atividades do conjunto dos associados da ANPUR continuaram sendo notadas. No plano do ensino as dificuldades institucionais de administrar os cursos de pós-graduação nos procedimentos de seleção de candidatos, na obtenção, distribuição e recebimento de bolsas e na produção de dissertações e teses foram agravadas pela conjuntura econômica e administrativa que atinge a área. Registrou-se o impacto administrativo do arrocho salarial especialmente nas universidades federais, dificuldades de contratação e efetivação de pessoal devido ao momento eleitoral e a falta generalizada de verbas para a manutenção e modernização dos equipamentos e instalações.

No plano de pesquisa o impacto da conjuntura ficou mais evidente ainda. Apesar de declarações oficiais sobre a necessidade de aumentar os recursos com destino à pesquisa, a comunidade da área recebeu com espanto a decisão de não realizar o censo decenal. Pela

primeira vez desde 1930 o país deixa de ter uma radiografia populacional das alterações ocorridas” (*Boletim da ANPUR*, 1990, n.17).

O mesmo editorial menciona a busca de outras fontes de dinheiro para pesquisa na área: “Por outro lado as sugestões de novas fontes de financiamento de pesquisa por via de projetos BID gerou uma expectativa acentuada que por sua vez provocou discussões acirradas sobre o conceito e as normas de ‘Laboratórios Associados’ e ‘NAPS’ (Núcleos de Apoio à Pesquisa) com implicações diretas para a produção de pesquisa na área”.

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

No início de 1991, o presidente da ANPUR esteve em Brasília para uma reunião entre as Associações Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação das áreas de Ciências Humanas e Sociais e os dirigentes do CNPq. Estiveram presentes os presidentes de 16 associações nacionais. Segundo o documento então elaborado, “Recomendações das associações nacionais de pesquisa e pós-graduação das áreas de Ciências Humanas e Sociais”: os presidentes das Associações Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação das áreas de Ciências Humanas e Sociais, reunidos no dia 11 de dezembro de 1990, na sede do CNPq, recomendam, em primeiro lugar, a integração entre as referidas associações para atuação nos Comitês Assesores e CNPq. Esta recomendação indicava a função básica de representação da diretoria.

Devido a este fato, entrou em pauta na diretoria da ANPUR, o tema de um Fórum Nacional de Associações (Pós-graduação Ciências Humanas e Sociais), que foi incorporado ao Encontro Nacional seguinte, IV ENA, realizado em Salvador. Para este fórum a ANPUR convidou representantes das seguintes associações com interesses afins na área de Desenvolvimento Urbano e Habitação: Anpocs, Anpec, Antac, Abep, Anpuh, Anpad, Anpet e Abrasco. O objetivo principal do Fórum Nacional, realizado no dia 27 de maio, foi a discussão da política de ciência e tecnologia para a área. Com base nesta discussão, foi avaliada a política de atuação das associações em termos de suas funções e papéis, as formas de cooperação e intercâmbio e as prioridades de pesquisa.

A institucionalização das relações externas da ANPUR com entidades congêneres no estrangeiro sempre foi efetuada por meio de participação de professo-

res e pesquisadores associados da ANPUR. Os relatos de participação em eventos que foram publicados nos boletins da ANPUR servem como depoimentos historicamente importantes, como, por exemplo, o da professora Yvonne Mautner, sobre o Encontro da Bartlett International Summer School (BISS) em Moscou, 1990, quando o país ainda era a União Soviética. Assim como este, outros depoimentos e textos do período 1989-1991 dão testemunhos dos “sinais dos tempos”, seja em termos do passado brasileiro recente, como na história de “Planos Diretores”, vistos como parte de “resgate de cidadania” associada à constituição de 1988, seja nos prenúncios do neoliberalismo, já presente no governo Collor.

Cabe ainda lembrar uma outra forma de institucionalização presente nas parcerias entre os associados ANPUR e entidades supranacionais. No boletim número 18, dois casos foram citados envolvendo a FAU/USP e o UNCRD (Centro de Desenvolvimento Regional das Nações Unidas), e ABEP com a FNUAP. Em 1990, o UNCRD, com sede em Nagoya, iniciou seus trabalhos na América Latina com uma pesquisa nas áreas metropolitanas de Santiago, Lima, Caracas, Buenos Aires, Bogotá, São Paulo e Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, a participação da FAU/USP gerou um convite da UNCRD para que esta faculdade coordenasse um seminário sobre “Habitação”, em outubro de 1991, com duração de dois dias.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES DO PERÍODO

O primeiro boletim – horrível em termos gráficos – da nova gestão foi produzido em máquinas primitivas. Ainda não havia um acordo interno para o uso da gráfica da FAU/USP. Uma vez estabelecido este acordo, em 1990 e 1991 verificaram-se melhorias na preparação e *lay-out* do boletim, adotado pelas diretorias subsequentes, assim como foram desenvolvidas outras iniciativas de publicação.

O tema das publicações entrou na pauta da reunião da diretoria da ANPUR no dia 28 de janeiro de 1991. Naquele dia, foram discutidos três projetos para a edição dos boletins de números 17, 18 e 19, de um “Catálogo da Área” e de um “Catálogo de Teses”. Este último foi elaborado no Rio de Janeiro pela professora Lícia Valladares e sua equipe da Urbandata. Foi

gratificante entregar os volumes prontos para a professora Lícia e presenciar o seu lançamento no IV ENA em Salvador.

Os boletins da ANPUR, além das matérias habituais, também noticiavam o lançamento de livros, revistas e outras publicações relevantes à área. O boletim número 18 noticiou a publicação da revista *Espaço & Debates*, n.29, Ano X, 1990, editada pelo Neru, filiado e vizinho da nossa sede na FAU/USP: “Dando continuidade às tentativas de buscar novos precursores para os estudos urbanos, a *Espaço & Debates*, n.29, publica quatro ‘leituras da cidade’ com olhares específicos, não necessariamente inovadores, sobretudo sensíveis”, com base em textos preparados por Susan Buck-Morse, Lucrécia D'Alessio, Sílvio Mendes Zancheti, Edmond Preteceille e M. A. Amaral.

Do Rio Grande do Sul foi noticiada a publicação de Naia Oliveira e Tanya Barcellos (Orgs.), *O Rio Grande do Sul urbano* (Porto Alegre, Secretaria de Coordenação e Planejamento, FEE, 1990), com trabalhos dos seguintes autores: Simone Ambros Pereira, Marta Ghezzi, Suzana Moura, Eduardo Nunes Veira, Naia Oliveira e Tanya Barcellos, Adriana Gelpi e Neiva Otero Schaffer Gervasio Rodrigo Neves, Moema Castro Debiagi, Wrana Maria Panizzi, Otilia Beatriz Kroeff Carion, e Eva Machado Barbosa.

Do Nordeste, foi noticiada a publicação de Milton Santos Filho (Coord.), *O processo de urbanização no Oeste baiano* (Recife, Sudene, Série Estudos Urbanos, 1989). A ementa do livro foi colocada no *Boletim da ANPUR* nos seguintes termos: “Livro com os resultados de uma dupla pesquisa sobre o processo de urbanização no sentido físico, econômico, fundiário e da divisão de trabalho nos cerrados baianos e, em segundo lugar uma pesquisa sobre as cooperativas rurais e o papel das cidades nas novas relações campo-cidade nesta área”.

Do Sudeste houve notícias de publicações do Rio de Janeiro e de São Paulo, a maioria voltada ao tema conjuntamente importante dos “Planos Diretores”. Do Rio de Janeiro a publicação de *Plano Diretor: instrumento de reforma urbana* (Rio de Janeiro, Fase, 1991), com a colaboração de diversos colegas participantes da ANPUR: Adauto Lúcio Cardoso; Ana Clara Torres Ribeiro; Franklin Dias Coelho; Gonçalo Guimarães; Luiz César de Queiroz Ribeiro; Marcos Thadeu Abicalil; Nadia Somekh e Raquel Rolnik. As duas últimas

autoras citadas, ao lado de Lúcio Kowarick, editaram também o livro *São Paulo: crise e mudança*. Ainda de São Paulo houve a publicação da *Revista Sinopse* (n.13, FAU/USP, maio de 1990) com textos de vários autores, incluindo Julio R. Katinski, Élide Monzéglio, Gilda C. Bruna, Celso Monteiro Lamparelli, Suzana P. Tschner, Erminia Maricato, Lucrecia D'Alessio Ferrara e Khaled Goubar.

A gestão 1989-1991 da ANPUR iniciou os planos para a realização do seminário “Grandes projetos – desorganização e reorganização de espaço”, com a publicação posterior do livro organizado pelas professoras Edna Castro, Edila A. F. Moura e Maria Lúcia S. Maia e publicado em 1995. Destacaram-se, no evento e nos textos do livro, as contribuições dos professores Milton Santos – pai e filho.

Com as publicações citadas e outras, incluindo os *Cadernos do IPPUR* e a *Revista Rua*, que estava sendo preparada em Salvador, houve um acréscimo expressivo de canais de divulgação para os trabalhos na área.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS

Houve duas modalidades de financiamento do programa ambicioso de eventos sugerido e aprovado na Assembléia do III ENA, realizado em Águas de São Pedro, em 1989. A primeira envolvia a incorporação dos eventos num novo convênio ANPUR/Finep proposto e coordenado pela diretoria da associação, e a segunda envolvia proposta e coordenação direta entre a CNPq e o associado da ANPUR. Nos diversos casos dessa modalidade os associados organizaram encontros tipicamente regionais ou procuraram conteúdos temáticos e disciplinares.

Foi nestes termos que o curso de mestrado em Arquitetura e Urbanismo de Salvador assumiu a organização de um encontro sobre a “História urbana”, sob a coordenação dos professores Ana Fernandes e Marco Aurélio Filgueiras, com o apoio do CNPq. Com recursos da Finep tivemos o Seminário Internacional sobre o Espaço Regional do Trabalho, realizado em Ouro Preto, entre 29 e 30 de abril de 1990, sob a coordenação das professoras Maria Regina Nabuco (Cedeplar), L. Cardial (CAEN) e L. Lavinias (IPPUR), com o apoio da ANPUR, no Grande Hotel projetado por Oscar Niemeyer. A estrutura temática do encon-

tro foi baseada nas seguintes sessões: “Espaço, região e divisão internacional do trabalho”, “Espaço regional e urbano: estado das artes”, “Regionalização: mudanças e permanências”, “A nova divisão inter-regional do trabalho no Brasil: elementos para o avanço teórico”.

Em novembro do mesmo ano, houve o Seminário Neru, “Brasil pós-anos 80: novo Estado, nova territorialidade”, coordenado pela professora Cristina Leme e outros membros do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, com o apoio da ANPUR e realizado em São Paulo, em novembro de 1990. Os resultados deste encontro foram publicados na revista *Espaço & Debates*, n.32.

Ainda em 1990, em Salvador, houve o IV Seminário: “Governo local, poder e participação”, na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, coordenado pela professora Tânia Fisher.

Nos eventos nacionais mencionados, a participação da diretoria e associados da ANPUR foi significativa. Houve ainda a participação ativa de membros da ANPUR na organização e realização de eventos das associações congêneres: Antac, Anpocs, Anpec etc. Em 1991 diversos membros da ANPUR do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da UnB participaram ativamente na preparação e realização do encontro do IV CEDUR – “Trinta anos de Brasília”, no período entre 3 e 6 de abril de 1991.

Entre os eventos em que houve uma participação direta da ANPUR, sobressaem na memória dois que poderiam ser vistos como marcos de um momento histórico: o primeiro, na vida do país e, o segundo, na vida institucional da ANPUR.

O primeiro foi a participação da ANPUR na 42ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Porto Alegre, entre os dias 8 e 13 de julho de 1990, cujo tema geral foi “Integração na América Latina”. A participação da ANPUR foi registrada pelo patrocínio do simpósio “Urbanização na América Latina”, coordenado e organizado pela professora Rebeca Scherer (FAU/USP). No simpósio, o professor Nestor Goulart Reis apresentou um quadro abrangente das tendências de urbanização na América Latina. Com relação ao tema principal de integração, dois outros trabalhos focalizaram o impacto do comércio inter-regional sobre as cidades nas áreas de fronteira e particularmente na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai.

O segundo evento que ficou ressaltado na memória foi o IV ENA da ANPUR realizado em Salvador, entre

os dias 27 e 30 de maio de 1991, no Hotel Sofitel Quatro Rodas, estrategicamente escolhido pela sua localização perto do aeroporto e relativamente longe do centro da cidade. Ninguém ficou “confinado” no encontro como foi o caso de encontros anteriores em Águas de São Pedro ou em Petrópolis. A comissão organizadora da UFBA (Arquitetura e Urbanismo, e Administração) foi mais do que eficiente na organização do evento, cujo tema central foi “Velhas e novas legitimidades na reestruturação do território”. Nas conferências, realizadas sempre à noite, houve a apresentação do professor Christian Topolov, no dia 28, e do professor Richard Walker da UCLA-Berkeley, no dia 29. Na terceira noite realizou-se um debate sobre o tema “Crise do conhecimento e crise das ideologias: agenda de questões”, com os debatedores convidados Milton Santos, Francisco de Oliveira e Berta Becker e os conferencistas estrangeiros.

Concomitante ao IV ENA em Salvador, realizou-se o Fórum Nacional das Associações de Pós-graduação e uma sessão institucional com a presença das agências de fomento, conforme relato anterior. Também houve sessões temáticas livres e, finalmente, uma Plenária e uma Assembléia Geral da ANPUR. Nesta Assembléia, o relatório de gestão da Diretoria, então em fim de mandato, foi aprovado e uma nova diretoria foi eleita, após os devidos processos de consulta, negociação e montagem de um programa de trabalho. Com a perspectiva de agravamento da recessão econômica, surgiu a idéia de que o momento exigia uma base institucional forte com nomes destacados da comunidade. Tal noção levou à aprovação de uma nova diretoria que mudou da FAU/USP para o Departamento de Geografia da mesma universidade, com o professor Milton Santos como presidente, e a professora Maria Adélia de Souza como secretária executiva.

EVENTOS INTERNACIONAIS

No período da gestão 1989-1991 a Diretoria e membros associados participaram de diversos eventos promovidos por entidades internacionais com interesses temáticos relevantes à ANPUR. Nestes anos houve uma presença acentuada nos encontros da International Sociological Association (ISA), que manteve Encontros Mundiais e Encontros Temáticos de Grupos de Pesquisa ISA 21. Em Bristol, Inglaterra, em 1989, este-

ve presente o professor Philip Gunn e, na Dinamarca, em 1990, a professora Sueli Schiffer (FAU/USP). Um outro Grupo de Pesquisa da ISA concentrou-se na área de “Habitação”. Trata-se de uma área específica em diversas organizações internacionais, que incluem, além da ISA, o International Federation of Housing and Planning (IFHP), com sede na Holanda. Em julho de 1990 a professora Suzana Pasternak Taschner (FAU/USP) participou de dois eventos nesta área de Habitação, primeiro em Paris e depois no Congresso Mundial da ISA, em Madri.

Uma outra parceria importante nestes anos foi o vínculo entre a Bartlett International Summer School (BISS) e diversos membros da ANPUR. Colegas de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e outras cidades foram para um Encontro da BISS no México nos anos 80. Em 1989 houve o encontro em Paris e depois o 12º Encontro Anual em Moscou, entre 3 e 9 de setembro de 1990.

AS DIFICULDADES PARA TIRAR A ANPUR DO EIXO RIO DE JANEIRO-SÃO PAULO

A gestão da ANPUR no biênio 1989-1991 envolveu a troca de diretoria no III ENA e por consequência a mudança de sede do Rio de Janeiro para São Paulo. A questão regional sempre foi a base de montagem de uma chapa eleitoral na ANPUR e a sede do grupo organizador do Encontro Nacional sempre foi, até o IV ENA, uma candidata nata para chefiar a nova diretoria. Um certo grau de “rodízio” entre associados na representação regional de cursos e institutos de pesquisa também foi uma diretriz sempre lembrada na formação de chapas. Mas o peso de centros como Rio de Janeiro e São Paulo era um fato politicamente relevante na fundação da associação e na direção das primeiras gestões, e notório na quantidade relativa de trabalhos propostas e apresentadas nos Encontros Nacionais. Porém, o peso institucional específico do IPPUR do Rio de Janeiro e da FAU/USP em São Paulo não representava uma vontade política geral, mas refletia mais as possibilidades e disponibilidades de infra-estruturas para sediar e manter a direção da ANPUR. No IV ENA, o eixo Rio-São Paulo ainda era visto como a “espinha dorsal” da associação.

Desde o primeiro ENA e especialmente no segundo realizado na região serrana do Rio de Janeiro, a

questão regional na organização da vida da associação estava presente na cabeça das agendas. Por exemplo, a defesa de integração e participação ativa da Amazônia e institucionalmente da NAEA em Belém de Pará na vida da ANPUR foi um dos acontecimentos mais marcantes da Assembléia do II ENA. A fala do professor Raul Navegantes (UFPA) tratou da prática de exclusão e marginalização, acadêmica inclusive, da Amazônia na vida nacional e na vida da própria associação, emocionando a platéia e sendo aplaudido de pé.

Tirar a ANPUR do eixo Rio-São Paulo significava a manutenção das práticas de formação de chapas de outras regiões, de modo a estimular e apoiar a realização de eventos nas sedes dos associados; também significava estender a vida acadêmica em diversos campos pensados como relevantes para uma área temática –

“urbano e regional”. Nos encontros nacionais da ANPUR sempre surgia uma quinta sessão temática (ou coluna) de “temas emergentes” fora dos campos consagrados aos aspectos Gestão, Regional, História e Urbano.

No fim da gestão, no IV ENA em Salvador, a Diretoria passou para a Geografia da USP. Num certo sentido, a mudança para a Geografia “tirou a direção do eixo” da sua dependência no quadro institucional do IPPUR e da FAU/USP. Mas, o peso da USP e da UFRJ continuava a limitar uma descentralização maior. Mais tarde, a ANPUR teria encontros em outros lugares, como Brasília e Recife, mas a experiência inicial de Salvador foi um avanço importante, apesar de a sede não ter mudado para lá. Entretanto, a diversidade de encontros temáticos realizados em todas as regiões do país revelou um potencial para uma descentralização maior.

ATIVIDADES PARA VISIBILIDADE E PROJEÇÃO DA ANPUR 1991-1993

MILTON SANTOS

INTRODUÇÃO

Procurando realizar as indicações programáticas da Assembléia que a elegeu, a Diretoria da ANPUR buscou, também, prosseguir no intuito de dar maior visibilidade e projeção à entidade. Apesar das inúmeras dificuldades, face as trepidações político-econômicas que viveu o país nesse período, e que repercutiram sobre a vida das instituições científicas, a ANPUR conseguiu elaborar, durante o segundo semestre de 1991, seu Plano de Atividades, que foi, então, entregue ao CNPq e à Finep. A propósito de incluir, também, novos eixos temáticos, cujos resultados se mostraram frutuosos, foi levado avante um esforço conjunto entre a nova Diretoria, os associados e filiados, o Departamento de Geografia da USP e as Instituições Financiadoras.

Decidimos dar prioridade à compreensão dos processos mundiais como uma das bases de entendimento das dinâmicas territoriais, buscando, assim, os paradigmas mais adequados a fazer face aos dilemas da análise e do planejamento urbano e regional. O V Encontro Nacional da ANPUR procurou dar conta dessa problemática.

AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DO BRASIL

A problemática essencial para o desenvolvimento dessa atividade partiu da constatação de que poderia ser revertido o quadro de relativo declínio do interesse pelo planejamento territorial, face as novas condições históricas (efeitos recentes da reorganização do território e da economia, descentralização produtiva, bem como as novas condições políticas e a abertura democrática) e

institucionais (a Constituição Federal de 1988, as novas Leis Orgânicas dos Municípios, além da redistribuição geográfica do poder e dos recursos fiscais). Este novo contexto, alterando as realidades regionais e locais, significava emergentes desafios à investigação.

Na perspectiva de ampliar o escopo das avaliações que vêm sendo realizadas sobre a produção científica e a formação de pesquisadores e profissionais para o Planejamento Urbano e Regional Brasileiro (por exemplo, aquelas realizadas pelo CNPq em 1982 e 1989; a avaliação da Fapesp; e outras produzidas pela comunidade, como a do IPPUR/UFRJ sobre trajetórias profissionais), a ANPUR considerou imperioso participar desse processo.

Para tanto, foi proposta uma pesquisa de âmbito nacional que envolvia: Programas de Mestrado e Doutorado na Área, Produtores de Conhecimento Puro e Aplicado, Consumidores do Planejamento Urbano e Regional e também os seus Divulgadores (editoras de livros, revistas, jornais e outras formas de mídia).

As avaliações preliminares sugeriram, desde logo, uma série de reflexões. Como ampliar a preocupação territorial na elaboração de políticas públicas e na gestão do território? Qual a abrangência, objetividade, racionalidade e efetividade do planejamento urbano e regional brasileiro? Deveriam, portanto, ser identificados e estudados, sistematicamente, processos e agentes. Todavia, não foi possível levar adiante esta parte.

UM PROJETO DE PESQUISA

O Projeto Ciência, Tecnologia e Informação na Remodelação do Território Brasileiro foi proposto durante o período da nossa gestão, mas iniciado efetivamente em 1996. Agora em fase de redação praticamente concluída, o trabalho inventariou as bases materiais

de vida da sociedade e buscou reconhecer as formas de utilização e funcionamento desses dados materiais no processo social.

No período histórico atual, o meio geográfico está sendo profundamente alterado, em sua composição e em suas virtualidades, pela presença, nele, de acréscimos de ciência, tecnologia e informação, os quais, pode-se dizer, constituem uma nova base de diferenciação entre lugares que permitem dinamismos sociais diversos. Trata-se, entre outros aspectos, dos sistemas de engenharia e suas respectivas redes e da base material da modernização agrícola.

O processo de mudança vem ocorrendo no Brasil com grande rapidez. A ação planejadora deve fundar-se no conhecimento analítico prévio desse meio geográfico para propor modificações. Admite-se que com a classificação dos tipos principais de infra-estruturas e de outras formas de modificação dos dados naturais e sicionaturais precedentes e das formas de vida produtiva e social, será possível, pois, aumentar a eficácia desses novos dispositivos territoriais.

Se a ajuda da ANPUR (por intermédio da Finep) foi fundamental para viabilizar o projeto, ele pôde evoluir também graças à sua articulação a uma pesquisa financiada pelo CNPq e pela Fapesp. Esses projetos por nós coordenados, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, contaram com a colaboração de uma equipe de pós-graduandos e bolsistas de iniciação.

SEMINÁRIOS E ENCONTROS

DISCUTINDO O TERRITÓRIO

O Seminário “Território: globalização e fragmentação” foi realizado no Departamento de Geografia da USP, com apoio da Fapesp e da Finep, e a comissão organizadora foi composta pela própria diretoria da ANPUR.

No período da globalização, o território exige uma revisão. Em que medida são procedentes as teses da desterritorialidade? Qual a relação entre nação, território e Estado? Como tais categorias, tradicionalmente solidárias, são afetadas pelas novas complementaridades econômicas? Como se recoloca a questão da coesão nacional? Pode-se, com a urbanização concentrada e a metropolização, temer o despovoamento de

áreas rurais? Estas questões de âmbito geral devem ser pensadas em função das particularidades e essa foi a preocupação do seminário.

UMA PREOCUPAÇÃO COM AS FINANÇAS

Dentre as atividades desenvolvidas pelos associados e filiados da ANPUR, com o apoio da Finep, podemos mencionar o seminário sobre “Finanças regionais e locais”, realizado em junho de 1993, com o apoio da Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Salvador e da Universidade da Bahia. Neste encontro, organizado pelo professor Milton Santos Filho, foram feitos questionamentos quanto ao desenvolvimento do mercado de moeda e de títulos financeiros orientados por políticas nacionais, a estrutura de despesa e receita das finanças locais e as relações fiscais e financeiras entre os diversos níveis de governo. As atividades financeiras têm-se tornado cada vez mais importantes na definição dos recortes tanto regionais quanto urbanos.

Retoma-se dessa forma uma tradição de pesquisa que tinha sido relegada a segundo plano no passado recente. Um encontro temático permite discutir trabalhos e pesquisas já existentes, porém dispersos; e enseja o aprofundamento de um referencial teórico que leve em consideração a atualidade das estruturas e da dinâmica social na organização do espaço.

A QUESTÃO DO PODER LOCAL

O V Colóquio sobre Poder Local foi promovido em Salvador, de 9 a 11 de dezembro, pelo Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA, Escola de Administração de Empresas (FGV/SP) e Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UnB.

Procurou-se dar seqüência a essa temática já tratada em colóquios anteriores. Foi dada ênfase à questão das determinações econômicas da política nacional e regional e seus reflexos sobre o desenvolvimento local, assim como as suas conseqüências sobre as políticas de regionalização e metropolização.

REDISCUTINDO CONCEITOS SOBRE O REGIONAL E O URBANO

Promovemos, também, o encontro intitulado “O regional e o urbano: estudos de planejamento”. O in-

tuito era rever a teorização atual, a fim de incorporar as realidades mundiais neste período da história, de modo a sugerir uma reavaliação dos conceitos utilizados nos estudos e no planejamento urbano e regional.

Deste modo, duas vertentes se configuram. Uma agrupa questões relativas ao espaço territorial, considerando a reorganização contemporânea do espaço nacional e regional e seus fatores. Uma segunda vertente reúne questões relativas ao espaço interno das cidades.

Tal projeto objetivou suscitar novas percepções e formulações sobre o urbano e o regional no Brasil; gerar novos processos de investigação; e atualizar as teorias disponíveis.

A HISTÓRIA URBANA

O Seminário de História Urbana foi promovido pela MAU/UFBA, em Salvador, na primeira quinzena de dezembro de 1992. O projeto objetivou contribuir para o avanço e sistematização do conhecimento da história das cidades, assim como discutir a sua importância para a renovação teórica e metodológica e das práticas do urbanismo e do planejamento urbano; buscar articulação com pesquisadores estrangeiros, sobretudo os da América Latina; propiciar um fórum de discussão para pesquisadores da área, especialmente para aqueles ligados aos programas filiados ou associados à ANPUR; prosseguir o mapeamento da produção iniciado no I Seminário.

PENSANDO O COTIDIANO E A CIDADE

Na cidade de Recife, em janeiro de 1993, foi promovido, pelo MDU/UFPE e Neru, um evento intitulado “Cidade, cotidiano e processos psicossociais”.

Mediante o cotidiano, os indivíduos são vistos em suas diferenças e em sua unidade, em suas limitações atuais e em suas expectativas, naquilo em que ainda são conduzidos pelo passado e em sua orientação para o futuro, nas influências locais e extralocais de sua ação presente.

O mundo da natureza, natural e artificial (o meio ambiente), o mundo da produção, o mundo dos valores e das crenças aparecem juntos como definição tanto do lugar como da sociedade local. Por isso, nas atuais condições do mundo moderno, o enfoque do cotidiano nas cidades mostra-se duplamente válido. Tanto ele ser-

ve para apreender, analiticamente, o processo global de vida da maioria das populações, quanto constitui um guia fundamental para o processo de planejamento. O objetivo central deste projeto foi enriquecer e renovar as propostas de estudo e de planejamento local.

OS PROCESSOS DE METROPOLIZAÇÃO

O desejo, manifestado por planejadores e estudiosos, de um amplo debate em torno das bases teóricas do estudo da metropolização brasileira diante das transformações conjunturais e das exigências constitucionais de elaboração de planos diretores, motivou a elaboração do projeto “Metropolização”.

O encontro foi promovido pelo IPPUR/UFRJ e teve como objetivos principais conhecer a situação de estudos e planejamento metropolitanos, assim como propor novas temáticas de pesquisa e rever os elementos incorporados nos Planos Diretores capazes de possibilitar uma reforma urbana.

A ESCALA INTRA-URBANA

Sob os auspícios da UnB e da UFRJ, um projeto foi levado avante para estudar a “Estruturação espacial intra-urbana em diferentes formações sociais”. Seus principais objetivos foram ampliar o conhecimento teórico sobre os processos de estruturação espacial intra-urbana, ampliar o intercâmbio entre pesquisadores dessa linha de investigação e prosseguir um trabalho de pesquisa integrada que já vinha sendo realizado na UnB e no IPPUR/UFRJ.

O seminário “Estruturação interna das cidades brasileiras” teve por objetivo reunir representantes de equipes vinculadas ao tema, partindo de metodologia específica baseada em dados sobre transações de imóveis longitudinalmente organizados no tempo e no espaço. O seminário contou com a participação de pesquisadores nacionais e internacionais, o que favoreceu uma ampla discussão sobre a propriedade das teorias e modelos elaborados em função de realidades diversas.

O URBANO NO BRASIL

Outra atividade foi o *workshop* “O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas”, realizado em julho de 1993, em Recife, na programação da

45ª Reunião Anual da SBPC. Promovido pela Diretoria da ANPUR, contou com o apoio da SBPC, Fapesp, CNPq, Capes.

A QUESTÃO AMBIENTAL E O PLANEJAMENTO

Promovido pela ANPUR e PROPUR/UFRGS, o seminário sobre “Relatórios de impacto ambiental como instrumentos de planejamento urbano” apresentou como principais eixos temáticos os estudos e relatórios de impacto no atual quadro institucional sociopolítico do planejamento urbano, aspectos jurídicos e normativos dos estudos e relatórios de impacto ambiental e experiências na questão de estudos e relatórios de impacto, com ênfase em suas implicações no meio urbano. Foram discutidos trabalhos relacionados aos problemas pontuais de impacto ambiental em áreas de Curitiba, Florianópolis, São Paulo, Porto Alegre, Enseada (Argentina), entre outros.

A NOVA ORDEM MUNDIAL

Face a preocupação com as grandes transformações mundiais deste fim de século, acreditamos oportuno convocar o encontro internacional “O novo mapa do mundo”, que foi realizado de 1 a 5 de setembro de 1992 em São Paulo. Esse tema impunha-se. Refletir sobre o sentido da História e sobre um mundo em mudança é uma tarefa obrigatória dos especialistas do Território, atentos aos novos dinamismos na face do planeta e às novas formas de convivência entre os homens. Essa reunião buscou analisar os fatores de mudança, sugerir cenários e apontar para o futuro, de modo a podermos participar positivamente do grande *élan* de renovação.

Os temas centrais foram a aceleração contemporânea e o espaço, o sistema-mundo, as perspectivas do Terceiro Mundo, a nova ordem mundial, a globalização e a fragmentação, entre outros. Com cerca de mil pessoas – pesquisadores de todo o Brasil e de diversos países – esse encontro contou com o apoio de agências nacionais de fomento à pesquisa (CNPq, Fapesp, Capes, Finep) e da Universidade de São Paulo. A forma escolhida para a circulação dos resultados foi a preparação de quatro livros, publicados em co-edição da ANPUR com a Editora Hucitec.

V ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Como é sabido, a cada biênio a comunidade interessada na temática do planejamento urbano e regional se reúne para apresentar, discutir, avaliar e projetar sua produção acadêmica e científica.

A reunião, de caráter estritamente acadêmico e científico, se encerra com a Assembléia Geral que, além de tomar conhecimento, examinar e aprovar o Balanço da Diretoria, discute uma extensa pauta de assuntos de interesse da Associação e realiza a eleição da nova Diretoria.

Em 1993 o evento foi realizado na cidade de Belo Horizonte, com número importante de inscritos, e com apresentação e discussão de documentos científicos de qualidade.

EVENTOS QUE A ANPUR APOIOU

O seminário “Integração, regiões e regionalismos” foi realizado pelo IPPUR/UFRJ em novembro de 1992 na cidade do Rio de Janeiro.

O seminário interuniversitário “Questões ambientais litorâneas” foi organizado pela FAU/USP, Procam, Instituto Ambiental da Universidade de Dublin e pela Universidade Técnica da Delft (Holanda), e realizado na FAU/USP em 1992.

AS CARTAS DA ANPUR

Foram elaboradas, durante este período, duas cartas informativas no intuito de comunicar as atividades desenvolvidas e mobilizar a Associação. As cartas foram, ainda, uma solução encontrada diante da impossibilidade financeira de editar periodicamente boletins informativos.

A PRODUÇÃO DE LIVROS

Entre as atividades que a Diretoria da ANPUR empreendeu consta, também, a produção de livros, bem como o acompanhamento das respectivas edições. Entre tais publicações encontramos:

L. Lavinias, L. M. F. Carleial e M. R. Nabuco (Orgs.).

Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.
São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993;

M. Santos, M. A. A. de Souza e M. L. Silveira (Orgs.).

- Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1994;
- e a Coleção *O novo mapa do mundo*, organizada por Milton Santos, Maria Adélia de Souza, Francisco C. Scarlato e Monica Arroyo:
- M. Santos, M. A. A de Souza, F. C. Scarlato e M. Arroyo (Orgs.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.
- M. A. de Souza, M. Santos, F. C. Scarlato e M. Arroyo (Orgs.). *Sociedade e natureza de hoje*. Uma leitura geográfica. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.
- F. C. Scarlato, M. Santos, M. A. A. de Souza e M. Arroyo (Orgs.). *Globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.

M. Santos, M. A. A. de Souza, F. C. Scarlato e M. Arroyo (Orgs.). *Problemas geográficos de um mundo novo*. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

PRESIDENTE: Milton Santos (USP)
SECRETÁRIA EXECUTIVA: Maria Adélia A. de Souza (USP)
DIRETORES: Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Marco Aurélio de Filgueiras Gomes (UFBA), Wrana Panizzi (UFRGS)
CONSELHO FISCAL: Circe Monteiro (UFPE), Cristina Gobbi (UnB), Roberto Smith (CAEN/UFC)

ANPUR: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA PROPOSTA 1993-1995

WRANA MARIA PANIZZI

Ao longo dos seus quinze anos de existência, a ANPUR tem sido simultaneamente uma testemunha e um agente das transformações vividas pela sociedade brasileira, no caminho da reconstrução da democracia e da busca de um padrão de modernização que concorra para a diminuição das acentuadas desigualdades sociais herdadas do passado. A Associação ganhou vida, cresceu e se afirmou num período marcado, também, por um novo ciclo de mudanças na organização territorial do país.

Durante esse tempo a ANPUR, entidade com perfil acadêmico, pluridisciplinar e formada por membros institucionais, tem empenhado seus esforços no sentido de cumprir com suas finalidades estatutárias: incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa no âmbito do planejamento urbano e regional; contribuir para a compreensão e o equacionamento dos nossos problemas nestas áreas; promover a divulgação destes estudos por meio de reuniões científicas, eventos e publicações, bem como incentivar o intercâmbio entre associados e a cooperação com entidades similares nacionais ou internacionais. Tivemos a honrosa tarefa de presidi-la em um momento que, em nosso entender, se caracterizou por um grande esforço da comunidade anpuriana a fim de consolidar essa proposta.

Assumimos a Presidência da ANPUR para o período 1993-1995, tendo Naia Oliveira como secretária executiva e, como companheiros de diretoria, os colegas Roberto Monte-Mór, Hermes Magalhães Távares e José Carlos Cavalcanti; no Conselho Fiscal, contamos com a colaboração de Suzana Pasternak Taschner, Isaías Carvalho Santos Neto e Benny Schvasberg. No início dos anos 90, a sociedade brasileira recém começava a superar uma etapa de grandes dificuldades. No terreno econômico, os anos 80 ficaram conhecidos como “a década perdida”. Mas esse foi um período em

que presenciamos, também, o ascenso da luta pelo restabelecimento da democracia no país, que culminou com a promulgação, em outubro de 1988, da nova Constituição Federal. Esta haveria de influenciar profundamente vários aspectos da vida nacional, e até mesmo as políticas e o planejamento urbanos.

ANOS 90 O FIM DE UM CICLO

Os anos 80 haviam sido marcados pela recessão. Entre 1981 e 1992 a taxa média de crescimento econômico caíra para apenas 1,5%, enquanto o crescimento populacional atingia 1,9% ao ano. Isto significou uma redução do PIB *per capita*. Paralelamente, em meio a uma grave crise fiscal, esgotava-se o padrão anterior de intervenção do Estado e de financiamento das políticas públicas.

A falência do Sistema Financeiro da Habitação, consubstanciada na extinção do BNH, foi emblemática, representando o colapso da forma até então vigente de intermediação financeira na produção habitacional. Os atores tradicionalmente envolvidos – Estado e capitais privados – foram momentaneamente “deslocados” do mercado imobiliário, verificando-se um progressivo aumento da presença da própria população nesse processo, mediante a autoconstrução. Na esteira das mudanças na estrutura do mercado de trabalho (menos empregos formais) e da distribuição de renda (mais concentração), a proliferação de habitações precárias espalhou-se pelas cidades brasileiras, principalmente nas regiões metropolitanas, aumentando também, visivelmente, o contingente de moradores de rua.

Tais condições acabariam por provocar uma crescente politização da questão urbana, ao longo da década

da. À raiz das desigualdades geradas pelo modelo econômico implantado pelo regime autoritário, novas forças sociais haviam surgido na cena política brasileira. Durante o processo de redemocratização, os chamados “movimentos sociais urbanos” fizeram-se portadores das demandas dessas amplas camadas da população, que reivindicavam maior participação nos benefícios da urbanização e na gestão das cidades.

Consoante com essas mudanças, a concepção do urbano e do planejamento passou, também, por uma profunda modificação. Nas décadas de 1960 e 1970 predominara a visão tecnocrática dos problemas urbanos, enfrentados mediante um conjunto de políticas e instrumentos de planejamento cuja função primordial era a eficiência na gestão das cidades, para eliminar os focos de tensão. Essa orientação correspondeu ao sistema de planejamento altamente centralizado e centralizador, representado por órgãos como o Serphau, a CNPU e o CNDU. Foi o padrão predominante por muito tempo, mas acabou fortemente contestado como gerador de conflitos ainda maiores no meio urbano.

Já os anos 80 se caracterizaram por propostas alternativas, encabeçadas por diferentes agentes sociais e pautadas pela idéia de uma reforma urbana modernizadora e um padrão de planejamento em que a intervenção pública ordenadora e racionalizadora teria que vir, necessariamente, associada a uma visão redistributivista.

Com a reafirmação da gravidade dos problemas urbanos, colocados no centro das questões sociais, propugnava-se que o espaço nacional (principalmente as cidades) deviam ser objeto de políticas públicas com ênfase nos problemas habitacionais. Ou seja, o planejamento ainda era visto como ferramenta indispensável para enfrentar esses problemas, o que revelava a persistência da crença no papel voluntarista, tanto do Estado quanto das vanguardas políticas, postura que se tornou visível na Constituinte.

Pelo lado dos organismos estatais, o que se observou foi uma sucessão de siglas – MDU, Ministério do Urbanismo, do Bem-Estar e da Ação Social, Secretaria da Integração Regional. Nos três anos que antecederam a Assembléia Nacional Constituinte (governo Sarney) intensificaram-se as ações setoriais de caráter esporádico e assistencialista, sob a égide da Sehaç, o que significou um vazio de políticas, em sentido estrito, e uma liquidação definitiva das antigas agências de planejamento.

Paralelamente, entidades representativas de setores populares, apoiadas por uma articulação de associações técnico-corporativas (como o IAB e a OAB) e entidades técnico-profissionais de assessoramento (Fase, Ansur, Polis e outras), reuniram-se no Movimento pela Moradia, vindo a ter grande influência na Assembléia Constituinte. As discussões centraram-se nas desigualdades e nos direitos sociais, no questionamento dos ganhos (lícitos ou ilícitos) na produção da cidade e na exclusão social e política das camadas populares. Como apontou Luiz César Q. Ribeiro, as propostas desses setores expressavam, ao mesmo tempo, uma afirmação do caráter “autonomista” do movimento e a reivindicação de “proteção” por parte do Estado.

A NOVA CONSTITUIÇÃO E O PLANEJAMENTO

Pode-se dizer que a Constituição de 1988 marcou o fim do padrão de planejamento tecnocrático e incorporou as intenções redistributivistas.

Em primeiro lugar, criou instrumentos para promover a descentralização administrativa e a redistribuição de recursos tributários, dando melhores condições para a atuação de estados e municípios em seu território. O princípio constitucional de valorização dos poderes locais engendrou um sistema de competências mais complexo, no qual os estados têm autonomia para auto-organização (podendo instituir, por lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões). Os municípios passam a reger-se por lei orgânica, desaparecendo a ingerência dos estados na fixação de normas de organização municipal. O Art. 182 tornou o planejamento obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Em seguida, com a definição da função social da propriedade, a nova Carta previu a elaboração de instrumentos para diminuir a retenção de áreas e a especulação imobiliária, tais como parcelamento/edificação compulsória, imposto progressivo sobre a propriedade, desapropriação. O usucapião urbano, por sua vez, veio permitir a regularização de áreas ocupadas como local de moradia, para aquisição por parte de sujeitos não-proprietários de outro imóvel.

Por fim, a participação popular no processo legislativo ficou garantida no texto constitucional, por meio da possibilidade de instituir mecanismos para

ampliar a inclusão de novos grupos sociais no planejamento, na defesa de seus interesses.

A Constituição de 1988 abriu caminho a uma maior descentralização e democratização da gestão pública, de modo que o país adentrou a década de 1990 sob seus efeitos, mas ainda sem a definição de um projeto nacional de desenvolvimento e, por conseqüência, sem projetos no que se refere a políticas urbanas de alcance nacional. Sintomaticamente, o tema do V Encontro Nacional da ANPUR, em 1993, foi “Encruzilhadas das modernidades e planejamento”, tendo a discussão girado em torno às opções que se faziam necessárias quanto aos destinos do planejamento no Brasil.

A par das indefinições da esfera federal, os governos estaduais e municipais, com os novos instrumentos propiciados pela Constituição, tomaram a iniciativa de formular e implementar propostas próprias, baseadas na descentralização e na participação direta da população. Para tanto, tornou-se imperativo reformular a concepção de planejamento, com vistas a superar o impasse entre dimensões técnicas e políticas, e instaurar um novo padrão, no qual os agentes não-estatais cresciam em importância no que diz respeito, principalmente, à busca de mais eficiência na gestão urbana. Nesse sentido, procurou-se diversificar as fontes de financiamento, incentivar as parcerias entre poder público e agentes privados e experimentar mecanismos práticos capazes de combinar democracia representativa com as formas diretas de representação, previstas no Art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal.

O conjunto de experiências daí resultantes logo veio a constituir-se em objeto privilegiado de observação por parte dos pesquisadores da área. Não por acaso, nessa fase, o tema “agentes” tornou-se recorrente nas análises sobre política urbana. Um levantamento nos Anais dos Encontros da ANPUR (1989, 1991 e 1993) mostrou uma concentração de estudos sobre atores coletivos urbanos, suas formas de atuação e interação. Merece destaque a emergência de duas modalidades de organização:

- órgãos colegiados, instituídos nas diferentes instâncias da federação, formados por representantes dos principais interesses em jogo (freqüentemente com um núcleo técnico de apoio a seu funcionamento), destinados a compartilhar com o Estado funções de fiscalização e controle;

- instituições privadas de representação direta, tais como entidades de categorias profissionais e econômicas, e entidades de caráter temático (ecológicas, tributárias, científicas, culturais etc.) com certo grau de universalidade em suas funções e cuja atuação, em última instância, se remete ao Estado.

Estas últimas, como bem observou o ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, constituem a esfera pública não-estatal por excelência. Agregando-se às instituições tradicionais de caráter estatal (como os parlamentos e os tribunais), tendem a tornar-se tanto mais importantes quanto mais ineficientes se mostrem os órgãos tradicionais de controle e representação previstos na Constituição. Sua existência contribui para que o Estado passe a imprimir uma nova dinâmica às suas instituições, empresas e agências, e à própria democracia representativa. A possibilidade de controle público sobre o poder estatal – que elas significam – representou uma inovação da maior importância para os rumos assumidos pelo planejamento, desde então.

NOVOS TEMPOS, NOVOS DESAFIOS

No início dos anos 90 não se vislumbrava, ainda, uma política urbana abrangente, com diretrizes definidas para a ordenação global do território e para as ações setoriais, que expressasse claramente a intenção de orientar o processo de urbanização, promover a realização das funções econômicas e sociais das cidades, assegurar a qualidade ambiental, contribuir para o amplo acesso da população a condições de vida condignas. Além disso, o esquema de financiamento da política urbana não fora claramente definido na Constituição, ficando na dependência de um novo pacto federativo.

Mas, nesse momento já estávamos sendo confrontados com os fenômenos ligados à reestruturação econômica mundial, cujos efeitos sobre os circuitos produtivos e, conseqüentemente, sobre a divisão social e territorial do trabalho acarretavam impactos sobre nosso próprio território.

No quadro dessa complexa realidade, ainda pouco investigada e decifrada, uma entidade como a ANPUR, que congrega a comunidade dos docentes e pesquisadores das mais importantes instituições de ensino e pesquisa em planejamento regional e urbano, encontraria, uma vez mais, um enorme terreno de con-

tribuição ao país, na busca de soluções desde longa data aguardadas pela sociedade brasileira.

No período 1993-1995, em que, junto com os companheiros citados, estivemos a cargo da condução da ANPUR, nos empenhamos em fazê-la avançar e capacitar-se em relação aos novos desafios, recolhendo e consolidando suas melhores tradições de trabalho, tanto no plano intelectual e científico, quanto no plano propriamente associativo. As atividades impulsionadas procuraram responder ao programa de trabalho que fora estabelecido para essa gestão, dentro do qual foi dada grande importância às tarefas de comunicação e informação, consideradas fundamentais para assegurar a vitalidade da Associação. Nesse sentido, o *Boletim da ANPUR* foi uma peça chave: foram produzidos quatro números, por meio dos quais foi dada ampla divulgação às atividades de filiados e associados, levando a cada um as informações indispensáveis para mantê-los ligados à Associação. Este papel pode ser melhor aquilatado quando se tem em conta que o *Boletim* foi o principal veículo de divulgação e discussão das propostas para a reforma dos estatutos da ANPUR.

No plano da produção científica, logo de início, tivemos a satisfação de ver publicado o livro *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas* que, sob a coordenação da professora Flora Gonçalves, reuniu os resultados da participação da ANPUR na SBPC de 1993, em Recife. Essa publicação tornou-se referência indispensável para a compreensão da fase que, resumidamente, aqui tentamos reportar.

Em 1994, várias atividades sob responsabilidade dos filiados e associados da ANPUR deram seqüência ao debate, tanto sobre os temas tradicionais quanto sobre outros que se impunham por sua contemporaneidade.

O encontro “Imagens da cidade”, realizado em abril, sob a coordenação das professoras Célia Ferraz de Souza e Sandra Jatahy Pesavento (PROPUR/UFRGS), promoveu a discussão aprofundada, com um grupo especializado, sobre os discursos e imagens que fazem parte do que se convencionou chamar de “imaginário social” sobre a cidade, como campo de representação do real, e que não se confunde com ele. As imagens urbanas, veículos visuais de idéias e significados, expressam-se pela iconografia, fotografia, desenho, cartografia, pintura, ou ainda pelos discursos literários, políticos e técnicos. No que se refere especificamente ao planejamento urbano e ao urbanismo, o estudo do

imaginário nos remete às atividades exercidas e desenvolvidas sobre um território, onde se desenvolvem as práticas sociais através dos tempos, e exige uma abordagem interdisciplinar, na qual os diversos olhares sobre a cidade são avaliados. Foi o que o Encontro tratou de propiciar: um espaço interinstitucional de troca.

Em agosto desse mesmo ano aconteceu o seminário internacional sobre “As origens das políticas urbanas modernas: Europa e América Latina – empréstimos e traduções”, numa promoção conjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e o Centre de Sociologie Urbaine (CSU/CNRS). Coordenado pelos professores Luiz César de Queiroz Ribeiro e Robert Pechman (IPPUR-UFRJ), esse evento representou o desfecho de uma pesquisa comparativa desenvolvida por essas instituições ao longo de dois anos, propondo-se a ser o ponto de partida para a construção de uma rede de pesquisadores dedicados ao tema. Participaram cerca de trinta especialistas europeus e latino-americanos.

Partindo da premissa de que a “ciência urbana” surgiu como um campo de reflexão sobre a sociedade moderna, abrindo passo à crença na possibilidade de utilizar regras e modelos cientificamente definidos para enfrentar os problemas urbanos, foram debatidos, nesse seminário, projetos de reforma social e reforma urbana, formulados em diferentes realidades e tempos históricos. O temário abrangente incluía, entre outros itens: estudo do urbanismo e das políticas habitacionais no quadro dos projetos reformadores; categorias de formulação dos problemas urbanos, diagnósticos e prescrições; dispositivos de observação da cidade, regras e modelos de intervenção; o meio político, social, cultural e profissional dos reformadores; grupos profissionais e trajetórias individuais – atores da reforma urbana; emergência do urbanismo como disciplina e como profissão; urbanistas franceses, ingleses, italianos e americanos na América Latina – importação e exportação de saberes e técnicas.

Em setembro, teve lugar o seminário de “História da cidade e do urbanismo”, no Programa de Mestrado em Arquitetura da USP/São Carlos, com a coordenação do professor Carlos Martins. Foi o terceiro de uma série de encontros bienais, que visam, também, a constituição de uma rede latino-americana de pesquisa sobre o tema.

A culminância de toda essa eferescência foi – aliás, como tem sido desde a criação da entidade – a rea-

lização do VI Encontro Nacional da ANPUR, que aconteceu em maio de 1995, em Brasília (DF), organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

A ANPUR AOS DEZ ANOS

O VI ENA marcou os dez anos da realização do primeiro encontro da Associação, em Nova Friburgo. Desde então, as reuniões sucederam-se a cada dois anos, com um número sempre crescente de participantes e de trabalhos apresentados. Isto porque, por um lado, cresceu o número de sócios (tanto na categoria de filiados como na de associados) em todas as regiões do país e, por outro, pela progressiva inserção alcançada pela Associação na sociedade.

Tendo como eixo temático “Modernidade, exclusão e espacialidades do futuro”, o VI ENA dedicou-se à reflexão sobre as transformações por que vem passando o espaço urbano e regional, tanto no âmbito local quanto mundial, face a processos de mudança tecnológica; desregulamentação nas relações de trabalho; formação de associações empresariais internacionais e incremento do comércio mundial; crescente interdependência política. A chamada “globalização” tornou-se um tema imperativo para uma comunidade composta por instituições e estudiosos que se dedicam a compreender essa dinâmica, tão complexa e tão intimamente ligada ao planejamento. Os vários eixos temáticos procuraram retratar o “estado das artes” do conjunto de pesquisas desenvolvidas pelos diversos centros.

Os trabalhos que abordavam “Estado e planejamento urbano e regional” enfocaram os aspectos político-institucionais da gestão do território, da reforma constitucional e planejamento urbano, o neoliberalismo e as políticas urbanas e sociais, a crise habitacional e a expansão de periferias, a gestão de regiões urbanas e de políticas públicas. Novos conceitos, práticas e instrumentos teórico-metodológicos e político-institucionais – simulador de cidades, geoprocessamento, operações interligadas, impostos patrimoniais imobiliários e reforma tributária, índices de aproveitamento, solo criado e plano diretor como instrumento de pacto social – foram examinados.

Em “Urbanização, desenvolvimento regional e meio ambiente” foi retomado o enfoque regional, com contribuições sobre avaliação de impacto de grandes projetos, cidades industriais planejadas, gestão am-

biental, gestão metropolitana e meio ambiente urbano, e também sobre fenômenos em curso, como desconcentração espacial, migrações e transformações na fronteira meridional em razão do Mercosul.

A “Dinâmica intra-urbana e infra-estrutura social e econômica” foi analisada de várias formas: desde os ângulos já tradicionais da dinâmica imobiliária, das relações entre transformações socioeconômicas e uso do solo, regularização fundiária e mercado de terras, até aspectos como qualidade de vida na cidade e problemas metodológicos relativos a índices capazes de aferi-la.

O pensamento urbanístico moderno e pós-moderno, as questões conceituais da espacialização contemporânea, semiótica, imagem e representações sociais da cidade foram temas tratados no eixo “História, preservação e imagem urbana”.

“Agentes e formas de interação socioespacial”, como já mencionamos, foi a temática que mais se expandiu desde os anos 80, sendo apresentados vários trabalhos sobre associações políticas voluntárias, associações de moradores, ONGs, parcerias, redes de ação coletivas, movimentos sociais, neo-regionalismo de base popular.

Os “Temas emergentes” revelaram toda a capacidade que tem a ANPUR, representada por seus pesquisadores, para manter-se em sintonia com os fenômenos que, embora ainda obscuros para os observadores e analistas, traduzem novas demandas sociais.

A atualíssima questão das infovias (vias de transporte de informações de diversas naturezas: imagens, sons, dados) foi abordada do ponto de vista da divergências sobre os monopólios das telecomunicações nos países latino-americanos, da situação das infovias nacionais e dos desafios a serem enfrentados para sua expansão futura, da necessidade de um fórum adequado para a discussão das políticas para o setor no país.

A emergência de processos econômicos que se estendem além das fronteiras nacionais provocou indagações não só sobre as transformações territoriais em curso, mas também sobre as espacialidades do futuro. As inovações atuais permitem a associação das telecomunicação às técnicas de tratamento de dados, conferindo às redes uma potência muito maior. As distâncias se contraem pela instantaneidade das transmissões, facilitando a integração do território e a articulação do mesmo à economia internacional; os eventos passam a ser determinados, simultaneamente, por interações locais e concepções globais. Nesse contexto, estaria o es-

paço se tornando uma noção em desuso, desprovida de sentido, qualquer coisa de indiferenciado ou homogêneo? Não, pois graças às redes ocorre seletividade espacial e a importância estratégica da localização geográfica vem sendo, de fato, ampliada.

E como repensar a questão regional? Até então a região, em termos de gestão ou planejamento, foi vista como parte de um Estado nacional. Com o reconhecimento dos novos processos de integração em escala mundial, o Estado vem sendo questionado, sua dissolução parece ser a tendência, mas a maioria dos estudos conclui que o Estado continua sendo uma instância central de legitimação do poder e o destinatário principal das demandas da população.

Outros processos ligados à globalização – como, por exemplo, a reorganização e refuncionalização do espaço urbano que se orientam para uma nova inscrição das cidades no território nacional e internacional – também foram tratados como temas emergentes. Foram analisados vários casos de política de *city marketing* das administrações municipais, as quais deram origem a projetos urbanísticos de reorganização dos espaços urbanos com vistas a adequá-los às demandas por melhor qualidade de vida e dar-lhes condições de concorrer com outras metrópoles, na atração de investimentos e na localização de atividades, principalmente terciárias.

A política de intercâmbios internacionais da ANPUR se viu extremamente fortalecida com as articulações feitas com a Association of European Schools of Planning (AESOP), a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP) e a Association of Collegiate Schools of Planning (ACSP), que resultaram na organização de uma mesa redonda no VI ENA, em que foram amplamente discutidas as perspectivas de integração em pesquisa e planejamento regional, entre essas e outras associações, no continente.

Como sintetizou Carlos Vainer, quando da publicação dos *Anais* desse encontro: “O VI ENA ... reuniu pesquisadores de todo o país, dedicados a desvendar a realidade complexa que a todos desafia e a propor caminhos. Enfocou as dificuldades que enfrentam as universidades e centros de ensino e pesquisa autônomos, sem os quais o desenvolvimento científico e tecnológico estará comprometido. Os trabalhos refletem uma visão ampla das múltiplas correntes de pensamento que hoje alimentam o debate científico-acadêmico

na área de planejamento urbano e regional, que extrapola os muros das universidades para se converter em práticas e experiências concretas, num número cada vez maior de administrações locais, organizações não-governamentais e movimentos populares”.

Ainda em 1994 teve início, sob responsabilidade da Diretoria e com a colaboração dos filiados da ANPUR, o projeto “Avaliação do planejamento urbano e regional no Brasil”, com o qual se buscava verificar como as novas condições de produção econômica e de organização territorial (descentralização produtiva), as novas condições políticas (abertura democrática) e institucionais (nova Constituição Federal e novas leis orgânicas municipais) estariam afetando tanto as práticas de planejamento quanto o ensino e a pesquisa nesse campo.

Essa experiência, a nosso ver, pode ser considerada uma das mais promissoras empreendidas no âmbito da Associação, na época, uma vez que, além de voltar-se para uma problemática que é central no nosso campo de trabalho, desenvolveu-se de forma articulada, com ampla participação dos programas e centros filiados e associados. Representou, sem dúvida, um passo a mais na concretização de um dos objetivos básicos da ANPUR: envolver grupos de pesquisa para cumprir com o objetivo dos Estatutos sobre redes de pesquisa.

Foram trabalhados eixos temáticos relativos a “Ensino e formação”, “Instrumental científico e metodológico”, “Atores e formas de interação” e “Novas realidades e problemas atuais”. Em outubro de 1994, foi realizado um *workshop*, em Gramado, no Rio Grande do Sul, apresentando os resultados preliminares. Por fim, um documento síntese foi encaminhado ao VI ENA, quando então foi feita uma discussão detalhada e aprofundada dos resultados da pesquisa.

Cabe aqui destacar o empenho da Comissão Científica, formada pela Diretoria da ANPUR e mais quatro colegas (professoras Regina Pacheco, Eva Samios, Tânia Fischer e Rosélia Piquet), que atuou ao longo de todo o processo, bem como o apoio recebido dos órgãos financiadores: Finep e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – Fapergs.

Dada sua reconhecida importância, o projeto foi assumido decididamente pela gestão seguinte, tendo sua continuidade garantida.

O grupo que conduziu a ANPUR de 1993 a 1995 procurou fazer um trabalho de fortalecimento da enti-

dade, tanto pela expansão dos contatos internacionais com vistas a estabelecer intercâmbios, quanto tratando de aproximar a Associação dos programas e entidade filiadas e/ou associadas. Foram promovidas reuniões em Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo. Foi, também, nesse período que aconteceu a reforma dos Estatutos, processo no qual o *Boletim da ANPUR* cumpriu a importante função de ser o veículo de divulgação das iniciativas e propostas feitas pelos programas e entidades filiadas. A Comissão criada para sintetizá-las apresentou o resultado no VI ENA, quando então foram votadas e aprovadas as modificações.

Ao entregar a condução da Associação à nova Diretoria eleita em maio de 1995, deixamos garantida, na Finep, a pré-aprovação dos eventos programados para esse ano: o seminário sobre “Espaço e tempo – tecnologias da informação e comunicação”, anteriormente com o título de “Macroubanização e cultura”, sob a coordenação das professoras Ana Clara T. Ribeiro e

Tamara Egler (IPPUR/UFRJ), e o Seminário sobre “Paradigmas, métodos e metodologias na área dos estudos urbanos”, com a coordenação da professora Ana Fernandes (FAU/UFBA).

Hoje, quando nos encontramos quase ao final de mais uma década (a um passo do novo século!), constatamos que a produção de conhecimento já não pode ocorrer dentro de instituições isoladas, nem se viabiliza só pelo trabalho individual dos pesquisadores. Nesse contexto, uma entidade como a ANPUR pode significar um novo patamar de interação e cooperação na produção científica. Olhando retrospectivamente a trajetória da Associação, vemos que se encontra reestruturada e atualizada, apta a dar continuidade a toda uma tradição, construída com o esforço persistente de seus integrantes e, ao mesmo tempo, expandir seu âmbito de atuação, aperfeiçoando os mecanismos de funcionamento, de modo a enfrentar os novos desafios, como tem sido a marca de sua história.

DE BRASÍLIA A RECIFE, PASSANDO POR ISTAMBUL

1995-1997

CARLOS B. VAINER

A Diretoria da ANPUR solicitou-me, na condição de ex-presidente, que produzisse um registro sobre a gestão. Julguei oportuno, tendo em vista o objetivo de reunir elementos para uma história de nossa Associação, retomar o balanço da gestão publicado no *Boletim da ANPUR*, n. 26, jan./abr. 1997. Ao final, aduzo comentários e reflexões que a distância no tempo hoje permite e suscita.

Em maio de 1995 submetemos à Assembléia Geral de Brasília os princípios e diretrizes que constituíram nosso ponto de partida:

1 Princípios:

A ANPUR é uma associação de instituições, de caráter acadêmico, pluridisciplinar e aberta, o que impõe os seguintes compromissos:

- 1.1 Compromisso com a defesa do caráter acadêmico da ANPUR, entendendo que a Associação deve prosseguir na luta por melhores condições de pesquisa e ensino nas instituições universitárias.
- 1.2 Compromisso com o caráter aberto da Associação, seja no que se refere ao reconhecimento do caráter inexoravelmente pluridisciplinar de nossa área, seja no que concerne a assegurar em nossas atividades espaço para os mais diferentes olhares, posturas e experiências.
- 1.3 Compromisso com a dinamização e ampliação dos espaços de intercâmbio entre os membros.

2 Diretrizes para um plano de trabalho:

- 2.1 Continuação do esforço de articulação, cooperação e intercâmbio com associações brasileiras afins e associações estrangeiras atuantes na mesma área.
- 2.2 Manutenção da representação da ANPUR no Comitê Nacional do Habitat, buscando ampliar a

discussão de nossas posições no seio da comunidade e aprofundando, com vistas à elaboração de posições comuns, nossas interações com as representações não-governamentais.

- 2.3 Regularização da periodicidade do *Boletim* e atualização de nossa lista de endereços.
- 2.4 Continuidade do projeto ANPUR “Avaliação do planejamento urbano e regional”, envolvendo várias instituições, respeitando as orientações definidas pela Coordenação do projeto e pelos coordenadores das diferentes vertentes.
- 2.5 Aprofundamento das relações com a SIAP, a fim de estabelecer meios e modos de ampliar nossas articulações em escala continental.
- 2.6 Montagem da Comissão Organizadora do VII Encontro Nacional o mais rápido possível, de modo a estabelecer rapidamente a pauta e formato do Encontro e poder trabalhar com um calendário menos apertado.
- 2.7 Edição de um Catálogo da ANPUR, com informações sobre todos os membros.

No que diz respeito aos princípios, certamente é possível afirmar que eles foram reiterados e reforçados no último biênio. A ANPUR, já há vários anos, tem conseguido desenvolver sua capacidade de atrair e agregar os mais diferentes atores que comparecem na cena do planejamento urbano e regional – técnicos e profissionais, órgãos governamentais e não-governamentais, acadêmicos de vários campos – sem abrir mão de seu original e continuado compromisso como associação acadêmica.

Em suas relações tanto com agências governamentais quanto com organizações não-governamentais, a ANPUR tem conseguido ser, simultaneamente, participativa e autônoma, como cabe a uma associação

como a nossa. Relevante, igualmente, nossa aproximação com a SBPC e nossa integração à Assembléia das Associações Científicas. Caberia registrar ainda o esforço de ampliar o debate acerca das políticas científica e universitária, das quais depende em grande medida o sol e chuva de nosso cotidiano. No mesmo sentido, destaque-se o estreitamento das relações entre a Diretoria e os representantes da área na Capes e no CNPq – as políticas das agências e o desempenho da área foram objeto de uma reunião específica da Diretoria com os representantes naquelas agências.

Ao rever as diretrizes gerais, fica-nos a sensação de que se conseguiu avançar bastante.

INTERCÂMBIO COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS

A articulação e intercâmbio com associações afins nacionais foi buscada constantemente, tendo como marcos principais: a aproximação da SBPC, com a promoção de um *workshop* na 48ª Reunião Anual, em São Paulo, e a integração da ANPUR na Assembléia das Associações Científicas; e a promoção, em conjunto com inúmeras associações científicas, e, em primeiro lugar, com a Abep e a Abrasco, do I Fórum Nacional de Usuários de Informações Sociais, Demográficas, Econômicas e Territoriais, realizado no âmbito da III Conferência Nacional de Estatística e Geografia (Confega) e da IV Conferência Nacional de Estatística (Confest), organizada pelo FIBGE, no Rio de Janeiro. Este Fórum, é bom lembrar, aprovou uma resolução sob o título “Princípios gerais para uma política nacional de informações sociais, demográficas, econômicas e territoriais”, que ainda está a exigir aprofundamentos e detalhamentos.

Certamente ainda há muito por fazer neste terreno. De um lado, seria importante buscar ampliar as iniciativas científicas conjuntas (eventos, debates etc.), sobretudo com aquelas associações que cobrem áreas afins ou compartilham conosco problemáticas e preocupações teóricas, metodológicas e/ou práticas. De outro lado, há ainda muito por fazer na esfera da articulação propriamente política em torno a um posicionamento e uma atuação coletivas no que diz respeito aos rumos da universidade e da pesquisa acadêmica brasileiras.

Quanto a uma política de aproximação com associações estrangeiras, é possível destacar:

- a) aproximação com a ACSP, expressa, entre outras coisas, na co-promoção de algumas sessões na Conferência “*Planning in the Americas*”;
- b) aproximação e crescente cooperação com a Red Iberoamericana de Investigadores sobre Impactos Territoriales de la Reestructuración, que se configura, cada vez mais, como uma das principais redes latino-americanas em nossa área;
- c) *workshop* sobre “Divulgação da produção científica”, realizado durante o VII ENANPUR (Encontro Nacional da ANPUR) em Recife, com a participação de editores latino-americanos responsáveis por publicações na área, de modo a buscar formas de cooperação. Foram convidados colegas da Red Nacional de Investigación Urbana, do México, responsável pela publicação da revista *Ciudades*; o professor Samuel Jaramillo, presidente da Asociación Colombiana de Investigadores Urbano-Regionales (Aciur) e representantes de outras publicações latino-americanas; e
- d) quanto às relações com a Sociedade Interamericana de Planificación, os esforços desenvolvidos pela Diretoria foram infrutíferos, em razão, sobretudo, das dificuldades por que passa a SIAP.

ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL PARA A HABITAT II

No referente à Habitat II, cumprimos plenamente o estabelecido em Brasília. A representação da ANPUR no Comitê Nacional Preparatório à II Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos foi assumida diretamente pelo presidente da Associação.

Reforçando nossas interações com entidades da sociedade civil, co-promovemos a Conferência Brasileira “Habitat II – direito à moradia e à cidade”, e subscrevemos a “Carta do Rio”, levada a Istambul. Integramos o segmento não-governamental da delegação brasileira a Istambul, mantendo relações respeitadas e de cooperação com o conjunto desta delegação. Os desdobramentos desta atividade estiveram em pauta num painel ocorrido em Recife, em que se discutiu tanto o *day after* de Istambul, quanto o papel que a ANPUR pode desempenhar no processo de monitoramento da agenda da Habitat.

Nesta esfera, como sugerido pelo I Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais, há um enorme campo a ser explorado; ainda é pequena, relativamente a nossas possibilidades e às exigências de uma sociedade sedente de informações e análises rigorosas, nossa intervenção nos grandes debates sobre os problemas urbanos e regionais. Há que desenvolver formas que permitam à ANPUR servir de canal privilegiado para a transferência ágil de conhecimentos para a esfera pública mais ampla.

UM BOLETIM REVIGORADO

Com relação ao *Boletim da ANPUR*, acreditamos ser possível afirmar que, embora a periodicidade ainda deixe a desejar, ele vem se afirmando, paulatinamente, como um efetivo instrumento de informação e intercâmbio da comunidade. O I Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais (9 a 11 de abril de 1997), cujas recomendações foram objeto de debate em Recife, propôs que o *Boletim* passasse a ser disponibilizado *on-line*, via Internet.

CONTINUIDADE DE PROJETOS INICIADOS EM GESTÕES ANTERIORES

No que se refere à continuidade do projeto “Avaliação do planejamento urbano e regional”, iniciado na gestão anterior, os colegas que tinham assumido as coordenações geral e temáticas não puderam, por várias razões, manter sua vinculação ao projeto. A Diretoria deliberou, para não interromper o trabalho que vinha sendo desenvolvido, desdobrá-lo para uma discussão acerca da produção científica na área e sua divulgação.

O I Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais constituiu, nesta perspectiva, parte do projeto “Avaliação do planejamento urbano e regional”. O projeto prossegue, durante o VII ENANPUR, com a realização do *workshop* sobre “Divulgação da produção científica”, com duas sessões: a primeira, consagrada à discussão das recomendações de Itamonte; e a segunda, voltada para a discussão dos problemas da divulgação e possibilidades de cooperação no âmbito latino-americano.

Merece menção, por outro lado, o desenvolvimento do projeto “Ciência, tecnologia e informação”,

sob a coordenação de Milton Santos, que constava do programa de atividades aprovado e financiado pela Finep. O escopo e resultados parciais deste projeto foram apresentados e colocados em discussão na mesa redonda “Reestruturação espacial e tecnológica”, durante o VII ENANPUR, em Recife.

O VII ENCONTRO NACIONAL

O VII Encontro Nacional da ANPUR, realizado em Recife, certamente representou um marco na história da Associação. Nenhum Encontro antes seguiu um cronograma tão cuidadosa e antecipadamente preparado, nem foi tão prévia e amplamente divulgado, nem recebeu tão calorosa quanto produtiva acolhida da comunidade. Por isto, também, bateu todos os recordes em termos de resumos e trabalhos finais submetidos.

Um relato sintético dos passos que foram dados na concepção, planejamento, preparação e encaminhamento do VII ENANPUR parece-nos de grande importância: em primeiro lugar, porque é necessário que o conjunto da comunidade tenha uma clara idéia dos critérios e procedimentos assumidos pela Diretoria e pela Comissão Organizadora; em segundo lugar, porque cada vez fica mais clara a necessidade de introduzir modificações na formatação de nosso Encontro Nacional; e, em terceiro lugar, porque as restrições orçamentárias com que nos defrontamos para financiar um evento desta dimensão, restrições que dificilmente serão menores no futuro, devem conduzir-nos a tomar decisões com respeito à forma de organizar os próximos Encontros.

CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO

O VII ENANPUR começou a ser organizado (pode parecer mentira!), em 10 de abril do ano anterior, quando o presidente da Associação, Carlos Vainer, e os componentes iniciais do que viria a se conformar como Comissão Organizadora reuniram-se em Recife para discutir uma primeira proposta de organização do evento, elaborada previamente pelos colegas do MDU/UFPE. Esta primeira proposta foi enviada pela Diretoria a todos os membros e, após sofrer diferentes modificações, foi finalmente aprovada, com o respectivo cronograma, em reunião da Diretoria com a coordenadora da Comissão Organizadora, Norma Lacerda.

Outras viagens de membros da Diretoria foram feitas a Recife, para se reunir com a Comissão Organizadora e negociar apoios com instituições locais. Já em maio de 1996 era divulgado um primeiro prospecto, com áreas temáticas, prazos para a apresentação de resumos e trabalhos definitivos etc. Isso significa que com mais de um ano de antecedência tínhamos um calendário definido e a comunidade estava informada de prazos, formatos e procedimentos.

A resposta da comunidade a esse processo, contrariando nossa proverbial indisciplina e aversão a cronogramas estritos, foi extraordinária: os prazos foram estritamente respeitados, as regras aceitas. Regras claramente estabelecidas, com antecedência e ampla divulgação, não apenas são aceitas como contribuem para tornar transparente e academicamente legítimo o processo de inevitável e crescente concorrência que caracteriza nossos Encontros Nacionais.

A RESPOSTA MACIÇA E A AVALANCHE DE RESUMOS E TRABALHOS

A divulgação de boa qualidade e com antecedência certamente constituiu um dos fatores da extraordinária oferta de trabalhos. Outros fatores, provavelmente mais relevantes, seriam:

- o crescimento, em número e qualidade, dos programas de pós-graduação na área de Planejamento e Estudos Urbanos e Regionais;
- o crescimento continuado da produção acadêmica da área, que se expressa também na multiplicação de eventos – apoiados e promovidos pela ANPUR e/ou por seus membros, – e também por outras instituições –, todos eles com crescente presença de pesquisadores e com repercussões cada vez mais marcantes;
- a ampliação da abrangência da ANPUR e sua consolidação como Associação na qual se encontram acadêmicos e profissionais das mais variadas disciplinas que se consagram às questões do planejamento urbano e regional e, de modo mais amplo, aos estudos urbanos e regionais; conseqüentemente, o crescente reconhecimento da ANPUR, e de nosso Encontro Nacional em particular, como espaço privilegiado para divulgação e validação da produção científica da área.

Alguns dados merecem ser divulgados para que se possa fazer uma idéia do ritmo de incremento da

oferta de trabalhos para nossos Encontros Nacionais. Os números são expressivos: dobrou o número de resumos inicialmente apresentados, de 301 para 631, e, mais importante ainda, triplicou o número de trabalhos finais submetidos, de 101 para 304. Apesar de termos podido ampliar a quantidade de comunicações selecionadas para as sessões temáticas em mais de um terço (de 89 para 122), ainda assim fomos obrigados a recusar mais da metade dos trabalhos. Caso tivéssemos em Recife um Encontro com o mesmo número de comunicações de Brasília, teríamos passado de uma taxa de rejeição de 12% a uma taxa superior a 70%.

Embora isso não seja normalmente reconhecido na avaliação de currículos, apresentar um trabalho em nosso Encontro Nacional e, em conseqüência, tê-lo publicado nos *Anais*, tornou-se bem mais difícil do que publicar artigos na maioria das revistas de nossa área, mesmo aquelas com *referee*. Afinal de contas, um bom trabalho submetido para publicação, mesmo que espere um certo tempo, acabará sendo publicado; ora, o Comitê Científico do VII Encontro Nacional da ANPUR manifestou claramente à Diretoria que, tendo em vista as limitações quantitativas, foi obrigado a não selecionar vários trabalhos com mérito.

Certamente, o fato de desde o início termos organizado um forte e idôneo Comitê Científico foi de grande valia nos momentos difíceis da seleção. O Comitê trabalhou, na medida do possível em situações como essas, seguindo orientações homogêneas. O enorme esforço de leitura, análise e seleção de trabalhos concluiu-se por uma reunião de dois dias, em que foram exaustivamente discutidas a composição das sessões, os critérios, o número de comunicações selecionadas por área etc. Em todos os casos, desde o início trabalhou-se com a firme convicção de que o mérito científico constituiria, em quaisquer circunstâncias, o valor fundamental a ser considerado.

AS DIFICULDADES PARA FINANCIAR O VII ENCONTRO

Talvez a Assembléia Geral que deliberou a realização de nosso VII Encontro em Recife não tivesse clara consciência das conseqüências, em termos de custo, da localização do evento. O fato é que, tendo em vista a majoritária presença de pesquisadores e profissionais das regiões Sudeste e Sul, a realização de um evento

desta dimensão no Nordeste (e o mesmo valeria para o Norte) implica custos adicionais nada desprezíveis.

Isso não quer dizer que a opção da Assembléia Geral foi inconsistente: na verdade, ela apenas reiterou o compromisso da ANPUR de circular no território o Encontro Nacional, principal evento da área. Ao fazê-lo, não apenas a Associação reafirma seu caráter nacional, como, mais que isso, reitera seu compromisso com uma visão nacional que se opõe ao processo de marginalização de certas regiões do universo acadêmico-científico brasileiro.

As conseqüências desta opção são enormes em termos financeiros, tanto mais que as agências financiadoras parecem, de seu lado, absolutamente indiferentes ao significado político e simbólico de escolhas como essas. Mais grave ainda, as grandes agências nacionais – Finep, CNPq e Capes – que tradicionalmente cobriam em torno de 75% a 90% dos custos de nossos Encontros Nacionais, desta feita não foram além de 50%. As Fundações de Apoio à Pesquisa estaduais assumiram, é bom deixar claro, parcela absolutamente decisiva dos custos: sem elas o nosso Encontro simplesmente teria sido inviabilizado.

Ainda não foi possível realizar um balanço completo, mas as dificuldades encontradas certamente devem conduzir-nos a refletir claramente sobre nossos próximos eventos e, em particular, nossos próximos Encontros Nacionais. Estamos ingressando numa etapa em que as formas tradicionais de financiamento de eventos científicos nacionais serão substituídas por novas: apoio dos centros e instituições de pesquisa aos pesquisadores que tiverem trabalhos selecionados, participação decisiva das fundações estaduais etc. Por isso também, devemos rediscutir no âmbito da ANPUR se e até que ponto continuaremos resistindo à tendência que está levando os eventos nacionais da maioria das associações científicas para algum ponto do triângulo São Paulo–Rio de Janeiro–Belo Horizonte.

REFLEXÕES FINAIS

O sucesso esperado do VII ENANPUR não pode nos iludir: necessitamos urgentemente enfrentar uma séria discussão sobre o formato e formas de financiamento de nossos próximos Encontros Nacionais.

No que se refere ao formato, já começam a surgir algumas propostas: realização de encontros regionais

da ANPUR nos anos pares, de modo a acolher pelo menos uma parcela da produção e, desta forma, aumentar as chances de exposição da produção científica de mérito que não está conseguindo chegar ao Encontro Nacional; aumento do número de painéis com comunicações rápidas. Quais dessas idéias deveremos adotar?

No que se refere às formas de financiamento, teremos que discutir, entre outras coisas: localização dos próximos Encontros Nacionais; e manutenção ou mudança da forma de apoio aos pesquisados com trabalhos selecionados.

Em quaisquer circunstâncias, é necessário conceber os próximos Encontros Nacionais da ANPUR como eventos de grande magnitude, que mobilizam os esforços e expectativas de uma ampla e diversa comunidade acadêmica e profissional, que legitimamente vê nestes eventos uma oportunidade ímpar de intercâmbio científico e relacionamento interinstitucional, que deve a todo custo ser preservada.

CATÁLOGO E HOME PAGE DA ANPUR

Ainda tomando como roteiro as Diretrizes de 1995, há que lamentar o fato de que nosso *Catálogo* não tenha vindo a público. Mas vários passos foram dados: a coleta de informações encontra-se bastante avançada e o *Catálogo* poderá ser proximamente lançado.

Pretendíamos, também, lançar uma *home page* da ANPUR, a ser inaugurada durante o VII ENANPUR. Além de informações sobre a ANPUR e seus membros e sobre atividades e publicações na área, teríamos na *home page* a edição *on-line* do *Boletim* e dos *Anais dos Encontros Nacionais*, histórico da Associação e atas das assembleias gerais. Um “Fórum de debates” tornaria mais fácil e ágil o intercâmbio de idéias e a comunicação entre os pesquisadores da comunidade, conforme proposto pelo I Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais. E teríamos também um espaço para a oferta de empregos e oportunidades. Mas obstáculos diversos impediram realizar este projeto.

EVENTOS

Para completar o relato das atividades desenvolvidas ao longo do biênio, haveria que referir o conjunto

de eventos apoiados pela ANPUR que foram realizados pelas instituições que integravam o Plano de Trabalho aprovado pela Assembléia Geral de 1995:

- Seminário “Espaços urbanos: conhecimento e projeção”, promovido pelo MAU/UFBA (Salvador, dez. 1995);
- Seminário “Espaço, tempo e inovações tecnológicas na vida metropolitana”, promovido pelo IPPUR/UFRJ (Rio de Janeiro, jun. 1996);
- Seminário Internacional “As áreas de fronteira da América Latina no novo patamar da economia capitalista”, promovido pela FEE e PROPUR/UFRGS (Porto Alegre, maio 1996);
- Seminário Internacional “Instrumentos para a gestão do solo urbano: experiências e novos desafios”, co-promovido pelo IPPUR/UFRJ, Fase, Lincoln Institute of Land Policy, Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ (Rio de Janeiro, jul. 1996);
- I Workshop sobre Redes, promovido pelo IPPUR/UFRJ (Rio de Janeiro, out. 1996);
- II Seminário “Dinâmica imobiliária e estrutura intra-urbana”, promovido pelo Neru/UnB (Pirenópolis, out. 1996);
- IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, promovido pelo Proureb/UFRJ (Rio de Janeiro, nov. 1996);
- VII Colóquio Internacional sobre Poder Local, promovido pelo NPGA/UFBA (Salvador, abril 1997).

Além destes, cabe agregar quatro eventos que foram promovidos ou co-promovidos pela ANPUR por iniciativa da própria Diretoria, a saber:

- Workshop “O Brasil urbano rumo ao futuro”, coordenado pela professora Maria Flora Gonçalves (Nesur/IE/Unicamp), promovido pela ANPUR na 48ª Reunião Anual da SBPC (São Paulo, jul. 1996);
- Conferência Brasileira para a Habitat II – “Direito à moradia e à cidade” –, co-promovida pela ANPUR, Fórum Nacional pela Reforma Urbana e outras entidades da sociedade civil (Rio de Janeiro, maio 1996);
- I Fórum Nacional de Usuários de Informações Sociais, Demográficas, Econômicas e Territoriais, co-promovido pela ANPUR, Abep, Abrasco, SBPC, Anpec, Anpege, Anpocs e outras associações (Rio de Janeiro, maio 1996);
- I Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais, coordenado por Maria Cristina Leme (Diretoria da ANPUR, FAU/USP), promovido pela Diretoria da ANPUR (Itamonte, abril 1997).

PUBLICAÇÃO DE ANAIS

Finalmente, haveria que mencionar o importante esforço realizado no biênio para cobrir o atraso na publicação de anais de Encontros Nacionais passados. Assim, graças ao esforço dos colegas do Cedeplar/UFMG, foi possível lançar o último volume dos *Anais do V ENANPUR*, de Belo Horizonte. O apoio da Sepurb e o esforço de nosso diretor, Ricardo Farret, juntamente com os colegas da Comissão Organizadora do VI Encontro de Brasília, permitiu-nos editar os Anais do VI Encontro. E, no VII Encontro, em Recife, uma vez mais graças ao apoio da Sepurb, conseguimos realizar um antigo anseio: ter os anais prontos no início do evento.

OBSERVAÇÕES FINAIS

O relato das atividades indica que o biênio foi bastante rico e produtivo. Pelo número das atividades que desenvolveu e a que esteve associada, pela contribuição dada à intensificação do intercâmbio acadêmico em âmbito nacional e internacional, pela busca de uma articulação com a sociedade civil que permitisse ampliar o espaço de circulação e difusão dos conhecimentos produzidos em nossas pesquisas, por tudo isso é possível afirmar que a ANPUR vem cumprindo seus objetivos.

ADIÇÕES E COMENTÁRIOS MAIS QUE FINAIS, À DISTÂNCIA

Já que se trata, agora, de registrar para a história, impõe-se destacar que o trabalho realizado na gestão 1995-1997 esteve, por todo tempo, fundado numa rica, solidária, companheira e amiga colaboração entre os membros da Diretoria: Pedro Abramo, Ana Fernandes, Maria Cristina Leme e Ricardo Farret. Lugar de destaque deve ter a menção ao extraordinário trabalho da Comissão Organizadora do Encontro de Recife, liderada por Norma Lacerda.

Pude notar, examinando boletins, correspondências e documentos vários da época, que nunca foi adequadamente explicitado o enorme apoio que nossa Diretoria obteve do IPPUR, instituição onde a ANPUR esteve sediada no período, e, em particular, de seu diretor à época, Hermes Magalhães Tavares.

Transcorridos dois anos, este olhar para trás sugere apenas dois comentários suplementares. Em primeiro lugar, nunca será excessivo enfatizar a importância de instituições como a ANPUR, mormente num momento em que o *ethos* dominante e as políticas governamentais tendem a estimular a competição entre pesquisadores, numa espécie de guerra de todos contra todos. A cooperação, o intercâmbio e a discussão franca parecem, hoje mais do que nunca, condição para a preservação do que resta de pensamento crítico e esforço inovador. No momento em que agências multilaterais e fundações internacionais capacitam-se cada vez mais para estabelecer a pauta e a agenda tanto da pesquisa quanto das políticas públicas – o que inclui, obviamente, as políticas urbanas e regionais –, estruturas como a ANPUR podem e devem tornar-se um espaço da reflexão crítica e da criação de alternativas, trincheira da resistência ao pensamento único.

Mas a importância da ANPUR, assim como de associações congêneres, transcende sua área específica de atuação, para desdobrar-se em direção a compromissos com a Universidade Pública e com o Desenvolvi-

mento Científico e Tecnológico. Na verdade, as sucessivas reformas a que vêm sendo submetidas as agências nacionais de fomento – Finep, CNPq e Capes – não mais conseguem esconder a progressiva abdicação, por parte do governo federal, de estabelecer, por meio de uma ampla e democrática interlocução com a comunidade científico-acadêmica, uma política consistente seja para o ensino (de graduação e pós-graduação), seja para a pesquisa e seu financiamento.

As duas dimensões acima destacadas – papel da ANPUR na configuração de uma pauta urbana e regional brasileira e papel da ANPUR na luta por uma política universitária e científica comprometida com um projeto nacional democraticamente elaborado – convergem para sinalizar um dos aspectos mais ameaçadores da crise por que passamos: aos desafios lançados a nossa inteligência e nossa criatividade pelo agravamento da miséria e das desigualdades sociais e espaciais, soma-se o ataque lançado às instituições públicas ainda não totalmente encadeadas ao pragmatismo governamental e/ou à lógica estritamente mercantil.

OLHANDO O PASSADO, ENFRENTANDO O PRESENTE E CONSTRUINDO O FUTURO

1997-1999

NORMA LACERDA

Quinze anos é data plena em simbolismos e significações. Data que nos impulsiona a olhar o passado, reconhecendo, no caminho trilhado, o somatório do que somos hoje; a enfrentar o presente com a convicção de que aqueles caminhos nos fortaleceram; e a vislumbrar o futuro, impulsionados pela certeza de que, juntos, muito temos a construir.

Para comemorar esta data, decidimos que este primeiro número da Revista da ANPUR dedicaria uma parte ao resgate de sua história. Esta revisitação, como todos tiveram a oportunidade de verificar, evidencia que a escolha dos caminhos foi acertada. Podemos afirmar que, em nenhum momento, comungamos com o espírito de comodismo e que constantemente procuramos ser atores nesse panorama transformador.

O resgate resultou do depoimento-análise de todos os nossos ex-presidentes. Assim, constitui não somente uma merecida homenagem aos passos dados, mas àqueles que nos guiaram pelo caminho. Esta ocasião é, portanto, uma rara oportunidade de reafirmarmos nossas conquistas e de decidirmos seguir em frente, galgando novas vitórias.

Tendo a atual gestão o imenso privilégio de comemorar esta dada tão plena de significações, não poderíamos furtar-nos de, também, apresentar o nosso depoimento-análise.

É tarefa delicada elaborar um depoimento-análise da nossa própria gestão. Somos tentados a ressaltar muito mais os nossos feitos do que os nossos “não-feitos”. Se, por um lado, o somatório das atividades desenvolvidas chega a nos envaidecer, por outro, o desejo, muitas vezes, de ir mais além gerou frustrações.

De qualquer forma, a experiência de dirigir uma entidade de âmbito nacional é extremamente gratificante. Enriquece enormemente a nossa experiência de

vida. Sim, experiência de vida, porque ao mesmo tempo intelectual, afetiva e coletiva. Durante esses dois anos, tivemos a oportunidade de entrar em contato com pessoas, às vezes de maneira episódica, outras vezes de maneira mais permanente. Em qualquer circunstância conhecemo-las melhor e, na maioria das vezes, geramos laços de afetividade.

Se antes participávamos das atividades da ANPUR esporadicamente, nesses dois anos elas passaram a absorver parte importante do nosso cotidiano. Passamos de uma atitude mais receptiva a uma atitude mais ativa, de uma postura mais individualista a uma mais coletiva. Algo mudou! Sentimos, e com muita intensidade, o gosto do espírito coletivo.

POSICIONANDO-SE ANTE AS MUDANÇAS

Assumimos a Diretoria com bastante entusiasmo, sem uma idéia clara das dificuldades que iríamos enfrentar, dificuldades decorrentes das mudanças anunciadas e concretizadas ao longo desses dois anos. Dificuldades traduzidas no desmonte sem precedentes dos esquemas de financiamento ao ensino e à pesquisa: bolsas foram cortadas, apoio aos programas foram drasticamente reduzidos e recursos destinados às pesquisas sofreram cortes significativos. Os constantes cortes no MCT vêm afetando e afetarão gravemente as pesquisas e o desenvolvimento tecnológico. O desmonte do financiamento foi acompanhado pela perspectiva de desmonte da arquitetura institucional. Até há pouco tempo, não sabíamos quem era quem no novo panorama. As incertezas e, em extensão, as inquietações sobre o futuro da ciência e da tecnologia brasileira deixaram e continuam deixando toda a co-

munidade acadêmica e científica nacional inteiramente perplexa. Como se comportou a ANPUR nestes últimos dois anos de mudanças tão intensas?

Logo que assumimos a direção da ANPUR, o CNPq deflagrou um processo de reflexão e discussão acerca da classificação das áreas de conhecimento que orientam o Sistema de Ciência e Tecnologia do país. Tal iniciativa foi considerada de grande relevância pela ANPUR que, para responder à demanda do CNPq, organizou, no Rio de Janeiro, uma reunião com a participação dos coordenadores dos programas associados e filiados, com a representante do CNPq, Ana Clara Torres, e alguns convidados. Na ocasião, foi considerado que o alto grau de amadurecimento alcançado pela comunidade científica brasileira, fruto de várias décadas de investimento público e de esforços dos próprios pesquisadores, bem como as profundas transformações por que vêm passando os processos de produção, aplicação e difusão do saber científico justificavam plenamente a iniciativa do CNPq e a inclusão da questão na ordem do dia. Após longas discussões, a ANPUR encaminhou ao CNPq o resultado de suas reflexões, que, em suas linhas essenciais, propõe: (i) a preservação das Ciências Sociais Aplicadas como grande área; (ii) a manutenção do Planejamento Urbano e Regional como área; e (iii) a atualização das subáreas. O detalhamento da proposta encontra-se no *Boletim da ANPUR*, maio/agosto de 1998. Até a presente data, o CNPq ainda não alterou a classificação das áreas.

Acompanhando e endossando as posições da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a ANPUR se opôs aos cortes lineares no orçamento anunciado pelo recente ajuste fiscal, deixando evidente que se tratava da defesa da soberania nacional. Bem sabemos que nenhuma nação será independente nem atingirá patamares mínimos de justiça social se abdicar dos investimentos no conhecimento e na inovação tecnológica própria. A ANPUR se manifestou, enviando a todos os integrantes da Câmara dos Deputados as emendas à proposta de lei orçamentária de 1999. Em suas linhas essenciais, as emendas defendem a manutenção dos valores propostos para as bolsas de incentivo à pesquisa e à formação de recursos humanos, assim como a recomposição dos valores destinados às universidades e às atividades de fomento do Ministério da Ciência e da Tecnologia, elementos imprescindíveis à manutenção do sistema de ensino e pesquisa do país. Segundo

o *Jornal da Ciência On-line da SBPC*, de 28 de janeiro de 1999, o Congresso aprovou o Orçamento de 1999 e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados conseguiu a aprovação parcial, no Orçamento, de quatro emendas coletivas de sua autoria, repondo com isso uma pequena parte dos cortes que haviam sido efetuados nos recursos destinados a C&T para esse exercício.

A nossa Associação também endossou o documento da SBPC encaminhado ao Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), oferecendo um conjunto de princípios como contribuição à sua reorganização estrutural, e atendendo à solicitação pública do próprio ministério. No *Jornal da Ciência*, n. 406, de 12 de fevereiro de 1999, a SBPC noticia que as Sociedades Brasileiras de Química (SBQ) e de Genética (SBG) e as Associações Nacionais de Pós-graduação em Administração (Anpad), em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) e em Saúde Coletiva (Abrasco) propõem: a) a preservação do CNPq como Fundação do MCT para o apoio predominantemente à Ciência Fundamental e à Pesquisa Básica, da Finep como órgão de fomento das atividades de Ciência Aplicada e de Pesquisa Tecnológica e do MCT como articulador efetivo das políticas científicas e tecnológicas, nos níveis federal, estadual e municipal; b) a criação de condições efetivas para que o Conselho Deliberativo (CD) exerça o papel para o qual foi originalmente concebido, qual seja, o de instância deliberativa máxima do CNPq; c) a ampliação do alcance do programa de bolsas de produtividade de pesquisa, tendo em vista a crescente demanda qualificada e não atendida; d) a recomposição do orçamento de fomento do CNPq; e) a ampliação do apoio a programas de formação de recursos humanos (Iniciação Científica e Pós-graduação) de qualidade, garantindo-lhes o número adequado de bolsas e as necessidades básicas de infra-estrutura; f) o aprimoramento das estratégias de avaliação qualitativa de indivíduos e instituições envolvidos no Sistema de Ciência e Tecnologia, com vistas à utilização efetiva dos recursos públicos; e, finalmente, g) a criação de uma estrutura própria para abrigar os institutos, atualmente no CNPq, de modo a lhes garantir condições apropriadas de funcionamento e efetiva interação com a comunidade científica do país.

A comunidade científica organizada em torno da SBPC considerou a necessidade de reorganização do

CNPq, mas entendeu que a acumulação das funções de ministro com as de presidente do CNPq e as de secretarias do MCT com as de vice-presidências do CNPq transformam o CNPq em um instrumento de política ministerial, subordinando as atividades de fomento à política de um governo que é transitório.

ASSUMINDO ATIVIDADES

Foi o esforço unificado e unificador que nos deu ânimo para prosseguir as iniciativas da gestão anterior.

O PRÊMIO BRASILEIRO POLÍTICA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Com o apoio financeiro da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, lançamos o Primeiro Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional, contemplando as categorias: livro, tese de doutorado, dissertação de mestrado e artigo. Ao júri – aprovado na última Assembléia Geral da ANPUR e formado pelos nossos colegas Carlos Bernardo Vainer (presidente), Maria Adélia de Souza, Pasqualino Magnavita, Wilson Cano e Wrana Panizzi – coube a imensa e difícil tarefa de escolher, entre os trabalhos inscritos, aqueles que tinham todo o mérito para receberem o prêmio. A quantidade e a qualidade dos trabalhos inscritos revelaram a importância da iniciativa como instrumento de divulgação da nossa área. Tivemos a oportunidade de homenagear e entregar os prêmios aos vencedores em solenidade realizada durante o Seminário Comemorativo dos 15 anos da ANPUR. Fizemos questão de tornar a homenageá-los, publicando neste primeiro número da *Revista da ANPUR* as resenhas e resumos dos trabalhos premiados.

A REVISTA DA ANPUR

As atividades para a organização e edição da *Revista da ANPUR* foram iniciadas desde o início da nossa gestão. Consciente de que a sua concepção envolvia aspectos delicados que deviam ser analisados com cuidado, a Diretoria deliberou constituir um grupo de trabalho formado por pessoas de reconhecida competência e legitimidade: integrantes de diretorias anteriores da ANPUR. Assim, teríamos um grupo portador de uma experiência de, pelo menos, dois anos de convi-

vência próxima e comprometida com a vida da Associação e, portanto, conhecedor dos seus meandros internos. Além disso, pelo seu trânsito nos programas e núcleos de pesquisa filiados à ANPUR, seria capaz de recolher opiniões e sugestões. Esse grupo foi constituído em 8 de abril de 1998, sob a coordenação da diretora Maria Flora Gonçalves, com a seguinte composição: Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR/UFRJ), diretora 1991-1993; Marco Aurélio Filgueiras Gomes (FAU/UFBA), diretor 1991-1993; Maria Adélia de Souza (IFCH/UNICAMP), secretária executiva 1991-1993; Maria Cristina Leme (FAU/USP), diretora 1995-1997; Martim Smolka (IPPUR/UFRJ/Lincoln Institute), presidente 1986-1989; Naia de Oliveira (FEE/RS), secretária executiva 1993-1995; Roberto Monte-Mór (CEDEPLAR/UFMG), diretor 1993-1995.

Como ponto de partida, foi proposta uma programação de trabalho elaborada previamente pela coordenação, abrangendo um roteiro inicial de pontos a serem discutidos, aprofundados e decididos, com respeito à organização editorial e ao conteúdo propriamente da revista. Com o decorrer do trabalho, concluiu-se pelo lançamento inaugural de um número comemorativo dos 15 anos da ANPUR, contendo a Memória dos Presidentes, o melhor do VIII ENANPUR e resenhas dos Prêmios ANPUR 1998.

OS SEMINÁRIOS

Durante a Assembléia Geral da ANPUR, havíamos aprovado 12 seminários que se realizariam durante a nossa gestão. Tendo em vista a grande restrição de recursos financeiros, foram realizados apenas dois:

V SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO

O Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas realizou em Campinas, no período de 14 a 16 de outubro de 1998, o V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – Cidades: Temporalidades em Confronto. O evento, tendo como coordenadora do comitê de organização a professora Ivone Salgado, notabilizou-se pela quantidade e qualidade das apresentações que superaram todas as expectativas. Convém salientar que o seminário não teria sido uma realidade sem o apoio das agências de fomento Capes, CNPq e Fapesp.

SEMINÁRIO “INOVAÇÃO E PERMANÊNCIA NO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: PROJETOS, AGENTES E RECURSOS”

Com o objetivo de comemorar os 15 anos de nossa Associação, a ANPUR promoveu no Rio de Janeiro, em dezembro de 1998, o Seminário “Inovação e permanência no planejamento urbano e regional: projetos, agentes e recursos”. Coube ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a responsabilidade por sua organização. A sua realização, num momento tão adverso, deveu-se, sem dúvida, à determinação da Comissão Organizadora formada pelos professores Ana Clara Torres, Luciana Lago, Dulce Portilho, Carlos Vainer, Hermes Tavares e Frederico Araújo. O encontro teve grande êxito. Na ocasião, ocorreu a solenidade de entrega aos vencedores do Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional. Além do mais, a mesa formada pelos membros da Diretoria da nossa Associação constituiu-se no marco inicial do processo de elaboração do Plano da ANPUR.

ESTREITANDO O INTERCÂMBIO COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS

A ANPUR E AS ASSOCIAÇÕES NACIONAIS

Como desdobramento do I Fórum Nacional de Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais (Rio de Janeiro, 1996) e em resposta à reivindicação de diversas instituições, a SBPC formalizou, em julho de 1997, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) reunindo diversas sociedades científicas, com o objetivo de coletar subsídios e contribuir para a definição de uma política nacional de produção e disseminação de informações sociais, econômicas, demográficas, territoriais e ambientais.

Desse grupo fazem parte a ABA (Antropologia), ABE (Estatística), Abep (Estudos Populacionais), Abrasco (Saúde Coletiva), Ancib (Ciência da Informação), Anpec (Economia), Anpege (Geografia), Anpocs (Ciências Sociais), ANPUR, Cebrap, SBC (Cartografia), e SBEB (Engenharia Biomédica). Reuniões de trabalho foram realizadas alternadamente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, e nelas a ANPUR foi repre-

sentada por Maria Flora Gonçalves, integrante da Diretoria e, mais recentemente, por Jorge Natal (IPPUR/UFRJ).

O GT-Informação está estudando a legislação vigente sobre as informações nacionais e analisando comparativamente as políticas de informações do Brasil e de outros países. Uma lista de discussão foi organizada por meio da Internet. Foi elaborada e aplicada uma consulta aos usuários de informações com um breve questionário distribuído não só aos integrantes das sociedades científicas, mas também a instituições políticas, imprensa e organismos não-governamentais.

A ANPUR estreitou os laços com a Anpocs, Anped, Anpad e SBP, participando da reunião realizada em Belo Horizonte, no dia 22 de fevereiro de 1999. Os objetivos da reunião foram: conhecer as associações e suas respectivas formas de organização e dar início a um diálogo entre as associações da área de Ciências Humanas e Sociais, visando à construção de uma maior representatividade para fortalecer posições ante as agências de fomento ao ensino e à pesquisa. Houve uma profícua troca de experiência, que permitiu reconhecer pontos em torno dos quais poderíamos agir coletivamente. Foi consenso que deveríamos ampliar as discussões, promovendo um *workshop* do qual participasse um maior número de representantes de associações na área de Ciências Humanas e Sociais.

Uma das questões abordadas foram os procedimentos de avaliação dos programas pela Capes. Tendo em vista diversos problemas ocorridos, surgiu a idéia de as associações elaborarem os critérios para as suas respectivas áreas com base em suas particularidades. Mais do que isso, surgiu a proposta de as associações elaborarem projetos a serem apresentados à Capes de forma a viabilizar as avaliações das respectivas áreas.

A ANPUR E A ACSP

No final de 1996, durante a gestão do colega Carlos Vainer, a ANPUR recebeu um convite para participar do encontro da Association of Collegiate Schools of Planning (ACSP), que se realizaria em Fort Lauderdale (Flórida), em novembro de 1997. A partir da mencionada data, aquela diretoria começou a se mobilizar para garantir a nossa presença no encontro. Quando assumimos, solicitamos ao referido colega dar prosseguimento a essa atividade.

Considerando que o tema central do evento era “*Planning in the Americas*”, a preocupação foi ampliar o diálogo da comunidade acadêmica americana com a latino-americana. Assim, propuseram-se sessões que envolvessem brasileiros e latino-americanos em torno de alguns temas de interesse comum e que tivessem sido tratados pela ANPUR em discussões e/ou eventos recentes. Após muitas consultas, foram propostas e realizadas quatro sessões:

- *Critical Issues for Urban Land Policies in Latin America* – Ermínia Maricato (FAU/USP), Samuel Jaramillo (Universidad de Los Andes, Colombia), Martim O. Smolka (Lincoln Institute of Land Policies), William Siembieda (University of New Mexico);
- *Impacts of Nafta and Mercosur in Border Areas* – Naia Oliveira (FEE), Alvaro Lopez Gallero (Universidad de la Republica, Uruguai), Elsa Laurelli (Centro de Estudios Urbanos y Regionales, Argentina);
- *The Construction of the Modern City: Plans and Projects* – Maria Cristina Leme (FAU/USP), Flávio Villança (FAU/USP), Alicia Novick (Universidad de Buenos Aires);
- *The Crisis of Urban and Regional Planning and its Challenges for Education* – Carlos B. Vainer (IPPUR/UFRJ), José Luis Coraggio (Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina), Carlos de Mattos (Instituto de Estudios Urbanos, Universidad Católica, Chile); Samuel Jaramillo (Universidad de Los Andes, Colombia), Biswapriya Sanyal (MIT), William Goldsmith (Cornell University).

Além destas quatro sessões, cabe ressaltar a *Journal Editor's Roundtable: The Roles of Academic Journals in Bridging National Boundaries*, da qual participaram Maria Cristina Leme, representando as publicações brasileiras e os editores de *Journal of Planning Education and Research*, *Journal of American Planning Association*, EURE.

A participação de um expressivo grupo de brasileiros e latino-americanos no Encontro da ACSP abriu as portas para um novo impulso na cooperação entre ANPUR e ACSP. Assim, decidiu-se que a ANPUR e a ACSP organizariam sessões nos seus respectivos encontros. Em novembro, foi realizado o encontro da ACSP em Los Angeles. Infelizmente, a ANPUR não participou. As imensas restrições financeiras fizeram que a atual Diretoria recuasse da empreitada.

No Encontro da ANPUR, em Porto Alegre, está prevista a realização de uma mesa sobre “perspectivas do planejamento urbano e regional”, da qual participarão membros da ANPUR e da ACSP.

INOVANDO NO VIII ENANPUR

A Diretoria inovou em vários aspectos quanto ao VIII ENANPUR. A primeira inovação diz respeito à chamada de trabalhos, em que se evidenciou um apelo para que o Encontro contribuísse no sentido de a ANPUR desempenhar a sua grande função: a de servir de canal para a promoção de um diálogo entre a nossa comunidade e os diferentes segmentos e atores sociais e, especialmente, o governamental. Estávamos todos conscientes de que a ANPUR, mais do que nunca, tinha condições de exercer uma grande responsabilidade política e institucional, transformando-se numa real interlocutora qualificada no campo das questões urbanas e regionais. Para tanto, durante o Encontro deveriam ser apresentadas – além dos avanços no campo teórico, metodológico e instrumental, voltados a contribuir para o processo de conhecimento da nova fase de urbanização e conformação do território brasileiro – propostas alternativas que canalizassem a criatividade, a ciência, a técnica e as expectativas sociais, de forma a proporcionar uma real contribuição no processo de construção da sociedade desejada. Nossa convicção, portanto, era de que a comunidade científica tinha o que dizer e propor. Assim, conclamamos a comunidade não apenas para um balanço acadêmico da produção, mas para um momento de afirmação política do que a nossa universidade tem de melhor: a capacidade de pensar, mobilizar, elaborar idéias, aprender com a história e propor alternativas para um mundo melhor.

A segunda inovação, decorrente da grande quantidade de trabalhos, é que adotamos o procedimento corrente no mundo inteiro quando se trata de um encontro com as dimensões do da ANPUR, ou seja, a seleção deveria ocorrer, no primeiro momento, por meio de resumos, que seriam encaminhados aos coordenadores das áreas temáticas sem a identificação dos autores, uma postura claramente mais democrática que esperamos seja adotada pelas novas gestões.

A terceira inovação foi quanto ao comitê científico. Para cada área temática, haveria uma comissão formada pelo coordenador e por mais dois auxiliares, es-

colhidos de maneira que se garantisse um caráter multidisciplinar ao processo de seleção. Tal decisão, sem dúvida, permitiu uma maior justiça e isenção.

A quarta inovação diz respeito à segunda fase da seleção, feita já com os trabalhos definitivos. Decidimos que em cada área temática não poderia ser escolhido mais de um trabalho por autor, de modo a possibilitar que um maior número de pesquisadores participasse do evento. Além do mais, cada comissão de avaliação deveria indicar o melhor trabalho para ser publicado no primeiro número da *Revista da ANPUR*.

A quinta inovação foi a atribuição dada a cada coordenador de elaborar um documento-síntese, contendo as principais contribuições dos trabalhos selecionados. A idéia é gerar um documento que seja um porta-voz da ANPUR nas agências governamentais, e fortaleça a sua função, de interlocutora qualificada entre a comunidade científica e a sociedade e, especialmente, as entidades governamentais.

Finalmente, cabe registrar que, desde a gestão anterior, surgiu uma enorme preocupação em termos da organização dos encontros. Naquela ocasião, já era evidente que estávamos ingressando num período em que as formas tradicionais de financiamento de eventos científicos estavam esgotadas e deveriam ser substituídas por outras. Tornou-se, portanto, imperativo introduzir modificações diante das enormes restrições orçamentárias com que nos defrontamos para enfrentar um evento de tal dimensão, restrições que tomaram ainda uma maior dimensão neste ano de 1999, com os acontecimentos que presenciamos na economia brasileira. Assim, tomamos a decisão de não financiar os autores dos trabalhos selecionados, que deveriam procurar diretamente as agências de fomento.

CONSTRUINDO O FUTURO

Diante das mudanças em curso no sistema de ciência e tecnologia do país, julgamos, desde o início de nossa gestão, que deveríamos pensar o futuro da ANPUR num espaço maior do que aquele abarcado por uma gestão. Evidenciava-se que os programas dedicados ao planejamento urbano e regional, assim como as demais áreas do ensino e da pesquisa, enfrentariam enormes restrições de recursos.

Diante de tal panorama, ficava claro que deveríamos refletir com cuidado e em conjunto, criando estra-

tégias de sobrevivência para os programas e para a própria ANPUR, estratégias que orientassem os passos das próximas gestões, no sentido de otimizar recursos e fortalecer, pela unidade de ação, a busca de caminhos que propiciem aos programas e núcleos de pesquisa tirar partido da própria diversidade que nos caracteriza.

O momento, portanto, era desafiante e nos impulsionou a pensar e a propor alternativas capazes de, cada vez mais, nos posicionar como agentes transformadores. Com este espírito – fortalecido ainda mais pela convicção de que tínhamos uma Associação que inegavelmente havia atingido a sua maturidade e se constituía em um patrimônio construído, ao longo de 15 anos, com os esforços de pessoas e instituições –, resolvemos deslanchar o processo de elaboração de um Plano para os próximos anos e que, reconhecendo ameaças e identificando desafios, definisse ações que significassem reais melhorias na qualidade do ensino e da pesquisa na área do planejamento urbano e regional, no contexto da universidade do século XXI.

Para a sua elaboração era necessário que a ANPUR viabilizasse recursos. A situação financeira interna da Associação era preocupante e se traduzia, desde o início da gestão, pela total ausência de recursos financeiros para enfrentar suas atividades. Desde a gestão do colega Milton Santos, a entidade operava com o apoio da Finep, mediante um convênio. Este foi cancelado, mas esta agência assinalou para uma última oportunidade. A ANPUR elaborou um Plano de Ação incluindo três atividades básicas: a elaboração de um Plano para as próximas gestões; a operacionalização da entidade durante os seis últimos meses de gestão (fase de transição de uma situação de dependência financeira para uma de auto-sustentabilidade); e a tão esperada *Revista da ANPUR*, instrumento de divulgação dos trabalhos na área de planejamento urbano e regional.

Mais uma vez a Finep nos deu a mão. Aliás, esta agência de fomento tem sido uma parceira importante e permanente da ANPUR, e que acredita na sua relevante função de luta pela melhoria das condições do ensino e da pesquisa. Os recursos foram garantidos.

A mesa composta por membros da Diretoria da ANPUR, durante o seminário “Inovação e permanência no planejamento urbano e regional”, foi o marco inicial do Plano. Nos próximos meses, estaremos com todos os programas associados e filiados discutindo o futuro almejado para a nossa Associação. Evidentemente,

em se tratando de uma situação desejada, o alcance dos objetivos dependerá da adesão de todos os programas no processo de formulação e implementação. De qualquer forma, o Plano será um legado da atual gestão para orientar, pelo menos, as ações das próximas gestões.

Finalmente, registramos que todas essas atividades não teriam sido concretizadas sem o importante apoio do secretário executivo Sílvio Mendes Zanetti e dos diretores Flora Gonçalves, Tânia Fischer e Aldo Paviani.



ARTIGOS

O URBANISMO E O SEU OUTRO:

RAÇA, CULTURA E CIDADE NO BRASIL (1920-1945)

JOSÉ TAVARES CORREIA DE LIRA

R E S U M O *Este trabalho explora algumas matrizes do pensamento social brasileiro em sua abordagem da formação do espaço urbano no país, em particular no que concerne às relações raciais, étnicas e culturais nas cidades. Parte da hipótese de que, a partir dos anos 20, o discurso urbanístico encontra na eugenia e no regionalismo bases confiáveis ao realinhamento nacionalista de sua intervenção técnica no espaço e na cultura de cidades complexamente divididas. Tendo em vista a problemática contemporânea das renovações urbanas, examina as questões de segregação social, distribuição no espaço e identificação cultural de grupos étnicos, nacionais e regionais em estudos e trechos de estudos sobre cidades de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, José Mariano Filho, Donald Pierson e Samuel Lowrie.**

PALAVRAS-CHAVE *Urbanismo; cidade; nação; pensamento social brasileiro; relações raciais; etnicidade; eugenia; culturalismo; regionalismo.*

* Trabalho selecionado da sessão temática 2 – “História urbana: que história temos e qual história queremos?”

INTRODUÇÃO

“a effacé en elle-même la scène fabuleuse qui l'a produite et qui reste néanmoins active, remuante, inscrite à l'encre blanche, dessin invisible et recouvert dans le palimpseste.”

Jacques Derrida

Parece estranho que um discurso tão cifrado tecnicamente e rapidamente integrado na idéia cosmopolita de “plano” como o Urbanismo tenha sido alguma vez seduzido pelo temário localista. Mas o fato é que a afirmação do saber urbanístico no Brasil entre as décadas de 1920 e 1940 não escaparia ao crivo das construções ideológicas características da época que defendiam a adaptação de toda idéia adventícia à realidade do país; mesológica, histórica, étnica, cultural. Um conjunto de temas clássicos do pensamento histórico e social brasileiro logo seria rebatido na reflexão sobre o processo de urbanização e modernização do país, e sobre os conhecimentos e técnicas pretensamente neutros voltados para o traçado, intervenção e controle das cidades. A formação racial do povo e sua importância para se avaliar as condições de progresso do país; a separação ou isolamento físico e social do negro, do imigrante estrangeiro e do mestiço; o risco colocado à unidade nacional pela fragmentação das relações de solidariedade por contingências locais, econômicas, culturais ou raciais; a influência do clima e do meio natural sobre as vocações do brasileiro para a vida política e econômica; o papel do elemento primitivo, étnico, popular ou colonial no estabelecimento de uma fundação nacional singular; o etnocentrismo, separatismo ou culturalismo, ou seja, temas que umas e outras tentativas de compreensão da diversidade regional do país trariam à tona: todo um rol de idéias tão gerais

quanto estas seria também rebatido nas abordagens urbanísticas da cidade. Fosse para criticar as suas realizações, fosse para referendar sua necessidade e legitimar as suas propostas.

O fato é que, como todo e qualquer saber que reivindicasse reconhecimento ou influência naqueles anos, também o urbanismo seria permeado por algumas destas e outras ainda mais obstinadas hipóteses de formação (Arantes, 1997a) do Brasil como nacionalidade, como povo, como Estado. Se de um lado servia para organizar aqui formas capitalistas de divisão e organização do espaço e da vida coletiva (Fernandes & Gomes, 1992; Ribeiro & Pechman, 1996; Padilha, 1998), algo para que a “genética” da sociedade brasileira nem sempre foi capaz de atentar; de outro, sua história cultural poderia revelar o lugar desta disciplina no movimento mais amplo de discernimento da identidade nacional.

É neste sentido que, no horizonte deste trabalho, proponho reinscrever o ponto de vista urbanístico no bojo da discussão raça/cultura no Brasil. Ponto central das plataformas nacionalistas até pelo menos a década de 1940, instância razoável de avaliação da atualidade política e relevância social de quase toda opinião que entrasse em voga no período, estes dois conceitos centrais ao desenvolvimento da Antropologia no país (Correa, 1982) seriam freqüentemente mobilizados em prol do autoconhecimento do brasileiro com a explicação de seu passado. E isto antes e ao mesmo tempo que o ensaio histórico se enviesava em interpretações radicais do Brasil. De fato, escorando-se no imenso debate iniciado por volta de 1880 sobre as virtudes e mazelas do cruzamento racial para o destino da nação, o discurso do racismo científico, sob o influxo da leitura dos trabalhos de Franz Boas em antropologia cultural, sofreria um deslocamento no início do século XX. Com Boas, descobre-se que o mundo na verdade era povoado por poucas raças, um emaranhado de cores, crânios e cabelos e um sem-número de culturas. Alberto Torres, por exemplo, leitor de Boas,¹ sensível ao ideário nativista e um dos mais severos críticos do etnocentrismo das teorias racistas em vigor, já no início do século encontraria na educação e na cultura do brasileiro a raiz do problema nacional.² Mais do que efeito da constituição racial do povo, este problema nacional ou bem resultaria da alienação das elites da realidade brasileira, ou bem da inexistência no país de uma herança instintiva de tradições e costumes, o que ele chama de “nacionalidade”. Daí a necessidade, tão retórica quanto politicamente recomendável, de se traduzir o termo “raça” por “cultura”, afinal a resolução dos problemas brasileiros, a regeneração e a reivindicação de uma identidade mestiça para o povo – a exemplo do homem latino-americano – deveria ser pensada no âmbito das “soluções nacionais” e não importadas de ambientes e sociedades alienígenas (Torres, 1914, p.41, 83-6, 91-2). Só assim a inferioridade do povo, acidental em vez de biológica, poderia ser desfatalizada e o caráter nacional, necessariamente artificial, formado.

Ora, evidentemente esta passagem da explicação racial para a explicação cultural do atraso do país está no mais das vezes comprometida com uma leitura otimista, e até ufanista, do destino nacional (Candido, 1995). Ao rejeitar-se a tese que via no fomento à imigração maciça de trabalhadores europeus para o país a única saída para a inferioridade brasileira, propunha-se mais uma vez a valorização das três raças formadoras em suas necessidades e potencialidades. Se a observação dos níveis de educação da população, de seu estado de saúde, condições de trabalho e moradia, costumes, vícios e manifestações culturais porventura descortinasse os problemas ingentes à sociedade brasileira, o retorno à realidade nacional doravante significava então conhecer empiricamente o povo brasileiro. Compreende-se assim, o enorme interesse do Estado e de setores da burguesia ilustrada nas expedições sanitárias pelo interior do Brasil, nas enquetes domiciliárias, nas pes-

1 BOAS, F., “Changes in Bodily Form of Descendants of Immigrants”, in *Senate Documents*, Washington, 1910-1911. Trabalho ainda situado no campo de seus estudos em antropologia física, Boas revela aqui a sua insatisfação com as definições contemporâneas de raça, as quais que insistiam em fixar médias e tipos puros com base em exames de fósseis e material esqueletico. Suas observações sobre a instabilidade dos tipos humanos e os mecanismos de hereditariedade, seus estudos sobre o peso dos quadros de vida das populações, das linhagens familiares e das idades infantis questionam radicalmente as teses da imutabilidade das características raciais. *Anthropology and Modern Life* é um texto despretençioso que afetaria a imaginação antropológica moderna de maneira decisiva. Ver o artigo de MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L., “O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual”, in MAIO, M. C., SANTOS, R. V., *Raça, ciência e sociedade*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p.109-10.

2 “Recentes investigações, do mais illustre, talvez, dos antropologistas americanos, o Sr. Boas, demonstraram que os caracteres somáticos de uma raça alteram-se notavelmente, de uma geração para outra, com a simples mudança para um meio novo”. Na verdade, Torres reaproxima o pensamento de Boas ao determinismo mesológico e social de Ratzel em relação ao peso tradicional conferido aos caracteres étnicos. Cf. TORRES, A., *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p.9-49. SKIDMORE, T. E., *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.136-8.

quisas lingüísticas e folclóricas, nas campanhas educacionais e mesmo nas políticas de estradas desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX.

A verdade é que se já nas primeiras ações de disciplinamento legal, policiamento e medicalização do espaço urbano e da habitação proletária observa-se uma grande suscetibilidade do discurso sanitarista para com preocupações com a moral, a família, os costumes, a sensibilidade, a sexualidade e a reprodução (Machado, 1978; Costa, 1979; Rago, 1985; Adorno, 1990; Lira, 1993; Carpintéro, 1997),³ a definição de um espaço profissional específico ao urbanismo nos anos 20 irá testemunhar e reforçar o prestígio da eugenia como ciência médica.

De fato, confrontando-se com os supostos males trazidos pelos primeiros povoadores e levadas mais recentes de imigrantes, os eugenistas começam neste momento a afirmar a necessidade de proteger a sociedade das raças nocivas – os africanos e asiáticos em particular – e da ameaça da degeneração. As práticas norte-americanas e sul-africanas de seleção de imigrantes são enaltecidas como exemplo de condução do processo de formação racial em países novos. Em 1921, um artigo publicado em revista ligada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, *Brazil Médico*, pelo doutor Renato Kehl, apóia o modelo de esterilização adotado em diversos estados norte-americanos. Até porque o diagnóstico da população brasileira era dos mais alarmantes: “Se fosse possível dar um balanço entre a nossa população, entre os que produzem, que impulsionam a grande roda do progresso de um lado e do bem estar e de outro lado os parasitas, os indigentes, criminosos e doentes que nada fazem, que estão nas prisões, nos hospitais e nos asilos; os mendigos que perambulam pelas ruas ... os amoraís, os loucos; a prole de gente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, da trapaça ... a porcentagem desses últimos é verdadeiramente apavorante... Os médicos e eugenistas convencidos desta triste realidade procuram a solução para esse problema e de como evitar esse processo de degeneração ... é preciso evitar a proliferação desses doentes, incapazes e loucos ...” (Schwarcz, 1993, p.233-4).

Apesar de jamais vir a ser adotado no Brasil, este modelo de esterilização atua no horizonte de uma biopolítica da população nacional de modo a ampliar ainda mais o alvo original. Se já nos Estados Unidos estas leis incidem especialmente sobre a população pobre e freqüentemente negra, agora todos os portadores de anormalidades físicas, mentais, sexuais ou morais, incluídos aí os mendigos, os indigentes, os pouco inteligentes, os inválidos e desocupados devem ser impedidos de procriar. A eugenia surge então como força capaz de transformar a nação em um corpo homogêneo e saudável. Adquirindo ares de nova gestora da espécie multirracial que compunha a grande nação, permitiria a “arregimentação de suas forças, o aperfeiçoamento de nossa raça, a cultura física aprimorada de nossa gente, o levantamento de nossas energias futuras, a constituição de um povo forte e valentemente argamassado na sua organização plástica, de um povo sadio, esbelto, sacudido, liberto de sobrecargas hereditárias, imune de taras malsãs”.⁴

Daí em diante, uma insidiosa medicalização será parte constitutiva do discurso sobre a cidade. Mas não exclusiva. Este trabalho não tem como objetivo analisar a fundo e em separado uma ou outra matriz de reflexão sobre a cidade – como espaço de contato entre raças, como espaço de degeneração ou segregação de etnias, hibridismo ou caldeamento de influências culturais e nacionais diversas. Tampouco ele visa se ater ao discurso especializado do urbanismo em busca de tais ou quais ressonâncias eloqüentes de pressupostos sociais, sanitários e eugênicos retirados ao debate político e intelectual mais acalentado. Antes ao contrário, tendo em vista o interesse despertado pelos problemas da urbanização e do urbanismo nascentes entre falas – ainda que das mais leigas – autorizadas na

3 A inspiração teórica é principalmente retirada de todo um conjunto de trabalhos franceses sobre a medicina social e a medicalização da raça, a governamentalidade e a família, o conforto e a intimidade, a ética, a subjetividade moral e a estética da existência. Cf. ARIES, P., *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, Paris: Plom, 1960; FOUCAULT, M., *Histoire de la Sexualité*, Paris: Gallimard, 1976 e 1978; DONZELOT, J., *La Police des Familles*, Paris: Minit, 1977; BEGUIN, F. “Les Machineries Anglaises du Confort”, in *Recherches*, 29, p.155-85, dez. 1977; CORBIN, A., *Le Miasme et la Jonquille*, Paris: Aubier Montaigne, 1982.

4 ANNAES DE EUGENIA, São Paulo, 1919, p.49, apud MARQUES, V. B., *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*, Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p.62.

discussão da identidade nacional no Brasil, tentarei aqui situar alguns dos pressupostos com os quais as práticas e idéias urbanísticas teriam necessariamente que se haver ou se defrontar naqueles anos. Esta inversão de perspectiva, do pensamento social ao saber urbanístico, talvez nos ajude a situar alguns parâmetros históricos de compreensão, crítica e análise da cidade no Brasil, bem como suas idealizações, propostas e modelos urbanísticos.

Não são poucos os autores que, partindo de áreas de conhecimento como a história, a sociologia, a antropologia ou a medicina, debruçaram-se sobre o fenômeno urbano, as tendências de urbanização e as práticas urbanísticas no Brasil a partir dos anos 20. Oliveira Vianna, por exemplo, discípulo de Alberto Torres, será o principal formulador de uma ideologia ruralista como forma de proteção das virtudes aristocráticas da pequena aglomeração meridional contra os riscos eugênicos das cidades tentaculares. José Mariano Filho, expoente do movimento de revivescência colonial, por sua vez, será um dos que melhor traduzirão este sentimento aristocrático antiurbano para uma reflexão engajada em temas específicos de arquitetura e urbanismo. Sua militância, como tal, terá como meta também a segregação residencial das cidades, incidindo contra os cortiços étnicos e lugares usuais de habitação de negros e mestiços. Discursos nacionalistas de megalomania racial que logo pedirão uma contrapartida acadêmica mais discreta. As análises da origem, composição e distribuição das populações urbanas, dos enquistamentos e tendências de miscigenação, aculturação, assimilação, contato e sobrevivência de grupos étnicos e nacionais nas cidades, de um Donald Pierson, um Samuel Lowrie, um Oscar Egídio, surgirão no final dos anos 30, como esforço de atualização das teses sobre as relações raciais no país. Ora passando à aplicação técnica da teoria do *melting-pot*, ora avizinhandose de pressupostos retirados à antropologia da cultura, este conhecimento dito científico da sociedade mais uma vez se realinha no debate ideológico do período. Além do próprio Oliveira Vianna, duas das principais referências destes estudos serão os trabalhos de Arthur Ramos e Gilberto Freyre. Com este último, a reabilitação da contribuição africana à chamada cultura brasileira, a interpretação reconciliadora dos processos de mestiçagem, aculturação, aclimação e hibridização; a interpretação em bases culturalistas ou ecológicas dos processos de povoamento e contatos raciais no país servirão de apoio à crítica da uniformização urbanística e descaracterização das cidades brasileiras em favor de suas particularidades históricas, estéticas e antropológicas. É este número de vertentes, suas leituras e imagens da cidade no Brasil, que muitas vezes influenciaram o texto especializado do engenheiro, do arquiteto e do urbanista, que tentarei examinar neste momento.

SABER A CIDADE E ESTRATÉGIAS URBANAS

O próprio tema, aliás, exige que atravessemos campos de conhecimento distintos, áreas de conhecimento nem sempre associadas. E isto por duas razões básicas. Em primeiro lugar, por uma razão histórica. Trata-se de um momento de afirmação do pensamento urbanístico como campo disciplinar isolado. Isto é, um momento em que apenas começa a constituir a sua literatura, os seus referenciais metodológicos, o seu vocabulário, valendo-se para tal de um prestígio recentemente conquistado ante as administrações públicas para intervir, coordenar e planejar intervenções nas cidades. Momento, portanto, em que o urbanismo não se apresenta inteiramente dissociado de outras áreas técnicas e científicas. Nem da medicina higienista e da higiene legal, nem da engenharia sanitária – áreas cujo prestígio político e profissional, é bem sabido, constituem a história primitiva deste campo (Marques, 1995) –, mas também endividando-se com um leque muito

amplo de ramificações especializadas da química, da mecânica, da hidráulica, da geologia, da topografia, da cartografia, da estatística, da demografia e com outras.

A bibliografia em torno da influência decisiva do sanitarismo na conformação de saberes e práticas – sobre a habitação, a aglomeração populacional, a higiene pública e domiciliar, o tratamento dos solos e das massas de água etc. – que pouco mais ou menos por estes anos, no Brasil, tenderiam a ser identificados como urbanísticos, é bastante vasta (Costa, 1987; Lopes, 1988; Benchimol, 1990; Andrade, 1992; Vaz, 1994; Moreira, 1994; Lira, 1995). É provável que a ênfase dada à contribuição do médico, do engenheiro e do perito em higiene legal tenha retardado o reconhecimento do papel de saberes como a antropologia, a etnografia e mesmo a sociologia na formação e legitimação do discurso do urbanismo. É possível até que a ascensão, entre 1910 e 1920, de um argumento nacionalista a reivindicar a precedência de causas higiênicas e sociais de “nossa decadência” (Schwarcz, 1993, p.168; Santos, 1985; Lima & Hochman, 1996) tenha ampliado as possibilidades de abordagem dos males do Brasil e de regeneração do homem nacional para além de razões étnicas e raciais até então indiscutíveis. Mais ainda, se o conceito de raça no Brasil, freqüentemente confundido com os conceitos de povo e de nação (Fonseca, 1992), serviu no mais das vezes para descrever obstáculos intransponíveis, não é de se estranhar também que o discurso da doença e do saneamento do país tenha de fato contribuído com mais força para referendar e exaltar a disciplina urbanística em sua função modernizadora da nação.

Contudo, nada disso nos impede de reconhecer aí mesmo o realinhamento no campo das abordagens sanitárias e urbanísticas da cidade, em termos aceitáveis, do discurso da raça e da cultura no debate da cidade. Em duplo sentido. De um lado, serve para contrapor a um meio urbano visto como degenerador uma cidade asséptica, civilizada e domesticada para as funções do trabalho, mas também “eugênica”, quer dizer, racialmente higienizada.⁵ Não por acaso, engenheiros, arquitetos e médicos higienistas não deixarão de pontuar o papel eugênico de suas ações urbanas, ora manipulando explicitamente o vocabulário da raça, ora atualizando em propostas de limpeza urbana, tratamento de morros e alagados e definição, entre bairros nobres arianizados e bairros-jardins operários, de cordões verdes, *parkways* e parques urbanos, atualizando, repito, aquilo que os cientistas sociais e críticos da cultura até hoje não cessam de perguntar a respeito do Brasil. Como se formulam as diferenças nesta sociedade em que a brutalidade lançada contra a enorme fração dos não-brancos é reiteradamente jogada na ambigüidade, suavizada e apagada na imagem de um povo que, sem cor nem raça, aparece sempre como constituído de desiguais econômicos e sociais, pobres e ricos, famintos e esbanjadores, povão e elites, pivetes e mauricinhos?⁶ As já tradicionais maneiras brasileiras de fazer habitação popular, rasgar eixos de ligação viária pela cidade, gerir o tráfego, o comércio e a habitação de rua, o fluxo de pedestres, mendigos e rapazes de cor pelas ruas, excluindo de seu horizonte as práticas proletárias de resolução de seus problemas de consumo e assistência, circulação, lazer, trabalho e residência nas cidades, são emblemáticas.

De outro lado, porém, serve para transformar em atração pitoresca, em raridade museográfica, em charmoso exotismo; aquilo que nas cidades até então surgia como degradante: a mistura e o contato entre as raças, a diversidade étnica, o patrimônio histórico, artístico e etnográfico, os guetos nacionais e regiões culturais, toda expressão de recesso e interação social, toda predominância de cor africana ou indígena, as festas e hábitos populares, as brincadeiras de rua, as lendas e os mitos, o fetichismo, o animismo e o sincretismo religioso, o cheiro forte, a espontaneidade da gente simples, a arquitetura

5 Murard & Zylberman mostraram como o discurso higienista e a eugenia, a despeito de seus pressupostos contraditórios de mesologia e hereditariedade, entrelaçam-se aos nacionalismos e imperialismos europeus do entre-guerras como discurso de higiene da geração, conservação da pureza do sangue, proteção do capital racial e reconstrução biológica dos povos, cf. MURARD, L., ZYLBERMAN, P., “La Cité Eugénique”, in *Recherches*, n.29, p.423-53, dez. 1977.

6 A análise de Gonçalves & Maggie sobre as repercussões do assassinato de crianças e adolescentes de rua (todos viram que eram negros ou quase negros, mas ninguém disse isso), em frente à Igreja da Candelária no Rio de Janeiro, repõe a eterna questão de sermos ou não um povo racista. GONÇALVES, M. A., MAGGIE, Y., “Pessoas fora do lugar: a produção da diferença no Brasil”, in VILLAS BÔAS, G., GONÇALVES, M. A. (Orgs.), *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p.165-76.

popular ou vegetal, a flora local, o negro, o mulato, o mestiço, o operário, o estrangeiro. Contornando e iludindo estigmas de raça e de cor pela valorização nas relações entre os diferentes de outras características e qualidades como simpatia, inteligência, riqueza e beleza, estes adeptos da cultura brasileira como cultura híbrida e original, ao invés de ampliarem o universo da nacionalidade, contribuíram para especificar as instâncias em que a mobilidade social, a ocupação do espaço público, o reconhecimento da integridade física, dignidade moral e igualdade jurídica dos pobres e miseráveis urbanos são concebíveis. Entre os beneficiários eventuais desta concepção de cidadania cultural, um e outro jogador de futebol, um e outro músico ou cantor, uma e outra mulata ou pai de santo; enquanto uma multidão de negros, morenos, escuros e pardos, ainda que se saindo bem no botequim, no carnaval, no bate-papo, na torcida, na batucada, no terreiro ou na capoeira, continuam a enfrentar enormes dificuldades no trabalho e na procura do trabalho, no mercado matrimonial, na paquera e nos contatos com a polícia.⁷ Ao fim e ao cabo, o que vemos nos grandes projetos de renovação urbana e ampliação dos espaços da cultura é a transformação de muitas das cidades e trechos de cidades brasileiras em palcos e vitrines de tradições, histórias e manifestações culturais que, rearranjadas ao sabor das expectativas de seu público, seja ele feito de uma classe média aborrecida, turistas mal informados ou ávidos consumidores de novidades, parecem nos colocar novamente diante da questão de sermos ou não um povo interessante.

7 E isto mesmo em Salvador, freqüentemente considerada a capital do afro-brasileirismo, cf. SANSONE, L., "As relações raciais em Casa-Grande & Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização", in MAIO, M. C., SANTOS, R. V., op. cit., 1996, p.210.

Estas questões nos levam imediatamente à outra razão que anima este ensaio: aos efeitos mundiais das migrações pós-coloniais e processos de racialização nas cidades pós-modernas (Cross & Keith, 1995) face a megalomania e o encantamento que as imagens das novas cidades globais ou das metrópoles regionais, culturais ou multiculturais têm projetado mundo afora (Westwood & Williams, 1997; Canclini, 1997). Não irei discutir aqui as razões deste otimismo com o entretenimento arquitetônico e espetáculo histórico que estas cidades nos possibilitam em suas feições cuidadosamente montadas ou simplesmente arranjadas por justaposição de episódios ao sabor dos arquitetos e promotores imobiliários (Boyer, 1996). Nem tratarei das razões – óbvias ou inconfessáveis – da acolhida favorável da maioria destas operações urbanas nos meios políticos, empresariais, profissionais e de comunicação, ou em relação ao imenso público que delas se beneficia ou imagina beneficiar-se. Mas creio ser necessário pontuar o que nestes investimentos contemporâneos nas cidades – em infra-estrutura e novidades tecnológicas, em obras monumentais, revitalização de antigos centros históricos, equipagem cultural, turística e de consumo, no financiamento do chamado "terciário qualificado" – nos remete a antigas questões de limpeza socioétnica e identificação cultural de comunidades ou sítios específicos.

Pode-se supor que se trata de mais um tema acadêmico que diria respeito a quase nenhum de nós. No entanto esta tentativa de revisão histórica do pensamento urbanístico à luz de um tema caro à antropologia ganha interesse em um presente tensionado por conflitos étnicos e nacionais em toda parte. A sua evidência midiática atual não esconde, porém, o seu passado. Das dramáticas cenas de sovas policiais contra jovens negros ou centros sociais de migrantes procedentes do Novo *Commonwealth* inglês no pós-guerra aos programas urbanos de recuperação das *inner-city areas*; das *riots* da população negra inglesa em Bristol, em Birmingham e várias outras cidades do país na década de 1980 aos *nigger hunting* e *paki bashing* da Londres contemporânea (Keith, 1989; Cohen, 1997; Hesse, 1997);⁸ da *gentrification* sofrida por áreas históricas de cidades como Barcelona, Nova York, Paris ou Buenos Aires e da transformação de trechos inteiros de cidades tro-

8 Ver também HALL, P., *Cities of Tomorrow*, Oxford: Blackwell, 1992, p.346.

picais em *resorts* turísticos, aos combates raciais e à enorme divisão étnica do espaço desta cidade freqüentemente tomada como paradigma da pós-modernidade que é Los Angeles, configuram um momento em que as cidades se tornam o lugar preferencial de multiplicação, acirramento e fragmentação de batalhas. É nelas e a partir delas também que suas razões – científicas, políticas, éticas, estéticas ou econômicas – são produzidas, difundidas e postas em atividade. De fato, a recuperação do prestígio do chauvinismo de matizes diversos (não apenas racial, mas também sexual, religioso, estético), a polêmica multiculturalista em meio às tendências contemporâneas para a separação e integração entre povos e nações, o recrudescimento das pautas regionalistas e nacionalistas *vis-à-vis* o enorme rearranjo populacional global encontram hoje nas cidades um microcosmo privilegiado para a observação, compreensão e regulação das tensões características das sociedades contemporâneas. Raspar uma ou duas camadas por baixo do discurso urbanístico que pretende amortecê-las, talvez nos ajude a redescobrir o seu princípio ativo.

RENOVAÇÃO URBANA, EXCLUSÃO E RACIONALIZAÇÃO DO OUTRO

Como se sabe, no Brasil, a passagem entre a medicina social e a medicina da hereditariedade é bastante estreita. Isto talvez se deva ao fato de o fortalecimento dos organismos, inspetorias e repartições de higiene pública, sem contar o influxo da bacteriologia, coincidir aqui, historicamente, com o fim da escravidão africana e início da imigração em massa de europeus. As transformações na força de trabalho nacional que daí decorreriam, com a ocupação da cidade por escravos “ao ganho”, libertos e imigrantes pobres, irão produzir gradualmente uma associação entre as questões de raça, doença, trabalho e pobreza. No Rio de Janeiro das últimas décadas do século XIX, a questão da habitação não por acaso irá aparecer às elites políticas locais como perigo colocado pela proximidade entre negros e brancos. Afinal, “o tempo dos cortiços no Rio foi também da intensificação das lutas dos negros pela liberdade, e isto provavelmente teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores” (Chalhoub, 1996, p.29; Rolnik, 1997, p.61-78). Em São Paulo, à rejeição dos modos de vida da população preta e mulata, juntar-se-ia o temor aos imigrantes na medida em que o grosso dos trabalhadores importados originava-se do que se considerava então as piores raças da Europa, os italianos, os espanhóis e os portugueses (Sampaio & Lanna, 1997). O medo da proliferação de epidemias na cidade incentivaria investimentos públicos em saneamento, além de restrições ao número de imigrantes a partir de 1900 (Rolnik, 1997, p.39). Chalhoub (1996) e Vaz (1985, 1994) traçaram o paralelo entre o período das demolições de cortiços na capital federal e a freqüente referência a tais moradias como foco de rebeliões proletárias e asilo de escravos fugidos, libertos ou “vivendo sobre si”, portugueses recém-chegados, malfeitores e ratoneiros de toda espécie na cidade. Na Porto Alegre pós-abolicionista, Pesavento (1997) destacou uma curiosa inversão de sentido pela qual um destes aglomerados fortemente estigmatizados de negros libertos no terceiro distrito da cidade receberia o nome de “*Colônia* – não de imigrantes alemães ou italianos – *Africana*”.

Ora, esta tendência de cunho sanitário, para a expulsão das classes populares das áreas centrais da cidade, surgiria na década de 1920 também como imperativo eugênico. No Recife, por exemplo, as propostas mais autorizadas de planificação e higienização desta cidade marcada por circunstâncias naturais de bacia estuarina, com suas ilhotas, gamboas, manguezais, baixios e depressões muito procurados pelos habitantes pobres para construir as suas casas, não prescindiriam de justificativas de cunho racial. Afinal, dizia

9 Cf. ainda: OLIVEIRA, J. C. de, "Saneamento das cidades", in *Boletim de Engenharia*, n.6, v.4, p.130-3, ago. 1930.

um eminente engenheiro sanitário da cidade, a higiene e a eugenia "são duas ciências que precisam caminhar emparelhadas, uma complementar da outra ... a primeira cuida da cidade, e a segunda aperfeiçoa a raça de cuja perfeição e vitalidade muito depende o progresso do Paiz". (Pereira, 1928, p.72).⁹ A política de habitação popular ali levada adiante a partir da segunda metade da década de 1930, em pleno Estado Novo, ao iniciar a cruzada de demolição dos mocambos urbanos não deixaria de especificar fronteiras intransponíveis a estes estigmas africanos de miséria e barbárie (Lira, 1996, 1998).

É de se perguntar o que destas medidas profiláticas persistiu nas práticas contemporâneas de remoção de favelas. Um estudo recente das negociações e conflitos envolvidos na remoção das favelas do córrego Água Espraiada nos apresenta um caso exemplar de constituição das fronteiras pós-modernas desta nova São Paulo definida pela parceria entre a municipalidade e o capital financeiro e imobiliário (Fix, 1996). Enquanto às margens do rio Pinheiros e na área da avenida Luís Carlos Berrini, imensas torres de escritórios de empresas como Xerox, Ford, Basf, Black & Decker, Nestlé, Philips, sedes bancárias, *shopping centers*, espaços de convenções, luxuosos hotéis e condomínios residenciais protegidos por botões de pânico e outros megaprojetos como o World Trade Center, o Plaza Centenário, o Centro Empresarial das Nações Unidas etc., definem o paradigma local da cidade global com os requintes tecnológicos, estéticos e funcionais que o caracterizam, a ação pública na região revela a incivilidade que este modelo de intervenção esforça-se por reiterar. Os depoimentos recolhidos de moradores e assistentes sociais envolvidos na questão habitacional que ali se produziu são ilustrativos. A remoção de algumas dezenas de milhares de pessoas em prol da consolidação do complexo de túneis, viadutos e anéis que, ao lado de suas novas ligações aeroviárias, garantem estrategicamente a consolidação do novo pólo metropolitano afasta da cidade qualquer traço da antiga ocupação. Denúncias de suborno, intimidação e malversação das verbas de indenização, assassinato e indução ao desespero de moradores indefesos, mentiras e arbitrariedades no tratamento das famílias desabrigadas amontoam-se em um cortejo de atrocidades cometidas contra milhares de cidadãos. Se as exigências da circulação e da articulação viária, ainda que anacronicamente declaradas irrevogáveis, sombreiam os velhos discursos da higiene e da eugenia, os verdadeiros campos de concentração – piores do que cadeias, segundo alguns moradores – em que se "ensardinham" *provisoriamente* os desalojados, as "alternativas habitacionais" apresentadas a até 50 km de distância do local, 18 km da última estação de metrô da zona leste da cidade, a composição étnica e social desta população quase inteiramente formada de imigrantes pobres da Paraíba, Pernambuco e Bahia dão o que pensar.

Iniciativa específica, mas que se soma a todo um modo de intervir nas cidades contemporâneas. Lembrem, por exemplo, iniciativas em Puerto Moreno, Puerto Madero e Catalinas, a nova *city* de Buenos Aires, nos quais o governo da cidade, por sua vez, segue de perto os passos de administrações como as de Boston, Baltimore ou Londres na reinvenção destas problemáticas noções de *Waterfront*, *Harbor* e *Docklands* como ícones de renovação e regeneração urbana (Keith & Cross, 1995, p.9; Gans, 1982, p.323-46; Hall, 1992, p.343-61). A lição seria bem aprendida: grandes áreas decaídas, recém-descobertas por uma elite negociante a combinarem, com a cooperação do setor público, investimentos em recreação, cultura, comércio e habitação de renda mista pelo reaproveitamento ou reciclagem de velhas estruturas. Sua clientela preferencial: jovens profissionais urbanos entediados, e logo depois, ou ao mesmo tempo, turistas.

A requalificação de todo um antigo trecho portuário e ferroviário da cidade de Buenos Aires utiliza argumentos estéticos, funcionais e econômicos para dar prosseguir

mento à idéia cara aos administradores do período ditatorial de uma capital federal como “*vidriera del país*” (Gutierrez, 1992, p.274-8). Se o tratamento do Puerto Madero em tudo parece privilegiar a velha política de incentivo à especulação imobiliária e segregação residencial na cidade, financiando a instalação de setores médios e altos da sociedade portenha, removendo *villas de emergencia* e aumentando o caos na periferia e na província, o contraste com o intenso uso da Costanera Sur, historicamente consolidada como balneário popular da cidade¹⁰ é tão emblemático quanto temerário. O Proyecto Retiro, em particular, envolvendo a “parquização” e construção de um grande complexo de transportes, hotéis, *shoppings* e serviços na área, elaborado pelos “operadores projetuais”, para usar uma expressão de Gutierrez, os arquitetos Baudizzone, Lestard e Varas, e aprovado em 1996, simplesmente exclui toda ocupação *villera* da área, marco de resistência às tentativas de expulsão dos setores populares do centro. Os habitantes da Villa 31, muitos dos quais imigrados das regiões mais pobres da Argentina, mas também bolivianos, paraguaios, chilenos e uruguaios, legal e ilegalmente estabelecidos no país, ameaçados de remoção, por sua vez, reagem a este modelo de cidade indiferente às suas condições de residência, trabalho, lazer e circulação e se apresentam: “*la Villa 31 está hace más de 35 años, tiene una organización social, una historia, esta amparada legalmente (decreto 1001, ordenanzas 44873, 23967, etc.). Nuestro barrio tiene centros comunitarios, tiene un centro de salud, una escuela, jardines y guarderías, iglesias y templos. Llamarla asentamiento apunta a quitarle sus logros, su historia y su legalidad*”. Como tal, nos comedores, centros religiosos e *ecoclubs* populares uma posição em favor da “radicação” é aprofundada ao mesmo tempo em que se estabelece um trabalho de conscientização da população indígena e estrangeira sobre sua vulnerabilidade como habitante da capital argentina. Um periódico local, editado pelos jovens do bairro, parece assinalar que antes de se constituir em uma cidade global é preciso que se reconheça a universalidade dos direitos do cidadão: “*Toda persona tiene derechos, todo inmigrante, documentado o no, tiene derechos. Estos incluyen: derecho a la identidad, derecho a la educación, derecho a la salud, derecho al trabajo, derecho a la integridad física, derecho a la libertad etc...*”¹¹. Se uma opinião ufanista já se põe em alvoroço quando o assunto é a requalificação das grandes áreas desativadas e segregadas dos portos brasileiros, como os do Rio, do Recife ou de Santos, não será de estranhar que se esqueçam mais uma vez os usos informais, ilícitos ou imprevistos que os setores populares costumam desenvolver por aquelas bandas da cidade.

CULTURALIDADE URBANA E REGIONALISMO PÓS-CRÍTICO

É talvez necessário realizar uma história das idéias aparentadas e da própria noção de degradação urbana para se ter em conta o significado das intervenções recentes nos velhos centros das cidades, pois, via de regra, o espaço urbano contemporâneo tende a negar sua centralidade histórica. Ou melhor, tende à pluricentralidade com a multiplicação, sobretudo nas megalópolis modernas, dos focos de urbanização (Canclini, 1997, p.81-5). A proliferação de *shoppings* ou de feiras, de centros administrativos, distritos industriais e centros turísticos ou culturais, de condomínios fechados e conjuntos habitacionais, estações de metrô e outros tipos de urbanização embaralham as noções de centro e periferia e contribuem para diluir os referenciais de distância, limite e localização para quem vive em uma grande cidade. Milton Santos, convidado recentemente a refletir sobre Salvador, recolocou os marcos de uma pesquisa histórica do centro.¹²

10 Ainda que o projeto original, do urbanista francês Forestier, já compromettesse a idéia de recuperar o rio para a cidade na proposta de construção de palácios, hotéis de luxo, vilas e blocos de casas para aluguel destinados a uma clientela de alta renda. GUTIERREZ, R., op. cit., 1992, p.157-8.

11 Acción 31, Periódico Comunitario Mensual, n.3, Buenos Aires, abr./mai. 1998.

12 De um centro antigo, monopólico à multipolarização e espraiamento do centro tradicional a partir da década de 1960 quando se observa “uma pequena, depois grande decadência do velho centro”. O momento atual é justamente caracterizado pelo “rejuvenescimento parcial do centro velho adaptado às exigências do turismo e dos turistas”. SANTOS, M., “Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea”, in GOMES, M. A., *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*, Salvador: UFBA, 1995, p.11-29.

O fato é que a uma perda da experiência de conjunto do espaço urbano, a uma existência que cada vez mais se resolve no pequeno enclave e no deslocamento funcional, corresponderá, do final dos anos 70 para cá, o aparecimento de toda uma corrente urbanística dedicada ao tratamento de áreas específicas da cidade consideradas estratégicas para o seu desenvolvimento econômico.¹³ É neste encurtamento da abordagem urbanística da cidade, costumeiramente chamado de “projeto urbano” ou “operação urbana”, que se pode comentar as iniciativas em revitalização de centros históricos, animação de pólos culturais e reciclagem de antigas estruturas arquitetônicas adaptadas a novos usos. Hall chamou a atenção para o reforço de empreendimentos como estes nos Estados Unidos e Europa em conjunturas de recessão e crise econômica. Doravante a legitimidade e os modos de percepção do planejamento seriam transformados radicalmente. As “*decaying inner cities*”, em meio à enorme desindustrialização das áreas urbanas, reestruturação, incremento da competição internacional, vão tornando-se objeto privilegiado de atenção política. Em primeiro lugar, como forma de responder ao aumento das tensões étnicas e sociais nestas partes decaídas da cidade – contudo, logo se percebeu o crescimento da concentração de capital e a perda de poder das autoridades locais para conselhos administrativos de empresas multinacionais cada vez mais distantes –, em segundo lugar, como estratégia de desenvolvimento econômico a qualquer custo das áreas urbanas com o redirecionamento de investimentos públicos e privados para atividades como turismo, lazer e cultura (Hall, 1992, p.346-7).

Pois bem, é nessas circunstâncias que se passa a cogitar sobre a revalorização de áreas históricas, a criação de espaços de alimentação e exibição artística, a demarcação de referenciais identitários das localidades, em grande parte com vistas à promoção turística e comercial, “gentrificação” ou “yuppização”, bem como à dinamização do mercado imobiliário em áreas prejudicadas pela migração histórica de atividades e capitais. Otilia Arantes destacou as ilusões de inclusão cultural que iniciativas como estas têm projetado: “As ditas identidades, esvaziadas de qualquer substrato material, vão ficando tão voláteis quanto estas [as mercadorias], por isso mesmo hoje os antigos ‘propagandistas’ da identidade preferem falar em transculturalismo, translocalismo, nomadismo, fronteira (não como limite fixo, mas como o que pode ser transposto, deslocado, diferido etc. – *margem, edge...*)” (1997, p.20). Guetos multiculturais e multirraciais, desterritorializações, crescimentos anômalos e transgressivos participam destas formas persuasivas de fixação das populações, especialmente as mais carentes, mas também as minorias étnicas, nacionais, regionais, nos seus lugares de origem e redutos urbanos, folclorizando-os e tornando-os acessíveis ao mercado.

As transformações por que passaram os velhos centros de Salvador ou Recife são exemplares deste elo entre intervenção urbana e identidade regional.¹⁴ Em ambas, grandes esforços de revitalização urbana têm se concentrado em trechos da cidade que, apesar de há muito tempo valorizados por sua importância histórica e cultural, por sua fisionomia arquitetônica e urbanística, são percebidos como degradados. Em um caso, a identidade negra, como processo de resistência cultural investido simbolicamente em uma área da cidade, e o Pelourinho surgem como foco de reafirmação e reinterpretação contemporânea das tradições populares;¹⁵ em outro, a multiculturalidade magnetizada pela experiência de um porto em que memórias, obras e imagens de distintas épocas são espontaneamente cruzadas como convém nos trópicos. Nos dois casos, a vocação turística da cidade justifica a reorientação de escala nas prioridades públicas em matéria de urbanismo, e encoraja fatias muito bem selecionadas do empresariado local a investir na área. O

13 Aqui e ali, é verdade, alerta-se para uma retomada da planificação conjugando-a às habituais microintervensões. O exemplo de Barcelona com Bousquets é recorrente. O Congresso Internacional de Arquitetos realizado em Barcelona em junho de 1996 demonstrou uma certa inquietude dos urbanistas com o império do projeto urbano. Cf. ainda ARANTES, O., “A Cultura nas novas ‘estratégias’ urbanas”, conferência pronunciada no Seminário Espaços Públicos e Exclusão Socioespacial, São Paulo: FAU/USP, nov. 1998, (mimeo.).

14 Apesar do interesse que este tema desperta, não é sem reticências que apresento este comentário geral sobre os casos dos bairros do Recife e do Pelourinho. Espero poder retomá-los em outra ocasião com mais vagar.

15 GOMES, M. A. de F., FERNANDES, A., “Pelourinho: Turismo, Identidade e Consumo Cultural”, in GOMES, M. A., op. cit., 1995, p.53-4.

grande apelo cenográfico transforma os lugares históricos em palcos multicoloridos ao gosto das novas paletas de tinta lançadas no mercado pelas principais concorrentes no setor. O aspecto promocional do espetáculo urbano imediatamente atinge as agências de comunicação e de viagens, a indústria gráfica e cultural e, por extensão, o público preferencial, o consumidor destinatário e o homem da terra, rico e pobre, que, seduzidos pelo redescoberto encanto um do outro, regozijam-se por pertencerem a estas cidades verdadeiramente interessantes.

Este retorno aos centros velhos da cidade coincide com a progressiva migração de suas atividades portuárias e – ao menos em um dos casos – financeiras para locais mais condizentes com suas atuais condições técnicas de funcionamento. Se em Salvador, antes das operações em curso, tínhamos uma área simultaneamente ocupada por uma população negra criadora de seus produtos culturais e pelo turista, ainda que atemorizado, à procura dos comércios exóticos com a gente da terra; no Recife, o contraste entre a noite e o dia era radical. No burburinho diurno de executivos e auxiliares de escritório, estafetas e funcionários públicos, trabalhadores em transportes e cargas, congestionamentos e estacionamento, apagavam-se os rastros da noite dominada pelas prostitutas, boêmios tradicionais e moradores pobres de cortiços e casarões seculares em ruína. Sintomaticamente, no caso de Salvador – ao menos ali – veríamos o reforço tremendo dos aparatos de segurança, um policiamento extremamente numeroso a fixar os palcos e os camarotes e distribuir hierarquicamente as posições e os limites do turismo e da habitação comum; enquanto no Recife, já que o povo lá reconhece muito bem o seu lugar, ainda mais quando o brilho é intenso, os contumazes adeptos da *happy hour*, os descendentes falidos da família patriarcal e seus agregados, os novos ricos lisonjeados pelo clima de “praça de alimentação” recriada ao ar livre invadem as ruas do Apolo e do Bom Jesus num frenesi que lembra as tradicionais quermesses de paróquia que acontecem até hoje em algumas freguesias da cidade.

Hoje é comum encontrarmos estas duas atitudes reunidas. Investimentos de resgate cultural e tendências à exclusão social são as faces de dezenas de estratégias de renovação urbana. Práticas de revitalização, limpeza e controle de certos territórios urbanos e intervenções urbanísticas de exaltação e mistificação do elemento típico das cidades parecem compor as duas faces da mesma moeda: dão o complemento técnico e estético respeitável para a racionalização do outro e fruição narcísica da diferença, garantia de segurança e liberdade – alega-se – para todos os habitantes e visitantes das cidades.

É provável que o elo entre a cidade e o debate da nacionalidade não seja tão claro no Brasil em tempos de globalização. Na verdade, desde os anos 20, os discursos sobre a cidade já revelavam em suas dissonâncias a disputa entre projetos de nação diferentes e freqüentemente excludentes. É mais provável ainda que as interdições raciais não sejam tão visíveis por aqui. Ideologias e utopias têm muitas vezes tal eficácia histórica que é difícil discernir umas das outras.

Mas, houve momentos em que fazia sentido imediato pensar a cidade em referência à raça, à cultura e à nação. Até porque, a cidade, como obra da civilização, era filha da nação e como tal podia ser concebida como duplo do homem, de seu corpo, sangue e caracteres somáticos, mas também de suas crenças e valores. Não me refiro especificamente às concepções orgânicas de cidade, de cujo lugar no desenvolvimento do pensamento urbanístico, a historiografia tantas vezes nos lembrou. Refiro-me àquilo que Hesse (1997, p.86-7) classificou de “mitologia branca”: uma concepção da “alteridade” como intrusão “racializada” no corpo, como vírus cultural difícil de ser combatido; um problema cultu-

ral que permeia a própria história do urbanismo e que em grande parte decorre do imaginário nacionalista moderno. Esta concepção, presente de maneira opaca ou declarada em diversos discursos sociais, propõe-se como reação ao que sempre se percebe como recente e súbito aparecimento do outro. Pretendendo-se como horizonte da representação universal, exclui a sua história e resiste ao questionamento de sua identidade.

RURALISMO HISTÓRICO E FORMAÇÃO RACIAL DA CIDADE

Na calamidade ou desordem que porventura apresentasse, o processo de urbanização do país suscitou nos anos 20 e 30 uma disparidade de interpretações. Visto como inexorável, ou, antes, como progresso que era necessário animar e coordenar, uma abordagem especificamente urbanística dos problemas da cidade começaria a ser montada como disciplina de seus espaços e funções. Percebida, porém, em situação de dependência e inferioridade em relação ao campo e articulada nos atropelos de seu crescimento a um processo de desintegração do sistema latifundiário, a grande urbanização seria igualmente, por vezes, compreendida como sinal de decadência. De um lado, um registro estritamente técnico de esquadramento do espaço urbano configurava a sua autonomia. De outro, uma avaliação pragmática da história que, bem ao encontro do velho culto nacional da terra, reforçava o interior rural como centro estratégico de desenvolvimento. Duas correntes de idéias absolutamente conscientes dos pressupostos e prognósticos recíprocos que ora se contrapunham, ora buscavam interferir no discurso adversário. Se as lições do urbanismo mundial quase nunca prescindiriam da tentativa de viabilizar a metrópole moderna, a corrente mais fervorosa do nacionalismo se esforçaria em prol da alternativa territorial de ocupação dos sertões, tanto pela fixação do patriciado rural em pequenos núcleos de urbanização, quanto pela redistribuição do colonato, da parceria e da empreitada pelas zonas agrárias.

Era o conhecimento científico da história brasileira que recomendava a alternativa rural. Sim, porque se o estudo e evocação do passado não tinham um mero valor especulativo, mas ainda pragmático, era porque no seu horizonte estava a correção de rumos no presente e no futuro. Em 1924, em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Oliveira Vianna defenderia este valor pragmático do passado na resolução dos destinos da nação. A história surgia para ele, especialmente no caso do Brasil, como um processo vivo, até porque, reconhecia Vianna: “Nossa História não é, como a do pequeno Portugal, uma história que terminou; é, ao contrário, uma História em começo, uma História em marcha, que acentua cada vez mais o seu interesse” (1939, p.341). Talvez venha desta concepção ufanista da Nossa História a necessidade de fundar do I ao V séculos toda uma nova cronologia da nação. O historiador, de certo modo, desempenharia o papel de um ator situado entre cenários de um palco a dramatizar o passado heróico de seu povo. Uma atitude por certo de saudação reverente aos feitos de seus antepassados. Em continuidade com a herança paterna que justificava a busca da linha evolutiva de formação do povo: suas tendências, instintos e impulsos misteriosos formavam o “sistema das correntes subterrâneas” das nacionalidades que importava aos historiadores recuperar (Bresciani, 1998). Se não era o caso de refazer os passos já cumpridos, o reconhecimento de seu “valor pragmático” autenticava este mergulho cívico nas profundezas da história pátria.

Renegar o passado em nome de um espírito novo, como propugnavam os modernistas e futuristas do momento, e reduzir a história a mera literatura era fechar os olhos para as exi-

gências do presente. Pois, verificava Vianna, “nunca, como agora, o sentimento nacional dos grandes e pequenos povos se mostrou mais robusto e militante; mas, nunca, como agora, o culto do passado, o orgulho do passado, o sentimento do passado se mostraram também mais ardentes, mais vivazes, mais conscientes, mais profundos. Todos os povos como que se voltam sobre si mesmos, procurando, nas suas tradições e na sua história, o segredo da sua força, o sentimento da sua unidade, a revelação do seu futuro” (1939, p.349). Testemunha privilegiada e engajada do triunfo do nacionalismo após o termino da Primeira Grande Guerra (Hobsbawm, 1995, p.131-62), Oliveira Vianna recomendaria o exemplo dos povos “mais robustos”: o êxito do nacionalismo brasileiro dependeria deste culto do passado.

Ora, não é o caso aqui de discutir o conceito e o uso da história neste autor de uma variada ensaística da formação nacional. É bom destacar, entretanto, que desde então esta ciência precisará recorrer a outros ramos do conhecimento, às ciências naturais, à sociologia e à antropologia, em outras palavras, ao conhecimento do meio cósmico e do povo, para constituir o seu método (Vianna, 1933a, p.41-2).¹⁶ Se a evolução de uma sociedade não poderia ser traçada pelo simples recurso à hereditariedade, o estudo da morfologia étnica das diversas camadas sociais, a “antropo-sociologia”, ofereceria à crítica histórica uma contribuição que os arquivos jamais seriam capazes de suprir. Esta ligação entre etnografia e história aparece exemplarmente no tema da evolução do povo.

E é justamente no registro da evolução do povo que Oliveira Vianna discute a “formação das cidades” no Brasil. É curioso que, na primeira parte do seu *Evolução do povo brasileiro* (1923), a “evolução da sociedade” apareça basicamente descrita em dois pólos. Em primeiro lugar, o estabelecimento do regime da grande propriedade agropecuária e escravocrata no Brasil depois de Cabral, a organização social e militar dos grandes domínios rurais, do açúcar ao café. Em segundo, os grandes movimentos de expansão sertanista, os focos de irradiação das correntes povoadoras ao Norte e ao Sul, o povoamento do Norte e a penetração pastoril, o desbravamento do Nordeste e a colonização da Amazônia, o movimento das bandeiras e a expansão dos paulistas, as correntes mineira, goiana e do mato-grossense, o povoamento dos pampas rio-grandenses. Tudo se passa como se a sociedade brasileira houvesse resultado destes esforços conflituosos entre o espírito da península e o novo meio, isto é, entre a velha tendência européia de caráter marcadamente centrípeta e a nova tendência americana de caráter centrífugo, entre esforços de permanência e deslocamento, de fixação no litoral e irradiação pelo continente, de estabelecimento vertical e desbravamento horizontal,¹⁷ em ambos os casos a exploração da terra definindo profundamente no homem uma vocação para a vida no campo. Desse modo, mesmo ao longo de quase todo o século IV, da Independência e do Império, perduraria a mesma fisionomia colonial de um povoamento disperso e rarefeito, subdividido em “miríades de pequenos ‘nódulos sociais’, espalhados disseminadamente por toda a imensa superfície desvendada pela audácia dos conquistadores sertanistas” (Vianna, 1933a, p.101). Se o espírito guerreiro e nômade quase que desaparece neste momento, é para dar lugar a tradições rurais, hábitos sedentários e agrícolas e “afeições tranqüilas e suaves elaboradas no recesso dos lares pacíficos e estáveis”. O predomínio histórico da aristocracia rural é inquestionável: a imagem de povoamento que daí decorre é ora de isolamento, ora de comunicação, ora a do deserto, ora a dos núcleos de ocupação mais concentrada. Em todo caso, uma herança de fragmentação estranha à experiência da cidade. Afinal o século XIX, bem à diferença de como Gilberto Freyre (1936) mais adiante o compreenderia, é descrito como um século de refinamento do gosto pela vida rural, em que “a posse de um latifúndio fazendeiro se torna uma aspiração comum”.

16 A primeira edição é de 1923.

17 Para usar um paralelo traçado por Freyre ao comparar “os dois grandes focos de energia criadora nos primeiros séculos da colonização”, os paulistas e os pernambucanos. Ver FREYRE, G., *Casa-Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933, p.15. Cf. VIANNA, O. F. J., *Populações meridionais do Brasil*, 3.ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933, p.15.

Esta espécie de prevenção ruralizante, escorada em uma representação da identidade nacional em bases aristocráticas, na década de 1920, iria precisamente autorizar uma proposta – não de entrada, mas – de saída para o interior do país. O discurso pronunciado na Assembléia Legislativa de São Paulo em 1923, por um deputado viannista de São Paulo, Hilário Freire, sobre a criação de comarcas no Estado, traduz o ideal de cidade preconizado por Oliveira Vianna. Diante da inferioridade das cidades, vilas e aldeias do Império face a soberania dos proprietários rurais no exercício de seus preconceitos, veleidades religiosas e conveniências pessoais, políticas ou econômicas; diante do crescimento dos povoados e cidades com a abolição da escravatura e imigração de trabalhadores estrangeiros; diante do tumulto que se cria nas cidades, o atropelo das vilas, a anarquia da mentalidade urbana, alerta o eminente advogado do ruralismo, “revolta-se o sub-solo de nossas cidades, de formação republicana, no território paulista. Por baixo dos alicerces de seus edifícios públicos, de seus suntuosos palacetes, de seus estabelecimentos de assistência social, de seus templos, majestosos, ou humildes, ou dos casebres de seus subúrbios – iremos encontrar as raízes de nossos cafezais, a bôrra de carvão da locomotiva, a enxada do trabalho livre e as sementes da federação” (Freire, 1923, p.220-5). A saudação apologética do cafeicultor e do sertanista revela a sua filiação ideológica.

Nesta apresentação do processo de urbanização percebe-se o respaldo de uma explicação histórica do Brasil. De fato, segundo Vianna, “os últimos tempos do Império e, principalmente, os três decênios republicanos representam ... uma fase de consideráveis alterações na estrutura da nossa população”. Um “movimento de centripetismo é dado pelo deslocamento da população rural para as grandes cidades da costa e do planalto e pela formação de grandes focos de condensação urbana no interior. Este movimento, particular ao período republicano, é uma conseqüência da abolição do trabalho servil em 1888”. A desorganização da vida rural e o desmoronamento dessa “velha e soberba edificação que é a nossa aristocracia territorial” são seguidos da formação dos grandes centros urbanos durante o trintênio republicano e sobre as quais muito pouco será preciso dizer (Vianna, 1933a, p.105-7). A este movimento centrípeta em direção às cidades industrializadas, isto é, ao Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador, junta-se um movimento centrífugo, evidentemente mais vigoroso, de conquista do Acre e colonização dos platôs catarinenses e paranaenses, de expansão paulista para o Oeste e marcha para os sertões. O velho predomínio das tendências para a vida rural vão se aprofundando no caráter nacional do brasileiro. O seu *populações meridionais*, desde 1918 já o dizia: “pelos costumes, pelas maneiras, em suma, pela feição íntima do seu caráter, o brasileiro é sempre, sempre se revela, sempre se afirma um homem do campo, à maneira antiga. O instinto urbano não está na sua índole; nem as maneiras e os hábitos urbanos” (Vianna, 1933b, p.27). Conclusão a que se chega no ponto mais avançado de exame da “formação do tipo rural” no Brasil, base para a construção de seu livro.

A apresentação do discurso de Hilário Freire na *Revista do Brasil*, de Monteiro Lobato, sob o título “A formação das cidades” é, neste sentido, reveladora: “O bom aluno recebeu a aprovação do mestre. A carta que Oliveira Vianna lhe endereçou sugestivamente o demonstra”, diz o editor da revista. Nesta carta, Vianna esclarece algumas destas idéias: “Pelos dados que me dá no seu discurso, o que S. Paulo está organizando é o regime do ‘pequeno urbanismo’, em contraposição ao ‘grande urbanismo’, que é que está dominando, cada vez mais, a economia social do Estado do Rio. Nos povos como o nosso, a grande urbanização, a ação magnética das grandes ‘cidades tentaculares’, é uma calamidade – e o meu Estado tem, na ação centrípeta do grande centro carioca, a causa prin-

cial da sua decadência. Mas o seu grande Estado, libertando-se miraculosamente dos males da grande urbanização, multiplica pelo interior rural os centros vivazes de organização urbana – e isto será para ele uma causa permanente de vitalidade e grandeza” (Vianna, 1923, p.225-6). O exemplo paulista soma-se ao diagnóstico dos problemas resultantes do povoamento nacional. A colonização ou recolonização das áreas pouco povoadas, o incentivo ou bloqueio de certos fluxos migratórios para fora ou para dentro das cidades maiores do litoral e o estímulo à fundação de cooperativas rurais e núcleos rarefeitos de concentração populacional constituiriam exatamente as molas propulsoras deste “pequeno urbanismo” no país.

Tendência antiurbana (Melo, 1998), ou, antes, para a germinação e consolidação de núcleos urbanos no interior, esta experiência repetia em “escala mais limitada, mas muito mais sugestiva, as façanhas do grande ciclo do ouro”. Fenômeno regional que, todavia, se ajustava exemplarmente a esta índole comum dos brasileiros para o ruralismo. “Grande milagre paulista dos nossos dias” que, liberando-se da ação magnética das grandes cidades tentaculares, parecia reeditar uma vocação arcaica: “do velho feudalismo guerreiro, que encheu com o rumor das suas algaras todo o vasto e brilhante ciclo do bandeirismo”; ainda “podemos encontrar muitas analogias explicadoras na observação da sociedade atual dos nossos altos sertões setentrionais ... Uma viagem aos longínquos sertões do Brasil central nos porá diante dos pequenos núcleos de aventureiros que exploram o diamante no Rio das Garças” (Vianna, 1939, p.326). Fruto de uma fatalidade histórica, esta moderna orientação econômica e social que partia, porque sempre havia partido, de São Paulo oferecia, portanto, um projeto político para a nacionalidade. Tal, ainda, o valor pragmático da história que Oliveira Vianna reafirmava pelo enaltecimento da “comunhão paulista”: “esses pequenos centros urbanos, providos como estão de todas as condições de civilização e conforto, serão excelentes campos de fixação dos elementos aristocráticos e eugênicos da massa social” (Vianna, 1923, p.226).¹⁸

Se o processo de urbanização acusava a corrupção do caráter nacional, também dificultava a identificação da origem e composição do povo brasileiro contribuindo ainda mais para o pessimismo racial já bastante forte. É neste contexto que se constrói uma ideologia da arianização progressiva do povo brasileiro vis-à-vis as capacidades ascensionais dos grupos raciais inferiores. Toda a segunda parte do *Evolução do povo brasileiro* irá se concentrar no problema da “evolução da raça”. Após a caracterização antropológica e etnológica do branco, a caracterização antropológica da população indígena e o estabelecimento da somatologia e psicologia do elemento negro, todo o processo de miscigenação e seleção étnica, formação de tipos humanos regionais no Norte e no Sul, seleções telúricas e sociais, será compreendido em um “sentido ariano” (Vianna, 1933a, p.172).¹⁹ E como não poderia deixar de ser, este tipo superior de homem, modelo teleológico do processo de formação do brasileiro, será encontrado nos melhores exemplares da raça lusa, da nobreza nacional e da massa mestiça que entram na composição da aristocracia paulista herdeira dos bandeirantes: “esse caráter ariano da classe superior, tão valentemente preservado na sua pureza pelos nossos antepassados dos três primeiros séculos, salva-nos de uma regressão lamentável. Fazendo-se o centro de convergência dos elementos brancos, essa classe, representada principalmente pela nobreza territorial, se constitui entre nós no que poderíamos chamar o ‘sensorium’ do espírito ariano, isto é, num órgão com a capacidade de refletir e assimilar, em nossa nacionalidade, a civilização ocidental e os seus altos ideais. O negro, o índio, os seus mestiços, esses não nos podiam, na generalidade dos seus elementos, dar uma mentalidade capaz de exercer essa função superior” (Vianna,

18 A referência à Comunhão Paulista certamente provém do texto de Júlio de Mesquita Filho, líder do “grupo do Estado”, do qual Oliveira Vianna também fazia parte. MESQUITA FILHO, J. de, “A Comunhão Paulista”, in *Revista do Brasil*, n.84, p.374-6, dez. 1922. Cf. CARDOSO, I. R., *A Universidade da Comunhão Paulista*, São Paulo: Cortez, 1982, p.38-53. Esta idéia já se encontra em germe no livro *Populações meridionais do Brasil*, de 1918, no capítulo sobre o vicentismo e o caudilhismo bandeirante.

19 Cf. também CARNEIRO, M. L. T., *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*, 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1995, p.92.

1933b, p.154). E isto porque o valor de cada grupo étnico é aferido de sua maior ou menor fecundidade para gerar tipos superiores, quer dizer, para produzir no interior do grupo tipos superiores capazes de ultrapassar pelo talento, pelo caráter ou pela energia da vontade o estalão médio dos homens de sua raça ou de seu tempo. É nesta assimetria genética, aliás, que se encontra uma das explicações mais eloqüentes da distinção entre dominados e dominantes, servos e senhores, maiorias passivas e oligarquias dirigentes.

Esta megalomania racista evidentemente não poderá contentar-se com o diagnóstico fatalista da inferioridade dos negros, dos índios e de seus mestiços (Vianna, 1933a, p.154-60). Até porque “não há raça sem eugenismo”. Quase nulo no índio, limitadíssimo no negro, o eugenismo dos dois tipos cruzados com o branco, o mulato e o mameluco, é mais desenvolvido. Evidentemente há mestiços inferiores e mestiços superiores. Mas a tendência para a arianização progressiva dos vários grupos étnicos define-se na medida em que cada vez mais se eleva o coeficiente da raça branca. Ainda mais no tempo do grande desenvolvimento da imigração de elementos das melhores raças européias. “Esse admirável movimento imigratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura; mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue” (Vianna, 1933a, p.177).

São estas evidências empíricas que precisarão ser reforçadas por uma política eugênica. Este assunto passará do registro histórico ao científico no livro de Vianna, *Raça e assimilação*, de 1932. Movimento que, para Oliveira Vianna, apenas precederia uma orientação prática específica: “o que nós desejamos – os que investigamos, como antropo-sociologistas, como bio-sociologistas, como anthropo-geographistas, como demologistas e demographistas, os problemas da Raça –, é que os nossos anthropometristas e biometristas não dispersem os seus esforços e orientem as suas pesquisas no sentido de nos dar as bases científicas para a solução de alguns problemas mais urgentes e imperativos, como os que se prendem à formação da nossa nacionalidade no seu aspecto quantitativo e no seu aspecto qualitativo. Por exemplo: *o problema da mestiçagem das raças*. Ou o da *seleção eugênica da imigração*. Ou o da *distribuição racional das etnias arianas*, segundo o critério da sua maior ou menor adaptabilidade às diversas zonas climáticas do país” (Vianna, 1938, p.90).

FAVELAS E MOCAMBOS COMO ESTIGMAS EUGÊNICOS

Ora, mas se a proposta de retorno ao campo soasse pouco plausível, era preciso fazer operar no interior das cidades uma política eugênica. Fosse pelo aprofundamento dos estudos raciais e de miscigenação, fosse pelo incentivo às políticas higiênicas e sexuais, familiares e de reprodução, fosse pela extensão de interdições à liberdade e ao desenvolvimento dos elementos considerados degenerados ou inferiores. É sintomático que uma reflexão eugênica, mais ou menos por estes anos, passe a impregnar o discurso dos próprios urbanistas. No Rio de Janeiro, por exemplo, entre os anos 10 e 20, as favelas que se multiplicavam pelos morros da cidade passariam a ser tratadas como núcleos de uma “ralé de cor preta” em que nódoas africanas de raça envergonhavam a civilização nacional (Abreu, 1994). “Favelas dos crimes brutais”, “dos desamores sanguinários”, “sem ruas, sem água, sem esgoto, sem luz”, pátria do candomblé e da maconha, da irreligiosidade e do pecado, dos malandros e malfetores e dessa “alucinação do momento” que é o samba

de morro, tal a descrição das favelas cariocas fornecida em um congresso de Ação Social nos anos 30 (Bastos, 1937, p.132).

Foi José Mariano Filho, descendente de uma ilustre família patriarcal de Pernambuco, líder da corrente estética neocolonial nos anos 20, incentivador perpétuo da pesquisa em torno da “casa brasileira”, quem formulou mais claramente esta vinculação entre habitação e raça, entre a favela e a inferioridade racial do negro. Em artigo que ele chama de “Etiologia do fenômeno urbanístico das favelas”, o médico e professor de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes afirma: “o elemento étnico predominante na formação das favelas é o negro ao qual se aliam, por conveniência própria, outros elementos alienígenas. A tendência do elemento negro ao isolamento da civilização do branco, à qual não se querem submeter, é fato de observação corrente nas repúblicas sul-americanas. Entre nós ela se manifesta de modo ostensivo, em virtude da falta de medidas coercitivas. Voltando à expressão rural, ele satisfaz violentos impulsos do subconsciente. O retorno à vida primária permite aos negros a satisfação de suas tendências raciais, as práticas fetichistas, as danças, as macumbas, etc. As Favelas do Rio de Janeiro como os Mocambos do Recife, são puras sobrevivências africanas como o foram os Quilombos dos Palmares no século XVII” (Mariano Filho, 1943a, p.20). Razão, pois, de Estado. Caracterização exemplar da habitação popular elaborada por um arianista convicto da ameaça representada no campo da estética pelo modernismo arquitetônico visto como expressão de judaísmo ou internacionalismo bolchevista (Mariano Filho, 1943b).

Nos mocambos recifenses, a comparação com os aldeamentos africanos chegaria a propor hipóteses em antropologia física: os pés dos habitantes da Ilha do Leite no Recife eram deformados. Não apenas em razão da insalubridade, amontoamento e promiscuidade em que viviam, pela vadiagem e indisciplina, mas também por serem “arraial de pretos” e constantemente evocarem a fisionomia primitiva das cidades negras, deveriam ser sistematicamente erradicados, construindo-se em seu lugar cidades-jardins, submetidas a um plano higiênico e econômico (Mariano Filho, 1940; 1943a, p.16). O esforço urbanístico de Mariano visava não simplesmente reforçar os estigmas racistas mais comuns. Tratava-se ainda de discriminar o espaço da cidade entre os valores aristocráticos mais elevados e as contingências de uma cidade industrial. Assim, seria preciso estabelecer na lei de loteamento urbano uma hierarquia: um grupo de ruas nobres nas quais se agrupariam as casas de grande aparato arquitetônico; os outros bairros, incluindo os suburbanos, também deveriam eleger por plebiscito as suas ruas nobres; por fim, os bairros-jardins operários perfeitamente higienizados e saneados (Mariano Filho, 1943a, p.14).

Esta proposta de criação de bairros-jardins nas periferias das grandes cidades justifica-se no relato da gênese dos males eugênicos de que as favelas e cortiços supostamente eram a causa: “basta visitar as favelas e as ‘cabeças de porco’ da Capital Federal para desse flagelo ter-se uma nítida idéia. E nelas, pode-se dizer que têm início todas as misérias morais e materiais e todos os vícios. Nelas medram a tuberculose, o alcoolismo; é ainda aí que se desenvolvem os baixos instintos. Lutar contra as favelas e as ‘cabeças de porco’, é batalhar pela elevação da moral e pela melhoria do físico da raça”. Nesta tese, defendida perante o I Congresso de Habitação de São Paulo, de 1931, o engenheiro Marcello Taylor Carneiro Mendonça propunha uma função cívica e moral da casa popular: “os governos encontrarão na criação das cidades-jardins a melhor solução para a maior parte dos grandes problemas nacionais presentemente, pois que, na cidade jardim, os homens se tornam melhores e mais fortes. Satisfeitos em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e da sua pequena horta, o operário não precisa procurar esquecimento na bebida e no jo-

go. A natalidade aumenta e a mortalidade diminui em proporção surpreendente. As crianças têm campos de recreio e, assim sendo, crescem fortes e sadias” (Mendonça, 1931, p.141-2). *Urbs in Orto*, eis a divisa que animava a guerra às favelas travada em paralelo à discussão do plano de remodelação do Rio de Janeiro.

É curioso perceber que muitas vezes esta idéia higiênica de recriação do campo na cidade como forma de melhorar moralmente os indivíduos e aperfeiçoar fisicamente as gerações será colocada não somente como alternativa à questão habitacional e degradação de espaços focais da cidade, mas também como resposta ao problema da nacionalidade. Por vezes, a sugestão de um “urbanismo rural” seria aventada até mesmo como forma de enfrentar o problema da fixação e da distribuição das massas populacionais no território. Quanto às elites, é sintomático que estas propostas, já com José Mariano, não fossem de todo incompatíveis com a defesa de áreas estritamente residenciais, divididas em lotes de dimensões generosas, onde fosse proibida a construção de arranha-céus e protegido um certo número de ruas para a construção de habitações de maior aparato arquitetônico. Se não fosse o caso de propor a construção de bairros-jardins à maneira inglesa, vale salientar que a idéia original em germe já continha esta distinção entre a cidade e o enclave selecionado.²⁰ “É natural que os velhos bairros aristocráticos do II Império reivindiquem os direitos topológicos das ruas de tradicional nobreza. Assim, Botafogo, teria a rua S. Clemente, convenientemente alargada, desde a praia de Botafogo ao Largo dos Leões, a rua Real Grandeza, e possivelmente a rua Mariana. O Engenho Velho defenderia a rua Conde Bonfim, no trecho compreendido entre a rua do Uruguai e a Usina. Copacabana teria de voltar as suas vistas para a avenida Delfim Moreira” (Mariano Filho, 1943a, p.14).

Quanto aos setores populares, o caso pernambucano é exemplar. Além de fazer desaparecer o mocambo da paisagem recifense, era preciso deslocar o “mucambeiro para trabalhar em colônias agrícolas”, afinal a “integridade higiênica” da cidade estava ameaçada. A evolução da legislação sobre construções na cidade do Recife revela o progressivo estreitamento da margem de tolerância das autoridades com relação a este tipo de habitação (Lira, 1997, p.113-215). Um urbanista tão eminente quanto José Estelita, em 1938, defenderia as bases antro-po-geográficas de um certo “urbanismo rural” moderno na Alemanha e na Itália: “Lendo-se *SIEDLUNGSKUNDE*, a parte da antro-po-geografia que se ocupa com os estudos de colonização, verifica-se como tem sido útil ao país o moderno Urbanismo rural, como ele tem procurado resolver o problema social de um modo lógico, definitivo e humano ... O descongestionamento desta capital, o aproveitamento, na lavoura, dos desempregados e a sua fixação ao solo, enfim, a objetivação do *RITORNO ALLA TERRA* italiano, a construção do *SIEDLUNG* alemão, é, talvez, uma das mais sérias questões a serem encaradas pelo Conselho Legislativo e de Economia do Estado. Precisamos, sob as influências benéficas do Estado Forte, seguir, no Brasil, o lema do Duce, se quisermos engrandecer o território pátrio: *‘Ricattare la terra e con la terra gli uomini e con gli uomini la razza’*” (Estelita, 1938, p.47).

MAPEAMENTO ÉTNICO E CONTATOS DE RAÇA

Enquanto esta paranóia eugenista, acompanhando uma tendência mais ou menos geral na opinião científica e política da época, estendia os seus jargões sobre o campo do saneamento urbano, da habitação popular e do urbanismo, um conjunto de trabalhos procurará refletir sobre a complexidade das relações raciais no país. À frente deste grupo estava o sociólogo norte-americano Donald Pierson, professor da Escola Livre de Socio-

²⁰ Sobre esta discussão, ver o primeiro capítulo da tese de ANDRADE, C. R. M. de, *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*, Tese de Doutorado, FAU/USP, 1998.

logia e Política de São Paulo. Em um trabalho de revisão da pesquisa sobre os contatos raciais e culturais no Brasil, publicado em 1941, Pierson traça o elenco dos temas aventados nesta discussão: “a natureza do folclore por oposição à civilização; os mecanismos de desintegração e reintegração cultural; a ordem (se há alguma) da transmissão cultural entre duas ou mais culturas interagindo; o papel do prestígio na aculturação; a possibilidade de mudança no conteúdo cultural sem comprometimento da forma cultural; competição racial, biótica e econômica; conflito racial e cultural, acomodação e assimilação; diferenças raciais e estratificação de classe; miscigenação e formação de novas raças; a constituição biológica e o papel social do híbrido racial; os efeitos da mistura racial na estrutura social; a origem, desenvolvimento e mutação das ideologias raciais, atitudes raciais e consciência de raça” (Pierson, 1941). É importante notar que neste vasto inventário de questões de propósitos estritamente acadêmicos, a única menção aos trabalhos de Oliveira Vianna apareça no momento em que se discute a ideologia racial da miscigenação: “*Oliveira Vianna has described the process of what he refers to as ‘progressive Aryanization’ of the Brazilian population and, influenced by a statistical study on the part of Bessie Wessel of intermarriage in a Rhode Island city, has sought to define, for certain racial and national groups in Brazil, ‘coefficients of fusibility’*” (Pierson, 1941, p.469-70). Influente referência em uma série de trabalhos que visavam subsidiar uma política eugênica associada a uma política de imigração, a questão dos coeficientes de fusibilidade se colocaria no horizonte de boa parte dos estudos sobre as relações entre raças, etnias e nacionalidades.

Um estudo do professor da Universidade do Texas, Samuel Lowrie, colega de Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política, sobre São Paulo, se não convergia imediatamente para tais propósitos, parecia tomar como pressuposto uma visão do processo histórico de miscigenação no Estado muito próxima a de Oliveira Vianna. Em São Paulo, a miscigenação foi tanto mais rara, quanto mais forte os obstáculos à infiltração de indivíduos de cor na classe superior. Historicamente marcado pelo apreço à pureza da raça e orgulho de sangue das antigas famílias – e, por conseguinte, acrescenta Lowrie, pelo preconceito racial –, o passado estadual é repleto de provas de recalque da mistura de índios e brancos, de diferenciação de classe pela cor e mesmo de discriminação das classes segundo a cor (Lowrie, 1938a). Regime de diferenciação histórico, o presente não negaria a sua continuidade. E isto mesmo quando se tomasse o caso da capital do Estado. Em um estudo de três grupos de renda distintos da população da cidade de São Paulo, cerca de 2.700 famílias pesquisadas, Lowrie verificou o enorme peso do critério de cor na diferenciação da sociedade local. Entre o grupo da classe superior, apenas 1% de mulatos e negros; no grupo intermediário, ou seja, as classes trabalhadoras, 3%; no grupo de nível mais baixo da estratificação, composto de indivíduos semidependentes, 27% são negros e pardos.²¹ “Para termos uma idéia de quão elevada é essa porcentagem basta recordar que apenas 48% dos avós dessas crianças eram brasileiros natos, acrescentando ainda serem alguns deles filhos de europeus, e, por conseguinte, brancos” (Lowrie, 1938b, p.201-2).

Se não havia núcleos de negros com limites definidos e população exclusivamente negra ou mulata, como um gueto, percebia-se aqui e ali graus de concentração de segregação rudimentar. E não apenas em relação aos negros, afinal “a cidade tem sido, desde o início do movimento imigratório, o ponto de afluência dos estrangeiros, sobre os quais parece exercer verdadeira atração. Grande parte da população classificada como brasileira, na realidade, descende, na primeira ou na segunda geração, de imigrantes europeus” (Lowrie, 1938a, p.37). Lowrie traça um mapa da distribuição das etnias e grupos nacionais pela cidade. Conforme suas observações, o município poderia ser dividido em duas

²¹ Sua base de dados é retirada de uma série de trabalhos realizados no âmbito da Escola Livre de Sociologia e Política. Ver CASTRO SILVA, C. de, GUIMARÃES, M. S., “Pesquisa sobre a mancha pigmentária congênita na cidade de São Paulo”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, n.36, p.43-70, s.d.; PAULA SOUZA, R. de, “Contribuição à etnologia paulista”, in *Revista do Arquivo Municipal*, n.31, p.95-105, s.d.; idem, “Biotipologia dos Universitários Paulistas”, in *Revista de Biologia e Higiene*, v.7, p.25-40, s.d.; *Revista do Arquivo Municipal*, n.34, p.261-74, s.d.

partes por uma faixa irregular de Norte a Sul; à medida que nos aproximássemos das áreas rurais, notar-se-ia uma tendência visível da população para se tornar mais escura. A faixa central, mais densa, cortando alguns dos bairros residenciais mais selecionados, incluiria também distritos bastante pobres, repletos de cortiços superlotados. A concentração mais pronunciada de mulatos e negros nestes últimos, decorreria provavelmente da proximidade dos locais de trabalho, em grande parte nas casas de família de renda superior. De ambos os lados desta faixa central estariam situadas as zonas cuja população era acentuadamente clara: a Leste, haveria uma gradação do Brás, Moóca e outros distritos, onde quase todas as crianças eram brancas (95%), até a Penha, Itaquera ou Lageada, onde passaríamos a encontrar progressivamente mais habitantes de cor. A Oeste, haveria uma zona branca menor na Lapa separada do núcleo central por uma longa faixa de população com 5% a 10% de negros e mulatos; esta zona intermédia, por sua vez, estender-se-ia para o Sul até alcançar toda a parte Sudoeste do município (Lowrie, 1938a, p.52).

Este mapa de divisão racial da cidade poderia naturalmente ser matizado por um mapa de nacionalidades que “mostra uma zona alongada de concentração brasileira à esquerda do centro comercial da cidade, zona essa muito semelhante à dos mulatos e negros. Os pontos de densidade máxima de brasileiros diferem ligeiramente dos de concentração dos elementos de cor. À medida que se aproximam as zonas rurais aumenta a proporção de elementos brasileiros, exatamente como ocorre com a de mulatos e negros” (Lowrie, 1938a, p.53).

Um dos esforços pioneiros, do ponto de vista da pesquisa social,²² de estabelecimento de uma cartografia da cidade com relação ao estabelecimento dos diferentes grupos nacionais foi realizado por Oscar Egídio de Araújo em 1940. Com ele, percebe-se visivelmente o funcionamento técnico da doutrina eugênica como questão de interesse nacional. Preocupado com o processo de assimilação neste enorme *melting-pot* de raças que era São Paulo, este técnico de estatística do Departamento de Cultura, assistente da Escola Livre, irá realizar um levantamento de “enquistamentos étnicos” na cidade. Para ele, evidentemente, este trabalho não era mera obra de curiosidade. Deveria, antes, como não poderia deixar de ser no caso de um discípulo de Oliveira Vianna, responder a preocupações oficiais com a formação do homem nacional. Conhecer o comportamento das várias nacionalidades, orientar uma política imigratória, facilitar a permanência de elementos assimiláveis e impedir a entrada de elementos de baixo coeficiente de fusibilidade eram, portanto, desde o início, objetivos expressos do trabalho.

Estes pressupostos surgiriam na própria escolha dos “bairros” a estudar: três grupos em especial, de imigração recente para o país, pareciam apresentar aspectos curiosos de fixação. Os sírios, os judeus e os japoneses revelavam uma certa tendência para a concentração e isolamento, configuravam na paisagem urbana fisionomias típicas da nacionalidade e apresentavam alto índice de nupcialidade endogâmica, quase constituindo “guetos”. O “bairro” sírio, entre a Sé e Santa Ifigênia, alongando-se em direção ao Bom Retiro, já demonstrava características peculiares a olho nu. Igrejas ortodoxas, restaurantes sírio-libaneses, lojas de atacadistas de fazendas e bijuterias por toda parte; livrarias que só vendiam livros escritos em árabe, muita música “típica e canções dolentes e sentimentais pelas melhores vozes do Oriente”, nos cafés e confeitarias fregueses e atendentes a se expressar em língua estrangeira, cardápios característicos, quibe cru, quibe com coalhada, quibe ao forno, folha de uva recheada, cafta assada, semente de abóbora no lugar do amendoim, muita coisa à maneira da Síria, do Líbano, da Armênia.

22 Há toda uma produção anterior, principalmente de cunho jornalístico e literário, sobre a ocupação da cidade pelos imigrantes estrangeiros e constituição de referências espaço-temporais dos diversos grupos nacionais que se instalaram na capital paulista. O conjunto de reportagens de Guilherme de Almeida publicadas em 1929 no jornal *O Estado de S. Paulo* sob o título de “Cosmópolis” é exemplar, ALMEIDA, G. de, *Cosmópolis, São Paulo/29*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1962.

A concentração dos japoneses não era muito diferente. Localizada sobretudo ao Norte do distrito da Liberdade, ali se encontravam com facilidade produtos típicos e “toda sorte de bijuteria delicada e interessante que só o japonês sabe executar”, jornais nipônicos, anúncios subscritos em caracteres japoneses, em toda parte, nas quitandas, leiterias, tinturarias, confeitarias, sapatarias e farmácias, empregados e profissionais japoneses ou filhos de japoneses. Em um caso como no outro, valendo-se dos antigos sobrados de porões habitáveis, formavam-se cortiços e habitações coletivas. Tendência à concentração que suscitava polêmica entre os especialistas nos coeficientes de fusibilidade.

A mesma coisa podia ser dita quanto aos judeus. Observando uma grande concentração deles no Bom Retiro e na Luz, com seus gorrinhos pretos e barbas quadrangulares, próximos às peixarias e estabelecimentos de fabricação e venda de artigos de vestuário, sem demonstrar traços de anti-semitismo, o articulista generalizava a sua preocupação: “É inegável a existência de uma defesa natural do elemento estranho, acrescida pela dificuldade de ambientar-se em meio de usos, costumes e tradições diferentes, mas, não é menos verdade, que coexiste, ao mesmo tempo, uma pressão unificadora que impele esses elementos a viver de acordo com o novo habitat” (Araújo, 1940, p.245).

Ora estes estudos sobre São Paulo têm em comum o fato de pensar a separação, mais do que a integração. Não apenas preocupados com as relações entre brancos e pretos, mas voltados sobre uma cidade cada vez mais ocupada por imigrantes europeus e asiáticos, os estudos sobre as colônias de estrangeiros pareciam partir de um interesse comum: pela segregação na cidade do elemento brasileiro. Se ali configurava-se o tema das fronteiras étnicas, um estudo de Donald Pierson sobre a Bahia iria contribuir para borrá-las.

Enquanto pesquisador, este professor de sociologia e antropologia social desenvolverá uma série de trabalhos sobre as relações raciais e culturais no Brasil. Na introdução do famoso *Branços e pretos na Bahia*, originalmente publicado em inglês pela Universidade de Chicago em 1942, seu mestre Robert Park, convencido das possibilidades que o Brasil apresentava ao meio acadêmico norte-americano para o estudo dos contatos entre raças e culturas, apresenta de maneira um tanto quanto idílica o mistério das “distâncias” nesta sociedade: “para o estrangeiro que na Bahia percorra uma das elevações onde moram os ricos, é uma experiência um tanto bizarra, ouvir vindo dentre as palmeiras dos vales vizinhos, onde os pobres moram, o insistente rufar dos tambores africanos. Tão estreitas são as distâncias espaciais que separam a Europa situada nas elevações, da África situada nos vales, que é difícil perceber a amplitude das distâncias sociais que as separam”. Elemento retórico, sem dúvida, de um discurso altamente disciplinado pela Ecologia Humana (Park, 1945, p.46-7).²³ As conclusões de Pierson, valendo-se ao mesmo tempo desta predisposição de cientista social norte-americano e do otimismo brasileiro suscitado pela reavaliação bem-sucedida de Gilberto Freyre da contribuição africana, irão confirmar as expectativas do trabalho. Dos mais notórios *melting-pots* de raças e culturas de todo o mundo, este Brasil multirracial, e em particular a sociedade baiana que ele estuda, teria uma estrutura que se fundamentava principalmente em distinções de classe e não de casta (Dumont, 1992). Ainda que ligadas a diferenças de cor e raça, a classe representaria nesta sociedade o critério principal de “*status*”.²⁴

Mas onde entrava a cidade neste conjunto de teses? Ora, todo o trabalho de Pierson é montado sobre a realidade das relações raciais na cidade de Salvador – que o autor designa pelo nome costumeiro. É lá que historicamente pode-se observar uma distribuição espacial das classes e das raças; é sobre ela que a história e o fim da escravidão e do domínio colonial da terra são refletidos; é nela que os casamentos inter-raciais, a miscigenação

²³ Entre as referências de Pierson, constam trabalhos de Robert Redfield, Ellsworth Faris, Roderick Mckenzie, Herbert Blumer, além de artigos clássicos de Robert Park sobre relações raciais e o homem marginal.

²⁴ Vale uma comparação entre as premissas e informações prévias apresentadas nos prefácios e introduções do livro com as conclusões sobre a situação racial baiana apresentadas no último capítulo do livro, p.391-422.

e a diluição das linhas de cor são pensadas. O capítulo VIII do livro, a contribuição talvez mais original de todo o trabalho, apresenta os dados de uma pesquisa de campo realizada na capital sobre a “composição racial das classes na atual sociedade baiana”. Ali, o esquema de uma pirâmide ocupacional seria esboçado com base nos tipos étnicos predominantes em Salvador. Um mapa étnico-social da cidade seria traçado com a distribuição dos pretos, brancos, mulatos, cafuzos e branqueados em um conjunto de lugares e instituições representativos da vida urbana, as escolas, os clubes, as igrejas, os sindicatos, a política, os jogos e o carnaval, como forma de verificar o regime de “status” na sociedade local (Pierson, 1945, p.240-68). Mas a escolha da cidade não era aleatória. Se a Bahia é eleita como contraponto a um “mundo cada vez mais dilacerado pelo conflito, desconfiança e ódio entre raças e entre nacionalidades” (Pierson, 1945, p.28),²⁵ a sua escolha era também metodológica. Tal a razão de o livro abrir com um capítulo sobre este porto da Bahia. Além de ser ele uma porta privilegiada de entrada e exame *in loco* da situação racial brasileira, como “cidade portuária”, Salvador era também um laboratório bastante útil.²⁶ Afinal, nesta sociedade de classes multirracial, a negociação e o contato étnicos, mais do que o conflito e a separação entre as raças, pareciam confirmar as impressões preliminares. O último capítulo do livro, além de apresentar as eloqüentes conclusões que reforçam a crença na “democracia racial” brasileira, nos coloca diretamente no espaço metodológico da cidade olhada pelas lentes de um sociólogo de Chicago.

25 Pierson se refere explicitamente à situação do judeu na Europa, do negro nos Estados Unidos, ao pan-arabismo e ao pan-eslavismo, aos nacionalismos na Índia, no Oriente Próximo e em outros países maometanos, na União Sul-Africana e na costa oeste da África.

26 O primeiro capítulo é rebatido no último. Ver PIERSON, D., op.cit., 1945, p.443-4.

CARÁTER DA CIDADE E REGIONALISMO URBANÍSTICO

Um dos enigmas proposto pelo estudo do regionalismo do Nordeste, do qual Gilberto Freyre emerge como um dos principais fomentadores a partir dos anos 20, está em sua relação com o movimento modernista (Rezende, 1997; Azevedo, 1983; D’Andrea, 1992). Provavelmente não há dúvidas de que a boa tradição regionalista continua a reitear o valor da terra, do clima, do homem, da casa. Como também não há dúvidas que se monta por contraste ao furor neófito que soprava do Sul com seus “modernismos extremistas”, “futurismos enrijecidos” e “exageros de experimentalismo”. Mas a auto-imagem que projeta de si não é jamais a do regionalismo tradicional “deformado em aventuras de pitoresco ou cor local” (Freyre, 1955). Afirma-se, ao contrário, como “sã e criadora modernidade, obtida, parece que invariavelmente, à custa de concessões ou conluios entre o novo e o velho, entre o ímpeto revolucionário e a inércia invencível ou a tradição irreduzível” (Freyre, 1946, p.18).

O contraponto ao modernismo paulista ficaria exemplarmente apresentado na sua passagem de Guilherme de Almeida pelo Recife em sua famosa “marcha pela brasilidade” (Amaral, 1970). Sobre ele, exprime-se Gilberto Freyre em sua coluna no Diário de Pernambuco: “não distingue a tradição que se vive, da tradição que se cultiva a discurso e a fraque e a hino nacional e a vivas à República. Ele não distingue o regionalismo a Jeca Tatu, caricaturesco e arrevesado, do regionalismo que é apenas uma forma mais direta, mais sincera, mais prática, mais viva de ser brasileiro”.²⁷ Confusão imperdoável, pois “os chamados ‘neotradicionalistas’ do Recife sentimos na tradição nordestina uma força viva e plástica a ser desenvolvida em valores novos, atuais, ativos. Nunca um peso morto a ser tristemente arrastado pela vida”.²⁸

Vale frisar que o regionalismo freyreano pertence ao clima intelectual de uma cidade específica: o Recife, cidade vista ao mesmo tempo como símbolo de uma civilização

27 FREYRE, G., “A propósito de Guilherme de Almeida”, in *Diário de Pernambuco*, 15/11/1925.

28 Idem, “A propósito de regionalismo no Brasil”, in *Diário de Pernambuco*, 11/10/1925.

luso-afro-brasileira bem-sucedida, e em que a faculdade de adaptação e hibridização entre raças e culturas e delas com o meio tropical é significativa. Esta cidade-berço do regionalismo, desde os anos 20 percorrida e observada intensamente pelos escritores, artistas e intelectuais locais, receberá com a pena de Gilberto Freyre a sua caracterização mais influente. A ela, o autor de *Casa-Grande & Senzala*, dedica o seu primeiro guia de orientação aos visitantes. No seu *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, de 1934, ele escreve: “As ruas do Recife variam muito de fisionomia, de cor, de cheiro. Parecem às vezes cidades diferentes. Há ruas perfeitamente européias, como a Avenida Rio Branco. Outras que dão a idéia de se estar no Oriente com a Estreita do Rosário à noite, como o Beco do Cirigado, o Beco do Marroquim, a Rua do Fogo ... Enquanto certos trechos da cidade dão a lembrar cidades do Senegal. Trechos com mucambos, casas de palha, que aliás, não são tão ruins, sob o ponto de vista da higiene, como os ‘cortiços’ e as ‘ilhas’ feias, tristonhas, em que se ensardinha a pobreza européia” (Freyre, 1934). Situada entre o Ocidente e o Oriente, a África e a Europa, a cidade é, portanto, descrita como tendo se formado da contribuição heterogênea de gente de diversas procedências, etnias, credos e línguas. Cercada de lendas, mitos e mal-assombros, recatada e misteriosa qual rosto de mulher moura, – à diferença do Rio de Janeiro ou da Bahia, cidades francas e fotogênicas –, jamais se oferecia diretamente à admiração de quem ali desembarcasse. Era nesta cidade, coberta de mistério, que o problema da identidade regional e nacional precisava ser procurado. Vendo as coisas assim do seu próprio modo, o cicerone traduzia a cidade em valor nacional: a sua formação mestiça, os seus espaços de sociabilidade dilatados pela aproximação entre as ruas e as casas e a sua arquitetura tradicional harmonizavam-se exemplarmente com a moldura natural que a envolvia (Lira, 1996).

Inspirado sem dúvida pelo amor da terra, mas em oposição ao espírito dominante na província, Gilberto Freyre iria afirmar o seu localismo como uma forma de buscar a expressividade da vida vivida em uma época em que tudo tendia à artificialização, à standardização e à imitação cega da novidade estrangeira. Bom regionalismo que representaria a aceitação do Brasil em sua realidade diversificada como condição para uma “pátria independente”.²⁹

Tratava-se de um espírito ou consciência do papel de sua geração. O pertencimento a esta “pátria do tempo” apontava o caminho a ser seguido na hora presente pelo intelectual brasileiro. Em sua *Apologia pro generatione sua*, texto redigido em 1924, ele defenderia uma posição coletiva: “Também à geração nova do Brasil se impõe uma série de retificações, de reintegrações e de compensações, em relação com excessos dos anteriores. Talvez o nosso esforço deva ser apenas de indagação e de interpretação, e não ainda o de ação desembaraçadamente construtora ou de criação livre, com elementos autenticamente nossos, enraizados no nosso passado e recriados por nós, diversos dos valores falsos e estranhos à nossa tradição nos quais viveram e procuraram fazer o povo brasileiro viver tantos dos líderes intelectuais e políticos do Brasil de 1889, 1900, de 1910” (Freyre, 1941, p.75-6). Em continuidade, mas também como realinhamento em relação ao começo de reação nacionalista esboçado pelos “irmãos mais velhos de nossa geração” – aí incluídos Jackson de Figueiredo, Gilberto Amado, Ronald de Carvalho, Tristão de Athayde, Oliveira Viana e outros –, um inquérito das condições sociais e intelectuais do Brasil surge como programa a ser desenvolvido pelos mais jovens.

É verdade que a história do Centro Regionalista do Nordeste, fundado no Recife naquele mesmo ano de 1924, revela o convívio entre uma diversidade de posturas intelectuais, políticas e estéticas. Havia nele um forte componente tradicionalista. O senti-

²⁹ Idem, “Do bom e do mau regionalismo”, in *Revista do Norte*, n.5, out. 1924.

mento de região empobrecida ou abandonada conduziria alguns de seus membros a posições expressamente separatistas. Os mais simpáticos à estética neo-colonial também a ele se juntariam como forma de resistirem à decomposição da herança senhorial de arte que lhes dizia respeito. Outros, ainda, patrioticamente ciosos das tradições aristocráticas pernambucanas, revelariam o seu devotamento paternalista com relação ao povo. O traço conservador, todavia, ganharia um conteúdo aparentemente anticonformista na valorização dos elementos híbridos, primitivos ou inconscientes de cultura. Na contramão do progresso técnico, muitos de seus adeptos iriam colocar a contribuição do negro, da mulher, do pobre, da criança e do mestiço na ordem do dia das preocupações artísticas e intelectuais.

Era preciso que o intelectual e o artista, fossem ou não descendentes de aristocrata, “descessem” à cozinha para provar o ponto de um doce de goiaba ou experimentar o tempero de um guisado de peru; que fossem ao mercado comer sarapatel; que se metessem em aventuras oceânicas de jangadeiro, saboreassem uma peixada à moda da casa. Afinal, recordaria Gilberto Freyre daqueles anos (Candido, 1993), “mestres” de música eram os cantadores de modinhas; mestres de dança eram alguns dos babalorixás e ialorixás dos xangôs; mestres de medicina eram esses curandeiros e doutores em ervas da região; mestres de higiene tropical eram as mulheres do povo com seus xales e mantilhas; mestras da arte da decoração, as negras de tabuleiro que enfeitavam os seus doces com papel recortado; mestras do adorno pessoal de acordo com a paisagem e o clima, as morenas, as mulatas e as cabrochas cujos cabelos brilhavam à luz do luar amaciados pelos mais puros óleos de coco e perfumados pelos mais cheirosos jasmims. Era com eles que escritores, pintores e desenhistas deveriam conviver para criar algo de novo. E tais as lições que um Vicente ou um Joaquim do Rego Monteiro, um Manoel Bandeira, um José Lins do Rego, uma Lula Cardoso Ayres, um Cícero Dias, um Ascenso Ferreira, um Joaquim Cardozo, um Gilberto Freyre deveriam seguir.

Este primitivismo ambíguo, muitas vezes indeciso entre o culto do pitoresco e a renovação estética, junto com o seu ecologismo, talvez tenha dado os traços de vanguarda do movimento. Com certeza, cedia à inspiração expressionista que reabilitava um certo nacionalismo, medievalismo ou regionalismo artístico; ao cubismo e ao surrealismo que então se voltavam para a Arte Negra, as máscaras africanas, as padronagens pré-colombianas, a figuração ingênua dos loucos, dos sonâmbulos, das crianças (Souza, 1980, p.249-77; Cardozo, 1985; Dantas, 1996, p.195; Lopez, 1996, p.17-70). Possuía também um forte componente antropológico que, mais uma vez pela influência de Freyre, iria contribuir para descartar os velhos preconceitos e complexos antitropicalistas e antimelancólicos. Franz Boas, não por acaso, autor de *Primitive Art* (1927), seu professor de antropologia social e cultural na Universidade de Columbia, seria também referência necessária à crítica da idéia evolucionista de mente primitiva. Como lembraria Freyre no “Prefácio” à primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, “foi o estudo de Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados os traços de raça dos efeitos do ambiente ou da experiência cultural”³⁰.

Há nesta reabilitação da diferença entre raça e cultura, uma crítica direta às teorias eugênicas marcadamente preteridas pelos temas da saúde e da nutrição da população média no Brasil: “os que lamentam não serem puros de raça nem o Brasil região de clima temperado, o que logo descobrem naquela miséria e naquela inércia é o resultado dos coitos, para sempre danados, de brancos com pretas, de portuguesas com índias. É da raça a inércia ou indolência. Ou então é do clima, que só serve para o negro. E sentenciam-se de

30 O tributo ao mestre não poderia ser maior: “Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação assenta todo o plano deste ensaio”. Vide FREYRE, G., *Casa-Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: Schmidt, 1933, p.xii.

morte o brasileiro porque é mestiço e o Brasil porque está em grande parte em zona de clima quente. Do que pouco ou nenhum caso tem feito essa sociologia, mais alarmada com as manchas da mestiçagem do que com as da sífilis, mais preocupada com os efeitos do clima do que com os de causas sociais suscetíveis de controle ou retificação; é da influência que sobre as populações mestiças, principalmente as livres, terão exercido não só a escassez de alimentação devida à monocultura e ao regime do trabalho escravo, como a pobreza química dos alimentos tradicionais” (Freyre, 1933, p.51ss.). O interlocutor específico, percebia-se: Oliveira Vianna, “o maior místico do arianismo que ainda surgiu entre nós”, contra quem eram apostos os trabalhos de Alfredo Ellis Jr., Paulo Prado, Alcântara Machado, Afonso de E. Taunay sobre a eugenia do bandeirante paulista (Freyre, 1933, p.47, 64-7, 333).

Mais uma vez, o estudo do Recife lhe conferia vantagens de caso. Ali era possível refletir sobre a história colonial portuguesa em um país de clima quente, sob o regime de economia patriarcal centrada em estruturas arquitetônicas modelares de residência e produção baseada na escravidão. Muito da indefinição étnico-cultural de origem poderia ser testemunhado em aspectos característicos da vida urbana, da cultura popular e da construção tradicional. A tradição popular não estava apenas limitada aos bairros de habitação mais pobre e à arquitetura dos mocambos da cidade eternamente defendidos por Freyre (1936; 1937), mas a percorria de ponta a ponta com os vendedores ambulantes de peixe, de macaxeira, de fruta, com as baianas de fogareiro, negros de balaio, vassouzeiros, velhinhos, cegos e aleijados, e atingia os seus bairros mais centrais, o meio de toda rua e mesmo o mundo requintado e antitético dos sobrados. Nesta imagem alternativa da cidade, cultivava-se uma sociabilidade da mestiçagem, no que a herança da casa-grande fundia-se à resistente tradição dos mocambos (Araújo, 1994, p.165-73). De um lado, balcões e paredes grossas que em Megaípe recordavam um pouco das casas andaluzas com sua elegância heráldica; a arquitetura amouriscada dos sobrados com salientes sacadas sobre cães de pedra, casas de beirada arrebicada à moda chinesa ou com janelas enxadrezadas com muxarabis do bairro de São José. De outro, as pequenas casas de taipa e palha, as habitações vegetais feitas com engenho e arte, com suas portas e janelas muitas resolvidas pela arte do trançado indígena em palha ou capim, as mais adequadas ao clima e econômicas entre as soluções de moradia para os pobres.

Desde a redação do programa regionalista em 1925, a “defesa da fisionomia arquitetônica do Nordeste” relacionava-se com o reconhecimento tácito da necessidade de “urbanizar” as capitais da região; e se jamais uma proposta própria de urbanismo tenha sido formulada pelo movimento encabeçado por Freyre, defendia-se desde então o cuidado especial com o patrimônio artístico, arquitetônico, histórico e natural destas cidades (Azevedo, 1983, p.181). Na segunda metade dos anos 20, com efeito, fosse pelo círculo regionalista do Nordeste ou do grupo em torno da *Revista do Norte*, fosse pelo *Diário de Pernambuco* ou pelo jornal *A Província*, Freyre, Joaquim Cardozo, Mário Sette, Manuel Bandeira, Aníbal Fernandes etc. se bateriam pelo reconhecimento das qualidades tradicionais do Recife. Naquele momento, tratava-se certamente de uma espécie de reação à visão negativa pela qual as características lusitanas e africanas na cultura local começavam a ser genericamente compreendidas. Assim, ao lado do elogio que a arquitetura portuguesa traria ao Recife – “honesto arquitetura cheia de boas reminiscências orientais e africanas, inclusive a da cor, a dos verdes, azuis, roxos, amarelos, vermelhos vivos dos sobrados altos, das casas de sítio, das próprias igrejas” –, seria traçada uma “apologia das velhas ruas estreitas do Nordeste”. Bem situadas em relação aos ventos e ao sol, as velhas ruas para

um regionalista do Recife eram superiores em pitoresco e em higiene às ruas largas, essas “avenidas incaracterísticas”, *boulevards* amazônicos, ridículas imitações de *broadways* “por onde a gente que anda a pé só falta derreter-se sob o sol forte com que o bom Deus ora nos favorece ora nos castiga”, e que apenas se justificavam na justa medida do tráfego e jamais como alternativa geral às outras.

Se a rua larga era uma necessidade da cidade moderna, não era possível esquecer que em uma cidade situada nos trópicos era sempre recomendável um “certo número” de ruas estreitas nas quais se conservasse “a sabedoria dos árabes, antigos donos dos trópicos. ... A sabedoria das ruas com arcadas, de que o Recife devia estar cheio. A sabedoria das casas com rótulas ou janelas em xadrez” defendendo os habitantes dos excessos de luz, de sol e de calor e protegendo-os com a doçura das suas sombras. Ruas que convidariam o habitante a andar a pé e devagar, no próprio centro da cidade, sem se preocupar com os automóveis, os caminhões e os bondes.³¹ Era isso o que se propunha e jamais o mau exemplo do Rio de Janeiro de Pereira Passos, cuja avenida central tornara-se modelo inspirador de tudo quanto era reforma urbana no Brasil: “O Rio, no conjunto de suas avenidas novas e dos seus palácios cosmopolitas, não passará dum amontoado inexpressivo de construções: imitá-lo será para o Recife o sacrifício de personalidade própria a um modelo que já em si é incolor, indistinto, inexpressivo”.³² À crítica, tantas vezes reiteradas, do ecletismo burguês na arquitetura, somava-se a denúncia da perda de caráter das cidades, bastante coerente com a sua compreensão da importância da diversidade regional no Brasil.

Defesa do caráter da cidade em uma época tida como de modernização ou de transição (Freyre, 1979)³³ no qual aspectos pitorescos do Recife – a Lingüeta, o Arco de Santo Antônio, os quiosques, as ruas estreitas, os sobrados de cor forte, os mocambos ou as gameleiras – pareciam sumir de sua paisagem física. Um Recife anti-recifense, traidor de si mesmo, espezinhava o que lhe restava de irregular, de à-vontade, de imune ao “engenheirismo, ao haussmanismo, ao geometrismo. À tirania da pedra azul”. As cidades familiares, amigáveis e pitorescas, esverdeadas pelo tempo, sujas de velhice estavam desaparecendo nestas cidades que às criaturas sensíveis surgia como estrangeira e sem caráter. Espécie de consciência de seu próprio espaço em crise de representação cultural, tal o sentimento que as insolentes avenidas, os andaimes erguidos, as macabras demolições proporcionavam à imaginação decadentista do intelectual regionalista. Recatada e mourisca para Freyre; magra, reservada e difícil, para Manuel Bandeira (1928), por razões de psicologia e compleição física da cidade, assim deveria permanecer. Os urbanistas não deveriam querer engordá-la com seus planos e avenidas modernas; nem os construtores com estes edifícios exibidos que se ofereciam à primeira vista. O exemplo do Recife era dos mais adequados ao comentário da personalidade urbana: como não era cidade oferecida e “semostradeira”, não se dava bem com o novo-rico, o novo-culto, o novo-poderoso que a queriam reformar a todo custo.

É verdade que havia aqueles que sonhavam com a cidade marchando para o futuro sobre a cidade velha, como um Deus dominando o próprio diabo. No artigo “Da tirania da pedra azul, livra-nos ó senhor!”, Freyre dava voz a este interlocutor hostil, situando com clareza o campo de combate imaginário que se formava: “outro dia um recifense falava do seu sonho de um novo Recife. Seria esse novo Recife uma delícia de linha reta. Uma delícia de simetria. Uma delícia de regularidade. Um Recife geométrico como um jardim do Loire. Casas dispostas como um menino dispõe soldados de chumbo para batalhas de brinquedo: em fileiras regulares. Árvores aparadas igualmente com o cabelo em escovinha dos órfãos e dos presos. As ruas todas da mesma largura. Nenhuma rua torta. Nenhuma

31 Cf. por exemplo, FREYRE, G., “Ruas de doces sombras”, in *Diário de Pernambuco*, 5/9/1926; Idem, “Artigos numerados 85”, in *Diário de Pernambuco*, 30/11/24; Idem, “Artigos numerados: 95”, in *Diário de Pernambuco*, 8/2/1925; e outros.

32 FREYRE, G., “Do bom e do mau regionalismo”, op. cit., 1924.

33 Cf. ainda FREYRE, G., “Artigos numerados: 53”, in *Diário de Pernambuco*, 20/04/1924.

igreja a quebrar a linha torta das ruas.”³⁴ “Olhei o sonhador”: faiscava em sua mão enorme pedra azul, o anel fatídico de engenheiro: a verdade era que “o diabo do meu concidado X” era o “meu Deus”. Uma espécie de urbanismo de Marta que não entendesse as preocupações de Maria na prefeitura de Jerusalém.³⁵ Mais uma cidade triste e monótona, feita à fita métrica como roupa ou caixão de defunto; mais uma cidade morta, era o destino desta utopia urbanística da disciplina.

Contra a linha reta e a geometrização do espaço; jogos maleáveis de acomodação com a história e a natureza, a paisagem e a construção tradicional, os mocambos, as artes aplicadas, as velhas árvores, os costumes e modos de vida locais. Afinal como obra conjunta de negros, brancos e índios, sobretudo portuguesa, mas vivamente colorida pelo intenso contato com o ameríndio e o africano, a obra de “civilização nos trópicos” não tinha por que repetir os modelos importados, uniformizando-se ou descartando as sugestões regionais em nome de um conceito equívoco de modernização. A imagem de uma nação surgia destas características urbanas que a diversidade de regiões permitia no país: “nunca que ao Brasil aconteça a desgraça de uniformizar-se filipicamente num império ou de integrar-se num sistema de uniformidade continental ou de rígida, dura e absoluta singularidade nacional de cultura, com o sacrifício de suas diferenças regionais; com todas as suas ilhas românticas e pitorescas de diversidade regional de cultura, de vida e de paisagens reduzidas a Ilhas do Diabo, a presídios melancólicos dos seus próprios valores, das suas próprias diferenças, das suas próprias singularidades provincianas; condenadas a morrerem de fome e esterilidade, para sobre os seus tristonhos restos etnográficos standardizar-se a paisagem cultural do continente americano ou do Brasil inteiro” (Freyre, 1943, p.51-2). Defesa, portanto, de diversidade que não coincidia com uma defesa da insularidade regional. Ao hibridismo de cultura corresponderia não apenas o mulatismo de arquitetura, mas a mestiçagem de cidades.

Esta projeção de sabor culturalista sobre a cidade, todavia, ao questionar radicalmente a autoridade técnica dos engenheiros no planejamento urbano, não iria esconder o seu compromisso profundo com a cidade biográfica, aquela onde se houvesse nascido e em cujos fundos de sítio cheios de cajueiro e touça de bananeira, tenha-se brincado na infância. Afinal, a decadência desta cidade, onde o sentimento de expressão regional chegou a ser tão forte como em poucas cidades da América, correspondia também, talvez, ao drama de toda uma comunidade que os romances do chamado “ciclo da cana-de-açúcar” pareciam exprimir, simultaneamente, pela forma do romance pessoal, familiar ou autobiográfico do tempo perdido com as transformações na vida rural da região, com a ascensão de valores novos, existência de homens que decaíam economicamente, apoiados apenas pelo orgulho patriarcal e tradição de senhores de engenho (Castello, 1960, p.xxx, xxxiv-v) O sentimento de declínio de uma região rebatendo-se em uma leitura melancólica e realista da perda em uma época de renovação social e experimentação artística. Como contrapartida à uniformização e standardização, essas formas de reposição da identidade local talvez não tenham passado, já então, “de sublimação cultural, forjando na ausência de referências sociais objetivas, identidades meramente simbólicas” (Arantes, 1997, p.20).

Que não se diga que a aderência da cidadela beletrista regional a um conjunto de representações tradicionalistas exprimia uma postura objetiva face as necessidades e realidades particulares disto que concebiam como o Nordeste, esta região brasileira por excelência; nem tão somente suas matizes ideológicas e conservadoras no plano da cultura. Em grande parte esta tendência regionalista parece ter refletido uma grave crise de iden-

34 FREYRE, G., in *Diário de Pernambuco*, 25/2/1926.

35 Idem, “A propósito de urbanismo”, in *Diário de Pernambuco*, 14/11/1926.

José T. C. Lira é arquiteto, doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU/USP e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, USP. E-mail: jtlira@sc.usp.br

tidade do intelectual e do artista, coletivamente referida ao fato de pertencerem a uma parte do país em declínio econômico e cada vez menos prestigiada politicamente. É possível que compusessem aquilo que se chamou alguma vez de uma classe de remanescentes disponíveis para tentar recriar o mundo perdido no tempo intemporal (e no espaço intangível) da memória coletiva (Souza, 1980, p.109-16). Alternativa a uma cultura de transplante já saturada, que além de tudo se apresentava como oportunidade de renovação do repertório de idéias e imagens com as quais se acreditava poder fazer o que se quisesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. de A. "Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas no Rio de Janeiro". *Espaço & Debates*, n.37, p.34-46, 1994.
- ADORNO, S. F. "A gestão filantrópica da pobreza urbana". *São Paulo em Perspectiva*, n.2, p.8-17, abr./jun. 1990.
- AMARAL, A. *Artes Plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- ANDRADE, C. R. M. de. *A Peste e o Plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- ARANTES, O. "Do universalismo moderno ao regionalismo pós-crítico". In: CARDOSO, L. A. F. *(Re)Discutindo o modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil*. Salvador: MAU/UFBA, 1997a.
- ARANTES, O. "A Cultura nas novas 'estratégias' urbanas". Conferência pronunciada no Seminário Espaços Públicos e Exclusão Socioespacial. *Anais...*, São Paulo, FAU/USP, nov. 1998 (Mimeo.)
- ARANTES, P. "Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo". In: ARANTES, O., ARANTES, P. *Sentido da formação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b. p.11-66.
- ARAUJO, O. E. de. "Enquistamentos étnicos". *Revista do Arquivo Municipal*, n.65, mar. 1940.
- ARAUJO, R. B. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- ARIES, P. *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plom, 1960.
- AZEVEDO, N. P. *Modernismo e regionalismo em Pernambuco*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.
- BANDEIRA, M. "Urbanistas, cuidado! O Recife é uma cidade magra". *A Província*, 30/12/1928.
- BASTOS, S. P. M. "A habitação popular atual". In: GRUPO DE AÇÃO SOCIAL, Segunda Semana de Ação Social do Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 1937.
- BEGUIN, F. "Les Machineries Anglaises du Confort". *Recherches*, 29, p.155-85, dez. 1977.
- BENCHIMOL, J. *Pereira Passos, um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio, 1990.
- BOYER, M. C. *The City of Collective Memory: its Historical Imagery and Architectural Entertainments*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996.
- BRESCIANI, M. S. "Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940". In: HARDMAN, F. F. *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p.27-62.

- CANCLINI, N.G. *Imaginarios urbanos*. Buenos Aires: EUDEBA, 1997.
- CANDIDO, A. "Aquele Gilberto". In: _____. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. "Uma palavra instável". In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CARDOSO, I. R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARDOZO, J. "Prefácio-testemunho dos aspectos socio-culturais". In: BARROS, S. *A década 20 em Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.
- CARPINTÉRO, M. V. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- CASTELLO, J. A. "Memória e regionalismo". In: REGO, J. L. do. *Menino de engenho. Doidinho, Banguê*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COHEN, P. "Out of the Melting Pot into the Fire next Time: Imagining the East End as City, Body and Text". In: WESTWOOD, S., WILLIAMS, J. *Imagining Cities: scripts, signs, memory*. Londres: Routledge, 1997. p.73-85.
- CORBIN, A. *Le Miasme et la Jonquille*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.
- CORREA, M. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 1982.
- COSTA, N. do R. "A questão sanitária e a cidade". *Espaço & Debates*, n.22, 1987.
- CROSS, M., KEITH, M. (Eds.). *Racism, the City and the State*. 2.ed. Londres: Routledge, 1995.
- D'ANDREA, M. S. *Tradição Re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- DANTAS, V. "Oswald de Andrade e a Poesia". *Novos Estudos*, n.30, jul.1991.
- DERRIDA, J. "La mythologie blanche". In: _____. *Marges de la Philosophie*. Paris: Minuit, 1972.
- DONZELOT, J. *La Police des Familles*. Paris: Minuit, 1977.
- DUMONT, L. "Casta, racismo e estratificação". *Homo Hierarchicus*, São Paulo: EDUSP, 1992, p.303-16.
- ESTELITA, J. "Fim social do urbanismo". *Urbanismo e Viação*, n.2, dez.1938.
- FERNANDES, A., GOMES, M. A. (Orgs.). *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA/ANPUR, 1992.
- FIX, M. *O Estado e o capital nas margens do Rio Pinheiros: duas intervenções: Faria Lima e Água Espraiada*. Trabalho de graduação interdisciplinar, FAU/USP, 1996.
- FONSECA, A. M. M. *Das raças à família: um debate sobre a construção da nação*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité*. Paris, Gallimard, 1976-1978.
- FREIRE, H. "A Formação das Cidades". *Revista do Brasil*, v.24, set./dez. 1923.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- _____. *Guia Pratico, Historico e Sentimental da Cidade do Recife*. Recife: Oficinas Graphics de The Propagandist, 1934.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.
- _____. *Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o typo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

- FREYRE, G. "Apologia pro generatione sua". *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- _____. *Continente e ilha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.
- _____. *Modernidade e modernismo na arte política*. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1946.
- _____. *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. Cadernos de Cultura.
- _____. "Vida Social no Nordeste: aspectos de um século de transição". *Livro do Nordeste* (1925). Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.
- GANS, H. "Redevelopment of the West End". In: _____. *The Urban Villagers: group and class in the life of italian-americans*. Nova York. The Free Press, 1982.
- GOMES, M. A. *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: UFBA, 1995.
- GONÇALVES, M. A., MAGGIE, Y. "Pessoas fora do lugar: a produção da diferença no Brasil". In: VILLAS BÔAS, G., GONÇALVES, M. A. (Orgs.). *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p.165-76.
- GUTIERREZ, R. *Buenos Aires, Evolucion Historica*. Bogotá: Escala, 1992.
- HALL, P. *Cities of Tomorrow*. Oxford: Blackwell, 1992.
- HESSE, B. "White Governmentality: urbanism, nationalism, racism". In: WESTWOOD, S., WILLIAMS, J. (Eds.). *Imagining Cities: scripts, signs, memory*. Londres: Routledge, 1997. p.86-103.
- HOBBSAWM, E. *Nations and Nationalism since 1780*. 2.ed., Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- KEITH, M. "Riots as a 'Social Problem' in British Cities". In: HERBERT, D. T., SMITH, D. M. (Eds.). *Social Problems and the City: new perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 1989. p.289-306.
- LIMA, N. T., HOCHMAN, G. "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República". In: MAIO, M. C., SANTOS, R. V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p.23-40.
- LIRA, J. T. C. de. "O Germe da Lei Urbana e a Higiene da Casa (e) do Operário". In: IV Encontro Nacional da ANPUR. *Anais...* Salvador. 1993. p.505-20.
- _____. "Técnica sanitária e o traçado da cidade: representações de planta e plano no trabalho do urbanismo em Pernambuco na década de 20". *Pós*, n.5, p.69-84. abr. 1995.
- LIRA, J. T. C. de. "O Oriente é aqui: a cidade mestiça de Gilberto Freyre". In: Seminário de História da Cidade de São Paulo. *Anais...* Rio de Janeiro, 1996.
- _____. *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- _____. "Mots Cachés: les lieux du Mocambo à Recife". *Genèses*, n.33, p.77-106, dec. 1998.
- LOPES, M. B. *Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro, 1890-1920*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1988.
- LOPEZ, T. A. P. *Mariodeandradiando*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LOWRIE, S. "O elemento negro na população de São Paulo". *Revista do Arquivo Municipal*, v.48, p.27-32, jun. 1938.
- _____. "Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciações das classes sociais". *Revista do Arquivo Municipal*, n.43, p.195-211, jan. 1938.

- MARIANO FILHO, J. “A expressão urbanística dos mocambos nordestinos”. *Urbanismo e Viação*, n.8, abr. 1940.
- _____. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro: s.n., 1943.
- _____. *A margem do problema arquitetônico nacional*. Rio de Janeiro: s.n., 1943.
- MARQUES, S. *Les Professions de l'Urbanisme au Brésil*. 1995. Tese (Doutorado) – EHESS.
- MARQUES, V. B. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L. “O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual”. In: MAIO, M. C., SANTOS, R. V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- MELO, M. A. B. C. de. “A ideologia anti-urbana e a modernização da gestão municipal no Brasil: 1900-1960”. In: PADILHA, N. (Org.). *Cidade e urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador: MAU/UFBA, 1998. p.259-80.
- MENDONÇA, M. T. C. “Casas Populares – Cidades Jardins”. Congresso de habilitação. Annaes do Primeiro Congresso de Habitação, São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1931.
- MOREIRA, F. D. *A construção de uma cidade moderna: Recife, 1909-1926*. 1994. Dissertação (Mestrado) – MDU/UFPE.
- MURARD, L., ZYLBERMAN, P. “La Cité Eugénique”. *Recherches*, n.29, p.423-53, dez. 1994.
- OLIVEIRA, J. C. de. “Saneamento das cidades”. *Boletim de Engenharia*, n.6, v.4, p.130-9, ago.1930.
- PADILHA, N. (Org.). *Cidade e urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador: UFBA, 1998.
- PARK, R. “Introdução à edição norte-americana”. In: PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia; estudo de contacto racial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.
- PEREIRA, P. G. “A drenagem superficial do Recife como factor importante para a sua salubridade”. *Boletim de Engenharia*, n.3, v.3, fev. 1928.
- PESAVENTO, S. “Endroits Maudits: la ville de l'autre dans le sud du Bresil, Porto Alegre, entre la fin du XIXème et le debut du XXème siècle”, comunicação apresentada ao Séminaire International “Les Mots de la Ville” (CNRS/Unesco), Paris, 4 a 6 de dezembro, 1997. (Mimeo.)
- PIERSON, D. “Racial and cultural contacts in Brazil: present state of research in this field”. In: BURGIN, M., *Handbook of Latin American Studies: 1940*, n.6 ... Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1941.
- PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia; estudo de contacto racial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.
- RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REZENDE, A. P. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: Fundarpe, 1997.
- RIBEIRO, L. C. Q., PECHMAN, R. (Orgs.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/Fapes, 1997.
- SAMPAIO, M. R. A., LANNA, A. L. D. “Les Travailleurs dans la Ville: les italiens et les habitants des favelas à São Paulo”, comunicação apresentada ao Séminaire Interna-

- tional “Les Mots de la Ville” (CNRS/Unesco), Paris, 4 a 6 de dezembro, 1997. (Mimeo.)
- SANSONE, L. “As relações raciais em *Casa-Grande & Senzala* revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização”. In: MAIO, M. C., SANTOS, R. V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p.207-17.
- SANTOS, L. A. de C. “O pensamento sanitarista na primeira república: uma ideologia de construção da nacionalidade”. *Dados*, n.2, v. 28, p.193-211, 1995.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SOUZA, G. de M. e. “Vanguarda e nacionalismo na década de vinte”. In: _____. *Exercícios de Leitura*. São Paulo: Duas Cidades, 1980. p.249-77.
- TORRES, A. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.
- VAZ, L. F. *Habitações coletivas no Rio antigo*. 1995. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ.
- _____. *Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro: estudo da modernidade através da moradia*. 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- VIANNA, O. *Carta ao Sr. Dr. Hilario Freire*. In: FREIRE, H., “A Formação das Cidades”. *Revista do Brasil*, v.24, set.-dez 1923.
- _____. *Evolução do povo brasileiro*. 2.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933a.
- _____. *Populações meridionais do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933b.
- _____. *Raça e assimilação*. 2a.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- _____. “O valor pragmático do passado”. In: _____. *O idealismo da constituição*. 2a.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.
- WESTWOOD, S., WILLIAMS, J. (Eds.). *Imagining Cities: scripts, signs, memory*. Londres: Routledge, 1997.

A B S T R A C T *This paper deals with some important sources of the social thought in Brazil as they refer to the formation of the urban space in the country, particularly in respect to racial, ethnic, and cultural relations in the city. It raises the hypothesis that the urbanistic discourse, from the 1920s onwards, finds in eugenics and regionalism some reliable basis for the nationalistic realignment of its technical intervention in complexly divided urban spaces and cultures. Having in mind the contemporary question of urban renovation, it specially examines matters of social segregation, spatial distribution and cultural identification of ethnic, national and regional groups in some writings of Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, José Mariano Filho, Donald Pierson and Samuel Lourie.*

K E Y W O R D S *Urbanism; city; nation; Brazilian social thought; racial relationships; ethnicity; eugenics; culturalism; regionalism.*

DISCURSOS DA SUSTENTABILIDADE URBANA

HENRI ACSELRAD

R E S U M O *A noção de sustentabilidade remete antes à lógica das práticas, em que efeitos práticos considerados desejáveis são levados a acontecer, do que ao campo do conhecimento científico, em que os conceitos são construídos para explicar o real. Aplicada ao espaço urbano, a noção de sustentabilidade tem acionado diversas representações para a gestão das cidades, desde a administração de riscos e incertezas ao incremento da “resiliência” – a capacidade adaptativa - das estruturas urbanas. O que parece organizar analiticamente o discurso da “sustentabilidade urbana” seria sua distribuição em dois campos: de um lado, aquele que privilegia uma representação técnica das cidades pela articulação da noção de sustentabilidade urbana aos “modos de gestão dos fluxos de energia e materiais associados ao crescimento urbano”; de outro, aquele que define a insustentabilidade das cidades pela queda da produtividade dos investimentos urbanos, ou seja, pela “incapacidade destes últimos acompanharem o ritmo de crescimento das demandas sociais”, o que coloca em jogo, conseqüentemente, o espaço urbano como território político.**

PALAVRAS-CHAVE *Sustentabilidade; planejamento urbano; política ambiental.*

* Trabalho selecionado da sessão temática 5 – “Desenvolvimento urbano sustentável: que qualidade e para quem?”

INTRODUÇÃO

Diversas matrizes discursivas têm sido associadas à noção de sustentabilidade desde que o Relatório Brundtland a lançou no debate público internacional em 1987. Entre elas, podem-se destacar a matriz da *eficiência*, que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao “espaço não-mercantil planetário”; da *escala*, que propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os “recursos ambientais”; da *equidade*, que articula analiticamente princípios de justiça e ecologia; da *autosuficiência*, que prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como estratégia apropriada a assegurar a capacidade de auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento; da *ética*, que inscreve a apropriação social do mundo material em um debate sobre os valores de Bem e de Mal, evidenciando as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida no planeta.

Desde a United Nations Conference on Environment and Development – Unced (1992), a noção de sustentabilidade vem ocupando espaço crescente nos debates sobre desenvolvimento. De um lado, no interior do discurso desenvolvimentista – produzido por agências multilaterais, consultores técnicos e ideólogos do desenvolvimento –, verificou-se um investimento na correção de rumos, no esverdeamento dos projetos, na readequa-

ção dos processos decisórios. Com ajustes – acreditam estes atores – a proposta do desenvolvimento poderia ser resgatada, suas dimensões autofágicas, superadas, sua durabilidade, assegurada, sua vigência, sustentada. Por outro lado, no campo das ONGs, em meio à crítica dos limites do conteúdo que governos e instituições oficiais vêm atribuindo ao desenvolvimento, que pretendem, sustentável, alguns vêem na sustentabilidade uma nova crença destinada a substituir a idéia de progresso, constituir “um novo princípio organizador de um desenvolvimento centrado no povo”, e ser capaz de “tornar-se a visão mobilizadora da sociedade civil e o princípio guia da transformação das instituições da sociedade dominante” (PCDF, 1992).

O que prevalece são, porém, expressões interrogativas recorrentes, nas quais a sustentabilidade é vista como “um princípio em evolução”, “um conceito infinito”, “que poucos sabem o que é” e “que requer muita pesquisa adicional”, manifestações de um positivismo frustrado: o desenvolvimento sustentável seria um dado objetivo que, no entanto, não se conseguiu ainda apreender. Mas, como definir algo que não existe? E que, ao existir, será, sem dúvida, uma construção social? E que, como tal, poderá também compreender diferentes conteúdos e práticas a reivindicar seu nome. Isto nos esclarece por que distintas representações e valores vêm sendo associados à noção de sustentabilidade: são discursos em disputa pela expressão mais legítima. Pois a sustentabilidade é uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e idéias.

A suposta imprecisão do conceito de sustentabilidade sugere que não há ainda hegemonia estabelecida entre os diferentes discursos. Os ecólogos parecem mal posicionados para a disputa em um terreno enraizado pelos valores do produtivismo fordista e do progresso material. A visão sociopolítica tem se restringido ao esforço de ONGs, mais especificamente na atribuição de precedência ao discurso da equidade, com ênfase ao âmbito das relações internacionais. O discurso econômico foi o que, sem dúvida, melhor se apropriou da noção até aqui, até mesmo por considerar sua preexistência na teoria do capital e da renda de Hicks.

Mas, ao contrário dos conceitos analíticos voltados para a explicação do real, a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva. Tal consideração nos remete a processos de legitimação/deslegitimação de práticas e atores sociais. Por um lado, se a sustentabilidade é vista como algo bom, desejável, consensual, a definição que prevalecer vai construir autoridade para que se discriminem, em seu nome, as boas práticas das ruins. Abre-se, portanto, uma luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade. E para isso faz-se necessário constituir uma audiência apropriada, um campo de interlocução eficiente onde se possa encontrar aprovação. Poder-se-á falar, assim, em nome dos (e para os) que querem a sobrevivência do planeta, das comunidades sustentáveis, da diversidade cultural etc. Em síntese: a luta em torno a tal representação exprime a disputa entre diferentes práticas e formas sociais que se pretendem compatíveis ou portadoras da sustentabilidade.

Para se afirmar, porém, que algo – uma coisa ou uma prática social – é sustentável, será preciso recorrer a uma comparação de atributos entre dois momentos situados no tempo: entre passado e presente, entre presente e futuro. Como a comparação passado-presente, no horizonte do atual modelo de desenvolvimento, é expressiva do que se pretende insustentável, parte-se para a comparação presente-futuro. Dir-se-ão então sustentáveis as práticas que se pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável. E esta relação entre um presente conhecido e um futuro desconhecido e dese-

jável coloca a noção de sustentabilidade no campo do que alguns chamam de “causalidade teleológica” – “que tem, como causa suficiente de um comportamento, um acontecimento que contém em sua descrição a exigência de que um outro acontecimento, chamado seu fim, aconteça” (Costa, 1994). Ou seja, a causa é definida pelo fim; a ordem de seqüência dos acontecimentos está embutida na condição antecedente definida como causa. É sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras da sustentabilidade no futuro.

O recurso a esta “causalidade teleológica” é particularmente questionável quando ela implica reconstruir o presente à luz de supostas exigências do futuro.¹ A experiência histórica registra exemplos no mínimo discutíveis desta atualização política do futuro: “é preciso crescer para depois distribuir”, “estabilizar a economia para depois crescer”, “sacrificar o presente para conquistar o futuro” etc. Os riscos são tanto maiores quanto se sabe que os que ocupam posições dominantes no espaço social também estão em posições dominantes no campo da produção das representações e idéias. Se o Estado e o empresariado – forças hegemônicas no projeto desenvolvimentista – incorporam a crítica à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, passam a ocupar também posição privilegiada para dar conteúdo à própria noção de sustentabilidade.

Mas isto não quer dizer que a questão esteja resolvida de uma vez por todas. Ao contrário, autoridade e legitimidade, atributos decisivos para todos os atores que disputam o poder de definir o que é sustentável, também dependem da maneira como estes atores elaboram seus discursos alternativos sobre a questão, e da força relativa que acumulam no campo das idéias. No presente trabalho faremos um mapeamento das principais matrizes discursivas da sustentabilidade urbana, procurando identificar as inflexões que os atores sociais, que recorrem a esta noção, apontam para as práticas sociais de construção do espaço das cidades, pois o futuro das cidades dependerá em grande parte dos conceitos constituintes do projeto de futuro construído pelos agentes relevantes na produção do espaço urbano.

SUSTENTABILIDADE E CIDADE

A associação da noção de sustentabilidade ao debate sobre desenvolvimento das cidades tem origem nas rearticulações políticas pelas quais um certo número de atores envolvidos na produção do espaço urbano procuram dar legitimidade a suas perspectivas, evidenciando a compatibilidade delas com os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento, de acordo com os princípios da Agenda 21, resultante da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente.² Ao mesmo tempo que verificamos uma “ambientalização” do debate sobre políticas urbanas, observamos, também, um movimento em sentido oposto, com a entrada crescente do discurso ambiental no tratamento das questões urbanas, seja por iniciativa de atores sociais da cidade que incorporam a temática do meio ambiente, sob o argumento da substancial concentração populacional nas metrópoles, seja pela própria trajetória de urbanização crescente da carteira ambiental dos projetos do Banco Mundial.

Não podemos deixar de associar também o recurso à noção de sustentabilidade urbana a estratégias de implementação da metáfora cidade-empresa que projetam na “cidade sustentável” alguns dos supostos atributos de atratividade de investimentos, no contexto da competição global. Conduzir as cidades para um futuro sustentável significa neste caso “promover a produtividade no uso dos recursos ambientais e fortalecer as vantagens

¹ Na causalidade teleológica, “o que não existe ainda pode agir sobre o que é”; cf. Soubeyron, O., “La mer du Sahara”, in *L'Aventure Humaine*, Paris, n.1, p.27, janvier 1995.

² Várias redes internacionais de municipalidades, notadamente européias, foram articuladas, a partir de 1992, com o fim de pôr em prática os preceitos globais do desenvolvimento sustentável sob a forma de orientações práticas e tangíveis; cf. Emelianoff, C., “Les Villes Durables, l'émergence de nouvelles temporalités dans des vieux espaces urbains”, in *Ecologie Politique*, n.13, p.38, printemps 1995.

competitivas” (Durazo, 1997, p.51). Com maior ou menos vinculação às perspectivas de planejamento “empresarial” das cidades, a noção de sustentabilidade oferecerá a oportunidade para a legitimação de uma “ecocracia” emergente, favorecida em particular pela criação de novas instâncias governativas e regulatórias voltadas para o tratamento da questão ambiental, em geral, e ambiental urbana, em particular.

No debate contemporâneo, encontraremos várias articulações lógicas entre a reprodução das estruturas urbanas e sua base especificamente material. Encontraremos, em particular, três representações basicamente distintas da cidade, às quais corresponderão também diferentes sentidos do que se pretende legitimamente capaz de dar durabilidade à integridade do urbano.

A REPRESENTAÇÃO TECNO-MATERIAL DAS CIDADES

Uma primeira articulação associa a transição para a sustentabilidade urbana à reprodução adaptativa das estruturas urbanas com foco no ajustamento das bases técnicas das cidades, com base em modelos de “racionalidade ecoenergética”³ ou de “metabolismo urbano”. Em ambos os casos, a cidade será vista em sua continuidade material de estoques e fluxos.

Na perspectiva da eficiência especificamente material, a cidade sustentável será aquela que, para uma mesma oferta de serviços, minimiza o consumo de energia fóssil e de outros recursos materiais, explorando ao máximo os fluxos locais e satisfazendo o critério de conservação de estoques e de redução do volume de rejeitos. Vigora aqui uma representação técnico-material da cidade como uma matriz composta por um vetor de consumo de espaço, energia e matérias-primas e um vetor de produção de rejeitos (Déléage, 1995, p.35). A leitura da cidade como um sistema termodinâmico aberto identificará no urbano o *locus* privilegiado da produção crescente de entropia, emblema da irreproduzibilidade ilimitada do processo de crescimento econômico-material.⁴ A insustentabilidade urbana é, nesta perspectiva, uma expressão social da irreversibilidade termodinâmica. Com base em uma leitura da cidade como lugar por excelência da perda de capacidade de transformação de energia em trabalho, caberia ao planejamento urbano minimizar a degradação energética e desacelerar a trajetória da irreversibilidade. Tal representação das cidades aponta para novos modelos técnicos do urbano, fundados na racionalidade econômica aplicada aos fluxos de matéria-energia. Para se reduzir o impacto entrópico das práticas urbanas, caberia assim adotar tecnologias poupadoras de espaço, matéria e energia, e voltadas para a reciclagem de materiais. A idéia de eficiência ecoenergética pretende conseqüentemente estender o campo de vigência da racionalidade econômica.

A ineficiência ecoenergética pode ser traduzida também em termos de distribuição espacial inadequada à economia de meios, ou seja, como o resultado de uma imprópria distribuição locacional das populações e atividades no espaço urbano. A insustentabilidade decorreria assim das “crescentes assimetrias entre a localização espacial dos recursos e da população, das pressões excessivas sobre o meio físico circundante e sobre os sistemas ecológicos regionais” (Durazo, 1997, p.51). A sustentabilidade decorreria, neste caso, da redistribuição espacial da pressão técnica de populações e atividades sobre a base de recursos ambientais urbanos. A problemática malthusiana é aqui inscrita no quadro urbano, introduzindo a “hipótese do limite da capacidade urbana” e concentrando o foco nas estratégias de descentralização, a saber, na distribuição de funções das metrópoles para as

3 Pillet & Odum assim enunciam as bases eco-energéticas de uma macroeconomia ambiental: “O meio ambiente pode ser visto, pouco a pouco, como um quase-setor da economia ... e as externalidades ambientais podem ser definidas como conseqüências permanentes da extração, do tratamento, do consumo e da descarga de matéria e energia. A lei de conservação da matéria e da energia exige que o conjunto dos rejeitos lançado pela economia no meio ambiente seja igual à soma de todos os recursos extraídos do mesmo através das atividades econômicas”, cf. Pillet, G., Odum, H. T., *Énergie, Écologie, Économie*, Genebra, 1987, p.178-9.

4 “A cidade torna-se o lugar onde se concentram os problemas ambientais e sociais da nação”, cf. Beaucire, F., “La Ville Éclatée”, in Passet, R., Theys, J., *Héritiers du Futur – Aménagement du Territoire, Environnement et Développement Durable*, Paris: L’Aube, s.d., p.187. “Não é impossível pensar-se que o encontro da ecologia com a cidade possa concorrer para a requalificação de um sentido do urbano, de forma e identidade originais, e subtrair a cidade da entropia que a ronda, conferindo-lhe um dinamismo mais positivo”, cf. Lévy, J. C., “Les Étapes de la Métropolisation”, in Passet, R., Theys, J., op. cit., p.189.

regiões, das áreas metropolitanas internas para as áreas metropolitanas periféricas, do centro para os subcentros das cidades.⁵

A concepção da sustentabilidade como trajetória progressiva em rumo à eficiência ecoenergética é normalmente acompanhada da constituição de uma base social de apoio a projetos de mudança técnica urbana, pela via da “educação ambiental”, da disseminação de uma “consciência ecológica”, de projetos comunitários de reciclagem ou pelo engendramento de uma “economia da reciclagem”. A recusa do antagonismo entre o meio ambiente e a economia fará também da busca da sustentabilidade urbana a ocasião de fazer valer a potência simbólica do mercado como instância de regulação das cidades. Pois se o futuro é, no pensamento hegemônico, o da plena vigência das instituições mercantis, dirigir as cidades para um futuro sustentável significa promover a produtividade urbana e fortalecer as vantagens competitivas.

Estratégias argumentativas de ordem global serão, com frequência, acionadas para promover inovações na matriz técnica das cidades,⁶ seja com a introdução de tecnologias urbanas poupadoras de recursos, seja com a redistribuição espacial de populações e atividades: o que é bom para o planeta é considerado bom para a cidade. A convergência entre sustentabilidade urbana local e sustentabilidade global é vista geralmente como um simplificador político, posto que no plano local os responsáveis pela poluição e as autoridade políticas são claramente identificáveis.

Um contradiscurso opõe, no entanto, sustentabilidade global e sustentabilidade local urbana – o que é bom para o planeta não seria o melhor para a cidade. Por um lado, as economias de escala de transporte, iluminação e calefação nas cidades concentradas reduzem o consumo *per capita* de energia, favorecendo as estratégias de sustentabilidade global. Por outro, se a capacidade de regeneração dos ecossistemas é constante por unidade de extensão territorial, as cidades concentradas sofrem efeitos indesejáveis com a elevação da densidade territorial da produção de rejeitos, comprometendo a sustentabilidade em nível local. Neste caso, a busca de ecoeficiência seria motivada por razões atinentes ao próprio “urbano” e não por razões de ordem planetária. Em ambos estes casos, no entanto, com convergência ou divergência entre sustentabilidade urbana e global, a ecoeficiência será legitimada como eixo das estratégias de ação, e o mercado será considerado seu melhor instrumento.

A idéia de insustentabilidade energética das cidades não é restrita às grandes metrópoles com alta concentração demográfica, mas também estende-se à cidade “fragmentada” e “desdensificada” da “sociedade imaterial”: “a desdensificação dos homens e a fragmentação policêntrica das atividades”, afirma Beaucire, “são dispendiosas em recursos materiais e produtoras de poluição e efeitos nocivos” (cf. Beaucire, “La Ville Éclatée”, in Passet & Theys, s.d., p.191). Em acréscimo, “a cidade fragmentada e desdensificada é vista como geradora de consumo energético e de custos de reordenamento de redes técnicas (água, eletricidade, telefonia) e de serviços públicos muito elevados” (idem, p.192).

Mas o ajustamento das bases tecno-materiais da cidade pode fundar-se alternativamente em modelos de *metabolismo urbano*, com uma representação ecossistêmica das cidades, composta por movimentos interativos de circulação, troca e transformação de recursos em trânsito. O discurso sobre a sustentabilidade das cidades organiza-se, neste caso, pelo recurso à metáfora biológica da “resiliência”, que procura descrever a capacidade adaptativa dos “ecossistemas urbanos” para superarem a sua condição de vulnerabilidade ante a choques externos (Godard, 1996, p.33). Neste tipo de representação, a insus-

5 Cf. Omishi, T., “A Capacity Approach for Sustainable Urban Development: an Empirical Study”, in *Regional Studies*, v.28.1, p.39-51. Tal abordagem será questionada por aqueles que entendem a cidade como “instrumento da liberação das atividades humanas com relação à dependência dos recursos locais”. Associar a sustentabilidade ao respeito à “capacidade de suporte local” é constrianger o debate a um quadro teórico muito limitado, cf. Camagni, R., “Pour Une Ville Durable”, in Camagni, R., Gibelli, M. C., *Développement Urbain Durable – Quatre Métropoles Européennes*, Paris: DATAR/L’Aube, 1997, p.9.

6 “A argumentação ecológica contribui para ligar a ação mais imediata ao futuro de mais longo prazo de todo o planeta. As mudanças de escala operadas através do esquema das consequências generalizadas não são apenas espaciais mas também temporais: toda ação engaja o futuro, tanto o nosso como o das gerações futuras. A argumentação ecológica permite assim um movimento constante de ida e vinda entre o passado, o presente e o futuro”, in Lafaye, C., Thévenot, L., “Une Justification Écologique? – Conflits dans l’Aménagement de la Nature”, *Revue Française de Sociologie*, XXXIV, p.504, 1993. Na mesma direção Emalioff afirma que “as cidades sustentáveis constroem pontes e passagens que levam do local ao global e nos convidam a compreender esta nova arquitetura”, in “Les Villes Durables, l’émergence de nouvelles temporalités”, *Ecologie Politique*, n.13, p.39, printemps 1995.

tentabilidade expressaria a incapacidade de reprodução adaptativa das estruturas urbanas diante de rupturas nas condições materiais requeridas para tal reprodução.

A idéia de metabolismo urbano aponta para um modelo de equilíbrio a ser obtido pelo ajustamento apropriado dos fluxos e estoques de matéria e energia. As estratégias de inscrição do desenvolvimento urbano nos quadros científicos de um saber objetivo sobre fluxos e supostos equilíbrios tendem a materializar-se em um conjunto de normas técnicas. Consideradas, porém, as incertezas prevalentes no saber sobre processos interativos de tal forma complexos em sua espaço-temporalidade, sob cada conjunto de normas de “equilíbrio” estarão implícitos elementos de valores, preferências e “convenções” que, legitimados pela ciência, estarão lançando as bases políticas da coordenação de antecipações e estabilização de cenários de ação (idem, p.32).

Processos de “reestruturação ecourbana” poder-se-ão inscrever assim nos mecanismos de “cientificização da política”, pelos quais os *experts* da Ecologia Científica estendem seu campo de ação à gestão dos ecossistemas e à produção dos “fundamentos racionais da organização do território”. A cientificização do debate sobre o “equilíbrio ecológico” suposto tem por resultado a constituição da necessidade política de uma gestão erudita do território, refletindo o fato de que novos modos institucionalizados de produção do saber são induzidos pela intensificação da relação entre as burocracias públicas e os representantes do saber ecológico.⁷

Certos autores recusar-se-ão, porém, a pensar a sustentabilidade urbana como processo espacialmente circunscrito, que pressupõe a irrelevância dos fluxos materiais que ligam as cidades aos espaços não-urbanos. Considerando-se a cidade como consumidora de recursos naturais e de espaço para a deposição de rejeitos, bem como a complexidade dos laços urbanos-rurais, afirmar-se-á que “o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento rural sustentável não podem ser separados”.⁸ Alguns chegarão mesmo a negar a possibilidade de conceber “cidades sustentáveis”, considerando irrealista a pretensão de se restringir o raio de abrangência dos fluxos de matéria e energia requeridos pelo desenvolvimento urbano ao espaço circunscrito das cidades.⁹

A CIDADE COMO ESPAÇO DA “QUALIDADE DE VIDA”

Uma nova matriz técnica das cidades é também pensada por razões de “qualidade de vida” – componentes não mercantis da existência cotidiana e cidadã da população urbana, notadamente no que se refere às implicações sanitárias das práticas urbanas. Modelos de *ascetismo e pureza*¹⁰ são evocados para questionar as bases técnicas do urbano – o urbano crescentemente impregnaria os habitantes das cidades com substâncias nocivas e tóxicas por sua artificialidade. As implicações sanitárias podem, alternativamente, ser associadas a representações coletivas da *cidadania*, em que as emissões líquidas e gasosas resultantes das tecnologias urbanas são entendidas como imposição de consumo forçado de produtos invendáveis das atividades da produção mercantil ou do modo de consumo das mercadorias, notadamente dos veículos automotores.

Tal representação da cidadania urbana tende a espalhar-se para o conjunto das políticas urbanas, justificando estruturas que favorecem o desenvolvimento do diálogo e da negociação, bem como a realização de pactos de atribuição de sentido à duração das cidades, não só em sua materialidade, mas como institucionalidade sociopolítica (Emelionoff, 1995, p.48-9).

Uma noção de sustentabilidade associada à categoria *patrimônio* refere-se não só à materialidade das cidades, mas a seu caráter e suas identidades, a valores e heranças construí-

7 Cf. Fabiani, J. L., “Science des Écosystèmes et Protection de la Nature”, in Cado-ret, A. (Ed.), *Protection de La Nature: Histoire et Idéologie*, Paris: Ed. L'Harmattan, 1985, p.87-8.

8 Cf. Mitlin, D., Satterthwaite, D., “Sustainable Development and Cities”, in Pough, C. (Ed.), *Sustainability, the Environment and Urbanization*, London: Earthscan, 1996, p.41.

9 Cf. Pough, C., “Introduction”, in Pough, C. (Ed.), op. cit., 1996, p.35.

10 “Nós vimos que o poder, nestes tempos modernos, provoca mais conflitos do que os que controla, e sozinho não pode salvar o meio ambiente. É preciso que um movimento ascético espontâneo se oponha ao desenvolvimento econômico. Devemos encontrar uma espécie de estrutura constitucional que, sistematicamente, contraponha-se ao desenvolvimento industrial, reportando cada decisão à pureza do meio ambiente, comportamento que obtém sua legitimidade de um engajamento resolutamente ascético do povo”, cf. Douglas, M., “A quelles conditions un ascétisme environnementaliste peut-il réussir?”, in Bourg, D. (Ed.), *La Nature en Politique ou l'enjeu philosophique de l'écologie*, Paris: L'Harmattan, 1993, p.117-8.

dos ao longo do tempo. A perspectiva de fazer durar a existência simbólica de sítios construídos ou sítios naturais “significados”, eventualmente “naturalizados”, pode inscrever-se tanto em estratégias de fortalecimento do sentimento de pertencimento dos habitantes a suas cidades, como de promoção de uma imagem que marque a cidade por seu patrimônio biofísico, estético ou cultural, em sentido amplo, de modo a atrair capitais na competição global (idem, p.46-7), realizando aquilo que alguns descrevem como um processo de promoção da “economia da beleza em nome da beleza da economia” (Costa, 1997).

A noção de sustentabilidade urbana pode também articular as estratégias argumentativas da *eficiência ecoenergética* e da *qualidade de vida* na consideração da forma urbana como “fator determinante da sustentabilidade” (Breheny & Rookwood, 1996, p.151). A noção de “cidade compacta” reuniria, na perspectiva de documentos da Comissão das Comunidades Europeias, por exemplo, os atributos de “alta densidade e uso misto, tendendo a apresentar superior eficiência energética por reduzir as distâncias dos trajetos, maximizar a oferta de transporte público e prover qualidade de vida superior aos residentes” (idem, p.155). A metáfora da cidade compacta teria como configuração formal tendencialmente mais aceita a do modelo policêntrico em rede, com diversificação de funções dos subcentros bem servidos em transportes públicos (Camagni & Gibelli, 1997, p.33). Sua capacidade de conjugar a eficiência no uso dos recursos ambientais e a qualidade da vida urbana não é porém consensual. Alguns argüirão, ao contrário, que eficiência energética e qualidade de vida são atributos das cidades pouco densas e descentralizadas, por recorrerem a fontes locais de energia e de produção de alimentos em solos rurais disponíveis.¹¹

Em ambos os casos, recorrer-se-á ao argumento de que a forma sustentável deverá mesclar, ainda que em escalas distintas, zonas de trabalho, moradia e lazer, reduzindo distâncias e “pedestizando” as cidades, de modo a frear a mobilidade da energia, das pessoas e bens. Eficiência ecoenergética e qualidade de vida resultariam, nesta perspectiva, da emergência de formas urbanas capazes de expressar a existência desejavelmente crescente de cidades autosuficientes. O argumento da forma urbana articula-se assim com a idéia da auto-suficiência urbana. No caso da sustentabilidade do desenvolvimento em geral, o argumento da autosuficiência remete a uma crítica do livre mercado e da globalização; no caso da autosuficiência urbana, trata-se de, em nome do combate ao efeito estufa e aos processos entrópicos, orientar-se para maior autonomia energética e econômica das localidades.¹² Uma recusa da globalização das cidades justificar-se-á assim, do ponto de vista das externalidades negativas e deseconomias energéticas implícitas, na intensificação dos fluxos, própria das chamadas “cidades globais”.

A CIDADE COMO ESPAÇO DE LEGITIMAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS

Sendo a materialidade das cidades politicamente construída, as modalidades de sua reprodução são vistas também como dependentes das condições que legitimam seus pressupostos políticos. A idéia de sustentabilidade é, assim, aplicada às condições de reprodução da legitimidade das políticas urbanas. Fala-se da viabilidade política do crescimento urbano, ou seja, das condições de construção política da base material das cidades. A insustentabilidade exprime, assim, a incapacidade das políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais, provocando um “desequilíbrio entre necessidades quotidianas da população e os meios de as satisfazer, entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em redes e infra-estrutura” (Goddard, 1996, p.31).

¹¹ Cf. Robertson, J., “Alternatives Futures for Cities”, in Cadman, D., Payne, G. (Eds.), *The Living City: Towards a Sustainable Future*, apud Blowers, A. (Ed.), *Planning for a Sustainable Environment*, Londres: Earthscan, 1996, p.155.

¹² Os autores que rejeitam a noção de “cidades sustentáveis”, preferindo articular as cidades no projeto mais amplo de atribuição de sustentabilidade ao desenvolvimento, consideram, por sua vez, “irrealista esperar que as grandes cidades sejam abastecidas com recursos produzidos em seu entorno imediato”; cf. Pough, C., “Introduction”, in Pough, C., op.cit., 1996, p.35.

Acredita-se que quando o crescimento urbano não é acompanhado por investimentos em infra-estrutura, a oferta de serviços urbanos não acompanha o crescimento da demanda. A falta de investimentos na manutenção dos equipamentos urbanos virá, por sua vez, acentuar o déficit na oferta de serviços, o que se rebaterá espacialmente sob a forma de segmentação socioterritorial entre populações atendidas e não-atendidas por tais serviços.¹³ Este processo exprime-se sob a forma de uma “queda da produtividade política dos investimentos urbanos”, incrementando os graus de conflito e incerteza no processo de reprodução das estruturas urbanas. A base técnico-material da cidade é vista então como socialmente construída, no interior dos limites de elasticidade das técnicas e das vontades políticas.

A insustentabilidade estaria, portanto, designando um processo de instabilização das bases de legitimidade dos responsáveis pelas políticas urbanas, aos quais se pode reprovar, por um lado, a incapacidade de imprimir eficiência na administração dos recursos públicos ou, por outro, a indisposição para democratizar o acesso aos serviços urbanos.

A erosão da legitimidade das políticas urbanas pode fundar-se, assim, na insuficiente adesão à racionalidade econômica, causa suposta do desperdício da base de recursos ou, alternativamente, na ausência de priorização de mecanismos distributivos do acesso a tais serviço. O impacto material das políticas será, conseqüentemente, contestado, seja pelo ângulo do desperdício de meios, seja pelo da concentração socioterritorial dos benefícios.

Mas a desigualdade social no acesso aos serviços urbanos é evocada para questionar a legitimidade das políticas urbanas igualmente nas chamadas “cidades imateriais”, que estariam aparentemente ao abrigo de pressões indesejáveis sobre os fluxos de matéria e energia. Os espaços desindustrializados e deslocalizados pelo capital, afirma Beaucire (s.d., p.196), também terminariam por ser esvaziados em sua “urbanidade”, fazendo que “a desqualificação social e a desqualificação ambiental progridam juntas, fazendo renascer o que se acreditava definitivamente superado, a insalubridade física e uma forma de gueto econômico e cultural no seio das cidades que são, entretanto, penetradas por redes técnicas com desempenho crescente”. Acredita-se que “a alocação social e espacial dos custos engendrados pelas crises do desenvolvimento insustentável da cidade desdensificada será de realização delicada, a questão do desenvolvimento sustentável urbano correndo o risco de ser antes de tudo uma questão social” (idem, p.200).

A crise de legitimidade das políticas urbanas poderá ser atribuída também à incapacidade de se fazer frente aos riscos tecnológicos e naturais. Na perspectiva da equidade, o risco culturalmente construído apontará a desigualdade intertemporal no acesso aos serviços urbanos, com a prevalência de riscos técnicos para as populações menos atendidas pelos benefícios dos investimentos públicos ou afetada pela imperícia técnica na desconsideração de especificidades do meio físico das cidades tais como declividades, acidentes topográficos, sistemas naturais de drenagem, movimentações indevidas de terra, renovação de solo superficial, formação de voçorocas, erosão e assoreamento (Silva, s.d., p.72-91).

CONCLUSÃO

Se para Isabelle Stengers o conceito traduz o poder do intelecto de atingir o ser das coisas (Stengers & Schlanger, 1988, p.24-7), ele tem também o poder de objetivar representações, fazendo valer como legítimos, no real concreto, os esquemas ordenadores e classificatórios da construção intelectual. A enunciação conceitual é, portanto, também produtora de ordenamento, divisão e classificação no interior do mundo social.

13 A articulação da sustentabilidade urbana em princípios de equidade pode situar-se em esferas locais ou expandir-se para o plano internacional. “Em suma, o desenvolvimento urbano sustentável liga-se à questão da igualdade econômica e à da desigual divisão internacional do trabalho”; cf. Angotti, T., “Latin American Urbanization and Planning – Inequality and Unsustainability in North and South”, in *Latin American Perspectives*, issue 91, v.23, p.21, fall 1996.

“As percepções do social”, lembra-nos Chartier, “não são discursos neutros”. Produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, a legitimar projetos reformadores ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (Chartier, 1990, p.17). Conseqüentemente, “os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, são verdadeiras instituições sociais que incorporam sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social” (idem, p.18).

Associar a noção de “sustentabilidade” à idéia de que existe uma forma social durável de apropriação e uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas significa ignorar a diversidade de formas sociais de duração dos elementos da base material do desenvolvimento.

Colocar o debate sobre sustentabilidade fora dos marcos do determinismo ecológico implica, portanto, afastar representações indiferenciadoras do espaço e do meio ambiente, requer que se questione a idéia de que o espaço e os recursos ambientais possam ter um único modo sustentável de uso, inscrito na própria natureza do território. A perspectiva não determinística, portanto, pressupõe que se diferencie socialmente a temporalidade dos elementos da base material do desenvolvimento. Ou seja, que se reconheça que há várias maneiras de as coisas durarem, sejam elas ecossistemas, recursos naturais ou cidades.¹⁴

As diferentes representações sobre o que seja a sustentabilidade urbana têm apontado para a reprodução adaptativa das estruturas urbanas com foco alternativamente colocado no reajustamento da base técnica das cidades, nos princípios que fundam a cidadania das populações urbanas ou na redefinição das bases de legitimidade das políticas urbanas (ver Quadro 1). A representação que privilegia a leitura da cidade como matriz tecno-material propõe a recomposição das cidades com base em modelos de *eficiência ecoenergética* ou de *equilíbrio metabólico* aplicados à materialidade do urbano. A redução da durabilidade da cidade à sua dimensão estritamente material tende a descaracterizar a dimensão política do espaço urbano, desconsiderando a complexidade da trama social responsável tanto pela reprodução como pela inovação na temporalidade histórica das cidades.

14 “O que chamamos de duração é o envelope de todas as temporalidades possíveis. Convém que o desenvolvimento seja durável para que o homem ele mesmo possa durar na diversidade de suas culturas. A cidade, enquanto lugar da cidadania, é hoje o lugar da enunciação da responsabilidade de cada um com respeito a todos”; cf. Micoud, A., “L’Écologie Urbaine – Nouvelles Scènes d’Énonciation”, in *Écologie et Politique*, Paris, n.7, p.42, été 1996.

Quadro 1 – Matrizes discursivas da sustentabilidade urbana

1 *Representação tecno-material da cidade*

- 1.1. Modelo da racionalidade ecoenergética
- 1.2. Modelo do equilíbrio metabólico

2 *A cidade como espaço da “qualidade de vida”*

- 2.1. Modelo da pureza
- 2.2. Modelo da cidadania
- 2.3. Modelo do patrimônio

3 *A reconstituição da legitimidade das políticas urbanas*

- 3.1. Modelo da eficiência
- 3.2. Modelo da equidade

As propostas de reprodução adaptativa das estruturas urbanas que têm como referência a noção de qualidade de vida, estruturam-se segundo o modelo da *pureza*, da *cidadania* ou do *patrimônio*. A cidade é vista assim como espaço das externalidades negativas cujo equacionamento se dará na temporalidade do processo de construção de direitos,

sejam direitos ao que serão consideradas condições saudáveis de existência, sejam direitos ao usufruto durável da existência simbólica de sítios urbanos. A palavra cidadania retorna assim a seu espaço de origem – a cidade –, sobrepondo-se ao sentido até aqui dominante, referido ao Estado-Nação.

As propostas de reprodução adaptativa das estruturas urbanas, que têm por foco o reajustamento das bases de legitimidade das políticas urbanas, procuram, por sua vez, refundar o projeto urbano segundo o modelo da *eficiência* ou da *equidade*. Em ambos os casos, estará em jogo a cidade como espaço de construção durável de pactos políticos capazes de reproduzir no tempo as condições de sua legitimidade. Ao promover uma articulação “ambiental” do urbano, o discurso da sustentabilidade das cidades atualiza o embate entre “tecnificação” e politização do espaço, incorporando, desta feita, ante a consideração da temporalidade das práticas urbanas, o confronto entre representações tecnicistas e politizadoras do tempo, no interior do qual podem conviver, ao mesmo tempo, projetos voltados à simples reprodução das estruturas existentes ou a estratégias que cultivem na cidade o espaço por excelência da invenção de direitos e inovações sociais.

Henri Acselrad é economista, doutor em Economia pela Universidade de Paris I e professor do IPPUR/UFRJ. E-mail: acsel@ibm.net

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. *Sustainability and Territory*. In: Internacional Seminar on “Sustainability as a Concept for Social Sciences”. Frankfurt: ISOE/Unesco, 1996.
- ALVA, E. N. et al. *Metrópoles (in)sustentáveis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- BLOWERS, A. (Ed.). *Planning for a Sustainable Environment*. Londres: Earthscan, 1996.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand, 1989.
- BREHENY, M., ROOKWOOD, R. “Planning the Sustainable City Region”. In: BLOWERS, A. (Ed.). *Planning for a Sustainable Environment*. Londres: Earthscan, 1996. p.151.
- BRUNDTLAND, G. *Nosso futuro comum*. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- CAMAGNI, R., GIBELLI, M. C. *Développement Urbain Durable – Quatre Métropoles Européennes*. Paris: DATAR-L’Aube, 1997.
- CARRIZOSA, J. “The Evolution of the Debate on Sustainable Development”. In: Workshop Internacional “Definindo uma Agenda de Pesquisas Sobre Desenvolvimento Sustentável”. *Anais...* Rio de Janeiro: FGV, 1994. (Mimeo.)
- CHARTIER, R. *A história cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- COSTA, A. C. R. da. “Da economia da beleza à beleza da economia”. Rio de Janeiro: IPPUR, 1997. (Mimeo.)
- COSTA, J. F. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DALY, H. (Ed.). *Economia, Ecologia, Ética – ensayos hacia una economia en estado estacionario*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- _____. “From Empty-World Economics to Full World Economics: Recognizing an Historical Turning Point in Economic Development”. In: GOODLAND, R., DALY, H., EL SERAFY, S. (Eds.). *Environmentally Sustainable Economic Development: Building on Brundtland*. Washington: The World Bank, 1991.
- DÉLÉAGE, J. P. “L’Avenir des Villes”. *Écologie et Politique*, Paris, n.13, p.13-6, printemps 1995.

- DURAZO, E. P. “Desarrollo sustentable de las ciudades”. *Ciudades*, México, n.34, p.51, abr.-jun. 1997.
- EL SERAFY, S. “The Environment as Capital”. In: CONSTANZA, R. (Ed.). *Ecological Economics – The Science and Management of Sustainability*. Columbia: Columbia University Press, 1991.
- EMELIANOFF, C. “Les Villes Durables, l’émergence de nouvelles temporalités dans des vieux espaces urbains”. *Écologie et Politique*, Paris, n.13, p.37-58, printemps 1995.
- FABIANI, J. L. “Sciences des Ecosystèmes et Protection de la Nature”. In: CADORET, A. (Ed.). *Protection de la Nature. Histoire et Idéologie*. Paris: Ed. L’Harmattan, 1985. p.75-93.
- GODARD, O. “Environnement, Modes de Coordination et Systèmes de Legitimité: Analyse de la Catégorie de Patrimoine Naturel”. *Revue Economique*, Paris, n.2, p.215-42, mars 1990.
- _____. “Le Développement Durable et le Dévenir des Villes, Bonnes Intentions et Fausses Bonnes Idées”. *Futuribles*, Paris, p.29-35, mai 1996.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- MICOUD, A. “L’Écologie Urbaine – Nouvelles Scènes d’Énonciation”. *Écologie et Politique*, Paris, n.7, p.31-44, été 1996.
- OMISHI, T. “A Capacity Approach for Sustainable Urban Development: an Empirical Study”. *Regional Studies*, v.28.1, p.39-51, 1993.
- PASSET, R., THEYS, J. (Eds.). *Héritiers du Futur – Aménagement du Territoire, Environnement et Développement Durable*. Paris: Ed. de L’Aube, 1995.
- PCDF – People Centered Development Forum. “Sustainability as the Organization Principle of People-Centered Development”. Nova York: s.n., 1992. (Mimeo.)
- POUGH, C. (Ed.). *Sustainability, the Environment and Urbanization*. Londres: Earthscan, 1996.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SHIVA, V. “Que quiere decir sustentable”. *Revista del Sur*, Montevideo, n.3, marzo-abril, 1991.
- SILVA, L. O. “A ocupação do espaço construído e qualidade ambiental: o caso da cidade de SP”. In: _____. *Ambiente Urbano e Qualidade de Vida*. São Paulo: Polis, s.d. p.72-91.
- STENGERS, I., SCHLANGER, J. (Eds.). *Les Concepts Scientifiques, Invention et Pouvoir*. Paris: La Découverte, 1988.
- WORSTER, D. *The Illusionary Promise of Sustainable Development*. Kansas: University of Kansas, s.d. (Mimeo.)

A B S T R A C T *The idea of sustainability recalls the logic of practice, where practical effects viewed as desirable are made to happen, rather than the field of scientific knowledge, where concepts are constructed to explain reality. When applied to urban space, the idea of sustainability has generated different representations and perspectives for managing cities, from the administration of risks and uncertainties to the increase of “resilience” – the adaptive capacity – of urban structures. What seems to organize analytically the discourse of “urban sustainability” is its division into two fields: on the one hand privileging a technical representation of cities by combining the notion of urban sustainability with the “modes of management of the flows of energy and materials associated with urban growth”; on the other hand defining the unsustainability of cities by the drop in productivity of urban investments, that is, by*

D I S C U R S O S D A S U S T E N T A B I L I D A D E

the “incapacity of the latter to keep up with the rate of growth of social demands”, which consequently places urban space in jeopardy as a political territory.

KEYWORDS *Sustainability; urban planning; environmental politics.*

O PARADIGMA DAS GLOBAL CITIES NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

ROSE COMPANS

RESUMO *Este artigo trata das novas estratégias de desenvolvimento econômico para as cidades no contexto da reestruturação produtiva. Ele enfoca o papel atribuído às cidades como centros de gestão dos fluxos de capitais, o qual permite uma articulação entre o local e o global sem a intermediação das esferas regional e nacional. Primeiramente, apresenta as contribuições teóricas no Terceiro Mundo que mais têm influenciado o debate urbano sobre a emergência de uma economia de fluxos, cuja organização em rede impõe as cidades como nós de conexão. Em seguida, analisa a construção paradigmática das global cities, com base na generalização de alguns pressupostos teóricos e de tendências empiricamente observadas. Finalmente, examina as estratégias que estão sendo difundidas por consultores internacionais e relacionadas à vocação inexorável das cidades para o terciário avançado.**

PALAVRAS-CHAVE *Desenvolvimento local; gestão urbana; globalização; cidades mundiais.*

* Trabalho selecionado da sessão temática 4 – “Urbano e regional: que novas territorialidades?”

INTRODUÇÃO

O debate sobre as estratégias de desenvolvimento local no quadro de reestruturação da economia mundial tem sido marcado pela redefinição do papel das cidades face o processo de descentralização produtiva e recentralização do controle sobre os fluxos de capitais, mercadorias e informações, com a constituição de novas hierarquias urbanas e territoriais. A emergência de uma nova economia de fluxos conferiria às cidades as funções de comando e produção de serviços altamente especializados, requeridos para o monitoramento dos investimentos realizados no exterior pelas grandes corporações internacionais.

Um enorme esforço teórico vem sendo produzido a fim de identificar as características destas “cidades globais”, e o lugar que ocupam dentro desta nova ordem econômica mundial. Entretanto, algumas características e tendências identificadas por investigações científicas – que se utilizaram de pesquisas empíricas relativas a algumas das grandes metrópoles americanas e européias – têm sido apropriadas como o futuro inexorável das cidades, de uma forma geral, constituindo-se, assim, como um paradigma, um objetivo a ser perseguido por todas as localidades que pretendam inserir-se nos fluxos econômicos globais, fora dos quais não há esperança.

A disseminação deste paradigma estimula a competição interurbana e um mercado de modelos de gestão, que são ofertados por consultores internacionais interessados em divulgar experiências supostamente de sucesso, e demandados por administrações municipais interessadas em promover o desenvolvimento econômico local, pelo cumprimento de uma agenda “estratégica” com a qual possam assegurar a inserção competitiva de suas cidades.

O objetivo do presente trabalho é o de rever os pressupostos constituintes deste paradigma das *global cities*, buscando estabelecer mediações possíveis com a realidade dos países “periféricos”, de maneira a conduzir uma reflexão crítica sobre a pertinência do discurso único produzido a respeito das estratégias de desenvolvimento local, nele teoricamente referenciadas.

Para tanto, iniciaremos com uma exposição bastante sintética de algumas das principais contribuições teóricas acerca do novo “protagonismo” das cidades no contexto da globalização e de um novo ciclo de desenvolvimento impulsionado pelas novas tecnologias da informação que mais têm alimentado as discussões na América Latina sobre o futuro das cidades. Procuraremos enfatizar as distintas abordagens e os aspectos nos quais elas divergem, em particular quanto à especialização funcional das cidades que, como veremos, varia de acordo com o acento colocado ora no aspecto determinante da oferta da infra-estrutura de telecomunicações, ora na existência de um mercado de trabalho qualificado e inovador ou, ainda, na existência de sistemas de controle herdados do período anterior, como o são as principais bolsas de valores.

Em seguida, passaremos à análise da maneira pela qual estas abordagens se deslocam do contexto histórico, particular e concreto da realidade dos países centrais no qual foram formuladas para abranger o conjunto da economia e das sociedades. O duplo movimento de generalização de tendências observadas – tanto na organização empresarial de determinadas atividades econômicas, quanto na especialização financeira e de serviços avançados de algumas metrópoles – é autorizado pela hipótese teórica da interdependência cultural e econômica global, bem como pela suposta evidência empírica de sua manifestação em sociedades asiáticas e latino-americanas.

Finalmente, na terceira parte deste ensaio enfocaremos as estratégias de desenvolvimento local que, com base em uma construção paradigmática sobre o papel econômico das cidades na globalização, visam antecipar as tendências anunciadas, oferecendo ao capital todas as condições materiais e imateriais para sua mobilidade e gestão, de forma a estimular a localização dos centros de decisão empresarial no interior delas. A subordinação reconhecida, e passivamente aceita, à lógica por vezes especulativa da mobilidade do capital, e a negligência quanto às especificidades locais e nacionais e quanto ao caráter regressivo dos investimentos públicos propostos são alguns dos aspectos mais surpreendentes destas estratégias.

ECONOMIA DE FLUXOS, GEOGRAFIA DE REDES

Uma primeira abordagem do novo papel das cidades é aquela que acentua sua gênese à emergência de um novo modelo de organização sociotécnica da produção com a introdução das novas tecnologias da informação simultaneamente à reestruturação do capitalismo, em particular no que concerne ao processo de internacionalização do capital que, juntos, estariam conformando um novo “espaço de fluxos” em substituição ao “espaço dos lugares”. O elemento central da produtividade no novo modo de desenvolvimento informacional, que sucede ao industrial, baseia-se agora na qualidade do conhecimento e no processamento da informação, convertida ao mesmo tempo em matéria-prima e produto, e não mais nas fontes de energia e na qualidade do seu uso como no modelo anterior.

Este novo paradigma tecnológico é o ponto de partida da *démarche* de Castells em *The Informational City*, cujas características organizacionais estariam redesenhando a geografia econômica mundial – entre elas, o aprofundamento da divisão histórica entre tra-

balho manual e intelectual, com a crescente concentração de processos de geração de conhecimento e tomada de decisões em organizações de alto nível, consideradas as únicas indispensáveis, concomitantemente à precarização das relações salariais do trabalho de execução de tarefas, dispersão espacial, subcontratação ou automação.

Analisando as estratégias de localização das indústrias de semicondutores e de informática americanas, ele observa que, enquanto muitas delas mantiveram suas sedes em seus locais de origem, onde desenvolveram centros internos de investigação científica (IBM, ATT-Bell e Motorola), outras buscaram a proximidade de complexos universitários importantes como Harvard, Stanford e Berkeley ou, como no caso específico da indústria de *software*, a proximidade a determinados centros urbanos que ofereciam serviços financeiros e um “meio de informação” criativo, capaz de gerar novas idéias e novas técnicas pelo intercâmbio e a interação de elementos concentrados espacialmente em uma rede própria de relações sociais.

Em ambas, nota que os aspectos da acessibilidade e da qualidade de vida oferecidos são igualmente cruciais para a escolha da localização das sedes empresariais e dos centros de produção chaves. Esta localização corresponde a centros nodais de uma rede de telecomunicações e transporte aéreo que permitem às empresas descentralizar atividades de fabricação com vistas ao incremento de rentabilidade e expansão de mercados, mas também atende às exigências sofisticadas de consumo do pessoal altamente qualificado, do qual depende o desenvolvimento das indústrias baseadas na informação. Contrariamente ao modelo industrial tradicional, verticalizado, em que os fatores de localização eram custo de transporte e abundância de matéria-prima, a segmentação interna do processo produtivo proporcionado pelas novas tecnologias da informação permite às novas indústrias operarem em escala mundial por meio de redes telemáticas.

Esta dialética entre descentralização e necessidade de centralização, que fortalece hoje o papel econômico das grandes metrópoles, Castells identifica também no setor de serviços à produção, sobretudo naqueles intensivos em informação, como bancos, seguros, consultorias diversas, contabilidade, advocacia, agências comerciais, entre outros, que representavam 13,9% do emprego americano em 1985, dos quais 39% encontravam-se nas 24 maiores áreas metropolitanas. Os escritórios centrais das grandes empresas prestadoras de serviços em escala nacional e internacional tendem a se concentrar nos distritos financeiros das grandes metrópoles, que dispõem de linhas de comunicação de larga distância em fibra ótica e permitem o acesso aos satélites de telecomunicações por meio de estações terrestres (teleportos) e que podem ser compartilhadas por várias empresas em redes locais ou edifícios inteligentes.

Além do acesso às redes de fibra ótica, em distritos financeiros como Manhattan circulam “microfluxos de informação”, ou seja, intercâmbios ocasionais e informação não-pública, que se traduzem em posições de competitividade privilegiada, domínio sobre as estratégias dos concorrentes e tomadas de decisões mais apropriadas. Castells chega mesmo a afirmar que o fato de as empresas de valores superarem os bancos comerciais como centros neurálgicos do processo de acumulação demonstra que sua ênfase hoje repousa menos nos desenvolvimentos internos das grandes empresas financeiras e mais no ambiente de intercâmbios tecido em torno dos mercados financeiros, com seu núcleo na bolsa de valores.

A contribuição de Saskia Sassen (1995;1996) neste debate será fundamental, porque ela se utiliza de grande parte da *démarche* de Castells, mas a ultrapassa colocando de lado um certo determinismo tecnológico aí presente, para acentuar o fenômeno da expansão

da indústria financeira, decorrente da extraordinária mobilidade do capital induzida pela dispersão geográfica do setor industrial, não apenas por deslocamentos massivos de plantas industriais, mas, sobretudo, graças à transnacionalização da propriedade por intermédio do investimento estrangeiro direto (IED) em ações, bem como por fusões, aquisições e formação de *joint ventures*.

Esta mobilidade engendrou uma demanda das grandes sociedades dos países industrializados por certos tipos de produção essenciais para assegurar a gestão e o controle desta “rede mundial de sítios de produção”, do qual o desenvolvimento das telecomunicações é apenas um entre muitos requisitos. Os serviços altamente especializados são os novos *inputs* básicos para a gestão, tornada cada vez mais complexa, de uma rede de usinas, escritórios e mercados financeiros secundários, e incluem a produção de um vasto conjunto de novidades para estes setores. Por outro lado, a mudança ocorrida no perfil do mercado financeiro no decorrer da década de 1980, com a participação crescente e proliferação de instituições como fundos de pensão, companhias de seguro e pequenas sociedades, renovando e ao mesmo tempo expandindo este mercado, igualmente irá demandar e produzir novos serviços especializados.

Sassen identifica no fenômeno da “bolsificação” dos capitais, isto é, na transformação dos diferentes tipos de ativos e dívidas em instrumentos de mercado, o veículo desta evolução e da expansão concomitante do volume global dos mercados financeiros. O crescimento dos investimentos em ações foi inversamente proporcional ao declínio dos empréstimos bancários. O fator central desta transformação foi a emissão de títulos pelas grandes sociedades, seguidas pelas de tamanho médio, que descobriram nesta uma forma mais barata de obter recursos financeiros do que recorrendo aos bancos.

Além disso, a dispersão geográfica do setor industrial vai engendrar a internacionalização do setor de serviços, num movimento de acompanhamento de abertura de filiais no exterior, ainda que em uma escala muito mais reduzida. Isto porque, com a descentralização da produção, as unidades fabris irão requerer o fornecimento de serviços específicos nos quais a proximidade a elas próprias e aos mercados de consumo, e o domínio da legislação nacional são imprescindíveis, como as atividades ligadas ao comércio exterior, publicidade e *marketing*, contabilidade, consultorias jurídicas, manutenção de equipamentos etc.

Os pontos nodais de todas estas redes complexas são em Sassen, como em Castells, as grandes metrópoles, porém não somente pela infra-estrutura de telecomunicações de que dispõem, e pelo “meio de inovação” e a qualidade de vida que oferecem às funções de comando, concepção e gestão das grandes empresas multinacionais. Em Sassen, estes “sítios de controle específicos”, aos quais denomina de “cidades globais”, são principalmente praças financeiras e lugares de produção de serviços especializados que dão capacidade de controle mundializado.

É o complexo de empresas prestadoras de serviços à produção, mais do que as sedes sociais das grandes corporações multinacionais, que mais tira proveito das economias de aglomeração proporcionadas pela localização metropolitana e mesmo dela tem necessidade, na medida em que funciona como um sistema de produção em que estão presentes relações de interdependência que não podem prescindir da proximidade física. Sassen lembra, como exemplo, que a produção de um instrumento financeiro requer hoje um tal número de *inputs* – de contabilidade, publicidade, consultoria jurídica, econômica, relações públicas, *designers* etc. – que tornar-se-ia praticamente impossível produzi-lo isoladamente e fora do contexto urbano, ainda que se dispusesse de todos os recursos da telemática.

Este novo caráter produtivo da comunicação e da cooperação social é o elemento central da análise de Pierre Veltz (1996), que identifica a tendência à metropolização da economia mundial, cuja dinâmica estaria conduzindo a uma organização territorial policêntrica sob a forma metafórica de um arquipélago. Ele radicaliza os argumentos de Castells e Sassen, porque não restringe o fenômeno da concentração urbana a determinados setores – alta tecnologia, finanças e serviços –, generalizando-o para o conjunto das atividades econômicas inseridas na nova forma de concorrência pela diferenciação – e não mais apenas por preços, como no período taylorista – em que a qualidade, variedade, capacidade de inovação e de reatividade ao mercado consumidor passam a ser os critérios fundamentais da competitividade.

A incapacidade da organização taylorista rigidamente verticalizada de responder a estes novos critérios de competitividade impulsionou as firmas a um movimento simultâneo de segmentação e subcontratação de tarefas, com a redução do tamanho médio dos estabelecimentos, e multilocalização, isto é, especializar as unidades e coordenar a rede logística. A multilocalização de unidades produtivas especializadas permite às firmas melhor mobilizar competências específicas locais, reduzir os riscos ligados às flutuações do mercado, amortizar custos ligados à pesquisa e desenvolvimento e à publicidade, por meio da multiplicação de alianças e cooperações, bem como criar posições de negociações mais favoráveis com fornecedores, clientes e/ou consumidores.

Por outro lado, esta nova forma de concorrência pela diferenciação da qual deriva este novo modelo organizacional em rede, vai requerer determinados “potenciais extra-econômicos” que só a localização metropolitana pode oferecer: uma mão-de-obra muito mais qualificada; uma capacidade coletiva de supremacia sobre sistemas técnicos frágeis e sofisticados; o desenvolvimento de relações de confiança entre atores econômicos cada vez mais interdependentes; além de “externalidades” do meio-ambiente físico.

As grandes cidades mundiais são formidáveis máquinas de acelerar fluxos, de ligar os ritmos do consumo e dos modos de vida com os da produção e do capital, de limitar a incerteza garantindo às firmas possibilidades maiores de “externalização” dos riscos e também de apropriação das “externalidades imateriais” – o conjunto de conhecimentos difusos, de comportamentos e de disciplinas interiorizadas na vida social em geral; o nível técnico e cultural dos trabalhadores; a circulação de conhecimentos informais e formais existentes nas redes de relações socioprofissionais etc. –, e o acesso aos mercados mais flexíveis de trabalho e de prestação de serviços. Para Veltz, a metropolização não é somente a forma que envolve os grandes processos econômicos atualmente, mas a sua própria substância.

Nesta perspectiva é que ele sugere a hipótese de que, com a multiplicidade destes pólos de atividades metropolitanas especializadas, os fluxos e as interdependências em larga escala de bens e serviços produzidos em outros pólos determinariam a intensificação das relações horizontais entre eles, em detrimento das relações verticais do tipo centro/periferia que caracterizaram a organização territorial taylorista. Tal hipótese seria sustentada empiricamente pelo aumento significativo de vôos entre Paris, Londres, Frankfurt, Bruxelas, Amsterdã, Genebra, Milão e Turim, comparativamente a outras destinações, nos últimos anos, e pela concentração de filiais de empresas multinacionais neste “anel central multipolar” europeu.

As conexões destas redes por meio dos sistemas de transporte de grande velocidade e de telecomunicações, entretanto, estariam provocando “efeitos de túnel” por zonas atravessadas e não conectadas, que desenham assim um território descontínuo e fraturado, onde se observam afastamentos cada vez maiores, em todas as escalas, entre zonas integradas e zonas periféricas e abandonadas.

A teoria dos distritos industriais marshallianos também viria contribuir neste debate, tendo como ponto de partida as pesquisas sobre o fenômeno da “Terceira Itália”, considerado uma experiência bem-sucedida de “desenvolvimento local endógeno”, ou seja, devido essencialmente à sua dinâmica interna, cujas características fundamentais poderiam ser também encontradas nas grandes metrópoles, como nos distritos de alta tecnologia – eletrônica e aeronáutica –, de confecção, de cinema e televisão, além do distrito comercial e financeiro central, existentes na cidade de Los Angeles, como observa Allen Scott (1992).

A hipótese do autor é que quanto maior for a divisão social do trabalho presente numa dada localidade, isto é, o fracionamento dos encadeamentos da atividade econômica em algumas unidades especializadas independentes – a desintegração vertical da produção –, maior será a probabilidade de os produtores que operam em pequena escala, com contatos muito mais freqüentes e variados com fornecedores, subcontratados e clientes, de aí estabelecerem economias externas ligadas à proximidade espacial. E as grandes cidades são os lugares onde esta divisão social do trabalho é mais fortemente desenvolvida, facilitando a formação de distritos industriais.

Elas o são, em primeiro lugar, porque suas bases econômicas são constituídas por uma miríade de funções especializadas interligadas por redes transacionais complexas. Em segundo, porque certos setores industriais foram obrigados a fragmentar sua cadeia de produção, uma vez submetidos a um mercado concorrencial pela diferenciação, num ambiente de incerteza e flutuações econômicas constantes, conformando um sistema de unidades reunidas por um denso tecido de relações intrafirmas. A metrópole é, assim, um pólo de distritos industriais por excelência.

Todavia, este processo de desindustrialização/reindustrialização não foi uniforme nem linear. Ele foi especialmente intenso para os sistemas produtivos nos quais as tarefas complexas e variadas são mais acentuadas e em que os produtos atravessam numerosas etapas de produção, mas não em outros. Isto explica por que, embora tenham sido criados 225.800 empregos industriais em Los Angeles na década de 1980 – enquanto Nova York perdia 330.000, no mesmo período – ocorreu um declínio do emprego na chamada “indústria pesada” acompanhado de aumento do desemprego, pobreza, violência, trabalho informal, entre outras chagas sociais (Soja, 1993).

Como adverte Scott, os setores que mais bem se adaptaram à reconversão produtiva flexível e que, por isso, provocaram um retorno à aglomeração e ao crescimento urbano, foram aqueles baseados na habilidade e na qualidade da informação, e nos quais prevalece a diferenciação dos produtos, como as indústrias artesanais do vestuário, a mobiliária, joalheria, as indústrias de alta tecnologia, os serviços à produção e financeiros etc. Apesar de Los Angeles apresentar todos estes setores, eles produzem espacialidades distintas no interior da metrópole: o lugar central, comercial e financeiro, de onde se exerce a influência da cidade sobre a economia do Arco do Pacífico; os distritos industriais descentralizados, baseados na qualificação, como cinema, televisão e confecção; os tecnopólos fundados na tecnologia aeroespacial e na eletrônica, que contornam a metrópole num anel periférico.

O que é surpreendente na contribuição de Scott é o caráter ainda tipicamente industrial que pode assumir o desenvolvimento urbano, negligenciado nas análises anteriores que pareciam sugerir uma especialização financeira e de serviços avançados das economias metropolitanas. Paradoxal e paradigmático, o crescimento urbano e econômico recente da metrópole californiana aponta na direção de uma pluralidade de alternativas possíveis para o desenvolvimento das cidades, para além de todos os determinismos.

Com efeito, esta “pluralidade de mundos possíveis de produção” é sublinhada por Salais & Storper (1993). Baseados na comparação entre sistemas produtivos verificados na França, na Itália e nos EUA, os autores concluem que existem hoje quatro formas de organização produtiva, distintas em razão de alguns condicionantes, como o tipo do produto, os esquemas de coordenação baseados em convenções próprias, e dos objetos que manipula (máquinas e equipamentos, matérias-primas, regras escritas etc.). Estes “mundos” seriam: a) o mundo da produção imaterial – aquele da inovação, das novas tecnologias, bem como da criação de novas necessidades e propriedades de uso; b) o mundo interpessoal dos produtos especializados fabricados segundo competências e saberes especializados próprios – aquele dos distritos industriais marshallianos; c) o mundo mercadológico dos produtos estandardizados, mas dedicados a uma demanda particular – aquele da produção em massa, cuja empresa foi reestruturada e flexibilizada; d) e o mundo industrial – tal como nos é familiar – aquele da produção em massa estandardizada que ainda persiste em diversos setores. A acumulação flexível não é preponderante por toda parte, como, de resto, o fordismo também não o fora.

Finalmente, uma última abordagem sobre o novo papel das grandes cidades pode ser encontrada na reflexão de David Harvey (1994;1995) a respeito da emergência da pós-modernidade como expressão cultural de um novo regime de acumulação, flexível, em substituição ao regime de acumulação fordista. Sua *démarche* parte do pressuposto de que um regime de acumulação não se apóia apenas em determinada organização sociotécnica da produção, mas se traduz nos modos de vida social, aí compreendidas suas formas de consumo. A aceleração dos ritmos da produção e da inovação, igualmente observada pelos outros autores, implica a aceleração dos ritmos do consumo, algo que requer como contrapartida uma mudança no padrão do consumo. A difusão da cultura do efêmero e do descartável, que envolve a manipulação do gosto e da opinião, e a construção de novos sistemas de valores comportamentais e estilos de vida são condições necessárias, ainda que não suficientes, do regime de acumulação flexível, para as quais se destaca a importância da indústria cultural e das mídias, essencialmente urbanas.

As cidades são o lugar privilegiado onde gostos, modos de vida e estilos são permanentemente criados e recriados, onde a volatilidade da moda pode ser mobilizada e apropriada, e onde a cultura pode ser mercantilizada, assim como somente nelas se situam os trabalhadores “imateriais” que são os produtores e/ou manipuladores destes novos sistemas de signos e imagens, dos quais necessitam agora mais do que nunca as firmas. Longe de ser uma observação marginal à problemática da organização territorial operada pela reestruturação econômica, a capacidade de produção de imagens associadas a padrões de consumo tornar-se-á, como veremos, um elemento diferencial na competição das cidades pela atração das empresas, do qual resultarão estratégias de *marketing* e de embelezamento urbanos.

O PARADIGMA DAS GLOBAL CITIES

O que denominamos aqui de paradigma das *global cities* é a apropriação de algumas idéias oriundas do debate da geografia econômica concernentes ao novo papel das cidades no quadro de reestruturação produtiva e da globalização, descoladas dos contextos nos quais foram formuladas, e, assim, reproduzidas como leis positivas cuja validade dispensa mediações e relativizações temporais e históricas, uma vez tendo sido comprovadas empiricamente. Tratam-se das tendências à especialização financeira e de serviços avançados

nas cidades; do papel determinante das telecomunicações para a centralização das funções de comando e controle sobre uma rede de fluxos econômicos em escala planetária; e da ligação entre o local e o global sem a intermediação do regional ou do nacional.

A formulação de tais hipóteses, como vimos, apóia-se na fenomenologia das transformações econômicas e urbanas observadas em algumas grandes cidades dos países que são os maiores exportadores e captadores do investimento estrangeiro direto – Nova York, Los Angeles, Londres, Paris e Tóquio –, o que, se não desqualifica absolutamente o enorme esforço teórico realizado para compreendê-las, sugere entretanto que a generalização de sua capacidade explicativa deve ser objeto de uma reflexão mais aprofundada.

O conteúdo paradigmático destas hipóteses resulta da não-associação dos fenômenos observados nestas cidades – mudanças profundas na estrutura do emprego, com o crescimento extraordinário do setor de serviços em detrimento da indústria, seguido de um *boom* econômico – às estruturas macroeconômicas tradicionais de divisão desigual do poder e da riqueza no mundo, seja qual for o critério de análise espacial desta divisão histórica: países desenvolvidos *versus* aqueles em via de desenvolvimento; hemisfério Norte *versus* hemisfério Sul; centro *versus* periferia etc. Esta negligência fundamental, além de proporcionar uma visão promissora sobre o futuro das cidades na era da globalização, sugere uma autodeterminação competitiva, na medida em que atribui a fatores endógenos o desenvolvimento alcançado por estas cidades. Analisemos alguns de seus aspectos.

O DETERMINISMO TECNOLÓGICO

A expressão *global cities* foi cunhada por Saskia Sassen, em 1991, para designar os pontos nodais dos fluxos financeiros a partir dos quais se produz um controle global dos mercados financeiros secundários e sítios de produção dispersos, na medida em que o investimento estrangeiro direto ocorre hoje preferencialmente pelo mercado de ações e de títulos. O lugar central ocupado pelas cidades de Nova York, Londres e Tóquio nesta rede de fluxos econômicos global é atribuída à concentração de importantes recursos e infra-estruturas “muito menos móveis do que se imagina”.¹ Entre estes, ela destaca a capacidade de comunicação/transmissão de dados mundializada que depende de uma sofisticada infra-estrutura de telecomunicações e de transportes de alta velocidade, cujos custo de construção e uso são bastante elevados, sem contar as despesas de atualizações permanentes das novas tecnologias, o que cria um obstáculo à entrada de outras cidades a esta restrita rede.

No caso japonês, esta capacidade de controle mundial requereu pesados investimentos na construção de um sistema novo de telecomunicações e do Teleporto City, na Baía de Tóquio, formado por edifícios “inteligentes”, além de diversos projetos na área de transportes, como o TGV ligando a capital às cidades de Osaka e Nagoya. Com efeito, já em 1982, Tóquio apresentava fortes indicadores de concentração de serviços especializados ligados à informação: nada menos do que 84,7% das emissões de televisão, artigos de jornal, cartas, chamadas telefônicas e outras transmissões de informações (Sassen, 1996, p.453).

No caso dos EUA, são somente as grandes metrópoles que dispõem das novas linhas de comunicação em redes de fibra ótica, que seguiram as linhas ferroviárias, reforçando os pontos nodais dos sistemas de comunicações americanos herdados do século passado. Por outro lado, a concentração empresarial já existente nestes grandes centros é o elemento que justifica o alto investimento em infra-estruturas de telecomunicações, que atrai ca-

¹ Entre os indicadores com os quais a autora trabalha está a capitalização das bolsas de valores. Em 1989, dos 10,1 trilhões de dólares movimentados por todas as bolsas de valores no mundo, as do Japão movimentaram 4,1 trilhões (sendo a Bolsa de Tóquio a maior do mundo), as dos EUA, 3,0 trilhões, e as do Reino Unido, 823 bilhões (Sassen, 1996, p.249).

da vez mais novas empresas num movimento de causação circular, pois o custo destes novos equipamentos será tanto mais barato quanto maior for a concentração empresarial existente (Castells, 1995, p.218).

Além das comunicações de longa distância, novas instalações para organizações de base regional também foram projetadas em vinte estados americanos, em teleportos que permitem o acesso aos satélites de comunicações por estações terrestres em linhas de fibra ótica, ao qual se articulam áreas e edifícios “inteligentes”. A realidade de uma “cidade cabeadada” com uma diversidade de tecnologias de comunicação voltadas para as empresas (como as oferecidas no distrito financeiro de Manhattan, que, nos seus poucos hectares, concentra 60% dos empregos de Nova York), dá uma enorme versatilidade ao sistema e, neste sentido, facilita a concentração das grandes empresas nestes centros nodais. A disparidade em termos de acessibilidade e telecomunicações, em comparação com os EUA, é o que leva Castells a encarar como residual a possibilidade da descentralização das funções de controle em direção ao Terceiro Mundo, em busca de salários mais baixos.²

Entretanto, Castells e Sassen concordam que outras razões concorrem para a centralização da operação dos fluxos financeiros em nível mundial, em Nova York, Londres e Tóquio, embora ambos admitam o surgimento de centros financeiros de segundo nível. Entre estas razões encontram-se a existência de um mercado de trabalho altamente qualificado e de um sistema de produção de *inputs* especializados e tecnologias financeiras avançadas, de complexos organizativos que funcionam como base material do processamento da informação e tomada de decisões sobre o fluxo do capital e, ainda, a constituição de um “meio de inovação tecnológica”. Castells adverte sobre o caráter de não-reproduzibilidade destes fatores de centralização, uma vez tendo sido formados em condições históricas específicas e circunstâncias já inexistentes.

Têm requisitos de localização [os centros financeiros principais] que não podem se reduzir a uma boa infra-estrutura de telecomunicações. Embora o surgimento de Hong Kong e de Singapura como centros financeiros de segundo nível atestem a possibilidade do surgimento de novas localizações sobre a base de uma política deliberada de organizar um mercado em uma localização determinada, os centros financeiros de alto nível, dirigindo operações a uma escala global, têm raízes históricas e geográficas, ligadas a seu papel nas economias nacionais e internacionais. (Castells, 1995, p.472)

A “política deliberada” que introduziu estas duas cidades asiáticas, citadas por Castells, na rede de centros financeiros mundiais, todavia, resultou menos da ação voluntarista dos governos nacionais ou locais do que das estratégias de descentralização produtiva da indústria americana, em busca de novos mercados, apoio governamental e mão-de-obra barata. Como sublinha Sassen, o sudeste asiático tornou-se, na década de 1980, o principal local de implantação para o investimento estrangeiro direto destinado à indústria, e esta descentralização e deslocalização das fábricas, acompanhadas por escritórios e unidades de prestação de serviços contribuíram para favorecer a criação de centros regionais secundários, “versões reduzidas e nacionais do que Nova York, Londres e Tóquio asseguram em escala mundial” (Sassen, 1996, p.41).

Ora, se a construção de infra-estruturas de comunicação, de teleportos e edifícios “inteligentes” junto aos quais se implantarão os centros financeiros – uma das principais estratégias de desenvolvimento local erigidas sob o paradigma das *global cities*, como veremos – é condição necessária, porém insuficiente, para a concentração das funções de co-

² O autor se apóia no fato de que, em 1985, os empregos nas chamadas indústrias de informação americanas, fora dos EUA, não atingiam dez mil postos de trabalho (Castells, 1995, p.240).

mando dos fluxos econômicos globais, o mesmo se pode dizer com relação à oferta de serviços avançados como consultorias jurídicas, informática, contabilidade, *marketing*, entre outros, haja visto que tais serviços também se expandiram em escala internacional. Eles podem ser fornecidos pelas filiais das grandes empresas em qualquer parte do planeta que seja provida de sistemas de telecomunicações.

Da mesma forma que o custo elevado para a implantação das infra-estruturas de comunicação é um argumento insustentável para se invocar a sua não-reprodutibilidade (mesmo cidades do Terceiro Mundo, como o Rio de Janeiro, constroem hoje teleportos com recursos próprios), o longo prazo de investimento em recursos humanos para criar um mercado de trabalho qualificado ou um “meio” profissional inovador, capaz de produzir novidades financeiras ou inputs especializados, não justifica a extraordinária concentração da indústria financeira e da prestação de serviços à produção altamente especializados em um número tão limitado de cidades. Ou será que o Silicon Valley, no condado de Santa Clara, e outras tantas experiências recentes de tecnopólos surgidos à margem de grandes centros urbanos, não criaram em seu interior este “meio” inovador, atraindo volumosos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)? Não, nem a tradição, nem um saber técnico-profissional só existente nos grandes centros urbanos dos países centrais podem explicar a inércia dos poderosos “microfluxos de informação” presentes nestas cidades globais.

Sassen (1995), num artigo mais recente, se surpreende ao analisar como os níveis de concentração da indústria financeira se mostram intocáveis, mesmo se a acirrada competição entre cidades e os progressos massivos nas telecomunicações permitiram uma hiper-mobilidade das praças financeiras. Entre 1980 e 1991, em que pese os empréstimos bancários internacionais terem sido multiplicados por cinco, Nova York, Londres e Tóquio mantiveram-se responsáveis por cerca de 42% destes empréstimos. Esta concentração, segundo Sassen, tem levado os países envolvidos na formação do mercado único e do sistema financeiro europeu a considerar a necessidade, para torná-lo competitivo, de centralizar também as funções financeiras e o capital em um número limitado de cidades, ao invés de manter a estrutura atual, na qual cada país possui seu próprio centro financeiro.

Não podendo mais sustentar que apenas a qualidade intrínseca destes supercentros, pela concentração da oferta de tecnologias financeiras mais avançadas, conduz, num movimento de causação circular, a esta extraordinária concentração da movimentação financeira nos mesmos centros, a autora conclui que os altos riscos envolvidos nestas operações, dadas a volatilidade dos fluxos, as flutuações constantes das moedas, enfim, a incerteza e a especulação que caracterizam este mercado de papéis, leva os investidores a preferirem os mercados seguros dos países centrais.

[A concentração] é também, em parte, consequência de conjunturas macroeconômicas diversas, especialmente os riscos elevados corridos nos novos mercados, simultâneos à facilidade com a qual o dinheiro pode ser deslocado, como o mostra a verdadeira fuga dos mercados ditos emergentes após a desvalorização do peso mexicano, em dezembro de 1994, e a crise financeira que a partir dela se seguiu para os investidores estrangeiros. (Sassen, 1995, p.45)

Por outro lado, ela argumenta que esta “segurança” dos investidores passa, ainda, pelas funções regulatórias do Estado nacional, que permanece como o “garantidor último” dos direitos do capital mundializado, do respeito aos contratos firmados e dos direitos ligados à propriedade. Esta capacidade regulatória do Estado nacional neste domínio não

pode ser reproduzida por outros arranjos institucionais privados, já que ele se baseia em última instância no poder militar. As evidências empíricas desta reflexão já haviam sido trabalhadas por Sassen em *The Global City* (cuja primeira edição, em inglês, data de 1991), em que, ao desenhar a nova geografia da hierarquia urbana mundial, observa que, ao lado da extrema concentração da captação de investimentos nos países do OCDE – que absorveram 94,3% destes, em 1989 –, verifica-se o crescimento de transações de curto prazo, altamente especulativas, em direção a mercados financeiros secundários como Singapura, Hong Kong e São Paulo, além de outros centros menos importantes (Sassen, 1996, p.128)

Ou seja, o capital não é assim tão transnacional e despatriado quanto possa parecer, e a articulação entre o local e o global – o núcleo duro do paradigma que sugere a não-pertinência do espaço, Estado e economia nacionais para o desenvolvimento econômico das cidades, bastando para tanto estratégias endógenas de atratividade e inserção nas redes dos fluxos econômicos globais – não corresponde à lógica do investimento estrangeiro que segue obedecendo as antigas relações entre centro e periferia. A crise dos mercados financeiros asiáticos, em 1997, assim como a crise mexicana de 1994 e a *débauche* que representou para a economia dos países do Terceiro Mundo, como o Brasil, a fuga massiva de capitais que se seguiu a ela ilustram bem a fragilidade das proposições otimistas dos novos “vendedores da esperança”, que serão objeto da seção seguinte, baseadas numa articulação do local com o global, sem que esteja fortemente ancorada no desenvolvimento da economia regional e nacional.

O LOCAL E O GLOBAL

Borja & Castells consideram que é na articulação entre o local e o global que se encontra, em última instância, “a fonte dos novos processos de transformação urbana, e, portanto, os pontos de incidência de políticas urbanas, locais e globais, capazes de inverter o processo de deterioração da qualidade de vida nas cidades” (1998, p.35). Tal otimismo reside na constatação empírica de que os novos processos produtivos “estrategicamente dominantes”, os serviços avançados e a indústria de alta tecnologia, são aqueles que apresentam o maior dinamismo econômico, com o mais rápido crescimento no emprego e na proporção do PIB da maioria dos países, e são, como vimos na primeira parte deste trabalho, essencialmente urbanos. Eles seguem um modelo hierárquico de concentração metropolitana, constituindo uma rede policêntrica com três níveis de hierarquia urbana:

- a) as funções mais importantes em termos de qualificação, poder e capital, como as finanças internacionais, consultorias e serviços às empresas no âmbito internacional, se concentram nas principais áreas metropolitanas do mundo, ou seja, em Nova York, Londres e Tóquio;
- b) as funções de segundo nível, mas também ligadas à gestão global, e alguns segmentos de mercados específicos – como o de opções de futuro –, concentradas em grandes cidades mundiais, como é o caso de Chicago, Los Angeles, São Francisco, Hong Kong, Singapura, Osaka, Frankfurt, Paris, Zurique, Amsterdã e Milão;
- c) as funções destinadas à incorporação de novos mercados, na medida em que a rede de interações em que se baseia a economia global se estende, fazendo emergir “centros regionais”, como as cidades de Madri, Barcelona, São Paulo, Buenos Aires, México, Taipei e Moscou.

Embora reconheçam que todos os indicadores assinalam um aumento da concentração das funções de controle em algumas poucas metrópoles, estes autores acreditam que nada pode assegurar a permanência desta hierarquia urbana, exatamente porque ela está sujeita a uma competição feroz em setores bastante voláteis como finanças, informática ou incorporação imobiliária. A competição entre as cidades deveria refletir a competição das empresas, que, na busca de incrementos de produtividade, procurariam se situar naquelas localidades que mais oferecessem condições materiais, sociais e institucionais para tanto. Que vençam as melhores!

Borja & Castells, no entanto, advertem que existem ainda obstáculos para esta concorrência perfeita. Trata-se da concentração locacional da informação, elemento central da competitividade empresarial neste setor, atribuída aos altos níveis de incerteza induzidos pelas mudanças tecnológicas, pela desqualificação do mercado de trabalho, pela desregulação e pela globalização do mercado, mas também às consideráveis inversões imobiliárias das grandes empresas nos ditos centros direcionais da economia mundial, que se desvalorizariam em caso de uma realocação massiva. Contudo, a possibilidade de alteração nos níveis da hierarquia urbana não deve ser descartada na medida em que uma regulação futura dos mercados internacionais, que reduza a incerteza sobre as regras do jogo econômico e sobre seus jogadores, poderá ocasionar uma menor concentração da indústria da informação, com o deslocamento de unidades de produção e de distribuição em direção aos níveis inferiores da hierarquia urbana.

Não obstante, diversos centros regionais de gestão de serviços têm emergido nos EUA, na Europa e na Ásia, bem como uma rede dispersa e articulada nas periferias das regiões metropolitanas. Em geral, “a maior parte destas atividades de serviços descentralizadas em direção à periferia são compostas por trabalhos de oficina rotineiros destinados ao processamento massivo e automatizado da informação, e empregam pessoal feminino insuficientemente remunerado” (Borja & Castells, 1998, p.42). Em outras palavras, na pior das hipóteses, a integração das nossas cidades a esta “rede interdependente e hierarquizada de complexos produtores de serviços a partir dos fluxos de informação telecomunicados” (idem) poderá contribuir com a renda familiar das camadas pobres, ainda que pela exploração do trabalho das mulheres.

Em que pese o “futuro” modesto reservado à periferia nesta dinâmica competitiva, esta admite, na visão dos autores, maiores perspectivas de autonomia local e de alteração das posições hierárquicas, ao contrário da geografia rígida do período anterior. O novo sistema pode realizar mais eficaz e equitativamente do que no passado, devido ao fortalecimento da sociedade local e de suas instituições políticas – fatores endógenos –, a articulação entre sociedade e economia, entre tecnologia e cultura. Isso porque o “global” e o “local” são agora complementares, “criadores conjuntos de sinergia social e econômica, como o foram na alvorada da economia mundial nos séculos XIV a XVI, momento em que as cidades-Estado se constituíram em centros de inovação e de comércio em escala mundial” (idem, 1998, p.14). E, convencidos da capacidade de autodeterminação da sociedade local que souber desenvolver uma boa estratégia de inserção nos fluxos econômicos globais, concluem:

A cidade global não é Nova York, Londres ou Tóquio, ainda que sejam os centros direcionais mais importantes do sistema. A cidade global é uma rede de nós urbanos de distinto nível e com distintas funções que se estende por todo o planeta e que funciona como centro nervoso da nova economia, em um sistema interativo de geometria variável ao qual devem

constantemente adaptar-se de forma flexível empresas e cidades. O sistema urbano global é uma rede, não uma pirâmide. E a relação mutante concernente a esta rede determina, em boa medida, a sorte de cidades e cidadãos. (Idem, 1998, p.43)

Um contraponto à tese da autodeterminação do local na sua articulação com o global pode ser encontrado na obra de Pierre Veltz. Ele compartilha com Borja & Castells a análise de que o espaço econômico dos anos 90 desenha redes técnicas e financeiras poli-cêntricas que ignoram cada vez mais as fronteiras nacionais, colocando em xeque a própria idéia de “economia nacional”, e em que, de certa maneira, “o Terceiro Mundo não existe mais”.³ Mas sua *démarche* aponta, num movimento oposto ao daqueles autores, para a cristalização das posições hierárquicas históricas conquistadas pelo “clube dos países ricos”.

Analisando dados sobre os investimentos estrangeiros diretos na década de 1990, Veltz observa como eles têm se direcionado preferencialmente para as zonas mais desenvolvidas ou para a Ásia, em detrimento da participação dos demais países, que sofreu uma redução constante e brutal desde o início da década de 1980, mantendo-se, em sua grande maioria, praticamente excluídos do IED. Mas o aspecto mais revelador desta análise é que a maior parte destes investimentos esteve ligada a fusões e aquisições, e se concentram nos setores de serviços – cerca de 50% do IED francês e 70%, do japonês – e não no setor industrial. Ou seja, a repartição desigual dos recursos está relacionada à nova modalidade da divisão internacional do trabalho.

Se as unidades de produção se expandem sobre vastos territórios, em busca de mão-de-obra barata, os centros de P&D restam altamente localizados. O progresso técnico e a inovação tecnológica, fontes da competitividade atual, resultam de núcleos de competências autocumulativos e têm sua criação e difusão confinada ao pequeno círculo dos países desenvolvidos, “imbricados em processos históricos e geográficos específicos de gênese e de acumulação” (Veltz, 1996, p.98).

Veltz argumenta de maneira convincente que, se de um lado os imperativos de flexibilidade conduzem o conjunto das firmas internacionais a preferir relações fluidas e reversíveis com os territórios de implantação das unidades produtivas descentralizadas, por outro, no plano do poder e da cultura, os “pertencimentos” nacionais permanecem muito fortes. A imagem da firma cosmopolita e sem pátria é pouco realista, da mesma forma que “conceber a globalização como a extensão universal de um capitalismo homogêneo é um absurdo. Os tecidos socioinstitucionais que existem nos grandes países do ‘centro’ são poderosos demais para se diluírem em uma tal abstração” (idem, 1996, p.137).

Sim, as grandes firmas do mundo atual continuam sendo americanas, inglesas, japonesas, no máximo binacionais (como a Shell), e isso por várias razões. Em primeiro lugar, porque os principais acionistas são sempre nacionais, possuindo lógicas e interesses distintos próprios de cada país. Em segundo, porque a maioria dos dirigentes destas empresas possuem a mesma origem nacional que a empresa, o que é um critério de escolha comumente utilizado, como mostra uma enquete sobre a gestão das multinacionais francesas. Em terceiro, porque, mesmo nas empresas mais internacionalizadas, a regra é a de que o território de origem continue a captar as atividades mais estratégicas. As despesas americanas com P&D no estrangeiro representam menos de 10% do total gasto nesta atividade, e a mesma baixa percentagem de investimento exterior em P&D se verifica no caso da França e no do Japão.

Veltz lembra ainda que a estrutura socioinstitucional nacional desempenha um papel decisivo na retenção destes gastos no território de origem, seja pelas necessárias relações que as empresas mantêm com os bancos ou com o Estado, ou seja mesmo por con-

3 Na medida em que considera que as disparidades econômicas agora se dão em função da integração ou não a estas redes, podendo ser encontradas tanto entre os chamados “países em desenvolvimento”, quanto nos países mais ricos, entre zonas integradas à economia mundial e suas “periferias internas” abandonadas (Veltz, 1996, p.85-8).

ta de estruturas familiares, como no caso das empresas italianas e nipônicas. Às funções tradicionais normativas do Estado, sobretudo na regulação da concorrência entre firmas e da moeda, juntam-se aquelas que visam fortalecer as grandes firmas e, ao mesmo tempo, protegê-las das turbulências do mercado internacional, oferecendo-lhes vantagens estruturais, como exemplificam a política de grandes projetos francesa ou o orçamento de defesa americano.

Desta perspectiva, as chances das cidades do Terceiro Mundo integrem-se aos fluxos econômicos globais por intermédio da atração dos setores “estrategicamente dominantes”, de uma outra forma que não seja o tradicional fornecimento de mão-de-obra mal remunerada e precária para a execução de tarefas repetitivas – que, de resto, mais se assemelham à produção industrial do que ao “terciário avançado” – parecem sensivelmente reduzidas. E aqui tocamos no terceiro e último aspecto constituidor do paradigma das *global cities* que gostaríamos de abordar antes de passarmos à análise das estratégias de desenvolvimento local, que lhe darão uma verdadeira instrumentalidade. Trata-se das interpretações sobre o crescimento do setor de serviços dissociado da produção industrial, que segue sendo a base material da riqueza das nações, dando origem à hipótese da especialização das cidades na “economia de serviços”.

AS CIDADES COMO LUGARES DE PRODUÇÃO PÓS-INDUSTRIAL

Existe um consenso de que a grande maioria das atividades econômicas de todos os países não são globais, permanecendo regionais e nacionais. Todavia, numerosos estudos apontam para a tendência irreversível à internacionalização das grandes empresas, face o processo de reestruturação produtiva com a desintegração da rígida organização industrial taylorista, verticalizada e concentrada, em processos flexíveis em unidades multilocalizadas articuladas por redes telemáticas, processo este facilitado pelas novas tecnologias da informação. Uma das principais conseqüências desta reestruturação produtiva seria o florescimento de uma multiplicidade de empresas de serviços à produção, haja visto que a flexibilidade do sistema, as novas formas de concorrência e a complexidade da gestão de unidades produtivas multilocalizadas assim o requerem.

De fato, todas as estatísticas realizadas nas economias dos países centrais evidenciam o maior dinamismo do setor de serviços à produção em relação aos demais, pois é o que apresenta maiores taxas de crescimento no emprego e na participação do PIB destes países, bem como na participação no total do investimento estrangeiro direto realizado.⁴ Como a matéria-prima processada neste setor é basicamente a informação, elemento agora central da produtividade, gestão e competitividade empresarial na economia globalizada, o modelo espacial dos serviços à produção apresenta uma forte concentração nos grandes centros urbanos, pela conjugação de uma série de fatores (expostos na primeira seção deste trabalho), infra-estruturas apropriadas, mercado de trabalho qualificado etc.⁵

Algumas cidades dos países líderes deste processo de internacionalização teriam assistido a uma rápida mudança no perfil do emprego, decorrente do dinamismo do setor de serviços nelas presente, sendo Nova York o exemplo mais paradigmático desta reestruturação econômica. De acordo com Castells (1995, p.297), entre 1977 e 1987, 70% dos novos empregos criados nesta cidade foram no setor de “serviços avançados” – em torno de 342.000 –, enquanto 539.000 empregos industriais foram perdidos.

Mas até que ponto esta mudança no perfil do emprego não representa apenas um deslocamento de atividades técnicas e de gestão antes desenvolvidas no interior das indús-

4 Dentre os dados que os autores utilizam para tal afirmativa estão os de que os empregos no setor de serviços representavam, em 1987, 71% dos empregos nos EUA, contrastando com a queda brutal dos empregos industriais (Castells, 1995, p.133); de que nos anos 80 o IED concentrou-se nos setores de alta tecnologia e nos serviços, e na primeira metade do decênio 50% dele era destinado aos serviços, dos quais 2/3 para atividades ligadas a finanças e ao comércio (Sassen, 1996, p.77-8); e de que os fluxos financeiros equivaleram, no último decênio, a quarenta vezes o volume de recursos movimentado pelas trocas comerciais (Veltz, 1996, p.91).

5 Castells assinala que as “indústrias intensivas em informação” – bancos, transportes aéreos, escritórios centrais de todos os setores, agências comerciais, seguros, financeiras, educação privada, advocacia, engenharia etc. – correspondiam a 13,9% dos empregos nos EUA, em 1985, e, desta percentagem, 39% estavam concentrados nas 24 áreas metropolitanas (Castells, 1995, p.218).

trias, tratando-se apenas de uma questão de nomenclatura, e, desta forma, não representando um maior dinamismo da economia nova-iorquina que pudesse transformá-la em modelo de desenvolvimento econômico local a ser perseguido por outras localidades no mundo? Até que ponto esta expansão do emprego no setor de serviços não expressa uma particularidade da cidade de Nova York, a liderança de sua bolsa de valores no sistema financeiro internacional e o fato de os EUA serem os maiores investidores e captadores do IED, condições absolutamente inexistentes em outras partes do mundo?

Segundo Sassen (1996, p.209), a tendência a um mercado de trabalho urbano dominado pelos serviços é uma realidade que se apresenta tanto em Nova York, como em Londres e Tóquio, embora a proporção dos serviços ditos “avançados” seja relativamente baixa em relação ao conjunto. Somados todos os serviços à produção – nem todos caracterizados pelo processamento de informação –, em 1987, eles correspondiam a 37,7% dos empregos de Nova York e a 32,8% dos de Londres. Considerando apenas bancos, finanças e seguros, os serviços mais internacionalizados, eles representavam apenas 4,2% do total de empregos de Tóquio, 10,2% dos de Londres e 13,9% em Nova York.

Outro dado interessante é que os centros financeiros destas cidades vêm gradativamente reduzindo sua participação no total de empregos urbanos. Manhattan, que detinha 40,6% dos empregos da região metropolitana de Nova York em 1956, decresceu sua participação no emprego desta região para 29,1% em 1975, caindo mais ainda em 1985, quando contribuía com apenas 27,2%. Sassen (1996, p.213) interpreta estes dados como indicadores de uma redistribuição do emprego, com a descentralização de algumas atividades, especialização e concentração do emprego em finanças e negócios em Manhattan.

Duas observações nos parecem relevantes com base nestes dados. Primeiro, que, embora os serviços avançados sejam responsáveis por maiores taxas de crescimento do emprego, no cômputo geral do emprego urbano eles contribuem com uma parcela reduzida. A maior parte da mão-de-obra local é empregada nas atividades rotineiras ligadas aos serviços à produção, nos serviços pessoais e sociais, nas atividades tradicionais da indústria e do comércio, administração pública ou na economia informal, que apresenta igualmente taxas de crescimento extraordinárias em cidades como Los Angeles e Nova York, representando a outra face da cidade global.⁶

Em segundo lugar, estas taxas elevadas de crescimento do emprego nos serviços ligados ao processamento da informação está sendo verificada naquelas cidades que já eram centros financeiros e de serviços importantes nos seus respectivos países, há pelo menos algumas décadas. Em Nova York, o distrito financeiro de Manhattan já detinha 40% do emprego urbano, em 1956! Paris, como mostra Veltz (1996, cap.I), beneficiando-se da descentralização da indústria francesa em direção a outras regiões do país, iniciada na década de 1950, passou desde então a concentrar e a se especializar nas atividades de gestão, finanças e demais serviços. A construção do distrito financeiro parisiense – La Défense –, com efeito, data de 1958, ou seja, no auge dos Trinta Gloriosos anos do fordismo!

Ou seja, em que pese o crescimento da demanda por serviços técnicos e de gestão, resultante da dispersão geográfica das unidades produtivas e da expansão dos setores financeiro e industrial dos países líderes do investimento estrangeiro direto mundial, ter proporcionado um aumento do emprego urbano ligado à prestação de serviços naquelas cidades que se constituem como seus centros de comando e controle, esta já era uma tendência histórica. O que surge como novidade então parece ser a queda dos empregos industriais urbanos, o que deve ser igualmente relativizado, devido à subcontratação de tarefas antes desempenhadas no interior das fábricas.

⁶ Segundo Castells, uma proporção crescente de migrantes e de minorias étnicas não encontra emprego adequado na cidade de Nova York; 49,5% da força de trabalho nova-iorquina, em 1987, era composta por minorias étnicas, que são as mesmas que apresentavam as maiores taxas de evasão escolar e estavam expostas à qualidade decrescente do sistema escolar público; os migrantes, sobretudo os clandestinos, são o exército que alimenta o crescimento da economia informal, que vai desde pequenas indústrias domésticas não-regulamentadas a táxis piratas e trabalhadores externos de fábrica, que somavam cerca de 20% da mão-de-obra da indústria têxtil. A cidade global é a cidade dual (Castells, 1995, cap.V).

Estas divisões estatísticas tradicionais entre os setores primário, secundário e terciário são hoje completamente anacrônicas. A estrutura da organização produtiva é atualmente constituída por arquiteturas logísticas que integram operações de produção e distribuição de bens e serviços complexos, como aquelas que associam mercadoria, crédito ao consumidor e assistência técnica. A concepção de uma empresa como um lugar que produz um bem material ou um serviço específico se tornou ultrapassada (idem, 1996, p.152).

Da mesma maneira que não é possível pensar no desenvolvimento dos serviços avançados sem a obrigatória articulação destes com a produção material de bens, imaginar que os primeiros possam florescer nas cidades sem uma profunda interação com o tecido econômico produtivo regional e nacional seria um despropósito que não encontra correspondência na construção histórica concreta, nem das sociedades dos países capitalistas centrais, nem daquelas onde o capitalismo se desenvolveu mais tardiamente, como as dos continentes asiático e australiano. Nestes últimos, como assinala Sassen, a concentração de serviços nas grandes cidades foi igualmente possível graças ao desenvolvimento da economia regional e nacional:

O caso de Sidney ilustra a interação de uma economia em larga escala, a de um continente, e as pressões à concentração espacial. ... Os eventos dos anos 80 – aumento da internacionalização da economia australiana, forte crescimento do investimento estrangeiro, nítido deslocamento em direção às atividades financeira e imobiliária e aos serviços às empresas – contribuíram para uma forte concentração das atividades e dos atores econômicos em Sidney. (1995, p.44)

Por outro lado, a idéia de que não existem alternativas para as cidades fora do desenvolvimento das atividades de serviços articulados às redes dos fluxos econômicos globais é fortemente influenciada por pesquisas empíricas sobre o modelo de localização espacial da indústria de alta tecnologia e de informática, e das atividades financeiras,⁷ mas este modelo de forma nenhuma corresponde ao conjunto dos distintos “mundos da produção” existentes, pois nem todos têm a inovação tecnológica como incremento essencial de produtividade (Salais & Storper, 1993; Veltz, 1996).

Isto porque as grandes empresas produtivas inscrevem-se diferentemente nos processos de internacionalização, face suas funções estratégicas do ponto de vista da competição, o que repercute em relações espaciais distintas. Nos setores onde as funções estratégicas são o *marketing*, a inovação comercial, a pesquisa ligada ao consumo, ou a produção propriamente dita – como nos setores alimentar, farmacêutico e automobilístico –, a proximidade aos mercados é ainda fundamental para superar políticas protecionistas, dominar as regras nacionais, captar e influenciar os gostos, tradições e hábitos de consumo ou simplesmente reduzir custos. Até que ponto podemos falar em globalização nestes setores? (Veltz, 1996, p.127).

Não obstante as distintas articulações, de base regional e nacional, que estes setores estabelecem com as cidades, as inúmeras implantações industriais que se multiplicam em áreas urbanas e metropolitanas – sobretudo aquelas dos setores de moda, audiovisual, da microinformática e gráfico – atestam a pluralidade de formas de desenvolvimento econômico local que não podem se reduzir à vocação tal como proposta pelo paradigma das *global cities*.

⁷ Borja & Castells argumentam que o padrão de localização verificado nas indústrias de tecnologias de informação é extensivo a todo o conjunto da estrutura industrial, na medida em que a microeletrônica se difunde na maquinaria e nos processos de produção de todos os ramos industriais (Borja & Castells, 1998, p.43).

AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

As estratégias de desenvolvimento local que são oriundas do paradigma das *global cities* têm como pressuposto que fatores endógenos poderão favorecê-lo, desde que se saibam interpretar as dinâmicas econômicas dominantes e as possibilidades de nichos de mercado que possam ser exploradas para a inserção competitiva da cidade nas redes dos fluxos dos capitais internacionais. Entre os fatores endógenos responsáveis pela atratividade destes fluxos de capitais, encontram-se transformações, tanto políticas e institucionais quanto físicas, que sejam capazes de fornecer as condições para melhor “vender a cidade” no contexto de uma competição interurbana impulsionada pela globalização.

Numa postura mais politicamente pragmática que teórica, os autores que elaboram esta concepção de estratégia sustentam-na empiricamente com a enumeração de exemplos de experiências bem-sucedidas de localidades que conseguiram se inscrever na rede de fluxos econômicos globais mediante uma autodeterminação dos atores políticos locais. Como revelam Borja & Castells :

As cidades asiáticas demonstraram que no mundo da economia global a velocidade da informação sobre os mercados internacionais e a adaptação aos mesmos, a flexibilidade das estruturas produtivas e comerciais e a capacidade de inserir-se nas redes determinam o êxito ou o fracasso, muito mais que as posições adquiridas no passado, o capital acumulado, as riquezas naturais ou a situação geográfica. O segredo reside na velocidade de inovar do tecido de pequenas e médias empresas articuladas com grandes empresas em rede, no que diz respeito ao exterior, e com o poder político, em relação ao interior. (1998, p.141)

Adaptar-se aos mercados internacionais é a única alternativa possível para o desenvolvimento econômico das cidades na visão destes autores, na medida em que têm a convicção de que “na sociedade da informação, o global condiciona o local e os fluxos eletrônicos estruturam a economia a partir de relações entre unidades espacialmente distantes” (idem,1998, p.12). Para tanto, os principais atores políticos e econômicos locais deverão elaborar uma estratégia de antecipação aos novos requerimentos da economia global e da competitividade internacional, promovendo transformações na infra-estrutura urbana, na qualidade de vida e na formação de recursos urbanos, aliada a uma estratégia de *marketing* urbano que promova a cidade no exterior.

Esta visão da subordinação do local ao global é compartilhada por Ascher (1995, cap.VI), para quem as grandes metrópoles são sistemas complexos determinados em parte por fenômenos externos que os responsáveis públicos não podem dominar. Este novo contexto impõe uma mudança radical na concepção da política urbana, substituindo-se a idéia da intervenção – essência do urbanismo moderno – pelas de atração, acompanhamento e negociação, que se traduzem num novo modelo de gestão urbana ao qual o autor denomina de “empresariamento urbano estratégico”.

A recorrência a expressões características dos métodos de gestão de empresas não é casual. A absorção destes métodos na elaboração de planos estratégicos de cidades (instrumentos de legitimação privilegiados nos processos de reestruturação econômica e urbana de algumas cidades como Barcelona, Amsterdã, Lyon, Lisboa, Rio de Janeiro, Bogotá, entre outras) supõe que as grandes cidades têm hoje muitos traços em comum com as grandes empresas: dependem dos mesmos fatores econômicos, enfrentam a concorrência internacional e gerenciam serviços, atividades produtivas e recursos humanos (idem,1995, p.213).

A noção de cidade-empresa é ainda justificada pela idéia de que, no marco da economia global, o futuro das cidades dependerá da competitividade das empresas nelas instaladas, competitividade esta que, por sua vez, tem nos recursos territoriais específicos as suas condições fundamentais, tais como: infra-estruturas de suporte às atividades econômicas; conexão a redes internacionais; formação profissional; qualidade dos serviços públicos etc. (Forn, 1993, p.3).

A lógica simbiótica da cidade-empresa é ambivalente à da cidade-mercadoria, que deve promover sua imagem no exterior com vistas a exercer a atração de investidores, e ao mesmo tempo facilitar suas “exportações” de bens, serviços e profissionais. Ambas atribuem aos governos locais uma espécie de papel de capitalista coletivo, na medida em que “a mercadotecnia da cidade, vender a cidade, converteu-se, portanto, em uma das funções básicas dos governos locais e em um dos principais campos de negociação público-privada” (Borja & Forn, 1996, p.33).

Vejam agora com mais detalhe o que consistem estas estratégias de venda.

A PASSAGEM DO MODELO ESPACIAL INDUSTRIAL PARA O DO TERCIÁRIO AVANÇADO

Os modelos do urbanismo, desde o século XIX, sempre foram influenciados pelas necessidades econômicas e pelas exigências sociopolíticas do período a que correspondiam, embora estes modelos não tenham se realizado plenamente nas cidades, pela pesada inércia do ambiente já construído. No período fordista, iniciado no pós-guerra, o planejamento e a reconstrução das cidades européias expressava a divisão social do trabalho – por meio do zoneamento residencial e dos grandes conjuntos habitacionais que acolhiam os trabalhadores e as camadas médias –, a maximização das economias de escala – com a organização “científica” do território e da distribuição da infra-estrutura urbana –, bem como os avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações.

No período atual, com a dispersão geográfica da produção e a concentração das funções de comando, inovação e gestão nas cidades, os novos imperativos do urbanismo passaram a ser:

- a) a construção de redes de comunicação em fibra ótica – que permitem uma maior qualidade e segurança na transmissão de dados – fornecidas em instalações apropriadas para escritórios e sedes de empresa, que são os chamados “edifícios inteligentes”;
- b) a criação de distritos financeiros nas estações terrestres de telecomunicações (teleportos), que propiciem economias de aglomeração e externalidades positivas para este setor;
- c) a modernização e/ou construção das infra-estruturas de transporte de alta velocidade, como aeroportos e TGVs, para assegurar a mobilidade e a acessibilidade física;
- d) a provisão residencial – permanente e transitória – destinada às novas camadas profissionais médias e aos quadros executivos das empresas,⁸ como hotéis e residências de luxo, condomínios fechados ou novos loteamentos que ofereçam qualidade de vida, em áreas dotadas de equipamentos comerciais, culturais, esportivos e de lazer.

O urbanismo do período pós-fordista também expressa a divisão social do trabalho – não mais predominantemente industrial, mas do terciário avançado –, na segregação residencial da nova classe emergente, na “gentrificação” das áreas centrais renovadas, e no abandono das classes populares, quando as preocupações com a provisão habitacional destinada a elas deixa de constar dos documentos do urbanismo, assim como das prioridades de investimentos públicos, agora voltadas para intervenções pontuais e fragmentadas nas zonas “integradas” do tecido urbano.

⁸ Ascher qualifica estas novas camadas sociais como aquelas “estratégicas”, “qualificadas e não-precarizadas”, para as quais a abundante oferta residencial e as intervenções urbanas destinadas aos bairros onde se concentram deve considerar um certo conteúdo simbólico, elas devem “marcar a imagem” do novo status social adquirido (Ascher, 1995, p.233).

Um aspecto interessante deste novo modelo é que ele pretende ser indutor de um processo de desenvolvimento econômico, ao invés de ser determinado por ele, como no modelo anterior. A estratégia da antecipação, uma arma essencial na guerra da competição interurbana, baseia-se na observação e tentativa de reprodução de experiências bem-sucedidas em outras partes do mundo, contribuindo para minimizar os riscos de uma má aplicação dos recursos públicos. A difusão de experiências torna-se, assim, a principal tarefa e um mercado de trabalho espetacular que se abre aos consultores internacionais, os novos vendedores do futuro e da esperança.

... tão logo uma região do mundo se articula à economia global, dinamizando sua economia e sociedade locais, o requisito indispensável é a constituição de um núcleo urbano de gestão de serviços avançados organizados, invariavelmente, em torno de um aeroporto internacional; um sistema de telecomunicações por satélite; hotéis de luxo, com segurança adequada; serviços de secretariado em inglês; empresas financeiras e de consultoria com conhecimento da região; oficinas de governos regionais e locais capazes de proporcionar informação e infraestrutura de apoio às inversões internacionais; um mercado de trabalho local com pessoal qualificado em serviços avançados e infra-estrutura tecnológica. (Borja & Castells, 1998, p.37)

O que mais surpreende na difusão destas experiências é a atribuição ao voluntarismo e à ousadia dos responsáveis políticos, o sucesso pela articulação à economia global. Exemplos como o de Birmingham – “que mediante um plano estratégico ... renovou seu centro urbano e se converteu na cidade inglesa mais dinâmica” – ou os de Amsterdã e Lyon – que por meio de seus planos estratégicos “se adiantaram à crise e promoveram mudanças na infra-estrutura e na imagem para adequar-se aos novos requerimentos da economia global e da competitividade internacional” – são reproduzidos à exaustão, na tentativa de convencer os governos locais interessados que a saída da crise econômica na qual se encontram suas cidades depende apenas da tomada de consciência do agravamento da crise com a globalização; da concertação dos atores urbanos e geração de uma liderança política local para a elaboração de um bom plano estratégico; e da vontade conjunta para implementar as transformações físicas, econômicas e sociais que se façam necessárias (idem, 1998, p.146).

O *MARKETING* URBANO

Seguindo a mesma lógica do *marketing* empresarial, a estratégia da promoção das cidades no exterior apóia-se na existência de um bom produto que possa ser ofertado aos investidores estrangeiros e que atenda suas exigências sofisticadas. Este produto é um produto complexo que se constitui não só de infra-estruturas materiais e serviços urbanos, mas também de competências e qualidades sociais específicas. Se, por um lado, as infra-estruturas materiais tendem a se banalizar pela concorrência, as competências dos trabalhadores e os valores culturais e sociais são inerentes ao lugar, podendo, por esta razão, se traduzir em vantagens comparativas para as empresas que neste lugar se estabelecerem.

A construção de uma “marca” para a cidade consiste então no diagnóstico das potencialidades econômicas e sociais, face uma avaliação da demanda das empresas ou setores-alvo, seguido da definição dos aspectos positivos e negativos que deverão ser ressaltados ou modificados na divulgação da imagem da cidade. Invariavelmente, a imagem que se tenta construir é a de uma cidade empreendedora, socialmente integrada, que oferece qualidade de vida e um “clima” favorável aos negócios.

Além das formas tradicionais de *city marketing* – campanhas publicitárias, eventos culturais e esportivos etc. – a promoção da cidade deve incluir a realização de feiras e exposições, a ordenação e promoção de áreas comerciais, a recuperação de centros históricos e áreas portuárias, melhorias das infra-estruturas de acessibilidade e comunicações, bem como reserva de áreas para implantação de novos negócios (Borja & Forn, 1996, p.34). Entretanto, a realização de grandes eventos internacionais – como os Jogos Olímpicos, Fórum Global, congressos, etc. – podem também converter-se num poderoso mecanismo de captação de recursos e investimentos que permitam impulsionar um processo de transformação urbana e de dinamização econômica, como atestam as experiências de Barcelona e Lisboa (Borja & Castells, 1998, p.145).

Com efeito, segundo Harvey, a mobilização do espetáculo – desde eventos “midiáticos” e esportivos, construção de *shoppings*, até a renovação de centros históricos – é um dos traços mais característicos do urbanismo pós-moderno americano utilizado, ao mesmo tempo, como instrumento e como símbolo de unificação política, que comporta um sentido do efêmero, da publicidade, do prazer compartilhado.

O prefeito Schaefer e a aliança de classes urbanas que o sustenta em Baltimore têm utilizado conscientemente o espetáculo da praça do Porto desta maneira, enquanto símbolo da suposta unidade de uma cidade dividida em classes e racialmente segregada. As atividades esportivas profissionais e os eventos como os Jogos Olímpicos de Los Angeles têm preenchido uma função similar numa sociedade urbana muito mais segregada. (Harvey, 1995, p.132)

A construção deste “capital simbólico” sublinhado por Harvey, todavia, não se destina apenas à atração dos investidores, mas também a fomentar a adesão do conjunto dos segmentos sociais presentes na cidade às transformações econômicas e urbanas necessárias, uma vez que elas significarão prioridades de investimentos em detrimento de outros, talvez socialmente mais urgentes ou relevantes. A estimulação do “patriotismo cívico” dos moradores da cidade, da noção de “pertencimento”, vontade de participação e confiança no futuro da cidade, é, neste sentido, um papel importante atribuído aos governos locais, cuja política de promoção interna

... deve apoiar-se nas obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico, como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar das pessoas. (Borja & Castells, 1998, p.154)

Entre estas obras visíveis, destaca-se a renovação urbana de centros históricos e áreas portuárias degradadas, implementadas em numerosas localidades como Londres, Baltimore, Barcelona, Buenos Aires, entre outras. Estas operações imobiliárias constituem uma excepcional oportunidade de captura de investimentos externos e internos, já que a significativa valorização que lhe é decorrente exerce forte atração sobre grandes empresas incorporadoras e capitais especulativos. Concomitantemente, elas viabilizam a dotação de infra-estruturas culturais, de lazer e de negócios – anfiteatros, marinas, centros de convenções, novas áreas de escritórios etc. –, igualmente interessantes do ponto de vista do *marketing* urbano, além de criar um imaginário de progresso e de recuperação econômica, seja ela real ou fictícia, que contribui para o consentimento dos moradores.

CONCLUSÃO

As novas estratégias de desenvolvimento local que vêm sendo difundidas nos países do Terceiro Mundo têm como pressuposto que a nova geografia do espaço financeiro e industrial mundial redefiniu o papel das cidades como lugares de comando e de gestão sobre os fluxos de capitais, mercadorias e informações. Embora tenham já surgido pela necessidade do controle militar, político-administrativo e econômico sobre os territórios, as cidades perderam seu poder e autonomia com o advento dos Estados nacionais, e estariam agora recuperando parte deles ao protagonizar as condições gerais da produtividade do sistema global.

Dentre estas condições gerais encontram-se infra-estruturas materiais e recursos sociais específicos ao tratamento da informação, elemento essencial para o gerenciamento do sistema produtivo organizado em redes de unidades multilocalizadas. Este modelo de organização produtiva que combina descentralização, decomposição de processos, e recentralização de funções de controle, observado por Castells, sobretudo, na indústria de alta tecnologia e de informática americanas, seria extensivo ao conjunto da estrutura industrial, na medida em que a microeletrônica se desenvolve na maquinaria e nos processos de produção de todos os ramos industriais.

Mesmo que a automação e a decomposição do processo de produção seja, de fato, uma tendência verificada em todos os setores industriais, talvez ela não engendre os mesmos processos espaciais para o conjunto destes setores, pois, como sugere Veltz, e também Salais & Storper, outros fatores, como tipo de concorrência a que estejam submetidos, função estratégica, tipo de produto e até mesmo a participação do Estado na economia – como no caso francês –, podem intervir na lógica da organização e, conseqüentemente, na localização empresarial de cada um deles diferentemente.

Este é o primeiro elemento paradigmático do pressuposto teórico que sustenta as novas estratégias de desenvolvimento local. Evidentemente, nos faltam elementos de análise para avaliar a validade de uma tal hipótese, nem tivemos aqui esta pretensão. Todavia, os exemplos, que se multiplicam, de implantações industriais, sejam grandes empresas verticalizadas ou distritos de pequenas e médias empresas, mas que reúnem numa mesma localização todas as etapas do processo de produção, tanto no Brasil – como no caso da Renault, em Curitiba, e da Volkswagen, em Rezende –, quanto em outras partes do mundo – como no caso dos distritos industriais da Terceira Itália, de Los Angeles, das regiões de Toulouse e Grenoble, entre outros –, nos permite questionar o caráter premonitório e incontestável desta argumentação.

O segundo elemento paradigmático, decorrente da aceitação do primeiro, é a vocação específica das cidades para o terciário avançado, isto é, para as atividades intensivas em processamento da informação que dão capacidade de controle globalizado sobre a rede de unidades produtivas descentralizadas e sobre o fluxo de capitais. Ele sugere que, com a redução dos custos dos transportes e os avanços tecnológicos nas comunicações, as economias de aglomeração que conduziram as indústrias aos centros urbanos no passado teriam sido eliminadas para este setor, continuando válidas apenas para o setor de serviços. Os exemplos utilizados anteriormente também se aplicam no questionamento deste segundo argumento.

Que as cidades apresentam forte potencialidade para o desenvolvimento de atividades ligadas aos serviços, isto é inegável. Mas uma cidade pode ser muitas coisas. Suas funções políticas, administrativas, comerciais, financeiras gestionárias ou mesmo industriais,

dependeram sempre de sua inscrição no território, isto é, no tecido econômico e social compreendido num dado limite político-administrativo, seja ele a região, o continente ou a nação. É a noção de território que está sendo agora colocada em xeque. As cidades passam a ser determinadas pela posição que ocupam na rede de fluxos econômicos globais, desterritorializados, fluxos virtuais. As cidades são os nós de conexão desta rede e, por esta razão mantêm relações privilegiadas com outras localidades a elas conectadas, e não mais com seu *hinterland* ou com o espaço regional ou nacional.

Este é o terceiro elemento paradigmático. A articulação do local com o global. A esfera nacional deixa de ser um nível de análise pertinente, porque os fluxos econômicos com a integração dos mercados ignoram as fronteiras político-administrativas do Estado-nação. As últimas funções reguladoras que restariam aos Estados nacionais estariam sendo aniquiladas com a constituição dos blocos econômicos, a unificação de moedas e o poder militar supranacional da ONU, entre outras medidas de sua superação. E, na ausência das capacidades reguladoras do Estado-nação, as localidades não teriam outra alternativa a não ser subordinar-se às exigências de mobilidade e competitividade dos capitais globais.

O debate sobre a importância do Estado no quadro de globalização econômica é central para a compreensão a respeito dos impactos que desta incidirão sobre as cidades e a esfera local de decisão. Contudo, consideramos que as mudanças no âmbito institucional e político que garantirão a estabilidade e a continuidade do novo regime de acumulação ainda estão em curso, sendo desta maneira ainda cedo para analisar a consecução das tendências antecipadas pela hipótese da articulação do local e do global sem a intermediação da escala nacional de regulação econômica.

O que nos parece seu aspecto mais problemático, no entanto, é a aceitação da subordinação aos interesses econômicos do capital global como uma fatalidade, fatalidade esta que conduz a comportamentos oportunistas, egoístas e competitivos, e a localismos exacerbados por parte dos governos e representantes políticos locais. A própria idéia de um desenvolvimento que se encerra nos limites administrativos de uma cidade ignorando sua periferia marginalizada e excluída, é, em si, uma idéia liberal e conservadora.

A competição interurbana é estimulada pela sensação de crise mas também pela ação dos consultores internacionais que atribuem o suposto "sucesso" de determinadas localidades ao seu voluntarismo e ousadia e, claro, ao cumprimento da agenda "estratégica" de transformações exigidas para a inserção econômica da cidade nos fluxos globais. Nenhuma palavra sobre conjunturas macroeconômicas que levaram o capital a investir em tal ou qual localidade. Tudo depende da mobilização de vontades coletivas e outros fatores endógenos.

Todas as estratégias de atração de empresas e investimentos, orientadas a responder antecipadamente aos requisitos de produtividade e competitividade das firmas, que expusémos na terceira parte do presente trabalho, são socialmente segregadoras. Elas se traduzem em inversões volumosas de recursos públicos em grandes obras de infra-estrutura, melhorias dos espaços públicos, provisão de equipamentos urbanos e operações imobiliárias destinadas apenas a certos tipos de usuários, aos executivos das grandes empresas e a novas camadas profissionais "estratégicas" do terciário avançado.

O alto custo social desta priorização de gastos orçamentários por administrações locais que viram suas atribuições e responsabilidades acrescidas com o desengajamento dos Estados nacionais e das políticas sociais compensatórias e com a crise econômica, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, onde existem déficits sociais há décadas acumulados, é compensado pelo dinamismo econômico resultante da inserção aos fluxos econômicos globais?

Em primeiro lugar, é preciso considerar se os critérios de escolha da localização, ou da realocação das empresas que atuam no setor financeiro e de serviços à produção são sensíveis às vantagens comparativas oferecidas pelo *marketing* das cidades competidoras. A extrema concentração das funções de comando financeiro, controle, gestão e concepção de processos e produtos nas grandes cidades dos países centrais, sublinhada por todos os autores, indica o alcance limitado destas estratégias. Fatores como segurança, relações privilegiadas com instituições públicas ou privadas locais, nacionalismos e maior qualificação do mercado de trabalho, contribuem pesadamente para esta inércia das firmas em seus países de origem. Por outro lado, a abertura de filiais no exterior só é motivada, nestes setores, pela expansão da demanda das grandes empresas por prestação localizada de serviços de nível internacional ou pela expansão do IED, que dinamiza um determinado mercado financeiro secundário.

Em segundo, mesmo nas “cidades globais” que são os centros financeiros da economia global, como Los Angeles e Nova York, o processo de dualização social é acelerado. O distanciamento crescente entre integrados e excluídos nestas cidades, a explosão da violência e da economia informal, a “precarização” das relações de trabalho, a delinquência juvenil e o aumento do número de dependentes de drogas são alguns aspectos que têm levado diversos autores a considerar que as sociedades centrais vivem hoje um processo de “terceiromundização”. Qual futuro poderá este modelo de progresso, segregador e excluyente, reservar às nossas cidades e aos nossos povos?

Rose Compans é arquiteta, doutoranda no IPPUR/UFRJ, e trabalha no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro).
E-mail: compans@unisys.com.br.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCHER, F. *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.
- BENKO, G., LIPIETZ, A. *Les régions qui gagnent*. Paris: PUF, 1992.
- BORJA, J., CASTELLS, M. *Local y global*. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madri: Taurus, 1998.
- _____. “As cidades como atores políticos”. *Novos Estudos Cebrap*, n.45, p.152-66, 1996.
- BORJA, J., FORN, M. de. “Políticas da Europa e dos Estados para as cidades”. *Espaço & Debates*, ano XVI, n.39, p.32-47, 1996.
- CASTELLS, M. *La ciudad informacional*. Tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- FORN, M. de. “Estratégias de transformação urbana y economica”. Barcelona, 1993. (Mimeo.)
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- _____. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. *Espaço & Debates*, ano XVI, n.39, p.121-45, 1996.
- _____. “L'accumulation flexible par l'urbanisation: réflexions sur 'post-modernisme' dans la grande ville americaine”. *Futur Antérieur*, Paris, n.29, 1995/3, p.121-45.
- SALAS, R., STORPER, M. *Les mondes de production*. Enquête sur l'identité économique de la France. Paris: Éd. de l'EHESS, 1993.
- SASSEN, S. *La ville globale*. New York, Londres, Tokyo. Paris: Descartes & Cie, 1996.
- _____. “L'État et la ville globale: notes pour penser l'inscription spatiale de la gouvernance”. *Futur Antérieur*, Paris, n.30/31/32, 1995/4, p.27-49.
- _____. *Cities in a World Economy*. Thousand Oaks, CA: Pine Forges Press, 1994.
- SCOTT, A. J. “L'économie métropolitaine: organisation industrielle et croissance ur-

baine". In: BENKO, G., LIPIETZ, A. *Les régions qui gagnent*. Paris: PUF, 1992. p.103-20.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires*. L'Économie d'archipel. Paris: PUF, 1996.

A B S T R A C T *This article discusses the new development economic strategies for cities in the productive restructuration context. It focuses the role of the great cities like management centers of the capital fluxes which allows an articulation between the local and the global spaces without the mediation of the regional and national spheres. At first it introduces some theoretical contributions about the emergence of an flux economy, which net organization format requires that the cities turn themselves connection points, as a strong influence in Third World urban debate. Afterwards it analyses the paradigmatical arrangement of the "global cities" with the support of general concepts and empirical dates. At last but not least, the paper also argues the supposed natural vocation of the cities nowadays for the advanced Tertiary, as show the several strategies diffused and recommended by international experts.*

K E Y W O R D S *Local development; urban management; globalization; global cities.*

POLÍTICAS URBANAS EM RENOVAÇÃO:

UMA LEITURA CRÍTICA DOS MODELOS EMERGENTES

FERNANDA SÁNCHEZ

R E S U M O *Este artigo propõe a discussão acerca das mudanças nas políticas urbanas de fins de século sobre a base da cada vez maior centralidade das ações que perseguem a promoção das cidades. Deste modo, o city marketing, os planos estratégicos e o urbanismo-espétaculo aparecem como importantes instrumentos do chamado “novo planejamento urbano” que busca recuperar sua legitimidade quanto à intervenção pública na cidade. Neste contexto, a produção de imagens tem um papel cada vez mais relevante na formulação de novas estratégias econômicas e urbanas orientadas, sobretudo, para a internacionalização da cidade, mas também voltadas para a obtenção de notáveis efeitos internos, particularmente no que se refere à construção de uma ampla adesão social a um determinado modelo de gestão e administração da cidade. Assim, o estudo está voltado para as novas formas de realização da esfera política do planejamento e da gestão urbana.**

PALAVRAS-CHAVE *produção de imagens; planejamento estratégico; modelos emergentes.*

INTRODUÇÃO: O QUE HÁ DE NOVO NAS POLÍTICAS URBANAS DE FINAL DE SÉCULO?

Este artigo propõe a discussão acerca das mudanças nas políticas urbanas de fins de século sobre a base da cada vez maior centralidade das ações que perseguem a promoção da cidade.¹ Deste modo, o *city marketing*, ou *marketing* de cidade, e os planos estratégicos aparecem como importantes instrumentos do chamado novo planejamento urbano que busca recuperar sua legitimidade quanto à intervenção pública na cidade.

Dentro de nossa interpretação, estes dois novos instrumentos guardam uma relação bastante estreita, o que pode ser apreendido já pelo modo como são conceituados por autores cuja produção os têm referendado. Enquanto o *city marketing* constitui-se, para estes autores, na orientação da política urbana à criação ou ao atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão (Ashworth & Voogd, 1991; Cooke, 1990), os planos estratégicos propõem atuações integradas a longo prazo, dirigidas à execução de grandes projetos que combinam objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano, com um sistema de tomada de decisões que comporta riscos, com a identificação de cursos de ação específicos, formulação de indicadores de seguimento e envolvimento de agentes sociais e econômicos ao longo do processo (Güell, 1997).

Ao serem apresentados como instrumentos capazes de obter consenso político para a execução de grandes projetos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano, os planos estratégicos, a nosso ver, são também verdadeiras fábricas de imagem, pois, mediante a necessidade de construir ou modificar as “imagens de marca” da cidade para

* Trabalho selecionado da sessão temática 1 – “Esferas de decisão e gestão: para onde aponta a experiência?”

1 Nesta versão foram incorporados alguns novos argumentos, que surgiram de interessantes discussões no Seminário de Planejamento Estratégico promovido pelo professor Carlos B. Vainer no IPPUR/ UFRJ, do qual participei nos primeiros meses de 1999.

projetá-la no exterior, se utilizam do *marketing* para promover seus principais “produtos”, como por exemplo turismo, cultura ou serviços de ponta (Compans, 1997; Benach & Sánchez, 1998).

Neste contexto, a produção de imagens tem um papel cada vez mais relevante na formulação de novas estratégias econômicas e urbanas, orientadas, sobretudo, para a internacionalização da cidade, mas também voltadas para a obtenção de notáveis efeitos internos, particularmente no que se refere à construção de uma ampla adesão social a um determinado modelo de gestão e administração da cidade. Assim, o estudo está voltado para as novas formas de realização da esfera política do planejamento e da gestão urbana.

O trabalho está organizado em três partes. Na primeira, são situadas as políticas de promoção das cidades num contexto de profunda transformação dos objetivos e dos instrumentos da política urbana. Na segunda, é discutido o papel dos novos planos estratégicos bem como do “urbanismo-espetáculo” como instrumentos privilegiados para alavancar a “venda” das cidades. A terceira parte propõe uma aproximação ao tema da construção do consenso social, sua relação com a redefinição de papéis entre agentes públicos e privados e com a necessária sustentabilidade social dos projetos urbanos hegemônicos.

A discussão dos pontos apresentados se dá também pela comparação entre cidades, com maior ênfase em Curitiba (Brasil) e Barcelona (Espanha), cidades que se tornaram emblemáticas do urbanismo contemporâneo, sobretudo nos anos 90. Acreditamos que este estudo comparativo, que mostra a existência de semelhanças surpreendentes, pode dar aporte a elementos interpretativos dos atuais projetos de reestruturação urbana no Brasil, como também contribuir para a compreensão das profundas mudanças culturais nas formas de fazer política urbana, assinalando a relevância do tema da comunicação no estudo dos processos de renovação urbana contemporâneos.

Nosso ponto de vista, e a argumentação principal de nossa pesquisa, é que a produção de imagem, os planos estratégicos e o investimento em *marketing* podem ser considerados: a) um resultado e uma estratégia dos processos de reestruturação urbana; b) instrumentos do “novo planejamento urbano”; c) instrumentos para a legitimação dos interesses das coalizões dominantes com interesses no lugar (Benach & Sánchez, 1998).

AS POLÍTICAS URBANAS EMERGENTES: UM ESFORÇO DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Uma série de fenômenos significativos vêm exercendo intensa pressão sobre os instrumentos tradicionais de planejamento urbano. Dentre estes fenômenos podemos destacar: em primeiro lugar, o dinamismo das mudanças econômicas mundiais, as turbulências geopolíticas, as incessantes inovações tecnológicas e as mudanças nas atitudes socioculturais; em segundo, os diversos agentes econômicos – velhos e novos – em sua atuação no meio urbano passam a exigir de forma explícita o cumprimento de uma série de requisitos de competitividade como condições para sua permanência na cidade, o que tem obrigado os agentes públicos a considerar estas exigências e levá-las em conta nos momentos de decisões; em terceiro, a integração de países em blocos e a abertura dos mercados em nível global têm dado lugar a uma aberta rivalidade entre cidades para captar investimentos, criar empregos, atrair turistas e financiamentos públicos.

Com efeito, este conjunto de fenômenos que têm se sucedido num breve período exige dos administradores e gestores urbanos uma grande capacidade de antecipação ou

de reação perante as atuações de seus “competidores” mais diretos. Mas o desafio que nos colocamos, como analistas, é interpretar o papel das novas políticas e instrumentos para fazer face a estes fenômenos, é entender como são construídos os mecanismos que pretendem legitimá-las, é desvendar as relações entre estas políticas e a reestruturação socioespacial que emerge dos novos padrões de produção e circulação do capital, é buscar compreender o novo espaço que vem se configurando com a “destruição criativa” (Harvey, 1994, p.234) do espaço pretérito.

Em nossa análise, o marco em que podem ser situadas as novas políticas promocionais de imagem das cidades é o da valorização da dimensão local no contexto da globalização econômica. A mobilidade produtiva e financeira permite uma maior liberdade de localização, o que aumenta a importância das diferenças e atrativos locais. É por este marco que os agentes da cidade vêm tomando consciência da permanente competição com outras localidades por novos capitais, aquilo que passou a ser caracterizado como uma verdadeira “guerra dos lugares” (Alessandri, 1996, p. 39; Santos, 1996, p.197). Para Vainer (1999, p.03), entretanto, aquilo que é apresentado como guerra dos lugares até pela literatura acadêmica deve ser melhor discutido, pois, segundo o autor, se trata de um fetiche, uma forma ideológica do novo discurso do planejamento estratégico para legitimar a produção generalizada de facilidades locais, um “rebatimento, para as cidades, do modelo de abertura e extroversão econômicas propugnado pelo receituário neoliberal”.

Por trás da competição entre lugares encontra-se, de fato, a competição entre empresas em busca de localizações vantajosas, com exigências da maior segurança e rentabilidade para os capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente. Porém, ao lado da busca das empresas pelos melhores sítios há, também, pelos próprios governos locais uma procura desesperada por novas implantações e um especial zelo por manter aquelas já conquistadas. Por outro lado, esta “guerra” não é apenas pela atração da produção, mas também pela atração ampliada de consumidores. Nesse sentido, tendemos a concordar com Santos (1996, p.198), quando diz que a idéia de uma dupla estratégia das empresas e do poder público em diversos ramos da atividade econômica local justifica a metáfora da “guerra dos lugares”.

Na medida em que as potencialidades e deficiências dos lugares são hoje mais detalhadamente conhecidas e mensuradas à escala do mundo, as escolhas, para cada ramo de atividade, tornam-se mais precisas. Dessa valoração do conteúdo do espaço em cada ponto ou lugar depende, em grande medida, o sucesso dos empresários. Como lembra Santos (1996, p.199): “É desse modo que os lugares se tornam competitivos. O dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas, também, à geografia”.

Efetivamente, tal como vem sendo amplamente tratado por diversos autores, os processos de reestruturação econômica mundial, como resultados de uma complexa cadeia de crises, desenham um panorama certamente instável para as cidades e metrópoles, para seus modelos de desenvolvimento, seus novos papéis e sua morfologia (Soja, 1993; Harvey, 1994). É neste panorama de crise e reestruturação que as políticas de *marketing* urbano ganham importância para os governos locais, os quais procuram desenvolver projetos de modernização econômica que produzam um *aggiornamento* com os processos da globalização.

Como observa Harvey (1994, p.247):

o livre fluxo do capital na superfície terrestre, por exemplo, põe uma forte ênfase nas qualidades particulares dos espaços para os quais o capital pode ser atraído. O encolhimento do

espaço que faz diversas comunidades do globo competirem entre si implica estratégias competitivas localizadas e um sentido ampliado de consciência daquilo que torna um lugar especial e lhe dá vantagem competitiva. Essa espécie de reação confia muito mais na identificação do lugar, na construção e indicação de suas qualidades ímpares num mundo cada vez mais homogêneo, mas fragmentado.

A atração dos novos investimentos é realizada mediante um conjunto de fatores que procuram marcar a singularidade: infra-estrutura física e comunicacional, regulação política e social, qualidade de vida. Precisamente neste processo adquirem grande importância a venda da cidade, o uso de técnicas publicitárias eficazes e a construção criativa de imagens.

Num contexto de crescente competitividade, a necessidade das cidades de assegurar-se um *status* determinado tem conseqüências evidentes para o planejamento. A venda da cidade passa a ser parte do “novo planejamento” (Benach & Sánchez, 1998).

É neste contexto que o *city marketing* se afirma como instrumento necessário à busca de “um lugar ao sol” para as cidades, no processo da globalização. Com efeito, as cidades passam a ser cada vez mais tratadas como produtos para ser vendidos e o *marketing* é utilizado como fundamental instrumento para aumentar a capacidade de atração do “produto cidade” (Ashworth & Voogd, 1991; Kearns & Philo, 1993). Entretanto, pensamos que isto representa um notável giro na filosofia do planejamento e da gestão urbana, que implica uma profunda reestruturação administrativa com a adoção de métodos empresariais de trabalho, mais orientados para a demanda do mercado.

Com efeito, parece-nos que a importância adquirida pela produção de imagens e promoção das cidades está associada à própria transição no papel do Estado com as atuais mudanças no padrão de gestão local para o chamado “empreendedorismo urbano”, caracterizado pelo novo papel empresarial do poder local, assim como pelas crescentes parcerias entre a esfera pública, e a esfera privada que almejam investimentos e desenvolvimento econômico (Harvey, 1989). Diante da presente crise pela qual passam muitos municípios, seus governos e os atores dominantes da iniciativa privada lançam-se no desenvolvimento de novos projetos, tomados pela crença numa possível reorganização econômica por estas vias, perseguindo a redenção econômica do lugar.

É fácil perceber que o *marketing* de cidade vem se convertendo nos últimos anos numa das funções básicas do poder local. A cidade é interpretada como espaço a ser submetido a uma lógica da competição e da gestão, o que muitas vezes leva a uma despoliticização do espaço social. A cidade-empresa do modelo empreendedor é apresentada como mercadoria que tem que ser vendida. Dessa forma, compete com outras cidades-empresas. Levando ao extremo esta interpretação, teremos, cada vez mais, cidades em disputa, ostentando qualidades e oferecendo condições mais favoráveis que as concorrentes, para a implantação do capital,² o que poderá levar à perda de solidariedades regionais.

Para as políticas intra-urbanas, o modelo empreendedor e a busca de novos investimentos assumida como meta prioritária a qualquer custo comprometem, a nosso ver, até mesmo experiências anteriores de gestão redistributiva no espaço das cidades, o que parece particularmente grave para os casos das cidades brasileiras marcadas pelas profundas diferenças socioespaciais. Com efeito, este novo modelo de gestão público-privada tem provocado profundas e questionáveis mudanças na atuação dos governos municipais com relação às suas prioridades na alocação de recursos e compromissos na implementação de políticas, com tendências cada vez maiores a uma mercantilização da vida urbana.

² Ver, por exemplo, a recente guerra fiscal para atração das montadoras de veículos automotores, in Sánchez, F. (1997).

Ao analisar a mudança do papel do planejamento e, conseqüentemente, o perfil do novo técnico planejador que emerge desta mudança, verificamos que ele, para ganhar legitimidade, se nutre do próprio momento de crise provocada pela globalização, como aponta o seguinte trecho:

Se para o senso comum sair da crise é perguntar-se pelo modo de organizar a vida econômica e social de forma a atender as necessidades humanas mais urgentes, para o tecnocrata, contrariamente, sair da crise é, basicamente, adaptar-se mais e melhor a um sistema que é precisamente o responsável dos principais males dos quais padece a humanidade (Domenech apud Benach, 1997, p.61)

A figura do planejador, que até há pouco tempo era, ao menos explicitamente, a do regulador da ação da iniciativa privada deixa de ter o perfil do vigilante em prol do bem público, desempenhando agora um novo papel: o de promotor do crescimento.

É neste período que passamos a verificar uma crescente – e escancarada – colaboração entre os setores público e privado. O poder público constrange muito menos o setor privado para investir proveitosamente no espaço urbano e freqüentemente há uma clara confluência de interesses entre o governo da cidade e os setores empresariais.³ Mais do que uma “complementaridade” ou “cooperação” (Borja, 1996, p.80), termos que, a nosso ver, mistificam a relação entre os governos das cidades e o conjunto de atores econômicos voltados para os mercados externos, as articulações de poder atuais transformam as grandes empresas em entidades políticas com crescente grau de interferência nas políticas do Estado. Assim, concordamos com Milton Santos quando diz que nos recentes acordos público-privados é possível ver “um aumento da força de ação econômica e uma diminuição da força de ação social” (Santos, 1998) por parte dos governos.

A gestão da cidade como uma empresa e a colaboração com o setor privado – as chamadas parcerias – passam a definir a maneira de afrontar os problemas urbanos, deixando muitas vezes em plano secundário os programas e projetos de cunho social. Ao desenvolver métodos e técnicas de planejamento empresarial, os planos estratégicos de cidade, mostrados como potencialmente capazes de superar a crise de legitimação dos planos tradicionais, são apresentados como a nova panacéia para a reestruturação urbana. É assim que os atores privados passam a ter um papel mais dominante nos processos decisórios das políticas urbanas.

Nossa argumentação baseia-se em que o investimento em *marketing* pode ser considerado ao mesmo tempo como um resultado e como uma estratégia dos processos de reestruturação urbana (Benach & Sánchez, 1998). Assim dizendo, parece haver uma relação clara, bidirecional. Se podemos tomar este instrumento como emergente deste contexto, e, sua notável incorporação como resultante dos velozes processos de reestruturação, também é possível uma leitura na outra direção, ou seja, identificar as imagens urbanas produzidas pelo *marketing* como ponto de partida imprescindível à realização das transformações econômicas e espaciais, como estratégia *sine qua non* para os projetos de cidades emergentes.

Pensamos que esta argumentação, reforçada pela comparação entre as políticas de algumas cidades, tem um poder explicativo da centralidade que exercem os programas de comunicação nestes “projetos de cidade”. Entretanto, na grande maioria dos trabalhos que se tem feito sobre as cidades tidas como modelo – aqui nos referimos especificamente aos casos de Curitiba – BR e Barcelona – ES, esta centralidade não é visível, quanto menos indicada como um dos elementos mais importantes para explicar o seu êxito.

3 Exemplos muito claros são os do projeto olímpico Barcelona 92 (com o atendimento aos fortes interesses do capital imobiliário internacional) ou, mais recentemente, as proveitosas negociações para transformar a Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, no mais novo pólo automobilístico do Brasil, ou, ainda em Curitiba, a também recente proliferação de *shopping centers* com localização desregulada e significativamente impactante para a cidade que, por outro lado, também evidencia uma clara flexibilização da legislação de uso do solo, paradoxal numa cidade considerada modelo de urbanismo.

4 Utilizamos o conceito de mito de Roland Barthes (1989), que o entende como uma maneira cultural de pensar sobre alguma coisa, uma maneira de conceitualizá-la e entendê-la, cuja função é naturalizar as suas conotações ideológicas dominantes. Em nosso caso, parece-nos designar cada um dos elementos operadores da imagem da cidade e da identidade coletiva que naturalizam e deformam a realidade.

Acreditamos que o fato se deva a um conjunto de mitos⁴ e estereótipos que, com uma notável implicação da mídia em sua produção e manutenção, tem construído uma espécie de fetiche ou reificação ao redor destes projetos (Sánchez, 1997, p.36-43).

O pensamento crítico, por sua vez, tem a responsabilidade de ser um instrumento de desmitificação, uma “contribuição para mudar a construção política do mundo” (Santos, 1998). Por isso, pensamos que uma análise responsável das novas políticas urbanas exige prestar especial atenção às políticas de promoção da cidade e de criação de imagens, como também interpretar e questionar seus conteúdos, pressupostos e valores. Desta ótica, as ditas políticas de comunicação são interpretadas como um poderoso instrumento do novo planejamento, resultante do desenho de novas estratégias urbanas acionadas, sobretudo, em momentos de profundos processos de reestruturação econômica, social e espacial.

OS NOVOS INSTRUMENTOS PARA ALAVANCAR A PROMOÇÃO DAS CIDADES

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Nos últimos anos tem-se tornado cada vez mais freqüente ouvir prefeitos, gestores municipais e técnicos planejadores expressarem suas inquietações acerca dos atrativos e competitividade de suas cidades em relação com as outras. Interessante observar, como indicador da aceleração dos processos econômico-espaciais da atualidade, que o termo “outras”, diante das quais procura-se situar a cidade em questão, já não indica geograficamente apenas as cidades contíguas ou em seu entorno de influência, mas também aquelas que, embora distantes, guardem com ela alguma relação de cooperação ou disputa.

Como se fosse um campeonato esportivo, no qual só se entra avaliando cuidadosamente os adversários e as chances de vencer, os governos locais procuram “colocar suas cidades no mapa do mundo”, uma alegoria que indica a intenção de lançá-las, torná-las visíveis e competitivas na escala mundial. Termos como “orientação para a demanda, atrativos da oferta urbana, posicionamento competitivo, ações de *marketing*, produção de imagem e planejamento estratégico”, que até há pouco tempo eram restritos ao âmbito empresarial, hoje são recorrentes no discurso dos administradores locais.

A rapidez na incorporação destes termos revela uma obediência dos lugares a uma nova ordem, uma necessidade imperante para continuarem presentes no mundo. A doutrina que acompanha o planejamento estratégico impõe-se como “possibilidade de dar resposta aos novos acontecimentos do mundo”, anunciando prosperidade e visibilidade para as urbes que se integrem mediante esta via ou atemorizando os governos locais pela possibilidade de sucumbirem diante das mudanças, como mostra o seguinte trecho de um renomado manual de planejamento:

ao longo da história, têm havido numerosos casos de cidades, como Cleveland, que souberam em seu momento prever e posicionar-se inteligentemente diante das mudanças do entorno, aproveitando as oportunidades que se lhes ofereciam e tornando-se conhecida como uma das principais urbes do meio-oeste americano; enquanto houve muitas outras, como Sandusky, da qual quase ninguém tem conhecimento nem sequer de sua existência, que foram incapazes de reagir a tempo e sucumbiram diante das mudanças. (Güell, 1997, p.32, trad. nossa)

Esta linguagem renovada, presente nas novas políticas, surge de forma articulada no discurso do planejamento estratégico, primeiramente nos Estados Unidos, nos anos 80, logo depois na Espanha e, recentemente, nos anos 90, sobretudo por intermédio de consultorias espanholas, na América Latina.⁵ A força da experiência de reestruturação urbana de Barcelona, viabilizada pelos Jogos Olímpicos de 1992, transformou a cidade em paradigma, apresentada como modelo⁶ a ser seguido pelas cidades que procuram uma inserção competitiva na nova ordem econômica.

Na direção apontada por Vainer (1998), pensamos que o “modelo Barcelona”, mediante o planejamento estratégico catalão, em voga no Brasil, “oferece instrumental teórico, ideológico e político para uma articulação renovada dos grupos econômicos dominantes” que interagem no lugar que “definem o acontecer no lugar” (Santos, 1998), operando no contexto de seus relacionamentos internos e externos que perpassam todas as escalas; um conjunto de atores que disputam parcelas do poder e da riqueza do e no lugar.

Na América Latina,⁷ em geral, e no Brasil, em particular, o planejamento estratégico e o *marketing* de cidade vêm sendo apresentados como os melhores instrumentos com promissoras soluções, como capazes de dar respostas adequadas às novas situações provocadas pelo movimento de globalização da economia. O mais curioso – e que, como analistas, nos produz uma certa perplexidade – é o alcance que estes instrumentos têm obtido, ganhando uma notável presença nas políticas urbanas que emergem neste final de século.

A perplexidade se torna mais aguda se recuperamos, como contraponto, nosso passado recentíssimo, no qual alguns avanços significativos das políticas urbanas brasileiras foram lentamente gestados num amplo movimento social de reforma urbana, de caráter nacional e com base popular, e que implicou um debate nacional que culminou com a incorporação legal/constitucional de importantes conceitos como “função social da propriedade urbana”, “função social da cidade” junto com instrumentos que impulsionavam uma leitura renovada da problemática urbana e, em certos casos, uma atuação democrática respaldada por seus planos diretores.

O planejamento estratégico foi gestado de modo bem diferente. Seus conceitos, doutrina e instrumentos analíticos e metodológicos são extraídos da prática empresarial, com claras origens na Harvard Business School de planejamento estratégico empresarial norte-americano que, por sua vez, nutre-se – reconhecidamente – das experiências do âmbito militar (Güell, 1997).

Atentar para estes antecedentes, militares e empresariais, que alimentam as bases teóricas do planejamento estratégico, parece-nos uma necessidade inadiável para o debate aprofundado acerca das orientações das atuais políticas e de sua pertinência e limites dentro de nossa realidade urbana. Sobretudo se considerarmos que, ao menos no Brasil, há uma certa confusão a respeito das origens e bases deste novo “modelo”, tanto no meio acadêmico quanto no interior dos quadros técnicos municipais dos mais diversos matizes político-ideológicos. Esta confusão talvez possa ser explicada pela forma como o novo modelo foi introduzido e propagado no Brasil, posto que ele vem aparentemente revestido de uma aura progressista, ao mesmo tempo alternativo ao neoliberalismo e ao estatismo, para a inserção nos espaços econômicos globais, como portador de um possível projeto coletivo urbano (Borja, 1996), como uma grande oportunidade democrática de definição dos destinos das cidades globalizadas.⁸

As principais ações propostas pelos novos planos estratégicos são voltadas para um redesenho espacial das cidades face a obsolescência da infra-estrutura urbana instalada nas novas relações de produção. Nesta direção, o urbanismo ganha centralidade, uma vez que

5 O primeiro plano estratégico de cidade foi o de São Francisco – EUA, em 1982; o processo chegou à Espanha em 1987 e foi aplicado pela primeira vez em Barcelona com o motivo da celebração dos Jogos Olímpicos de 1992. A partir dessa iniciativa foi produzida uma primeira geração de planos na Espanha: Bilbao, Madri, Jerez e Cádiz. Ver Güell, 1997.

6 O “modelo Barcelona” impôs-se como referência no mercado internacional, sobretudo para muitas cidades da América Latina: modelo de urbanismo, modelo de planejamento estratégico, modelo de liderança em redes internacionais, modelo na capacidade de organização de megaeventos, como os Jogos Olímpicos.

7 Em diversas cidades latino-americanas foram recentemente desenvolvidos planos estratégicos e, em outras, vem sendo anunciada a intenção de fazê-lo. São elas: Bogotá, Medellín e Cartagena (Colômbia), Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife (Brasil), Santiago e Concepción (Chile), Córdoba e Rosario (Argentina), Assunção (Paraguai), Caracas (Venezuela), San José (Costa Rica) e Quito (Equador). Ver Borja, 1996.

8 Contribui também para a mística em torno aos planos estratégicos e seu caráter participativo o fato de terem sido introduzidos no Brasil por técnicos especialistas espanhóis de reconhecida trajetória – intelectual e política – de esquerda.

serão as intervenções físicas as que deverão determinar o êxito ou o fracasso de muitas estratégias econômico-territoriais, como condições gerais de produção exigidas pelos novos padrões tecnológicos, especialmente nas áreas de transportes e telecomunicações.

A renovação desta infra-estrutura física para tornar as cidades competitivas tem ficado a cargo do Estado, com a modernização dos sistemas viários e de comunicação. Sistemas de integração viária são prioritários, como exemplificam as chamadas “rondas” de Barcelona previstas no Plano, cinturões arteriais para trânsito rápido, que consumiram cerca de 25% do volume de recursos para as obras pré-olímpicas. No caso do Plano Estratégico do Rio de Janeiro, as estratégias com maior grau de implementação atendem as exigências do setor privado: são aquelas referentes à melhoria das condições de acessibilidade e à criação de áreas de atrativo econômico e empresarial, como o Teleporto, a recuperação e privatização da Via Dutra, a dragagem do Porto de Sepetiba ou a ampliação do terminal de cargas do Aeroporto do Galeão.

Embora os planos estratégicos apresentem também blocos de ações voltadas para questões de emprego, moradia, qualidade de vida e democratização da administração pública, efetivamente, o método não apresenta salvaguardas quanto à sua execução. A avaliação da implementação das ações propostas demonstra que, no conjunto das estratégias, algumas acabam sendo consideradas “mais estratégicas” (Compans, 1997, p.1728) e são claramente priorizadas em detrimento de outras, à mercê da correlação de forças e dos interesses em jogo na definição do que seja “mais” ou “menos” estratégico.

O URBANISMO ESPETÁCULO

“A cidade de Curitiba é dona de uma lisonjeira unanimidade nacional. Tida e havida como a capital brasileira de melhor qualidade de vida, é hoje indicada por urbanistas da ONU como uma das três melhores cidades do planeta para se viver, ao lado de Roma e da americana São Francisco.” (*Veja*, 8.3.1990)

“*Welcome to the greatest urban development project in Europe.*”
(*Outdoor* publicitário no aeroporto de Barcelona, 1990 –
Ayuntamiento de Barcelona e Patronato de Turismo.)

A cidade de Curitiba foi transformada em marca nacional da qualidade de vida urbana. Com efeito, ali se instaurou plenamente nos anos 90 um processo de consolidação de uma identidade socioespacial positiva em relação ao país bem como em nível internacional. Não obstante, esta identidade encontra-se associada ao processo de construção da imagem de “cidade modelo” cujo marco inicial é o princípio dos anos 70.

Naquela época foi implantado o Plano Diretor da cidade que produziu mudanças profundas no tecido urbano e cujos eixos foram a determinação de um novo desenho de vias estruturais com um uso do solo específico – de alta densidade habitacional associada ao uso comercial – e um modelo de transporte coletivo de ônibus expressos – uma espécie de metrô de superfície, que circula, com exclusividade, ao longo das vias estruturais.

Já na década de 1990 observamos que as transformações urbanas deixam de ser estruturais e passam a ser mais fragmentadas, centradas em obras urbanísticas de construção de parques étnicos, novos centros culturais e áreas de lazer como o “Memorial da Cidade” ou a “Ópera de Arame”, ruas de serviço chamadas de “Ruas da Cidadania”, bibliotecas de bairro chamadas “Faróis do Saber”, o Jardim Botânico, a “Universidade do

Meio Ambiente”, a “Rua 24 Horas”, entre as obras mais emblemáticas do período e com maior presença na nova imagem da cidade.

No caso da cidade de Barcelona, há uma herança urbanística riquíssima que integra marcas e ruínas da cidade romana de 2000 anos com o tecido medieval do “Barrio Gótico”, também o tecido do famoso “Ensanche” do Plano Cerdá, de reconhecido valor urbanístico, e as áreas de renovação onde se deram as principais obras do período olímpico. É sobretudo com relação a estas últimas áreas que os documentos técnicos se referem a “uma nova maneira de fazer cidade”, com um “caminho de transformação transcendental da fisionomia de Barcelona” (*Plan Estratégico Barcelona 2000*).

O marco temporal mais referenciado é o do ano de 1992, embora a transformação mais intensa tenha se dado a partir de 1986, com a nomeação da cidade como sede dos Jogos Olímpicos. Efetivamente, com a bem-sucedida celebração dos Jogos, a cidade culminou em um período de grandes investimentos e modernização urbana, que a colocava numa nova posição dentro das cidades européias e, por conseguinte, também a nível mundial.

A construção de infra-estruturas de mobilidade interna e externa, novas infra-estruturas de comunicação, grandes obras do complexo olímpico e desenho de novas áreas de centralidade foram os principais objetivos perseguidos. A atividade urbanística nas décadas de 1980 e 1990 foi tão intensa em Barcelona que se transformou num sintoma e num símbolo de revitalização urbana. Interessante observar que as próprias obras foram apropriadas pela linguagem promocional e transformadas num autêntico espetáculo, o que também evitou críticas pelo grande transtorno causado à população. Um bom exemplo é o anúncio publicado pelo *Holdings Olímpico*, no qual, sob o *slogan* “Contemple o maior projeto europeu da atualidade”, aparecia uma ilustração que mostrava uma paisagem interminável de guindastes de construção (*El País*, 25.7.1990), ou mesmo os *outdoors* e anúncios publicitários com coloridos capacetes de obra.

Os meios de comunicação mostravam incessantemente uma atividade frenética junto com as doses adequadas de suspense e, assim, o afluxo dos cidadãos para apreciar este espetáculo foi surpreendente, convertendo cada grande canteiro de obras, num local de visitação e passeio familiar nos fins de semana. As obras passaram a simbolizar o renascimento urbano, enquanto este impulso, do qual se pretendia obter a adesão de todos os cidadãos, aparecia sem protagonistas visíveis. Ao lado do espetáculo das obras, entretanto, há que se destacar as realizações do urbanismo barcelonês, com uma política de construção de espaços públicos de reconhecido valor.⁹

Uma das linhas de comparação entre as duas cidades, que pode ser facilmente estendida a outros recentes exemplos com tendências semelhantes,¹⁰ é o papel chave que passa a ter o “novo urbanismo” nas respectivas políticas urbanas dos anos 90. Com efeito, é possível verificar em ambas alguns importantes traços comuns: uma ênfase na forma mais que na função, uma ênfase nos projetos urbanos pontuais mais que nos planos gerais, buscando melhorar a imagem urbana mediante a criação de novos espaços ou pela revitalização de espaços antigos.

A fragmentação, a efemeridade, o ecletismo, a forma anteposta à função, “o triunfo da imagem sobre a substância” (Harvey apud Benach, 1997, p.166) são elementos identificáveis de uma estética pós-moderna nos novos espaços urbanos. A estética do lazer pode também ser vista como ícone da pós-modernidade nos novos espaços culturais; a arquitetura adquire uma nova obrigação expressiva nos seus marcos urbanos, em que a centralidade da forma é mais importante que a efemeridade dos espaços criados (Harvey, 1994).

9 Com efeito, Barcelona tem um padrão de urbanização bastante homogêneo em sua área urbana, provavelmente fruto do esforço significativo de mais de 15 anos de administração socialista.

10 Como mostram, por exemplo, Compans (1997), para o Rio de Janeiro, ou Gomez (1998), para Glasgow e Bilbao.

Levado ao extremo, o consumo circunstancial e transitório destes espaços, associado à incessante chegada de “novidades”, transforma alguns destes espaços em pastiches, clichês superficiais de uma idéia de cidade. O seguinte trecho, de um morador da “Ciutat Vella” de Barcelona, expressa a descolagem entre forma e conteúdo em algumas das recentes intervenções:

Las actuaciones de rehabilitación en Ciudad Vieja han superado la cifra de 2.000, pero es una lástima que esta recuperación externa de las fachadas no se haya dado acompañada de una política de rehabilitación de las viviendas. Muy bonito desde fuera, y en muchos casos, inhabitable por dentro. (FAVB, 1992)

Notamos que o projeto de “lançamento” de cada novo “produto” urbanístico costuma ser minuciosamente planejado. O objetivo é precisamente diferenciá-lo de outros produtos em circulação para conquistar ampla adesão social. Com evidentes conexões entre sociedade de consumo e uma nova concepção de cidadania, o cidadão é confundido com consumidor e, por sua vez, a cidade com o mercado. Quanto ao aspecto urbanístico, as novas políticas de reestruturação urbana recomendam “apoiar-se em obras e serviços visíveis, sobretudo os que tenham caráter monumental ou simbólico”. Na opinião de Vainer (1998, p.41) esses marcos urbanos simbólicos passam a ser vistos “como elemento fundamental da construção da coesão patriótica simbólica, que unifica o poder sob lideranças carismáticas que vão representar a cidade. É a ideologia autoritária na sua melhor tradição, com seu urbanismo monumental”.

Este ritmo de “lançamento de novidades”, ao transformar-se em rotina da cidade, passa a fazer parte do imaginário dos cidadãos, que esperam com ansiedade e recebem com curiosidade as inovações, com uma aparente aprovação consensual delas. A forma como os novos espaços, equipamentos ou serviços são apresentados comunica seu caráter: são marcos representativos, espetacularizados, da “cidade que não pára de inovar”, acompanhados, por exemplo, de *slogans* como: “Curitiba sempre na frente, mais um serviço de Primeiro Mundo para a capital de Primeiro Mundo”.

A grande veiculação das imagens sintéticas da cidade intensifica a idéia do socialmente pleno usufruto dos novos espaços modernizados e, implicitamente, sugere uma vida de classe média para todos os cidadãos. Para a elaboração desta síntese com um poder comunicativo tão grande trabalha-se, mediante articulação de processos técnicos e saberes especializados,¹¹ com a seleção simbólica de fragmentos escolhidos da paisagem urbana.

Ocorrem, dessa maneira, processos de exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais apresentados, assim mesmo, como legítimas leituras da vida urbana coletivamente compartilhada. Parecem evocar a cidade como um todo. A produção destas sínteses expressivas corresponde à estratégia de mobilização de determinadas energias – sobretudo dos setores dominantes da sociedade – para a sustentação da nova imagem, com um forte impacto no senso comum, na memória social e nas práticas de uso dos espaços.

Ao operar analiticamente no tecido discursivo e prático das imagens urbanas, nos é possível observar que a linguagem articuladora de símbolos organiza a realidade urbana, é parte dela: não esconde a materialidade da cidade mas a deforma, não é uma mentira mas uma construção social que, portanto, organiza seletivamente esta realidade.

Entre os cidadãos e a cidade estão os meios tecnológicos de informação e comunicação. Eles não informam sobre a cidade, eles a refazem à sua maneira, hiper-realizam a cidade transformando-a num espetáculo. Este espetáculo ostenta uma cidade sem contradições,

11 Referimo-nos às ciências da comunicação, ao *marketing* e suas técnicas de publicidade, como, também, à psicologia social.

porque sem profundidade, uma imagem plana, evidente. As intervenções urbanísticas parecem significar por elas próprias. Desta forma, pensamos que a imagem-mito é uma linguagem domesticada para “cantar louvores” às intervenções urbanas, para seduzir os cidadãos, ao contrário de estimular qualquer tipo de ação efetivamente construtora de cidadania.

Pode parecer que a imagem das duas cidades em questão já esteja suficientemente consagrada. Porém, cada ato de linguagem reflete uma disputa, difusa e não explícita, pelo exercício do poder, uma disputa pela imposição de um sistema classificatório, uma luta pela interpretação hegemônica do espaço. Como mostram diversos autores (Ribeiro, 1994; Canclini, 1996), níveis mais sofisticados de controle da vida coletiva são cada vez mais subsidiados pelo *marketing* moderno. É assim que, para manter esta leitura dominante da cidade, as imagens necessitam ser periodicamente recicladas incorporando novos valores, novos ícones espaciais.

O estudo das imagens através do tempo, no caso de Curitiba, mostra-nos que de fato houve um esforço de reciclagem permanente: nos anos 70, Curitiba era a “Cidade Modelo”, a “Capital Humana”; para fins dos anos 80 passa a ser a “Capital da qualidade de vida”; a princípio dos 90 começa a afirmar-se como a “Capital Ecológica”. Já agora, rumo ao fim dos anos 90, com a chegada das novas empresas automotoras e com a requalificação tecnológica da cidade voltada para os serviços e indústrias de *software* e tecnologia de ponta, já é possível identificar uma nova relocação do discurso e das imagens: haveria agora uma certa relativização do discurso ambiental com uma correlata passagem da “Capital Ecológica” para a “Capital Tecnológica”.

Em sintonia com a cultura urbana global e com os novos projetos de reestruturação e desenvolvimento locais, a linguagem tende a incorporar novos valores, para rejuvenescer e manter seu *status* nacional e internacional. Não obstante, esta renovação é cautelosa, sempre procurando manter algumas matrizes consagradas em outros períodos. Como uma colagem no tempo, que recupera os elementos móveis das sínteses anteriores que têm contribuído para a conquista do consenso, recorrentemente é transmitida a idéia de um *continuum* (Sánchez, 1997, p.38). As mudanças se apóiam numa linha de continuidade identificável com o tempo e com o espaço e, desta forma, remetem à conceitualização de cidade como espaço-tempo: “em todos os momentos as formas criadas no passado têm um papel ativo na elaboração do presente e do futuro. A história da cidade é a das suas formas, não como um dado passivo mas como um dado ativo” (Santos, 1996, p.72).

A idéia reiterada de continuidade histórica das intervenções para explicar a cidade atual, convertida em lugar-comum no discurso político e nos meios de comunicação, tem implícito um conteúdo ideológico que acaba reforçando o protagonismo histórico dos principais atores políticos com maior liderança nas últimas décadas: Pasqual Maragall, em Barcelona (1982 a 1997), e Jaime Lerner, em Curitiba (1971-1974; 1979-1983, 1989-1992), ambos prefeitos municipais durante longo período.

Efetivamente, Maragall e Lerner foram transformados pelos meios de comunicação, respectivamente, em personagens quase mitológicos das cidades espetáculo:

Hoje cada rua de Curitiba tem alguma marca da criatividade do Jaime e de sua capacidade de reunir as pessoas em torno de seus projetos. Em Curitiba, muitos dizem que tudo aquilo que o Jaime toca não “vira ouro”, “vira” qualidade de vida. (*IstoÉ*, 8.4.1992)

Eis aqui o que julgamos ser uma das chaves mitológicas da linguagem da cidade-espetáculo: o êxito das experiências de reestruturação urbana como produto de um conjunto

12 Referimo-nos, sobretudo, aos grandes interesses em jogo nos atuais processos de reestruturação urbana ligados, por exemplo, ao turismo, ao transporte, ao capital imobiliário, às empresas de telecomunicações, às grandes empresas concessionárias de serviços.

de acertadas decisões técnicas, plenas de racionalidade, alimentadas por uma rara preocupação com o bem-estar público, decisões estas cuja origem sublinha, sobretudo, a forte liderança de apenas um indivíduo. A superexposição da maior liderança, em termos de imagem política das transformações, acaba camuflando as articulações de poder dos grupos econômicos que disputam parcelas do poder e da riqueza da cidade¹² (Oliveira, 1996).

Para esta mitificação dos “grandes líderes urbanos” na mídia, também contribui a cuidadosa construção da identidade pública deles, baseada num perfil aparentemente mais técnico do que político, identidade que vai ao encontro do protótipo do administrador público ideal (pós-moderno?) para desencadear, com sucesso, ambiciosos projetos de reestruturação urbana: empreendedor, técnico, performático e apolítico, como pode ser verificado no seguinte fragmento que distingue uma liderança local como adequada para levar adiante um ambicioso plano: “um homem independente, distanciado sagazmente tanto dos conservadores como dos radicais de esquerda, com reconhecido prestígio profissional e com um discurso arrebatador!” (Güell, 1997, p.74-5).

Ao descortinar estes valores/mitos para propor outras interpretações do nosso desenvolvimento urbano, não podemos deixar de impor-lhes limites históricos, reinventar nelas a sociedade: com este movimento de recuperação é possível identificar fundamentais condições políticas, pactos e coalizões locais que, articulados, explicam a possibilidade histórica de realização destes “projetos de cidade”.

A noção de cidade-espetáculo aqui desenvolvida indica a espetacularização da experiência urbana. Verificamos que muitas vezes os cidadãos – consumidores? – têm uma atitude reverenciadora, complacente e, em última instância, passiva, em relação à cidade. O espaço é transformado em cenário onde tudo é objeto de consumo estético e contemplativo. Nesse sentido, é a cidade que está no centro da cena, a cidade tornada sujeito, que em determinadas circunstâncias transforma os próprios cidadãos em meros figurantes, atores secundários de seu roteiro.

A ENGENHARIA DO CONSENSO

“Cada curitibano se transformou em verdadeiro urbanista a recitar e defender a série de projetos que resultaram no nosso sucesso ... Os curitibanos são altamente receptivos a cada inovação urbana respondendo positivamente, e sobretudo usando adequadamente os espaços.”
(*IstoÉ*, 8.2.1992)

“Hay una especie de histeria colectiva en Barcelona y entonces cualquier actitud crítica es tomada como no querer a la ciudad. Por eso, hay una gran dificultad de ejercer la crítica.”
(Andrés Naya, Federação de Associações de Vizinhos de Barcelona – FAVB)

A participação dos cidadãos, o sentido de “pertencimento” à cidade, a adesão aos novos projetos ou serviços oferecidos, o elevado grau de aceitação e aprovação pública dos “projetos de cidade” e, principalmente, a aparente unanimidade que estes projetos têm alcançado são elementos reiteradamente apresentados pela linguagem oficial, pelo discurso hegemônico, para mostrar alguns dos resultados de sucesso dos processos de renovação urbana de Barcelona e Curitiba.

Entretanto, talvez seja conveniente deter-se na natureza desta “ampla” participação: trata-se de uma participação efetiva ou representada, passiva ou ativa, legitimadora ou trans-

formadora dos projetos oficiais? O grau de consenso alcançado não tem fissuras importantes ou elas não são suficientemente visíveis para o cidadão, nem sequer para o estudioso da cidade? Provavelmente estas questões sejam em boa parte irrelevantes para os objetivos das políticas urbanas em curso, mas se trata, sem dúvida, de perguntas centrais para aqueles que reivindicam a necessidade de decodificar estes projetos de renovação urbana.

Ao interpretarmos a produção de imagens e as políticas de *city marketing* como instrumentos de legitimação e coesão social, estamos assinalando a influência da mídia sobre a experiência e a percepção do espaço (Burgess & Golg, 1985). Pensamos que ela exerce um crescente domínio sobre a vida coletiva nas cidades, o que vem impedir o verdadeiro jogo democrático, ou o alargamento dos fóruns de debate acerca dos grandes investimentos que hoje estão transformando a paisagem urbana.

Os meios de comunicação e informação, que, nos casos analisados, têm sido intensamente utilizados como veículos construtores de determinadas leituras da cidade, intervêm decisivamente na criação de valores culturais e de representações sociais que, por sua vez, promovem determinados comportamentos e formas de utilização dos espaços públicos (Sánchez, 1997, p.66-8). Diante do poder persuasivo dos meios, podemos falar da existência de uma colonização da esfera cultural e social, ao criar a ilusão de objetividade, quanto à aceitação de valores culturais, políticos e morais dos grupos dominantes ante os subordinados, assimilados pelos últimos como a ordem “natural” ou o senso comum.

Do nosso ponto de vista, a comunicação social tem sido um dos elementos centrais dos projetos de reestruturação urbana e tem desempenhado um papel fundamental na busca do necessário consenso social ao redor destes projetos hegemônicos, melhorando sua efetividade, especialmente por tratar-se de períodos de mudanças profundas e muito rápidas.

Deste modo, as políticas urbanas contemporâneas utilizam poderosos aparatos de comunicação tanto localmente como em redes internacionais¹³ para conseguirem seus objetivos de revitalização ou, para utilizarmos um termo menos contaminado pelo discurso hegemônico, de reestruturação econômico-espacial. Nesse sentido, apresentar-se como cidades competitivas no mercado mundial de localizações requer, também, dispor de uma apresentação que seja muito atrativa, capaz de transmitir as virtudes do produto oferecido, que, neste caso, é a mesma cidade.

O discurso oficial que acompanha as novas políticas destaca, com ênfase, a vontade de envolver os cidadãos nos projetos de renovação urbana. De fato, criaram para a maioria da população um sentimento de orgulho e de “pertencimento” à cidade, mas esse sentimento gera, mais do que uma participação ativa, uma participação contemplativa da nova cidade. Com efeito, pensamos que a assistência ao espetáculo cria uma ilusão de participação.

No caso de Barcelona, observamos que os cidadãos se sentem partícipes e beneficiados por estas políticas, “não obstante, assistem a um espetáculo de transformações para o qual são convidados em lugar aparentemente preferencial, mas que resulta ser apenas uma parte do cenário” (Benach, 1997, p.432). Em Curitiba, ao discutir esta cidadania representada na cidade-espetáculo, nos referimos aos cidadãos que contemplam a cidade modernizada como os “figurantes de um grande anúncio de *griffe* urbanística” (Sánchez, 1997, p.44).

Efetivamente, muitos investimentos, públicos e privados, concentrados territorial e socialmente, que poderiam gerar conflitos pela distribuição de recursos, são apresentadas

13 A imagem de Curitiba foi transformada de teatro ou “cenário de encontro” (síntese dos anos 70) em espetáculo multimídia nos anos 90, e sua audiência privilegiada não se encontra só entre os habitantes locais, mas no país e no mundo inteiro (Sánchez, 1997, p.43). Os casos de Curitiba e de Barcelona mostram como cada nova realização urbanística converte-se numa ação e numa comunicação simbólicas para o mundo.

como “a longo prazo, bons para todos”. A identificação entre os cidadãos e a “imagem de marca” de sua cidade os têm levado a aceitar com maior facilidade os transtornos ou sacrifícios em sua vida cotidiana, apesar de que em muitos casos seja possível identificar os custos sociais derivados das remodelações urbanas,¹⁴ o que permitiria chegar a caracterizar uma modernização seletiva ou excludente. Por trás da aparente unanimidade em torno aos benefícios da modernização, é possível encontrar expressões reveladoras de outras facetas, como indicam estes trechos:

En Barcelona se han reducido las desigualdades, pero no por un proceso de movilidad ascendiente de las clases populares, sino porque buena parte de éstas está siendo, poco a poco, sustituida o expulsada por quienes tienen mayor poder adquisitivo, Barcelona será cada día una ciudad mas rica porque se debe contar con recursos para vivir en ella, y con una población mas envejecida, ya que los que se tienen que marchar son los jóvenes. (FAVB, 1992)

Durante estos años, la construcción de las grandes infra-estructuras viarias ha aumentado objetivamente la accesibilidad – en coche privado – de la periferia al centro de la ciudad. Desde luego, la atención y rigor para mejorar las condiciones de habitabilidad no han estado a la altura del resto de obras realizadas durante la década pré-olímpica en Barcelona. (Idem, 1992)

De fato, ao lado dos que de uma ou outra maneira se beneficiam dos efeitos da reestruturação urbana e, portanto, estão interessados em promovê-la, há um amplo setor da população que não participa diretamente destes benefícios mas que, entretanto, terá que assumir seus custos. A produção de imagem atua assim como um instrumento de legitimação da reestruturação urbana para aqueles que são indiretamente beneficiados por uma hipotética “gota de azeite” que a longo prazo acabaria por estender a todos o que hoje é bom para alguns. Mais além, já não se trata de criar uma esperança futura, mas sim de mostrar os efeitos positivos imediatos para todos os cidadãos por meio da criação de um sentimento de “pertencimento” a uma cidade que melhora, na qual é um privilégio viver. Assim, por exemplo, a coesão social tem sido reforçada em Barcelona pelo do uso de *slogans* como “*Barcelona ha guanyat*” (Barcelona ganhou!) ou um intraduzível “*Barcelona més que mai*” (Barcelona mais do que nunca), ou para o caso de Curitiba, com a recente chegada de grandes empresas automotoras, os *slogans*: “ganharam todos os paranaenses ... ganha quem faz deste Estado o gigante que é, VOCÊ, paranaense”.

Tem sido possível observar outro recurso que intervém na produção mitificada da imagem das cidades: sua transformação em sujeitos. Nos fragmentos publicitários são as próprias cidades que “falam”: “*Barcelona ha ganado*”, “*Barcelona se pone guapa*”,¹⁵ “Curitiba espera chegar ao próximo milênio como a cidade de melhor qualidade de vida do Brasil”. Este recurso discursivo permite esconder os verdadeiros agentes sociais interessados nos projetos urbanos e contribui para a dissolução de possíveis resistências. Ora, como seria possível manifestar-se contra um sujeito tão grande e tão absoluto como “a cidade”? Ou ainda, as escassas críticas aparecidas, ou aquelas poucas que têm sido visíveis em algum grau, podem ser ouvidas diante de uma realidade que não parece deixar sequer um resquício para a oposição?

Para Randolph & Limonad (1998) as propostas de melhorar as vantagens comparativas de uma cidade continuam presas a uma visão equivocada, pois tratam as cidades como atores com identidade própria ou como entidades autônomas. Como dizem estes autores, “emerge neste final de milênio, uma idéia de um liberalismo de cidades, onde a

14 Falamos, por exemplo, da renovação de bairros que está implicando a expulsão de parte de sua população original, ou do aumento do custo da moradia provocada por processos de repentina revalorização que conduzem a uma transformação substancial da composição social dos habitantes da cidade.

15 “Barcelona ganhou”; “Barcelona se faz bonita”.

responsabilidade dos destinos de uma cidade repousaria em si mesma, vista enquanto ser econômico dotado de uma racionalidade própria”.¹⁶

O notável grau que observamos de identificação do cidadão com sua cidade, que era um dos objetivos explícitos das imagens produzidas, tem como consequência a de evitar qualquer possibilidade de crítica. Ainda mais, pensamos que os recursos de linguagem na comunicação cidadã bem como o peso dos agentes econômicos envolvidos distanciam o cidadão da tarefa de elaboração do futuro coletivo.

De fato, as políticas de comunicação social têm o efeito de produzir na população a sensação de viver num meio privilegiado,¹⁷ o qual, levado a seu limite, tem manifestado em alguns momentos um sentimento ufanista dos cidadãos com sua cidade. Como mostra Harvey (1989, p.14), a produção orquestrada da imagem urbana cria um sentimento de solidariedade social, sentido cívico e lealdade para com o lugar, mas também implica um conjunto de poderosos mecanismos de controle social.

Esta hábil engenharia do consenso, tão cara às políticas urbanas de fins de século, está também presente nos planos estratégicos de cidade. Com efeito, dentre os fatores apresentados para explicar o êxito dos planos em algumas cidades, Borja (1996, p.84) destaca: “acordo entre atores urbanos, públicos e privados” e “vontade conjunta e consenso entre os cidadãos para que a cidade desse um salto, tanto do ponto de vista físico como do econômico, social e cultural”.

O chamado “patriotismo de cidade”, considerado como “o elemento chave para o estabelecimento de bases permanentes de cooperação público-privado, para a difusão do pensamento estratégico entre os agentes econômicos e sociais da cidade” é interpretado por nós como um mecanismo autoritário e verticalista de construção do sentido de “pertencimento” ao lugar, já que, neste caso, cabe ao poder local inculcar no povo o patriotismo.

Concordamos com Vainer (1998, p.40) quando se refere aos planos como “uma tecnologia, como outras, de produção de *marketing* urbano, de instalação de mecanismos de legitimação e coesão artificial ... de geração de uma unidade por cima das diferenças”. Ora, ele diz, “do nosso ponto de vista democrático a cidade se caracteriza pela diversidade, e não pela unicidade”.

É necessário ressaltar, entretanto, que o aumento da atratividade da cidade, objetivo perseguido pela imagem de “renascimento urbano” sobre os mercados exteriores, atua, sobretudo, com a idéia de qualidade de vida, reforçada pela imagem de consenso social que proporciona a legitimação do projeto hegemônico para a população em geral.

Esta idéia do consenso cidadão ou, em outras palavras, da sustentabilidade social do projeto, não tem apenas a função de ser um cimento social indispensável em nível local. Passa a ser também, no mercado externo, um elemento de medida da capacidade de atuação e do grau de confiança que merecem as elites locais para viabilizar futuros investimentos, ou seja, um elemento mais de atratividade locacional. Nesse sentido, a mídia incide, especialmente, mediante notícias de otimismo econômico, de harmonia social, de qualidade ambiental e de cooperação governamental com a iniciativa privada, sugerindo um entorno propício para os investimentos:

Curitiba dá boas vindas à Renault. E aproveita para sinalizar: quando o país caminha na direção certa, a confiança vem em velocidade acelerada. (*Folha de S. Paulo*, 29.3.1996)

A necessidade de transmitir a existência de uma atmosfera propícia aos negócios fica bem explícita em Barcelona onde o município publica uma revista, em catalão, espa-

16 A idéia de cidades como protagonistas, como atores políticos e econômicos, está presente, por exemplo em Borja, 1996, p.82.

17 Em algumas ocasiões, de forma insolitamente explícita como num vídeo de promoção das transformações de Barcelona protagonizado por um casal de namorados – ela, barcelonesa e ele, estrangeiro – depois de percorrer as realizações urbanas de Barcelona, exclama: “Do you realize how lucky you are to live in Barcelona?” (Pomés, *Barcelona, una passió*, 1992). No caso de Curitiba, mais anedóticas e reveladoramente ufanistas são, por exemplo, as atitudes observadas em jovens curitibanos que retornam à cidade vindos de outros lugares do Brasil e beijam o solo ao desembarcarem em Curitiba.

nhol e inglês, dirigida ao mundo empresarial internacional, com o significativo nome de *Barcelona, Buenas Noticias*, com a finalidade de dar conhecimento de fatos econômicos exclusivamente positivos tais como empresas estrangeiras que investem em Barcelona, empresas barcelonesas que se implantam no exterior, novas infra-estruturas logísticas, melhorias urbanísticas ou resultados do ano turístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Hablamos de la soberanía de la participación. La ciudad exige una cierta polémica y un necesario debate. Ojalá esta ciudad recuperara la capacidad de autpensarse sin dejar esta tarea en las exclusivas manos del príncipe y del arquitecto.”

Manuel Vázquez Montalbán (escritor catalão)

A análise até aqui apresentada pretendeu mostrar o alcance e o papel estratégico dos novos instrumentos próprios das políticas urbanas de fins de século, que buscam facilitar ou estimular os processos de reestruturação urbana. A proposta de nossa pesquisa tem sido a de analisar o substrato das novas formas de planejamento, o marco geral que abre o leque das novas políticas, que, como procuramos evidenciar, são apoiadas, em boa parte, no desenho, produção e utilização de imagens, para conseguir seus objetivos.

Nossa contribuição pretende decodificar parte da linguagem utilizada nos novos instrumentos e imagens, para entender as mensagens implícitas, as entrelinhas. Ao menos pretendemos chamar a atenção acerca da necessidade de utilizarmos criticamente esses instrumentos e imagens que se encontram em circulação, e aos quais cotidianamente nos vemos expostos, pois, protegidos sob a cultura do senso comum, é impossível compreendermos, de forma crítica e independente, as profundas transformações das cidades.

Se as políticas urbanas emergentes, por meio da articulação renovada de grupos dominantes no lugar, parecem contribuir para o movimento de ajuste das cidades à globalização da economia como espaços submetidos a uma lógica da competição e da gestão empresarial, devemos, mais do que nunca, recuperar a discussão das cidades como espaços políticos e, diante da fragmentação, resgatarmos formas comunicativas plurais identificadas com novas solidariedades regionais.

Ao procurarmos construir um discurso crítico, descolado dos discursos oficiais e dos modismos que tão facilmente atingem o âmbito acadêmico, optamos pela decomposição do discurso hegemônico das novas políticas, para deixarmos mais evidente precisamente isto: seu caráter hegemônico (que não é o mesmo, claro está, que único). Parece-nos importante trazer ao debate como se constroem os mecanismos que pretendem legitimar as novas políticas urbanas para entendermos que tipo de projeto político e de reestruturação urbana estão em curso. E, também, importa-nos sempre resgatar alternativas de resistência e expressão cidadã que tenham raízes profundas no lugar. Decifrar a base cultural e política dos novos instrumentos de reestruturação urbana e das novas modalidades de gestão parece-nos essencial para a concepção de diversos cenários de futuro, que ampliem as exigências da sociedade e garantam sua presença ativa na condução dos destinos das cidades.

Fernanda Sánchez é arquiteta, mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e doutoranda em Geografia Humana na USP, como bolsista da Capes.
E-mail: fsanchez@usp.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESSANDRI C. A. F. *O lugar noldo mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ASHWORTH, G.; VOOGD, H. *Selling the City*. Marketing Approaches in Public Sector of Urban Planning. London and New York: Belhaven Press, 1991.
- BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BENACH, N. *Ciutat i producció d'imatge*: Barcelona 1979-1992. Tesis Doctoral – Departamento de Geografia Humana, Universitat de Barcelona, 1997.
- BENACH, N., SÁNCHEZ, F. “Políticas urbanas y producción de imágenes de la ciudad contemporánea”. In: Seminário Internacional Ciudad y Comunicación, *Anais ...* Equador: Flacso, set. 1998.
- BURGESS, J., GOLD, J. R. *Geography, the Media & Popular Culture*. London: Croom Helm, 1985.
- BORJA, J. “As cidades e o planejamento estratégico. Uma reflexão europeia e latino-americana”. In: FISCHER, T. (Org). *Gestão contemporânea*. Cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- COMPANS, R. “A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e urbanismo de resultados”. In: VII Encontro Nacional da ANPUR, 1997. *Anais...* Recife: s.n., 1997. p.1721-34.
- COOKE, P. “Modern Urban Theory in Question”. *Transactions Institute of British Geographers* N.S.(15), p.331-43, 1990.
- FAVB – Federación de las Asociaciones de Vecinos de Barcelona. “La Barcelona de Maragall”, n. 10-11, nov.-dic., 1992.
- GÓMEZ, M. V. “Reflective Images: the Case of Urban Regeneration in Glasgow and Bilbao”. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, 22 (1), p.106-21, 1998.
- GÜELL, J. M. F. *Planificación estratégica de ciudades*. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.
- HARVEY, D. “From Managerialism to Entrepreneurialism: the Transformation in Urban Governance in Late Capitalism”. *Geografiska Annaler*, 71B(1), p.3-17, 1989.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- KEARNS, G., PHILO, C. *Selling Places*. The City as Cultural Capital, Past and Present. Oxford: Pergamon Press, 1993.
- LIMONAD, E., RANDOLPH, R. “*Digital Cities, Telecities*, Cidades em Redes, rumo a uma nova cooperação urbana?” In: Seminario Internacional Ciudades Enredadas. Quilmes, Argentina, dez. 1998.
- OLIVEIRA, D. *A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba*. 1995. Tese (Doutorado) – IFCH, Universidade de Campinas.
- RIBEIRO, A. C. T. “Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e de São Paulo”. *Cidade e Imaginação*, Prourb/UFRJ, 1994.
- SÁNCHEZ, F. *Cidade-espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. Hucitec, 1996a.
- _____. *Técnica, espaço, tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1996b.

- SANTOS, M. Palestra proferida no IPPUR/UFRJ promovida pelo Laboratório de Conjuntura Social, Tecnologia e Território, 16 de outubro de 1998.
- SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- VAINER, C. B. "Avaliação do Plano Estratégico do Rio de Janeiro". In: FELDMAN, S., KAYANO, J. *Avaliação de experiências de planejamento estratégico de cidades*. São Paulo: Instituto Pólis, 1998.
- _____. "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano". In: VIII Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, 1999. *Anais...* Porto Alegre, 1999.
- VAZQUEZ MONTALBAN, M. "La paraula lliure a la ciutat lliure". Barcelona, *Metropolis Mediterrània* (13), p.130-1, 1989.
- II PLAN ESTRATÉGICO ECONÓMICO Y SOCIAL BARCELONA 2000, Ajuntament de Barcelona, 1994.

A B S T R A C T *This article discusses the changes in urban policies by the end of the century based on the centrality of actions aiming at the city promotion. In this way, city marketing, strategic planning and spectacle urbanism appear to be important instruments of the so called "new urban planning", which tries to rescue its legitimacy in relation to public intervention in the city. In this context, image production has an important role concerning the formulation of urban and economic strategies oriented, mostly, to the internationalization of the city, but also conceived to obtain remarkable internal effects, particularly in the sense of creating a large social adhesion to a certain model of city administration. So, the study focuses the new ways of realization of the political scenery of urban planning and managing.*

K E Y W O R D S *Image-making; strategic planning; emergent models.*

SEGREGAÇÃO DINÂMICA URBANA:

MODELAGEM E MENSURAÇÃO

VINICIUS DE MORAES NETTO
ROMULO KRAFTA

R E S U M O *A presente pesquisa oferece uma abordagem alternativa para a visão da segregação como processo de afastamento entre classes sociais pela produção de zonas de habitação segregadas. As rotinas sociais, formadas pela montagem dos percursos e atividades típicas das classes em função de diferentes lógicas e padrões de apropriação, estruturam redes sociais distintas dentro de um mesmo sistema urbano. A segregação assim é observada na incompatibilidade ou pouca sobreposição das redes sociais constituídas pelas ações dos indivíduos sobre o espaço urbano, conformando-se como fenômeno dinâmico. Esta visão da segregação não como áreas segregadas mas como ação e apropriação dos espaços da cidade possibilita mensurar quanto há de segregação em uma cidade. O modelo mostra a dinâmica das classes sobre o espaço urbano, e o conseqüente panorama da segregação social, visualizado na sobreposição das redes (como um mapa dinâmico da segregação), resultando na propriedade do Nível de Segregação Urbana.**

PALAVRAS-CHAVE *Segregação social; redes sociais; dinâmica das classes; modelagem.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz os aspectos operacionais referentes à forma como seria possível abordar de maneira analiticamente mais precisa e descritivamente mais ampla o fenômeno da segregação social. Descrições mais acuradas da base conceitual e outras considerações que complementam aquelas aqui desenvolvidas estão tratadas em outro trabalho.¹

BREVE CRÍTICA DAS ABORDAGENS USUAIS DA SEGREGAÇÃO

A base conceitual da idéia de segregação dinâmica está na possibilidade e na necessidade de superar as usuais abordagens teóricas e respectivas medições, que de fato parecem dizer pouco sobre o fenômeno da segregação social. Visto que consistem de visões *estáticas* referentes a áreas relativamente homogêneas de habitação e atividade, não parecem ter poder descritivo suficiente para servir de instrumento para informar sobre o *nível de contato entre os indivíduos do sistema urbano*, considerando que as pessoas usualmente se deslocam sobre toda a estrutura urbana. Os zoneamentos definidos nesta abordagem, ainda que sejam úteis como elemento de demonstração das desigualdades socioespaciais, aparentemente têm pouca extensão para gerar políticas urbanas de aproximação de classes, por não captar analiticamente os componentes das dinâmicas sociais que geram as demandas de movimento e contato potencial, não demonstrando a mecânica sistêmica que envolve seus componentes, que de fato instalam o problema. As medidas de índice de *clustering* (grau de

* Trabalho selecionado da sessão temática 3 – “Forma urbana: que maneiras de compreensão e representação?”

¹ “Retrato dinâmico da segregação urbana: lógicas de apropriação para uma mecânica da segregação”, apresentado no mesmo Encontro, na sessão temática 6.

homogeneidade e forma da área segregada) são importantes sob alguns aspectos, como o de prever possibilidades de crescimento destas zonas – como nas técnicas de *celular autômata* –, sendo representativas das diferenças de localização das classes. Entretanto, apresentam-se limitadas como índices da repercussão da segregação na dinâmica social de uma cidade.

REPRESENTAÇÃO DO PANORAMA SOCIAL URBANO E DAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DAS CLASSES

A representação dos processos de relacionamento dinâmico entre as atividades sociais e o plano físico disposto no território, assim como o relacionamento entre os elementos físicos em si, pode ser obtido pelo conceito de *centralidade* (Krafta, 1997). A centralidade é uma propriedade morfológica referente à atratividade entre “matéria urbana”, isto é, a relação entre as formas construídas (arquiteturas) de um sistema urbano. As formas construídas apresentam tensão entre si por consistirem locais de atividade ou de conteúdo social. O processo de interação espacial entre as formas construídas envolve a interação de todas as formas construídas entre si, como uma combinação de pares ligados pelos espaços públicos da cidade. A centralidade como propriedade morfológica é a propriedade dos espaços públicos de estarem posicionados como menor caminho entre todos os conjuntos de pares de formas construídas do sistema urbano, e se relaciona ao grau de interação ou *tensão* de cada forma construída com todas as demais. A tensão entre duas formas construídas é distribuída entre os trechos de espaços públicos (ou linhas axiais – decomposição do comprimento da rua no maior número possível de retas interligadas, representando as inflexões do traçado da rua que fazem parte das rotas possíveis entre formas construídas). Assim, os menores caminhos assumirão valores de tensão mais elevados que caminhos mais longos, sendo definidos como espaços mais *centrais* entre o conjunto de pares. A tensão total de cada espaço axial é o somatório de todas as parcelas de tensão alocadas a ele na relação entre as formas construídas (Krafta, 1997). O sistema de interação entre as variáveis morfológicas de um dado conjunto corresponde ao *sistema de atividades* urbano. Essa abordagem analítica da estrutura urbana toma cada arquitetura como local de atividade ou *atrator*.

A cidade como estrutura de viabilização de atividades de diversas naturezas pode ser representada por um sistema de locais de origem (habitações) e os locais que amparam as atividades (atratores). A diferenciação dos pontos de origem ou de destino – corresponde à lógica de relação entre formas construídas como pontos de oferta e de demanda de serviços ou bens de alguma natureza. Assim, o conjunto total de formas construídas de uma cidade é inicialmente dividido em dois subconjuntos. Entre os elementos do conjunto oferta-demanda ocorre a tensão de interação espacial potencial, descrita na alcançabilidade dos menores caminhos possíveis (Krafta, 1996). A formação de pares é orientada para descrever de forma mais acurada o sistema de atividades da cidade, como um sistema de *atratividade* entre locais de demanda e oferta de facilidades urbanas.

A divisão do conjunto de formas construídas em pontos origem-destino coloca a possibilidade de assumir a tensão configuracional original da centralidade como uma analogia ou aproximação à idéia de *fluxo social*, considerando que os atratores demandam certo nível de movimento entre si e os pontos de origem. A relação de tensão entre pontos é relativamente análoga ao caráter de fluxo “potencial”, porque a tensão consiste na *possibilidade de alcance* entre cada local de habitação para todos os locais de atividade, e de ca-

da local de atividade para todos os locais de habitação, condicionado pela lógica dos menores caminhos possíveis.

Entretanto, para a analogia ganhar precisão, a representação do fluxo deve possuir outros componentes observáveis no fenômeno real além da alcançabilidade e localização topológica: um local de atividade tem eventualmente maior atratividade que outros sobre um conjunto de pontos de origem, devido a seu porte e a natureza das atividades desenvolvidas. A maior carga de um atrator em relação à concorrência e à sua área de influência provoca alterações e heterogeneidades no conjunto de interações possíveis entre formas construídas. A segunda característica se relaciona à composição de pares *temporariamente fechados* de habitação e atividade, isto é, relações exclusivas entre certos locais de habitação e determinados locais de atividade ao dia (variável conforme a classe, como veremos a seguir). Consideraremos aqui apenas a primeira característica referente à carga de cada atrator como função do número de pessoas que o utilizam por dia; a característica da interação seletiva ou “casamento” de pares exige formas distintas de modelagem das utilizações neste trabalho, e será objeto para considerações futuras.

Na compreensão da dinâmica das atividades e do modo como esta se insere no processo produtivo da sociedade, a cidade pode ser imaginada como um organismo onde, sobre uma base física que viabiliza fluxos e deslocamentos de pessoas e produtos de consumo, os indivíduos deste *sistema* vêm e vão, executam tarefas, utilizam lugares para sua interação e convívio, para consumo de bens etc. A cidade é a base viabilizadora desta multiplicidade de ações. Numa tradução sistêmica, cada ação individual está inserida no processo de produção, que altera virtualmente todo o sistema. Assim, o produto que um indivíduo consome é manufaturado em um local que demanda a mão-de-obra de outros indivíduos, os quais viabilizam suas atividades pela renda obtida, permitindo seu próprio consumo em outros locais de venda, e assim sucessivamente – um processo de elevada complexidade que se entrelaça em diversas escalas, materializado no próprio giro da moeda no mercado de produção e consumo. A ação do indivíduo, sendo sistêmica, está amarrada a todas as demais; sua ação pode envolver qualquer uma das áreas da produção, interferindo como subproduto indireto em outros processos individuais. Esse emaranhado de ações dos indivíduos na cidade, entretanto, pode ser compreendido pelas representações que preservem, ainda que de forma análoga, a lógica complexa da quantidade de elementos envolvidos e das relações processuais entre eles. Compreender o panorama social significa apreender essa complexidade sistêmica a ponto de podermos representá-la, e confrontar essas representações teóricas com o fenômeno. Tal quadro social pode ser simplificado como um conjunto de atividades desenvolvidas em diversos locais da cidade, os quais demandam a movimentação de indivíduos de seus locais de habitação. As atividades e movimentações intra-urbanas consistem uma substancial parte da dinâmica social de uma cidade, se considerarmos que todos esses locais são utilizados para o desenvolvimento das relações sociais, envolvendo níveis específicos de contato e de interação em cada um deles, que são basicamente:

- 1 *locais de consumo de bens e serviços urbanos*: envolvem a utilização de equipamentos de comércio e serviços diversos;
- 2 *locais de trabalho*: envolvem a utilização de equipamentos de produção de bens e serviços, incluindo os referidos anteriormente;
- 3 *locais utilizados como distribuidores de fluxo social*, como paradas de ônibus, terminais rodoviários, estações de metrô, aeroportos etc., sob o ponto de vista do usuário.

DINÂMICA DAS ATIVIDADES SOCIAIS – DESCRIÇÃO DAS ROTINAS

As lógicas de fluxo na cidade se relacionam principalmente às possibilidades de menor caminho entre dois pontos mediante diferentes formas de transporte. As movimentações típicas se referem a certos exemplos de movimentação entre o conjunto de locais de atividade e os de habitação. Nesse sentido tende a haver sempre um grau de funcionalidade na dinâmica de fluxos e atividades às quais o cidadão está envolvido. Em princípio pode-se considerar a movimentação das pessoas na cidade segundo padrões: deslocamentos entre o local de habitação e o de trabalho, consumo, lazer, ou ainda de distribuição – e os movimentos resultantes das combinações destes locais. Essas categorias devem enquadrar qualquer atividade.

DESLOCAMENTOS FUNCIONAIS TÍPICOS DAS CLASSES SOCIAIS

Os objetivos de deslocamentos são semelhantes para as diferentes categorias sociais. Tanto o indivíduo de extrato de renda baixa (BR) quanto os de extratos de renda média e alta (MR/AR) desenvolvem roteiros casa-trabalho. Nas classes MR/AR existe a possibilidade de desempenhar o trabalho no próprio local de habitação, enquanto o trabalho para o indivíduo de BR tende a ser fixo à estrutura de produção (por geralmente envolver trabalho físico). *Grosso modo*, podemos considerar a estrutura “habitação/trajeto/local de trabalho” independente do grau de fragmentação do percurso. A principal diferenciação para categorias sociais distintas está no maior número de lugares que o indivíduo de MR/AR pode utilizar no mesmo período de tempo que o indivíduo de BR, em razão de suas facilidades de deslocamento e de consumo. As rotinas de lazer das classes de MR/AR envolvem uma gama de locais provavelmente maior que para a classe de BR; daí a importância e demanda do uso do automóvel para deslocamentos entre pontos.

ROTINAS DE USO DO ESPAÇO URBANO

As atividades e deslocamentos diários dependem da fixação das faixas de tempo e do número de atividades de consumo conformadas para o tempo disponível do dia. Tanto as atividades de produção quanto as de consumo tendem a se realizar em faixas de tempo relativamente delimitadas. A rotina observável consiste, *grosso modo*, atividades voltadas para o trabalho, acompanhamento dos filhos e suprimento, no período de segunda a sexta-feira; e atividades de lazer, no fim de semana. Mesmo relativamente flexível e variado, este parece o molde mais freqüente.

LÓGICAS DAS FORMAS DA APROPRIAÇÃO

Análise dos espaços axiais (trechos retilíneos de espaço público) percorridos:

A *Deslocamentos veiculares típicos das classes de MR/AR*: Longas movimentações típicas de MR/AR podem utilizar em tese todas as ruas da cidade. Os usos mais freqüentes se relacionam à posição relativa dos diversos locais de atividade que compõem as rotinas diária, semanal, mensal e demais movimentações que escapam a padrões de repetição. A flexibilidade de movimentação e o alto número de atividades desempenhadas ao dia, semana etc. amplifica as possibilidades de disposição do tecido urbano. Os deslocamentos veiculares tendem a ser complexos, envolvendo uma quantidade relativamente alta de espaços axiais urbanos (de certa maneira análogo a um trajeto de pedestre). Diferente do percurso pelo transporte coletivo, as distâncias percorridas pelo veículo

individual não se dão basicamente numa única via principal, devido à possibilidade de combinações e de formação de trajetos pessoais. O uso do automóvel permite relativa economia de tempo, e, sem a obrigatoriedade dos longos trajetos por uma linha, o percurso até o destino tende a ser mais fluído, aumentando as possibilidades de deslocamento sobre a trama urbana.

B Deslocamento pedestre das classes de MR/AR: tendem a ser limitadas a raios curtos em relação à residência; a dependência (e, por conseqüência, o uso) dos espaços abertos como pedestre tende a ser menos freqüente que o das classes de média e alta renda. As atividades e os cenários da interação social para as classes de MR/AR não dependem de proximidade espacial, em virtude do uso do automóvel, sendo escolhidos sobre amplas áreas do tecido urbano e incorporados na rotina de movimentação e uso dos espaços da cidade.

C Deslocamentos veiculares das classes de BR: tenderão a se limitar aos espaços percorridos pelas linhas de transporte coletivo disponível, que consiste uma espécie de segunda malha de apropriação com os acessos à malha de espaços públicos efetivados por meio de paradas de ônibus, sob forma de acesso pedestre. Atividades de trabalho e passeio eventual ocorrerão segundo essas possibilidades. O *percurso da rota de transporte coletivo* é um trajeto linear predeterminado e fixo pelas rotas do transporte coletivo. Grande parte dos trajetos se dão nas vias principais de distribuição. A configuração do trajeto tende a ser linear. As trajetórias são fixadas e os espaços percorridos estão limitados basicamente às linhas principais e trechos iniciais e finais de trajetos específicos do bairro. O trajeto tende a ser o mais direto possível (por economia de consumo de combustível, desgaste de equipamento, tempo da viagem, relação viagem/número de passageiros etc.). A apropriação dos espaços urbanos com a variação e combinação de linhas segue restrita às vias de transporte. A quantidade de espaços percorridos é limitada a esses espaços, variáveis no limite do tempo/dia gasto para deslocamento e em função da composição de trajetos radiais. O percurso dos espaços urbanos é dependente da existência dos trajetos de transporte coletivo que superem as distâncias entre local de moradia e de trabalho, e do cobrimento da rede de transporte à malha urbana. É freqüente que se localizem entre as vias principais de acesso intra-urbano áreas habitacionais menos servidas por transporte coletivo de acesso possivelmente mais dificultado sem o uso do automóvel.

D Deslocamentos pedestres das classes de BR: o movimento pedestre será freqüentemente restringido pelas grandes distâncias urbanas típicas das metrópoles, contendo-se assim a raios relativamente curtos de poucos quarteirões em torno do local de habitação. Atividades de consumo, lazer, contato e interação social tenderão a ocorrer na área limitada usualmente por essas características. O raio de caminhada em todas as direções a partir do ponto de tomada de ônibus não excede normalmente poucas quadras (devido à cobertura das linhas de ônibus nos bairros). Estes deslocamentos pedestres consistem de trechos de espaços axiais (trechos de ruas) relativamente fragmentados. Esse caminho de fragmentos axiais dos espaços do bairro são montados individualmente, da habitação até o local do transporte. *Grosso modo*, um número maior de encontros entre pessoas tende a ocorrer quanto mais próximo à parada.



Figura 1: Esquema da movimentação típica entre local de habitação e atividade no centro da cidade de indivíduos dos extratos de baixa renda (traço escuro) e de média e alta renda (traço claro).

AS REDES SOCIAIS E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

As redes sociais consistem o entrelaçamento das rotinas dos indivíduos de uma dada classe mediante sua compatibilidade de renda e, conseqüentemente, atividades, situações sociais e formas de movimentação dentro da cidade. Estas redes materializam-se geograficamente, isto é, se dispõem sobre o espaço urbano no desempenho de suas rotinas, interações, encontros etc. Assim, as redes sociais atuam na cidade sob forma de *redes geográficas de apropriação* de seus espaços, que contêm as limitações impostas pela estrutura urbana na movimentação e realização de atividades, e, conseqüentemente, nas possibilidades de interação entre os indivíduos. A atuação simultânea das redes sociais como redes geográficas compõe o sistema social de uma cidade; ou seja, o complexo quadro social urbano pode ser decomposto, segundo critérios de rotinização e padrões de apropriação do espaço urbano, em redes sociais distintas, geograficamente visualizáveis.

SIMPLIFICAÇÃO DO QUADRO SOCIAL URBANO: MACROATRADORES

O quadro social de uma cidade poderá ser suficientemente descrito mesmo sem considerar a presença de todos os atratores do sistema urbano, como o pequeno comércio de uso local com baixa demanda de fluxo. O panorama de fluxos sociais sobre a macroestrutura urbana, usualmente não captados pelas abordagens usuais sobre segregação, é condicionado substancialmente pelos macroatratores, ou seja, atratores estruturadores das movimentações sociais. Em outras palavras, poucos equipamentos urbanos estruturam as rotinas sociais de grande parte da população, como cenários para suas atividades de trabalho, consumo, lazer etc. Esses equipamentos urbanos, por serem responsáveis por essa estruturação de fluxos – como atratores/distribuidores (paradas de ônibus) ou como grandes equipamentos utilizados por largas partes da população (universidades, *shopping centers*, praças etc.) –, parecem capazes de descrever com razoável representatividade as rotinas de movimentação e atividade das populações.

Os macroatratores demandam fluxo de pessoas de classes distintas para desempenhar as funções referentes à estrutura de posições de trabalho e ao consumo. Dessa forma, classificar atratores por público-alvo é um elemento importante na consideração de um modelo de movimentação social que capte e demonstre as diferenças de movimentação e rotinas entre as populações das classes sociais.

MODELAGEM DA ATRATIVIDADE PARA O CENÁRIO DE MOVIMENTAÇÃO SOCIAL

O modelo consiste, conforme visto, uma aproximação ao panorama de fluxos entre os pontos de origem, de destino e distribuição de uma cidade. Descrito o par Origem–Destino (O–D), que compõe as redes de apropriação dos vários extratos sociais, o modelo aloca a carga de movimento (atratividade) demandada por cada macroatrator sobre a estrutura de espaços públicos. A tensão inicial de centralidade distribuída para os trechos dos caminhos possíveis entre cada par O–D (Krafta, 1996) desse modo ganha o “reforço” da influência do macroatrator no cenário de movimentação, definido pela quantidade de pessoas a utilizá-lo como parâmetro de demanda de fluxo. Cada macroatrator considerado é introduzido no processo de modelagem com um “peso” referente à sua capacidade de gerar demanda de fluxo. O peso é simplesmente o dado do número médio de pessoas ao dia a utilizar o ponto como local de atividade. Ao considerar o conceito de macroatrator, esse dado não requer o levantamento de uma massa grande de dados – trata-se de atratores estruturais das rotinas sociais, presentes em um número relativamente pequeno face o grande número de pontos do sistema.

No modelo de centralidade, o peso de atratividade *tensiona* o sistema, atribuindo a cada espaço público um valor específico referente ao seu papel na distribuição geral de fluxos. Atratores de capacidade variada distorcerão mais ou menos o sistema, gerando distribuição diferenciada de valores de centralidade a diferentes trechos de espaço público. Assim, grandes atratores, como *shopping centers*, carregarão consideravelmente a estrutura viária e os pontos de origem próximos a eles. Cada atrator relaciona-se a todas as origens, e cada origem a todos os atratores. Uma maior carga de um atrator em relação aos demais provoca alterações e heterogeneidades no conjunto de interações possíveis entre formas construídas. O quadro final dessas influências de atratividade termina por ser bastante complexo, cada ponto interfere sobre o panorama geral – atendendo aos princípios teóricos da noção de sistema.

A atratividade de um macroatrator representa seu nível de influência sobre os pontos de origem, e portanto pode servir como relação para chegarmos à noção de carregamento de fluxo no caminho entre eles. A atratividade é tratada como medida de quantidade de pessoas a usar o atrator e, conseqüentemente, simular os fluxos.

A co-presença de classes é considerada pela atração exercida pelo local de atividade como uma aproximação de sua importância no contexto urbano real. Assim, a atratividade é considerada tanto para a categoria/classe de consumidores quanto para a categoria/classe de trabalhadores a utilizar o atrator. Dessa forma, cada atrator é considerado como local de contato potencial entre indivíduos de classes distintas.

REDES DE MOVIMENTAÇÃO DAS CLASSES EM RELAÇÃO ÀS FORMAS DE DESLOCAMENTO

O posicionamento dos macroatratores de transporte público, de consumo e de trabalho, definidos por classe e atratividade e atrelados à malha de espaços públicos da cidade, gera as *redes de movimentação segregadas* mediante sua alcançabilidade aos locais de habitação.

REDES DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOVIMENTO PEDESTRE PARA CLASSES DE BAIXA RENDA

A rede de transporte é modelada como uma segunda rede de movimentação intra-urbana, de forma a ser selecionada e utilizada para deslocamentos longos entre pontos de origem e destino diante da possibilidade de deslocamentos pedestres.

A demanda de fluxo gerado por um macroatrator é condicionada pela sua posição em relação à trama de transporte coletivo, responsável pela parte mais significativa dos acessos intraurbanos para populações de baixa renda. O acesso destas populações aos locais de atividade serão modelados com os mesmos critérios da cidade real: locais próximos à habitação podem ser alcançados a pé; locais mais facilmente acessados pelas linhas de transporte serão capturados pelas paradas ou estações (atratores de distribuição de fluxos de pessoas) inseridas no modelo, utilizando os trajetos e composição de linhas mais curtos entre pontos de origem-destino, com o uso das paradas ou estações mais próximas ao destino.

O modelo efetua pares entre cada habitação e atividade definidas como de baixa renda. Em seguida, testa possibilidades de menores caminhos tanto para a trama de espaços públicos utilizadas na rede de movimento pedestre quanto para a rede de transporte coletivo. A distância topológica (número de trechos de rua ou espaços axiais) entre o local de origem e o macroatrator de atividade para ambas as redes é comparada. Assim, para locais distantes, a tendência de uso da rede de transporte público é maior. A relação entre a rede de trajetos do transporte público e os locais de origem e destino se dá das seguintes formas:

- 1 localiza os caminhos mais curtos para movimento pedestre entre local de habitação e de atividade na trama de espaços públicos; contagem do número de trechos de rua percorridos;
- 2 localiza os caminhos mais curtos até atrator/parada de ônibus; localiza o caminho mais curto possível na rede de transporte coletivo; seleciona atrator/parada com o caminho mais curto para o local de destino; conta número de trechos de rua percorridos;
- 3 escolhe o menor trajeto entre o movimento pedestre e por veículo público; efetua o par origem-destino.

Na consideração da formação de pares entre todos os pontos de origem e de destino para o padrão de movimento típico das populações de baixa renda, a simulação dos movimentos entre pares leva em conta a área coberta por cada parada de ônibus ou estação de metrô por movimento pedestre – o raio de abrangência de cada parada/estação. O raio de abrangência será limitado a um número específico de passos topológicos, de forma análoga à área de influência destes atratores/distribuidores na cidade. Portanto, o potencial alcance entre dois pontos classificados como de baixa renda ficará limitado aos pontos cobertos pelas paradas/estações que compõem a rede de movimentação de transporte coletivo.

A modelagem contempla as possibilidades de movimento tanto pedestre quanto veicular, e faz a “decisão” entre uma e outra, conforme um critério de facilidade e otimização de percurso. O conjunto de espaços públicos cobertos pela trama de transporte público consiste uma representação aproximada do cenário urbano real de apropriação potencial de espaços para indivíduos de baixa renda. Nesse sentido, a fricção de tempo, o custo da viagem e o número de atividades desempenhadas em função da renda não permitem assumir esse cenário como plenamente disponível ao indivíduo isoladamente, mas como um panorama de apropriação possível ao grupo social como um todo.

REDE DE TRANSPORTE VEICULAR E MOVIMENTO PEDESTRE DAS CLASSES DE MR/AR

A movimentação veicular privada goza, *grosso modo*, da mesma flexibilidade de movimento pedestre, com a vantagem de romper com a fricção imposta pela distância. A rede considerada na representação dos trajetos entre locais de atividade e habitação é a trama de espaços públicos.

A trama pedestre, analogamente à veicular, ocorre sobre todos os espaços públicos. Entretanto, o percurso entre locais de atividade e habitação por meio de movimento pedestre será tratada com um limite de raio de alcance à semelhança à fricção que distância impõe ao movimento pedestre. Assim, a efetivação de pares habitação-atividades distantes entre si utilizará preferencialmente a malha de transporte veicular privado.

SEGREGAÇÃO SOCIAL E O GRAU DE SOBREPOSIÇÃO DAS REDES DE APROPRIAÇÃO

As redes de movimentação devem ser sobrepostas com o objetivo de demonstrar simultaneamente o panorama de apropriações sociais por classes distintas. A representação das rotas de movimentação dos locais de habitação e atividade descritas pelas classes permite visualizar o uso dos espaços pelas redes das classes consideradas como um “mapa dinâmico”, no qual os movimentos e atividades assumem uma representação gráfica como linhas e pontos. A sobreposição de redes distintas sobre o mesmo trecho de espaço público indica que aquele espaço apresenta co-presença de classes diferentes, representando locais urbanos com contato visual entre indivíduos socialmente diferentes. A co-presença se torna contato potencial apenas quando há sobreposição de redes pedestres de diferentes classes, sendo espaços mais valorizados sob o ponto de vista da necessidade de interação de classes. Espaços axiais que se apresentarem vinculados a uma única rede podem ser considerados espaços segregados.



Figura 2: Esquema da representação analógica da ação das redes no tempo e no espaço urbano: as redes sociais atuam dentro das redes geográficas. Os pontos equivalem aos locais de atividades, e as linhas, aos espaços públicos utilizados pelas redes sociais.

A graduação de segregação dos espaços pode ser modelada com base nos valores de atratividade de cada rede acumulada em cada trecho axial. Essa graduação pode ser do zero (com a presença de uma única rede no espaço axial) ao equilíbrio de co-presença e apropriação dos espaços, quando estes são pluralmente ocupados pelas classes. Esse raciocínio é análogo para a questão dos locais de atividade. Dessa forma, uma cidade bastante segregada, com grande ausência de contatos entre classes sociais, apresentará pequeno número de trechos de rua e/ou locais de atividade sobrepostos, com pouca ou nenhuma presença de uma classe nos espaços ocupados de forma predominante por outra – como podemos ver com frequência em nossas ruas. Cidades onde exista alto grau de contato entre

classes tenderão a apresentar considerável número de ruas e/ou locais de atividades de uso, apresentando redes dinâmicas de classe bastante sobrepostas e compatíveis em relação aos locais de atividade e aos espaços das ruas. Não há uma correlação perfeita entre quantidade de atratores segregados e trechos axiais, já que mesmo havendo co-presença de classes em todos os atratores de uma cidade, o uso dos espaços axiais pode apresentar áreas segregadas devido às diferentes formas de transporte relacionadas aos caminhos que tendem a ser percorridos como movimento natural (Hillier et al., 1993) na estrutura configuracional urbana partindo da posição dos pontos de habitação das respectivas classes. Assim, atratores e trechos axiais são considerados conjuntamente, porém preservados como entidades, pelo papel funcional que desempenham e pela natureza distinta dos níveis de contato e interação social que tendem a propiciar.

A visualização das redes dinâmicas dos indivíduos das classes sociais, *a priori* elementos abstratos, pode ocorrer de forma bastante simples pela representação gráfica das redes por traçados de cores distintas. Considerando a divisão apenas em classes de BR e MR/AR (baseada nas diferenças de lógicas e padrões de apropriação das redes ou subdinâmicas de classe), as redes segregadas de classes são representadas em azul (classe de BR) e vermelho (classes de MR/AR) (Figura 2).

É POSSÍVEL MODELAR O CONTATO ENTRE AS CLASSES?

Existem duas possibilidades de modelagem.

Caminho A: O modelo considera apenas a co-presença dos extratos sociais nos mesmos espaços públicos, mas não considera as formas de contato efetivo possibilitado pelo movimento pedestre das classes nos mesmos espaços. Nesse caso, o modelo não pode ser considerado uma aproximação ao panorama de contatos sociais potenciais (com possibilidade de encontro social e troca de informação nos espaços públicos), mas de co-presença de diferentes grupos. Nesse caso, as redes pedestres para as classes média e alta não requerem modelagem.

Caminho B: O contato entre os indivíduos por meio de deslocamentos diferentes (pedestre, veicular público e privado) são considerados. Espaços onde ocorram contatos pedestres entre classes recebem maior valorização, por apresentarem condições efetivas à possibilidade de contato social. O modelo, ao manipular essa diferença na forma de apropriação do espaço e possibilidades de contato e interação social, se mostra como uma aproximação mais acurada do problema da segregação. Este será o caminho adotado na presente abordagem.

FORMAS DE DESLOCAMENTO E A SOBREPOSIÇÃO DAS REDES SOCIAIS NO ESPAÇO URBANO

O uso dos espaços públicos de circulação deve considerar algumas diferenças e peculiaridades: a sobreposição de redes sobre uma mesma rua ocorre frequentemente sob diferentes formas de transporte e deslocamento, gerando diferenças de contato com os espaços abertos e com outros indivíduos. Essas diferenças influenciam fortemente na caracterização da rua como possível palco do contato e interação social. Formas diferentes de uso, como transporte em veículos privados para as classes médias e altas, e veículo coletivo ou pedestre para as classes mais baixas, divisão comum em nossas cidade, provoca, ainda que compartilhem dos mesmos espaços, uma cisão nas possibilidades relacionais entre classes. A sobreposição de usos dos mesmos espaços não corresponde em nossas cidades necessariamente a contato potencial e interação entre classes – a questão das formas

de transporte e grau de contato indivíduo-espaco e indivíduo-indivíduo tem de ser considerada. Ainda que o contato ocorrido pelos meios diferentes (sobreposição das redes mas sob formas de transporte distintas) seja evidentemente melhor do que a ausência, é bastante coerente afirmar que esse contato tende a não ser gerador de contato mais contundente e possibilidade de troca de informação.

PROCESSO ALGORÍTMICO DA MODELAGEM

A seguir, serão descritos os passos do processo de manipulação da configuração urbana referente à trama de espaços públicos e à localização de atividades e habitações, à estratificação de renda e à representação das diferentes formas/redes de movimentação intra-urbana (pedestre, veicular privado e veicular público). Esses elementos gerarão o *mapa dinâmico* das redes sociais de movimentação e atividade das diferentes classes a atuar sobre o mesmo espaço urbano.

- 1 Entrada da listagem da localização dos pontos de habitação para cada trecho axial
 - Pontos de origem acessados por linhas axiais das ruas.
 - Atributos de classe social segundo os padrões de movimentação: vermelho (classes de média e alta renda), azul (classes de baixa renda) – ou a definir pelo usuário (utilizando os mesmos dois padrões básicos).

- 2 Entrada da listagem da localização dos atratores, classificados por classe social, categorizados por:
 - Consumo/lazer; trabalho/estudo; distribuição/transporte.
 - Ponderação do parâmetro de atratividade do atrator (média do número de pessoas/dia no atrator).

- 3 Entrada da rede axial de espaços públicos

- 4 Entrada da rede axial de espaços percorridos por transporte público

- 5 Geração da tensão de atração para cada par origem-destino segundo a classe
 - Estabelece rota de caminhos possíveis entre cada macroatrator e cada local de habitação segundo a *classe* (pontos compatíveis) e o *padrão de movimento* na trama (forma de transporte).
 - Distribui carga de atração pelos trechos axiais entre macroatrator e locais de habitação.
 - Acumula carga de atração em cada caminho possível em cada trecho axial (como no modelo de centralidade – Krafta, 1997).
 - Atratores de classes média e alta utilizam possibilidades de caminho em todo o sistema urbano.
 - Atratores de classes de baixa renda utilizam possibilidades de menor caminho, considerando a *trama axial de transporte coletivo*.
 - Verifica se resta algum par: se sim, repete os passos desta etapa.

- 6 Contagem do acúmulo de carga de atratividade/apropriação em cada trecho axial em função da proximidade entre atrator e pontos de habitação e número de vezes que o trecho é rota comum.

- 7 Verificação do trecho axial quanto ao possível uso por duas ou mais classes:
- Se sim: aplica o coeficiente de interação social para diferentes formas de transporte.
 - Se não: guarda valor de segregação associado à linha axial.
- 8 Mensuração do panorama de sobreposição de classes em cada trecho axial e atrator de toda a trama do sistema; cálculo dos valores totais dos parâmetros de segregação.
- 9 Saída dos dados: tabelas dos parâmetros e valores de segregação parcial e total da cidade
- Tabela da ponderação de segregação dos espaços axiais da trama urbana.
 - Tabela da ponderação de segregação dos macroatratores urbanos.
 - Valor da segregação total da cidade, considerando trama e macroatratores.
- 10 Plotagem do mapa axial das redes de apropriação social na estrutura urbana.

MENSURAÇÃO DO NÍVEL DE SEGREGAÇÃO URBANA

Considerando as diferenças de padrão e forma de apropriação, podemos entender o uso da rua como local de composição/sustentação dos movimentos segregados, como parte do sistema que provoca a ocorrência da segregação urbana. A mensuração do nível de segregação urbana envolve dois procedimentos. O primeiro, já descrito, calcula valores de centralidade de todos os espaços do sistema, desde os pontos de vista de todos os extratos sociais envolvidos na simulação, em função das localizações residenciais específicas, dos atratores relevantes e da rede de percursos e de transporte disponíveis. Esse procedimento é realizado pelo uso do modelo de centralidade, já suficientemente descrito em Krafta (1997). O segundo procedimento envolve relativizar as diferentes incidências de uso de cada espaço em uma escala que vai do uso extremamente segregado (uma rede) ao extremamente integrado (número de redes igual ao de extratos admitidos no sistema). Neste caso, a fim de demonstrar o valor de segregação de cada espaço isoladamente no panorama geral da cidade, os trechos de rua são ponderados com um determinado valor de segregação social: de um valor nulo (apresentando uso comum entre classes) ao grau 1 (com máximo de separação entre classes). O panorama de segregação da cidade leva em conta o nível de segregação de cada rua e gera o número de ruas utilizadas de modo segregado em relação ao total de ruas e trechos axiais do sistema.

CÁLCULO DA SEGREGAÇÃO DE CADA TRECHO DE RUA (TRECHO AXIAL) DA CIDADE

A seguir serão descritos alguns elementos teóricos analisados no fenômeno da segregação, úteis na manipulação quantitativa dos aspectos dinâmicos e abstratos do fenômeno. É importante colocar que todos os parâmetros são calculados com base na tensão de centralidade entre o conjunto de atratores e os pontos de origem e do valor de atratividade de cada macroatrator (quantidade de pessoas a usar o local), não havendo necessidade de entrada extensiva de dados.

a) Parâmetro de co-presença de classes em um mesmo espaço urbano

O parâmetro indica a proporção de cada classe social a utilizar determinado trecho de rua (trecho axial). O parâmetro de co-presença de classes (P_n) variará de 0 (zero),

quando houver plena co-presença de classes no trecho axial, até 1, quando houver máxima segregação no trecho axial.

$$P_n = \frac{C_1 - C_2}{A_n}$$

$$P_n = \frac{[\text{parâmetro de fluxo para Classe 1}] - [\text{parâmetro de fluxo para Classe 2}]}{\text{parâmetro de apropriação do trecho axial (atratividade)}}$$

onde: n = trecho axial ($n = I \{1 \dots n\}$) (inteiros de 1 a n)

P_n = parâmetro de co-presença de classes no trecho axial.

Observações:

- Se num mesmo trecho de rua houver equivalência quantitativa entre classes ($C_{1n}=C_{2n}$), o parâmetro de co-presença $-(C_{1n}-C_{2n})/A_n=0$ – será $P_n=0$. Assim, havendo equilíbrio da presença de classes no trecho axial de rua em questão não há segregação (uso comum daquele espaço).
- Se num trecho de rua não houver a presença de uma das classes ($C_{1n}=0$ ou $C_{2n}=0$), o trecho axial terá o máximo de segregação:
 $(C_{1n}-C_{2n})/A_n=1 \rightarrow P_n=1$ (ausência de uma das classes naquele espaço).

b) *Parâmetro de formas de contato entre indivíduos de classes diferentes*

Este parâmetro indica as diferenças ou compartilhamento de forma de uso da rua. Formas diferentes de transporte são componentes que não contribuem para a interação de classes, ainda que exista a co-presença de classes em um mesmo espaço com contato visual. Por exemplo, indivíduos de uma classe em veículos de transporte coletivo e indivíduos de outra classe em veículos privados não têm possibilidade de contatos sociais mais efetivos, além do meramente visual. Dessa forma, se visa valorizar a co-presença das classes em um mesmo espaço sob forma de movimentação pedestre, por esta consistir a forma que apresenta maior potencialidade de interação.

Esse é o único componente do cálculo que é arbitrado como uma escolha entre dois pesos: formas de contato diferentes entre classes contêm mais segregação que contatos diretos pedestre-pedestre; portanto não há reforço no potencial de interação social.

Contato entre indivíduo *pedestre* classe 1 e indivíduo *pedestre* classe 2: $\rightarrow \alpha_n = 1$

Contato entre indivíduo *pedestre* classe 1 e indivíduo *em veículo* classe 2: $\rightarrow \alpha_n = 2$

Contato entre indivíduo *em veículo* classe 1 e indivíduo *em veículo* classe 2: $\rightarrow \alpha_n = 2$

c) *Parâmetro de segregação no trecho axial da rua*

Este parâmetro reúne os dois anteriores, representando o resultado dos aspectos da co-presença das classes e suas formas de contato, mensurados para cada trecho axial n avaliado. O parâmetro de segregação no trecho axial (S_{an}) variará entre 0 (zero), caso de ausência de segregação no trecho de rua (ambas as classes co-presentes sob as mesmas condições), e 2, quando tender à ausência de uma das classes em condições de contato por meios de movimentação diferentes.

$$S_{an} = P_n \times \alpha_n$$

S_{an} = [parâmetro de co-presença de classes] \times [parâmetro de forma de contato entre indivíduos]

onde: S_{an} = parâmetro de segregação no trecho axial.

Observações:

- Se o parâmetro de co-presença de classes for $P_n=0$, o valor de segregação (S_{an}) no trecho é nulo.
- Se $P_n>0$, então o valor de segregação será multiplicado pelo parâmetro da forma de contato (α_n).
- Se $\alpha_n=1$, há uso da rua pelas diferentes classes sob as mesmas condições, sendo o parâmetro de co-presença de classes (P_n) suficiente para informar o parâmetro de segregação no trecho (S_{an}): $\rightarrow S_{an} = P_n$.
- Se $\alpha_n=2$, há uso da rua sob formas distintas (por exemplo, C1 como pedestre e C2 como veicular), então o valor de segregação (S_{an}) duplica: $\rightarrow S_{an} = 2P_n$.
- A possibilidade de haver co-presença de classes tanto sob as mesmas condições (pedestre-pedestre) quanto sob condições diferentes (como o contato pedestre-veicular) é contemplada na modelagem e na mensuração. Nesse caso, os parâmetros de quantidade de indivíduos C1 e C2 como pedestres e em transporte veicular são preservados, calculados separadamente (pedestre-pedestre, pedestre-veicular, veicular-veicular) com os respectivos pesos (α_n), e somados depois para o mesmo trecho de rua.

ETAPAS DO CÁLCULO DO TOTAL DE SEGREGAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS
(SEGREGAÇÃO AXIAL TOTAL)

Em função dos parâmetros parciais, a variação do parâmetro de Segregação Axial Total (S_{at}) também oscilará entre os valores de 0 (zero), para casos de apropriação comum de todos os espaços abertos públicos da cidade pelas classes consideradas, e 2 para o caso de não haver uso comum em nenhum espaço da cidade, caso de máxima segregação. A seguir, temos os passos de cálculo da Segregação Axial Total (S_{at}):

- Total dos parâmetros de apropriação segregada/co-presença de classes;
- Total dos parâmetros de formas de contato entre classes;
- Total de segregação axial urbana (Segregação Axial Total):

$$S_{at} = \frac{\sum (P_n \times \alpha_n)}{\sum A_n \times N}$$

$$S_{at} = \frac{[\text{somatório parâmetros segregação no trecho axial}] \times [\text{somatório parâmetros forma de contato}]}{[\text{somatório parâmetros de apropriação trecho axial}] \times [\text{número total trechos axiais do sistema}]}$$

onde: S_{at} = Segregação axial total da trama urbana.

Tabela 1 – Cálculo dos parâmetros de segregação e do valor de segregação axial parcial e total

Trecho axial (n)	Apropriação/ atratividade (A_n)	Parâmetro Apropriação Segregada (P_n)	Parâmetro do Contato entre Classes (α_n)	Valor de Segregação Social Axial (S_{an})
1	$A_1 = C_{11}+C_{21}$	$P_1 = (C_{11}-C_{21}) / A_1$	$\alpha_1=1$ ou 2	$S_{a1} = P_1 \times \alpha_1$
2				
...				
n	$A_n = C_{1n}+C_{2n}$	$P_n = (C_{1n}-C_{2n}) / A_n$	$\alpha_n=1$ ou 2	$S_{an} = P_n \times \alpha_n$
Total	$\sum A_n$	$\sum P_n / \sum A_n$	$\sum \alpha_n / N$	$S_{at} = \frac{\sum (P_n \times \alpha_n)}{\sum A_n \times N}$

CÁLCULO DA SEGREGAÇÃO DE CADA LOCAL DE ATIVIDADE (MACROATRATOR) URBANO

A modelagem dos locais de atração/distribuição é importante na medida em que consistem os locais de interação social, isto é, os locais com maior probabilidade de encontro social estático e troca de informação, condições mínimas de convívio entre os indivíduos – ao passo que as ruas são locais de *encontro potencial* (Hillier & Hanson, 1984) relativamente limitados como locais de *interação e convívio* social. A quantificação da presença das classes em cada um destes locais de atividade se desenvolve da seguinte forma:

Parâmetro de co-presença de classes em um mesmo macroatrator

O parâmetro de co-presença de classes no atrator (S_m) com base no número de pessoas de cada classe a utilizar dado local de atividade sob forma de trabalho ou de consumo (mediante o perfil das rendas dos usuários e trabalhadores) indica a proporção destas quantidades, determinando os valores de segregação correspondentes. Desse modo, o parâmetro de co-presença (S_m) varia de 0 (zero), quando houver plena co-presença, até 1, quando o local se mostrar utilizado com máxima segregação.

$$S_m = \frac{C_1 - C_2}{A_m}$$

$$M_m = \frac{[\text{quantidade de indivíduos para Classe 1}] - [\text{quantidade de indivíduos para Classe 2}]}{\text{quantidade de pessoas a utilizar o macroatrator}}$$

onde: m = macroatrator ($m = I \{1 \dots m\}$) (inteiros de 1 a m)

S_m = Parâmetro de co-presença de classes no macroatrator.

ETAPAS DO CÁLCULO DA SEGREGAÇÃO TOTAL NOS LOCAIS DE ATIVIDADE (MACROATRADORES)

No caso dos macroatratores, a variação do parâmetro de Segregação Total (SM_t) oscilará entre os valores de 0 (zero), para casos de apropriação comum de todos os macroatratores da cidade pelas classes consideradas, e 1, para o caso de não haver uso comum entre classes de nenhum local da cidade (caso de máxima segregação), em função dos parâmetros parciais. A seguir, temos os passos de cálculo da Segregação Total nos macroatratores (SM_t):

- Total do parâmetro de co-presença de classes nos macroatratores;
- Total do valor de segregação nos macroatratores (segregação total dos macroatratores):

$$SM_t = \frac{\sum S_m}{M}$$

$$SM_t = \frac{[\text{somatório dos parâmetros de segregação dos macroatratores}]}{[\text{total de macro-atratores do sistema urbano}]}$$

onde: SM_t = Nível de segregação do total de macroatratores.

Tabela 2 – Cálculo do parâmetro e do valor de segregação total nos macroatratores na cidade

Macroatrator (m)	Atratividade do Macroatrator (A_m)	Segregação no Macroatrator (S_m)
1	$A_1 = C_{11} + C_{21}$	$(C_{11} - C_{21}) / A_1$
...		
m	$A_m = C_{1m} + C_{2m}$	$(C_{1m} - C_{2m}) / A_m$
Total	$\sum A_m$	$SM_t = \sum S_m / \sum A_m$

GRAU DE SEGREGAÇÃO TOTAL DA CIDADE (TRAMA DE ESPAÇOS PÚBLICOS E MACROATRADORES)

O valor total de segregação dinâmica de um sistema urbano (ST) será resultado da consideração conjunta dos valores de *Segregação Axial Total* (Sat) e *Segregação Total nos Macroatradores* (SMt).

Existe uma relativa correlação entre o grau de segregação dos atradores e o grau de segregação presente nas ruas da cidade. As cargas de fluxos sociais modelada para as ruas é decorrência das cargas de fluxo geradas pelos atradores. Entretanto, cada trecho axial de cada rua está sujeito à atratividade gerada por todos os locais de atividade/distribuição do sistema.

$$ST = (Sat \times SMt)$$

$$ST = [\text{Segregação axial total}] \times [\text{Segregação total nos macroatradores}]$$

ou

$$ST = \frac{\sum (P_n \times \alpha_n)}{\sum A_n \times N} \times \frac{\sum S_m}{M}$$

onde: ST = Segregação Total do sistema urbano

P_n = parâmetro de co-presença de classes no trecho axial

A_n = parâmetro de apropriação no trecho axial

α_n = parâmetro de forma de contato

N = total de trechos axiais do sistema urbano

S_m = parâmetro de segregação do macroatrator

M = total de macroatradores do sistema urbano.

CONCLUSÕES: O MODELO COMO REPRESENTAÇÃO DO PANORAMA SOCIAL E DA SEGREGAÇÃO

Os traçados das redes de apropriação de cada classe social no espaço urbano se referem às lógicas de deslocamento dos indivíduos e estão baseados nos caminhos possíveis ponderados pela carga de atratividade distribuída pelo número de trechos axiais (o que carregará mais aqueles trajetos mais curtos entre dois pontos, seguindo o “modelo de centralidade” – Krafta, 1997), e nas formas de transporte disponíveis entre os locais de habitação e os locais de atividade considerados.

As seguintes conclusões podem ser tiradas em relação aos processos conceituais e metodológicos descritos:

- O modelo é uma *representação da dinâmica das classes sociais no espaço urbano sob a forma das redes sociais*. As redes dinâmicas das classes e os espaços que compõem os principais cenários urbanos utilizados pelas redes sociais podem ser visualizados sobre a trama urbana.
- A representação gráfica dos elementos componentes da vida urbana e o processo de atração e demanda de serviços, bens e trabalho *representam esquematicamente o panorama social de uma cidade*.

- A modelagem das redes sociais permite enxergar *a segregação social como componente do panorama social urbano*, como *conseqüência de diferentes subdinâmicas dentro da dinâmica social geral* do sistema urbano (assentadas sobre lógicas, complexidades e padrões distintos condicionados por diferentes patamares de poder aquisitivo). Assim, a complexidade do fenômeno da segregação pode ser melhor captada (não apenas o aspecto da segregação espacial usualmente visto).

PONTOS POSITIVOS DO MODELO

- A presente abordagem *permite representar o caráter abstrato da segregação* (do qual consiste o fenômeno) contido na movimentação e nas atividades sociais, *visualizáveis graficamente*.
- *Manipula os caracteres dinâmico e sistêmico da cidade* com relativa precisão, por meio do tratamento esquemático das rotinas sociais e da interação potencial entre indivíduos diante das tensões de centralidade (Krafta, 1997) entre as formas construídas, categorizadas por classe social.
- *Contém o papel da configuração urbana* na dinâmica das classes sobre a estrutura urbana, no condicionamento da movimentação social e na consideração da fricção da distância ao movimento pedestre, limitando as possibilidades de contato entre as classes dentro do espaço urbano;
- Manipula mais amplamente o aspecto espacial da segregação: *considera que o fenômeno ocorre virtualmente em todo lugar público*, assumindo a movimentação intra-urbana dos indivíduos como componente do fenômeno da segregação que supera a visão usual das zonas específicas segregadas por classe. O panorama de fluxos sociais sobre a macroestrutura urbana, cuja influência rompe a restrição das áreas segregadas – característica usualmente não captada pelas abordagens usuais à segregação – é representado pela idéia de *macroatratores* como atratores estruturadores das movimentações e rotinas sociais.
- *É um parâmetro para a intensidade de uso de cada rua* da cidade por diferentes estratos sociais. Como vimos, as classes se agregarão pela semelhança de objetivos e padrões de apropriação devido à semelhança de forma de transporte, de localização destes e dos pontos de habitação e uso comum de pontos de atividade.
- *A segregação é, assim, mensurável* com base no grau de sobreposição das redes nos espaços urbanos – o quanto e quais espaços apresentam co-presença de classes/redes em relação ao número total de espaços do sistema urbano utilizado. A segregação, então, é tida como redes dinâmicas de apropriação urbana pouco sobrepostas. A mensuração permite um tratamento preciso do fenômeno e a comparação dos estados de segregação de diferentes cidades.
- O modelo *permite a avaliação de impactos de novos equipamentos*: alterações na estrutura urbana podem afetar o panorama social em uma cidade, e conseqüentemente seu panorama de segregação. O modelo desenvolvido permite medir tais impactos, *sendo potencialmente útil para o planejamento e políticas de minimização de distância social*.

LIMITAÇÕES DO MODELO

- *Não descreve as rotinas dos indivíduos isoladamente*, mas o *quadro de possibilidades de apropriação* para as classes (como um quadro potencial de espaços a serem apropriados pelo conjunto dos indivíduos de cada classe), por não efetivar “pares temporários” entre local de habitação e um número limitado de locais de atividade (e vice-versa), simu-

lando dessa forma as rotinas diárias dos cidadãos ou agentes do sistema social urbano. Ao considerar a tensão entre cada local de habitação com todos os atratores, o modelo representa o cenário de possibilidades de interação social no espaço urbano.

- *É um parâmetro apenas esquemático das quantidades de fluxos sociais reais*, pois a tensão de centralidade exercida por um local de atividade no presente modelo não se dá por meio de pares fixos habitação-atividade. No modelo, diferentemente, a carga de atratividade (número de pessoas a utilizar o atrator) se relaciona a todos os pontos de habitação. Apesar da falta de precisão numérica, a distribuição de atratividade depositada nas ruas é proporcional entre si; isto é, o modelo deverá mostrar com relativa precisão o *ranking* das ruas mais utilizadas às menos utilizadas pelas respectivas classes.
- *O conjunto de atividades típicas de classe não é, em princípio, captado no modelo proposto*, que se restringirá à descrição do panorama de *espaços mais utilizados* (os macroatratores) pelas populações, o que gera um cenário de movimentação social semelhante ao da cidade real, sobretudo quanto a movimentações de escala global (movimentos amplos sobre a estrutura urbana). Essa limitação pode ser contornada pela inserção de locais de atividade de menor atratividade na consideração de uma cidade, com a demanda, assim, de mais dados.
- *O processo de mensuração conta até aqui com a limitação de representar apenas duas redes distintas de apropriação*. O modelo, no entanto, é capaz de manipular tantas redes dinâmicas quantas forem definidas no recorte de classes sociais (por exemplo, classe média alta, média e média baixa). A limitação da mensuração, porém, é amenizada pela consideração conceitual da existência de dois *padrões* básicos de apropriação dos espaços urbanos pelas diversas classes sociais (desenvolvida no outro trabalho citado).
- *O modelo é pouco sensível para as movimentações de escala local* (pequenos movimentos intra-urbanos), por considerar o panorama de movimentos por meio de macroatratores, locais que estruturam ou demandam intenso fluxo envolvendo a escala urbana em nível macro. Contudo, *grosso modo*, tal limitação pode ser minimizada pela ocorrência proporcionalmente menor de habitações de classes distintas próximas entre si, pela consideração dos raios de movimento pedestre em torno dos locais de habitação e de atividade, e sobretudo pela possibilidade da inclusão de outros locais de atividade que não apenas os principais (macroatratores) do cenário social urbano.

FUTUROS DESENVOLVIMENTOS DA PESQUISA

Modelo do panorama social urbano e das redes sociais em ação no espaço urbano.

Uma característica dos diferentes padrões de apropriação (movimentação/atividades) entre as diferentes classes se relaciona ao *número de ações* ao dia por elas realizadas, em diferentes pontos da cidade. Classes de renda média e alta tendem a usar mais de um atrator ao dia (seja para trabalho, para consumo de um dado tipo, ou para consumo de um outro tipo) em áreas não necessariamente próximas às da habitação – comportamento diferente daquele das populações de baixa renda. Seria uma qualidade do modelo demonstrar essas diferenças.

Essa característica pode ser apreendida pela introdução das rotinas típicas de classe. Assim, o número e posição dos atratores/dia utilizados podem ser considerados pela limitação e “escolha” do número de macroatratores utilizados por um indivíduo, com um número de fluxos determinado com base em um único ponto de atividade ou de habitação.

Tal relação de “exclusividade” entre atrator e habitação se dá em função da posição topológica (dependente da distância relativa pelas conexões entre os espaços). Ocorrerá a cooptação de um determinado número de locais de habitação em relação à capacidade de atração (*atratividade*) do local de atividade e sua “interferência” sobre uma área de raio determinado pela atratividade segundo a localização do atrator em relação aos locais de habitação.

Esses procedimentos gerarão um modelo do *panorama das rotinas sociais* que demonstraria claramente os *padrões de apropriação* das diversas classes sociais – considerando que em ampla escala as sobreposições dos movimentos individuais geram uma complexa teia de movimentação e ações na cidade. Além disso, exigiria rotinas mais complexas de “escolha” de atrator por parte do agente devido à sua posição e à limitação do número de atratores a ser utilizados pelo agente. O resultado desse processo definirá os traçados das rotas: a hipótese considera *formas poligonais* para classes altas – o tamanho dos polígonos pode variar para classes média e alta segundo a posição mais/menos segregada na área da cidade; e *formas lineares* dos padrões de movimento típicos para classes mais baixas, com rotas mais complexas em nível local (raio em torno da habitação) sob forma pedestre.

Vinicius de Moraes Netto
é arquiteto e mestrando no
PROPUR/UFRGS. E-mail:
viniciusnetto@yahoo.com

Romulo Krafta é arquiteto,
doutor em Ciência Urbana
pela Cambridge University e
professor do PROPUR/UFRGS.
E-mail: krafta@vortex.ufrgs.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GIDDENS, A. *New Rules of Sociological Method*. New York: Basic Books, 1976.
- HARVEY, D. *Social Justice and the City*. Londres, Baltimore: John Hopkins University Press; 1973.
- HARVEY, D. “Social Justice, Postmodernism and the City”. *International Journal of Urban and Regional Research*, 16, 1992.
- HILLIER, B., HANSON, J. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HILLIER, B., PENN, A., HANSON, J., GRAJEWSKI, T., XU, J. “Natural Movement: or Configuration and Attraction on Urban Pedestrian Movement”. *Environment and Planning B*, v.20, 1993.
- KRAFTA, R. “Modelling Intraurban Configurational development”. *Environment and Planning B*, v.21, 1996.
- KRAFTA, R. “Urban Convergence: Morphology and Attraction”. In: TIMMERMANS, H. (Ed.). *Decision Support Systems in Urban Planning*. Londres: E&FN Spon, 1997.
- LEE, C. M., CULHANE, D. P. “A Perimeter-Based Clustering Index for Measuring Spatial Segregation: a Cognitive GIS Approach”. *Environment and Planning B*, v.25, p.327-43, 1998.
- LEFEBVRE, H. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1974
- SOJA, E. *The Political Organization of Space*. Washington, DC: Association of American Geographers, 1971.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.
- WHEATON, W. C. “Urban Spatial Development with Durable but Replaceable Capital”. *Journal of Urban Economics*, 12 (53-67), 1981.

A B S T R A C T *The current work intends to propose a different approach to the phenomenon of segregation, usually analysed as social distance motivated by the production of seg-*

regated areas. The individuals routines – made of typical-by-class daily activities and movement structure, based on different logics and patterns of social appropriation – will constitute social networks of class appropriation defined by specific income levels. Therefore, the notion of social segregation can be taken as particular dynamic networks, barely superimposed. The whole process gives a dynamic view on the phenomenon. The notion of segregation viewed not as segregated areas but as segregated appropriation on urban spaces (grid and attractors) permits to measure the level of segregation of a town. The model shows the classes dynamics on urban space and the panorama of social segregation, upon the level of superimposition of the different networks over the same urban macrostructure – resulting in the property of Urban Segregational Level.

KEY WORDS *Social segregation; social networks; classes dynamics; modeling.*

SÃO PAULO, VELHAS DESIGUALDADES, NOVAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS

LÚCIA MARIA MACHADO BÓGUS
SUZANA PASTERNAK TASCHNER

RESUMO *O presente artigo mostra estágio inicial do desenvolvimento de pesquisa financiada pelo PRONEX. Fornece uma primeira visão da "segregação" sócio-ocupacional na Grande São Paulo em 1991, evidenciando a distribuição residencial das categorias sócio-ocupacionais dos chefes de domicílio, faixa etária, cor, renda e escolaridade, além de algumas características domiciliares. Os mapas mostram uma grande concentração da chamada "elite dirigente" e profissionais de nível superior na área central da capital e, de outro lado, os "trabalhadores de sobrevivência", que moram preferencialmente em determinadas áreas dos municípios periféricos. Como resultados gerais, os chefes da Grande São Paulo são ainda predominantemente masculinos (81,70%), brancos (68,91%), com baixa escolaridade (10,21% sem nenhum ano de escolaridade formal). O trabalho espacializa estas variáveis, procurando observar níveis de segregação socioespacial.**

PALAVRAS-CHAVE *Metropolização; segregação socioespacial; dinâmica intra-urbana.*

INTRODUÇÃO

OBJETIVOS

Este trabalho analisa algumas tendências e características da dinâmica urbana de São Paulo. Integra um conjunto de estudos¹ que pretendem avaliar, de maneira comparativa, os impactos do ajuste estrutural e da reestruturação produtiva nas metrópoles do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), no atual contexto de globalização.

A primeira seção descreve a evolução da dinâmica demográfica da Grande São Paulo nas últimas décadas e a evolução das condições de moradia popular no seu município central, para o qual havia dados disponíveis. A segunda seção espacializa algumas das variáveis sociodemográficas e sobre a moradia, visando mostrar, ainda que de maneira pontual (apenas para 1991), a estrutura socioespacial. Embora seja intenção da pesquisa analisar as transformações da estrutura social espacializada nas duas últimas décadas, este artigo restringe-se à análise dos chefes de família, em 1991, relativa a sexo, grupo etário, cor, educação, renda e categoria socioprofissional, e aos domicílios, quanto à condição de propriedade e à presença de infra-estrutura. Como material de investigação, foram usados dados dos chefes de família e dos domicílios do Censo Demográfico de 1991 (vide Nota Metodológica 1, em anexo).

A espacialização utilizada no artigo parte da classificação das diferentes regiões da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) segundo a Emplasa (Empresa Metropolitana de Planejamento), onde são destacados oito vetores metropolitanos, que agrupam os 39

* Trabalho selecionado da sessão temática 6 – "Dinâmica socioespacial: há um padrão brasileiro de estruturação urbana?"

1 Tais estudos integram o projeto "Metrópole, desigualdades socioespaciais e governança urbana", financiados pelo MCT-PRONEX (Ministério de Ciência e Tecnologia Programa de Apoio a Núcleos de Excelência), 1998-2002. A pesquisa é coordenada pelo professor Luis Cesar de Queirós Ribeiro, do IPPUR/UFRJ, e articula-se em três eixos: Estudo das modificações na estrutura econômica; Estudo das desigualdades socioespaciais; Estudo das políticas locais.

municípios integrantes da metrópole (vide Nota Metodológica 2, em anexo). O município da capital, que representa mais da metade da população metropolitana (9,81 dos 16,6 milhões de habitantes em 1996), foi objeto de análise espacial mais detalhada, abrangendo os 96 distritos, enquanto para os outros municípios o total da área serviu como referência espacial para análise.

Dessa análise resultaram algumas constatações. Em primeiro lugar, a espacialização das categorias socioprofissionais, embora restrita aos chefes, mostra alto grau de segregação. As categorias “elite”, “profissionais liberais” e “pequena burguesia” residem sobretudo na área central de São Paulo, enquanto os trabalhadores de sobrevivência se alocam preferencialmente na periferia. Há distritos na capital com mais de 50% de chefes nessas categorias. Em segundo, a exclusão social visível por condições de moradia – favelas, sem-teto – aumentou de maneira significativa nos últimos vinte anos, sobretudo no município central. A falta de saneamento em alguns vetores da Grande São Paulo, a metrópole mais rica do país, é assustadora: nos vetores Norte e Sudoeste mais de 50% das moradias apresentam destino dos dejetos inadequado, e os vetores Oeste e Noroeste aproximam-se dessa cifra, com cerca de 48% dos domicílios sem saneamento. No município central a situação é melhor, mas está longe de ser satisfatória – mais de 10% das casas tem saneamento deficiente e localizam-se sobretudo ao Norte e ao Sul, em áreas com risco ambiental significativo – represas e montanhas da Cantareira.

INSPIRAÇÕES INICIAIS: DESESTABILIZAÇÃO DE ÁREAS INDUSTRIAIS, NOVAS CENTRALIDADES, DUALIZAÇÃO

Após a Revolução Industrial, as cidades sofreram grande processo de crescimento. Este processo acentuou-se nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, com o advento da chamada indústria fordista, com as grandes obras de reconstrução na Europa, e com a suburbanização americana. No chamado Terceiro Mundo, com o grande crescimento das metrópoles, em especial nas décadas de 1960 e de 1970, os temas da concentração espacial da força de trabalho e o da pobreza urbana foram objeto de diversas interpretações. Na América Latina, alguns autores, como Nun (1969), sustentavam que existiriam dois tipos de superpopulação: um exército industrial de reserva e uma massa marginal, esta sim com forma de morar precária. Cardoso (1973) rejeitava essa diferenciação, identificando toda superpopulação com o exército industrial de reserva e negando o conceito de massa marginal. Oliveira (1981) ia além, ao afirmar que não só toda superpopulação integrava o exército industrial de reserva, como também que a sua concentração em atividades terciárias era parte do modo de acumulação urbano, apropriado à expansão do sistema capitalista no Brasil, e que não era, como escreveu Nun, disfuncional para o setor produtivo hegemônico. Assim, tanto este autor, como também Kowarick (1975) e Faria (1976), viam o crescimento do terciário “informal” como resultado normal do desenvolvimento capitalista no Brasil. Estas atividades não tipicamente capitalistas – e seu reflexo espacial – seriam úteis ao processo de acumulação, tanto por empregarem temporariamente uma reserva de força de trabalho, como por facilitarem a distribuição de produtos industrializados, por meio do pequeno comércio, reparos e manutenção, construção doméstica e por encomenda (Taschner & Mautner, 1982; Taschner, 1992; Mautner, 1991) etc. Nos anos 70, o tema da “periferização” associa-se ao da marginalidade ocupacional na constituição de nova forma de leitura do espaço urbano. Os agentes atuantes na formação desse espaço são mais bem identificados, e surgem inúmeros estudos sobre a atua-

ção dos agentes imobiliários e a especulação fundiária (Smolka, 1992a, 1992b; Bógus, 1988; entre outros).

A questão da exclusão social hoje é analisada como consequência do chamado “processo de globalização”, observado nas tendências econômicas atuais (Castel, 1997). Estas tendências seriam resultante de novas formas de organização da produção, após a “crise do fordismo”. Pelas características dessas novas formas, elas não têm gerado emprego condizente com a quantidade e a qualidade da força de trabalho, sobretudo nos países mais atrasados. Tem-se, assim, uma exclusão distinta das anteriores. Formas de integração de inúmeras parcelas da força de trabalho nos setores hegemônicos parecem distantes e mesmo indiferentes ao capitalismo contemporâneo. Nesta perspectiva, a fragmentação espacial – o lugar dos excluídos – seria inevitável. As cidades seriam cada vez mais duais.

Segundo Van Kempen & Marcuse (1997), as forças que moldam a estrutura interna das cidades podem ser agrupadas em três categorias gerais:

- forças em nível supra-urbano;
- forças internas e estruturais em relação ao padrão de distribuição intra-urbano, que obedecem à uma lógica comum em relação às pressões de mudanças internas e externas;
- forças específicas a cada cidade em particular.

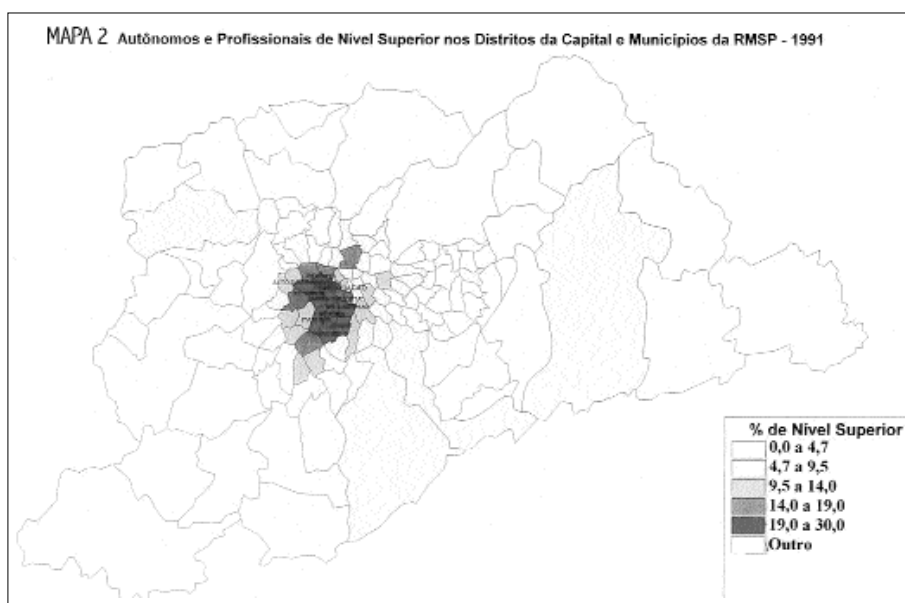
Segundo Sassen (1991), as grandes cidades do mundo têm-se reestruturado como “cidades globais”, em razão da nova divisão internacional do trabalho, ou seja, sofrendo o impacto da chamada globalização – combinação de novas tecnologias, aumento do comércio e da mobilidade, concentração do poder econômico e financeiro e redução do alcance do Estado do Bem-Estar Social. A hipótese central de Sassen é a “existência de vínculo estrutural entre o tipo de transformação econômica característica dessa cidade e a intensificação de sua dualização social e urbana” (Sassen, apud Preteceille, 1994, p.66).

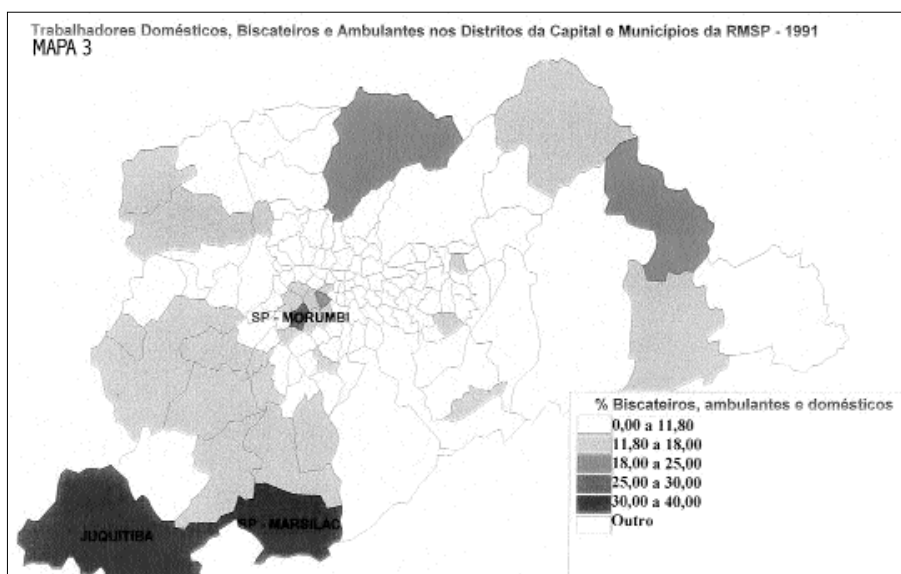
Cardoso & Ribeiro (1996) apontam as principais características dessas mudanças: desestabilização das antigas áreas industriais; criação de novas centralidades; transformação dos centros (CBDs – Central Business Districts) em áreas especializadas em serviços financeiros e atividades de controle e gestão; renovação residencial das áreas centrais (“gentrificação”); polarização social extrema – também chamada de dualização (Castells, 1989) –, entre elites e grupos empobrecidos, que compõem, em grande parte, os novos elementos do mercado de trabalho.

A reestruturação econômica característica da cidade global também contribui para a dualização – desta vez espacial – pelos mecanismos do mercado fundiário e imobiliário, já que a concorrência entre os diversos usos possíveis do espaço leva à apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados – procurados – bem-atendidos etc., pelas funções que forneçam o maior lucro ou que correspondam ao consumo de luxo. (Preteceille, 1994, p.78)

Dentro deste quadro, qual seria a dinâmica urbana das metrópoles dos países em vias de desenvolvimento? Nas metrópoles do chamado Terceiro Mundo sempre existiram contrastes fortes entre as elites locais e os pobres marginalizados. São Paulo assiste a uma perda de emprego industrial, a uma redução do incremento demográfico, a um menor crescimento do PIB por habitante. A pobreza “visível” aumentou, com o crescimento de favelados e sem-teto.

De outro lado, na região metropolitana de São Paulo os espaços socialmente mais polarizados correspondem, respectivamente, a 12,8 % dos chefes (soma das categorias elite + pequena burguesia + profissionais liberais) e a 30,9% dos trabalhadores manuais e de sobrevivência. Essas categorias residem em áreas diferenciadas, numa paródia dos círculos de Burgess, Escola de Chicago às avessas, onde os ricos estão no centro e os pobres na periferia (Bettin, 1982). (Vide Mapas, em anexo.) São espaços que marcam profundamente a estrutura metropolitana. Mas cerca de 56% dos chefes residem sobretudo no anel intermediário, de forma indistinta (são os trabalhadores não-manuais, que se espalham na maior parte da área metropolitana).





A distribuição de renda dos chefes na Grande São Paulo mostra que 7,42% dos chefes encontram-se na faixa superior (mais de vinte salários mínimos), e mais de 25% deles têm renda até dois salários mínimos. Estes dados mostram uma polarização que resulta num espaço social específico.

Em relação às centralidades, conceituadas tanto como local com densidades de empregos terciários e como espaço simbólico, São Paulo assiste a uma mudança, embora falar em “gentrificação” em grande escala ainda seja prematuro. Nada se assemelha às Docklands londrinas, ao Battery Park americano, ao Puerto Madero argentino ou mesmo ao baiano Pelourinho. O centro de negócios e mesmo o simbólico migraram do Centro Histórico, deteriorado e com processos pontuais de renovação urbana, para a avenida Paulista, símbolo do capital financeiro dos anos 70, e, em seguida, para a avenida Faria Lima, centro de comércio e serviços que agora começa a abrigar bancos e financeiras (Nova Faria Lima), e, recentemente, para a avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, sede de empresas terciárias, hotéis e comércio sofisticados desde meados de 80 e anos 90 (Frúgoli, 1998).

Nas regiões tradicionalmente industriais (ABCD, Brás, Moóca, Belenzinho, Tatuapé, Ipiranga, Santo Amaro), já é nítido um esvaziamento das plantas industriais. Um detalhamento dos empregos nos anos de 1980 e 1991 vai permitir a mensuração desta perda.

O presente trabalho mostra alguns aspectos da estrutura socioespacial metropolitana. Se já se pode afirmar sobre o aumento dos sem-teto e dos favelados, não há ainda elementos que permitam afirmar sobre aumento da segregação, nem estabelecer relação causal entre segregação e globalização. A dualidade sempre existiu em São Paulo. Talvez sua explicitação espacial esteja mais nítida, com *shopping centers* e condomínios fechados. Neste ponto, certos traços urbanos seguem a classificação de Marcuse (1997): são cidadelas, enclaves e muitas vezes verdadeiros guetos, como algumas favelas.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ALTERNATIVAS DE MORADIA POPULAR²

Com uma área territorial de 5.070 km² e população de 16,5 milhões de habitantes (1998), a área metropolitana da Grande São Paulo mostra espaço bastante denso, embora com densidade demográfica desigualmente distribuída no espaço urbano. O cresci-

² Este item integra o trabalho “Tendências recentes na política de desfavelamento brasileira”, apresentado no XIV Congresso Mundial de Sociologia, Montreal, Canadá, 26 de julho a 1 de agosto de 1998, por Suzana Pasternak Taschner. Para o presente artigo foram feitas algumas modificações.

mento anual da região, entre 1991 e 1996, foi de 1,40%, mostrando uma redução sensível: entre 1960 e 1970 a taxa de crescimento populacional da Grande São Paulo foi de 5,56% ao ano; nos anos 70, de 4,46%; entre 1980 e 1991, de 1,87%; e entre 1991 e 1996, de 1,44% ao ano. Como se vê, a taxa vem caindo a cada período.

Em relação à Grande São Paulo, o município de São Paulo apresentou uma população de 9,84 milhões de habitantes em 1996 (IBGE – Contagem do Meio da Década). Suas taxas de crescimento populacional são ainda mais fortemente declinantes que as da região metropolitana. Entre 1970 e 1980, a população paulistana aumentou em 3,67% ao ano; entre 1980 e 1991, este ritmo caiu para 1,16%; e no período 1991-1996, para 0,40% ao ano. Cerca de 514 mil pessoas abandonaram a cidade entre 1986 e 1991. Por ano, foram em média 103 mil moradores que emigraram – um aumento de quase 50% em relação à média da década de 1980, quando cerca de 69 mil pessoas deixavam o município a cada ano (dados da Fundação Seade, publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, 8.3.1997, p.3.1). O município de São Paulo só não viu sua população diminuir em termos absolutos porque seu crescimento vegetativo foi de 680 mil pessoas, maior ainda que a emigração.

O fator que mais pesou para a estagnação da população paulistana foi o deslocamento de antigos moradores da cidade para o entorno da capital. Não é por acaso que a região do Estado que mais cresceu foi o cinturão de municípios da Grande São Paulo, com saldo positivo migratório de 440 mil moradores entre 1991 e 1996. A região metropolitana, sem contar a capital, cresceu a uma taxa de 3,21% ao ano, entre 1980 e 1991, e de 3,08%, entre 1991 e 1996 (dados do IBGE, publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, 1.3.1997), recebendo um saldo migratório positivo de 43.752 pessoas por ano na década de 1980, e de 87.992, entre 1991 e 1996. Esta cifra é maior que o saldo migratório para o interior do Estado, com média anual de 54 mil pessoas no período 1991-1996.

A periferização da população metropolitana, já evidente nos anos 80, acentuou-se nos anos 90: os moradores mais pobres são impelidos para regiões cada vez mais distantes, tanto para o entorno da capital, como para as cidades limítrofes. Além disso, o processo de desconcentração industrial, para regiões com mão-de-obra mais barata e com menos impostos, continua. Aliam-se ao custo de mão-de-obra e ao custo da terra fatores como a migração de retorno e a fuga das classes médias para condomínios fechados nas cidades vizinhas.

Parte do parque industrial paulistano migrou, na década passada, para cidades do interior paulista e de outras regiões do Brasil. Investimentos federais em energia, estradas e indústria de base – tais como fábricas de aço em Minas Gerais e petroquímicas na Bahia e no Rio Grande do Sul – levaram investimentos privados para estas regiões. No Estado de São Paulo, indústrias com “tecnologia limpa” fugiram da capital congestionada, sobretudo para um raio de cem km da capital, onde ficam cidades bem equipadas da época do café, como Campinas e São José dos Campos (*The Economist*, 27.3.1999). Segundo Célio Campolina Diniz, em 1970 a área metropolitana de São Paulo era responsável por 44% da produção industrial brasileira; em 1997, este percentual caíra para 25% (“Brazil Survey”, *The Economist*, 27.3.1999, p.13). Considerando-se apenas o Estado de São Paulo, o peso relativo do interior no Valor de Transformação Industrial (VTI) aumentou de 23%, em 1970, para 41%, em 1990 (dados da Fiesp). Pesquisa recente da Fundação Seade (1998), segundo informações do seu site (www.seade.gov.br), mostrou que o interior paulista, atualmente com aproximadamente 17 milhões de habitantes, responde por 50% da produção industrial do Estado. Segundo a mesma pesquisa, realizada para orientar os programas de qualificação de mão-de-obra da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, entre os investimentos privados para os próximos dois anos (1998 e 1999), apenas 19% se concentrarão na região metropolitana.

Perante este quadro, percebe-se que o menor crescimento demográfico do município de São Paulo não significou melhoria de condições de vida. A migração de atividades econômicas para o interior ampliou a pobreza urbana. Sinais visíveis da pauperização marcam a paisagem da cidade. Nos últimos dez anos, a chamada “cidade informal” cresceu mais que a “regular”. Os novos domicílios em favelas, cortiços e loteamentos clandestinos superam os lançamentos do mercado imobiliário e a produção de unidades habitacionais pelo poder público.

Segundo o IBGE, entre 1980 e 1991, o município de São Paulo acusou um aumento de 1.150 mil pessoas e 480 mil domicílios. Neste período, cerca de 200 mil unidades foram licenciadas e 80 mil comercializadas por órgãos públicos (Barreto Silva & Castro, 1997). Ou seja, cerca de 200 mil domicílios que não atendiam a requisitos legais foram produzidos nestes onze anos, isto é, cerca de 44% do total de casas edificadas. Além disso, na época do Censo em 1991, cerca de 270 mil domicílios, concentrados sobretudo em áreas centrais do município, estavam vagos.

Entre 1980 e 1991, a participação relativa dos imóveis alugados no total de domicílios da cidade caiu de 40,02% para 28,74%. Isto não implicou melhores condições de moradia. Para reduzir os gastos com a moradia, muitas famílias “optaram” por favelas, por unidades em loteamentos clandestinos e mesmo por morar na rua. O número de sem-teto na cidade de São Paulo tem aumentado. Em 1991, eram 3.392 moradores de rua; em outubro de 1993, 4.500; em fevereiro de 1997, cerca de 5.400. Surge uma figura nova, a do desabrigado com teto, não só em São Paulo como também em Belo Horizonte, outra metrópole do Sudeste brasileiro. Trata-se de um morador de rua que possui casa na periferia, mas não pode arcar com o tempo e o custo das quatro horas de locomoção diária entre sua casa e o local de trabalho. Seu trabalho costuma ser ocasional, em geral catador de papel ou coletor de lixo urbano. Dorme na rua, sob marquises e viadutos, ao lado do seu fardo de papel, como garantia da sua propriedade, para evitar o roubo do produto do seu trabalho.

Além da favela, onde a obtenção da terra se dá por invasão, há outras alternativas irregulares de provisão de moradia. Uma delas é a compra de lotes em loteamentos clandestinos, feitos em zonas inadequadas, sem a infra-estrutura necessária e sem a possibilidade de obter a documentação de propriedade. Tanto nas favelas como nos loteamentos clandestinos, a construção da casa também é feita de modo irregular. Há, ainda, os que habitam cômodos ou unidades precárias de aluguel, provenientes da subdivisão ilegal de imóveis no centro da cidade ou da construção clandestina de imóveis para locação em lotes periféricos – os cortiços.

Essas formas de produção irregular da moradia existem desde o século passado, mas sua importância relativa tem se alterado no tempo. A forma mais antiga de habitação popular foi o cortiço, presente desde o início da industrialização. Em São Paulo, as primeiras informações sobre o cortiço são de 1893 (São Paulo, Município, 1894), quando foram pesquisados 65 cortiços em área central, com 1.320 residentes. No Rio de Janeiro, dados de Pimentel (apud Vaz, 1995) forneceram, para 1869, 642 cortiços, com 22 mil habitantes. Aparentemente, o fenômeno era mais gritante na antiga capital. A própria alcunha do cortiço – cabeça-de-porco – deve-se a um enorme cortiço situado próximo à estação de Estrada de Ferro Central do Brasil, o célebre “Cabeça de Porco”, destruído pelo prefeito Barata Ribeiro, numa verdadeira ação policial, em 1893. Este cortiço foi arrasado para a abertura do túnel João Ricardo, cujas obras só foram concluídas em 1922. Seu nome se deve à forma característica da entrada do cortiço: um grande portal em arcada, ornamentado com a figura de uma cabeça de porco (Vaz et al., 1987).

Em 1962, Lagenest (1962) estimou em 18% o percentual da população da cidade de São Paulo moradora em cortiços. Em 1975, a Secretaria do Bem-Estar Social atualizou a estimativa, estabelecendo o percentual de moradores de cortiços em 9,3%. Em 1993, a pesquisa Fipe/Sehab contou 24 mil cortiços em São Paulo, com 161 mil famílias moradoras e uma população de 600 mil pessoas, 6% da população paulistana.

As estimativas para os cortiços, ao contrário das de favela, são conflitantes. Seu universo é ainda pouco conhecido e explorado. O que se pode perceber é que, contrariamente ao que acontecia no início do século, a moradia precária de aluguel não mais se localiza predominantemente nas zonas centrais, mais bem servidas de infra-estrutura e mais próximas ao emprego. O “cortiço de periferia” é uma triste realidade atual. O autoconstrutor, no que resta do terreno após a edificação da casa, constrói uma seqüência de cubículos servidos por um único sanitário e os aluga.

Dos anos 40 até o fim dos anos 60, o loteamento periférico clandestino foi a forma dominante de obtenção da casa própria, por meio da autoconstrução. Embora o parcelamento irregular fosse notado como problema desde as primeiras décadas deste século, a única solução posta em prática pelo poder público foram as sucessivas anistias, entre 1916 e 1969. Em 1981, órgãos oficiais levantaram 3.567 loteamentos irregulares, correspondente a 23% da área total do município e a um terço da área urbanizada. Perante este quadro, criou-se uma categoria de lotes com exigências menores, para reduzir custos e permitir maior produção de lotes populares. Entretanto, o incentivo não foi suficiente: entre 1981 e maio de 1990, apenas 4.200 lotes foram submetidos à aprovação nesta categoria menos exigente. Entre 1988 e 1996, 13 mil lotes foram aprovados e 148 mil lotes clandestinos foram identificados. Apenas 9% dos lotes e 25% da área loteada nestes oito anos foram legais... (Silva & Castro, 1997, p.39). Na presente década, o fenômeno do loteamento clandestino voltou, sobretudo na região de proteção aos mananciais. Entre 1984 e 1990, foram identificados, nessa área, 105 loteamentos clandestinos que ocupavam 1.866,5 hectares (cerca de 50% da área clandestina identificada).

Na cidade de São Paulo, o fenômeno “favela”, embora presente nos anos 40, só vai se desenvolver em larga escala nos anos 70. “Em 1957, apurava-se na capital de São Paulo um total de 141 núcleos, com 8.488 barracos e cerca de 50 mil favelados” (Finep/GAP, 1983, p.6). Em 1973, os aglomerados favelados já somavam 542, com 14.650 domicílios e quase 72 mil pessoas (1,09% da população municipal). Em 1980, eram 80.535 moradias, com 440 mil pessoas (5,18% da população da cidade). Segundo o Censo de favelas de 1987, o total de assentamentos favelados em São Paulo chegou a 1.592, com 150 mil casas abrigando 813 mil pessoas (8,92% da população da capital). Em 1993, data da última pesquisa, o número de moradias faveladas atingiu 378,6 mil, com 1,9 milhões de pessoas, 19,8% da população municipal.

Em duas décadas – de 1973 a 1993 – a população moradora em favelas no município de São Paulo passou de 1% para quase 20% da população total.

No processo de ocupação do espaço, quando as próprias favelas tornam-se inacessíveis (a mercantilização das terras e casas em invasões já começa a se tornar prática comum na cidade – em 1993, 41% dos chefes de família declararam ter pago por seu lote contra 4,3% em 1987), surgem novos tipos de invasão: debaixo de pontes e viadutos; em calçadas de vias expressas; em jardins e praças públicas; além da verticalização de unidades em favelas estruturadas e da população que se abriga nas ruas e avenidas, sem local fixo, navegando de forma incessante nos espaços públicos da cidade.

Em São Paulo não existem estudos conclusivos sobre o número da população de rua. Foram realizadas duas investigações no município. Uma delas (Vieira, 1992) foi feita percorrendo ruas na área central da cidade, durante o inverno de 1991 (junho a agosto de 1991). A outra foi anterior, baseada num estudo realizado no plantão da Supervisão Regional das Administrações Sé e Lapa em fevereiro de 1991. Uma investigação mais recente (em outubro de 1993) visou contar as crianças e adolescentes para quem a rua constitui fonte de geração de renda e contexto de vida.

Na pesquisa realizada durante o inverno de 1991, identificaram-se 329 pontos de pernoite com 3.392 pessoas, e número médio de pessoas por ponto variando entre 3 e 14 (Kohara & Almeida, 1995); o grupo modal possuía entre 2 e 5 pessoas (34%); 21% eram compostos entre 6 a 10 pessoas; 200 pontos de dormida eram ruas ou avenidas, 51, praças públicas, 39 viadutos, e os outros distribuíam-se em canteiros de prédios, terrenos vagos etc. Quanto ao sexo, 92% eram homens, 50% eram brancos e 85% exerciam alguma atividade econômica, muitas vezes registrada. Grande parcela estava na rua há mais de seis meses (56%).

A pesquisa sobre as crianças de rua de 1993 encontrou um total de 4.529 menores vivendo pelas ruas de São Paulo durante o dia. À noite, são 895. Foram classificados como em “situação de rua” toda criança e adolescente trabalhando (como ambulante, catador de papel, guardador de carro, carregador de feira etc.), mendigando ou perambulando pelas ruas. Como se vê, apenas 19,5% não têm casa e dormem na rua. O total de menores do sexo masculino em situação de rua é 4,5 vezes maior que o do sexo feminino.

Monsenhor Júlio Lancelotti, vigário episcopal do povo de rua na Arquidiocese de São Paulo, citou, em uma entrevista a alunos da FAU/USP: “Uma vez eu perguntei a um menino da rua o que era a rua. E ele disse que a rua era um lugar cheio de portas e que ele não podia entrar em nenhuma. Uma criança. Não que todos tenham essa visão. Acredito que o povo da rua dentro de uma casa é o mesmo que nós na rua, porque é toda uma questão de espaço, eles criam o espaço, limitam, constroem aquele espaço. Mas são espaços sem limites. Você muda de um para o outro sem ser pela porta. Não há paredes. O povo da rua se movimenta atrás de comida, de relações humanas, por isso que nós procuramos trabalhar com eles a relação humana, como restauradora da dignidade. Quem é que conversa com o povo da rua?” (entrevista à *Revista Caramelo*, n.9, p.42, 1997).

Numa cidade de 9,8 milhões de habitantes, com 2,7 milhões de domicílios, entre os quais se computam pelo menos 600 mil pessoas em cortiços, 1,9 milhões de favelados, uma população de número desconhecido ocupando loteamentos irregulares e casas fora do padrão considerado aceitável (em 1989 a estimativa de casas fora do padrão era de 350 mil, 15% do total de domicílios) mostra o retrato de uma metrópole excludente, onde mais da metade dos seus habitantes mora numa cidade clandestina, precária, onde a população de rua – pequena em termos relativos, mas crescente – é apenas a parte aparente de um dos círculos dantescos da comédia urbana.

VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E HABITACIONAIS: CARACTERIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO

No que diz respeito aos dados sistematizados para análise, as variáveis sociodemográficas pesquisadas, como apontado anteriormente, referem-se aos chefes de família em 1991. São elas: sexo, grupo etário, cor, educação, renda e categorias sócio-ocupacionais.

Em relação ao domicílio, analisaram-se as condições de ocupação (próprio, alugado, cedido, outros) e algumas informações sanitárias em relação ao abastecimento de água, destino do lixo e dos dejetos.

Tabela 1 – Região Metropolitana de São Paulo. População e taxas geométricas de crescimento anual, segundo vetores

Vetores	População			Taxas (%)	
	1980	1991	1996	1980/91	1991/96
Centro	8.967.769	10.193.843	10.434.150	1,29	0,47
Noroeste	997.978	493.291	614.947	5,17	5,17
Oeste	152.436	293.218	362.800	6,76	4,35
Sudoeste	287.466	481.934	562.869	5,08	3,58
Sudeste	1.652.781	2.045.227	2.227.904	2,15	1,73
Leste	519.037	816.481	982.423	4,63	3,77
Nordeste	579.227	861.877	1.064.899	4,05	4,32
Norte	132.031	248.147	310.403	6,52	4,58
Total	12.588.725	15.416.416	1.656.035	1,86	1,44

Fonte: IBGE – Censos demográficos de 1980 e 1991. Contagem populacional de 1996.

A Tabela 1 mostra a população metropolitana nos oito vetores estudados e as taxas de crescimento anuais da população em cada vetor. Como já foi dito no Item 2, a taxa de crescimento populacional metropolitana está diminuindo. Esta diminuição, entretanto, não se dá de forma uniforme pelo território. A redução da taxa total deve-se sobretudo à redução do vetor Centro (Capital e Osasco), com taxas entre 1991 e 1996 de 0,38% e 1,88% anuais, respectivamente. Há vetores em que as taxas desde 1980 tem-se mantido com valores altos, como o vetor Noroeste (Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Pirapora e Santana do Parnaíba). E no vetor Nordeste (Arujá, Guarulhos e Santa Isabel), ela aumentou nos últimos anos. A região do Estado que mais cresceu entre 1991 e 1996 foi o cinturão de municípios da Grande São Paulo; nele se distingue Guarulhos, como o município paulista que mais cresceu em termos absolutos nos anos 90, com taxa anual de 4,31% e crescimento absoluto de 186 mil pessoas, das quais cerca de 80 mil por migração. Na Tabela 1 observa-se que as taxas geométricas de crescimento populacional continuam altas em todos os vetores, com valores superiores a 4%, com exceção do Centro e do Sudeste (ABCD). Sem a capital, os municípios da região metropolitana cresceram 3,08% anuais entre 1991 e 1996 (3,2% entre 1980 e 1991).

A periferização da população metropolitana, já evidente nos anos 80, acentua-se nos anos 90: moradores mais pobres são expelidos para regiões cada vez mais distantes. Entre 1980 e 1991, a metrópole cresceu, em números absolutos, cerca de 2,83 milhões de pessoas. Deste total, 60% deveu-se ao crescimento dos outros municípios da Grande São Paulo. O crescimento metropolitano entre 1991 e 1996 foi de 1,14 milhões, dos quais apenas 16% deveu-se ao crescimento da capital.

Dentro do tecido urbano do município de São Paulo, a periferização também evidencia-se. A Tabela 2 mostra que praticamente todo o crescimento paulistano deu-se no chamado anel periférico³ na década de 1980. O aumento da população da capital não chegou a 200 mil habitantes entre 1991 e 1996.

³ Para a definição dos anéis, ver o artigo de Taschner, S. P., na *Revista Brasileira de Estudos de População*, 7/1, 1990.

Tabela 2 – Município de São Paulo: incrementos e taxas de crescimento, 1960-1991

Anel	Incrementos						Taxas (%)		
	1960-70	%	1970-80	%	1980-91	%	1960-70	1970-80	1980-91
Central	22.635	1,02	84.531	3,29	-51.838	-4,57	0,72	2,23	-1,17
Interior	5.168	0,23	91.648	3,57	-76.036	-6,71	0,08	1,26	-0,93
Intermediário	324.375	14,64	182.433	7,10	-59.087	-5,21	2,79	1,28	-0,36
Exterior	910.791	41,11	792.046	30,83	257.237	22,69	5,52	3,13	0,75
Periférico	952.372	43,00	1.417.953	55,20	1.063.396	93,8	12,90	7,42	2,99
Município	2.215.341	100,00	2.568.691	100,00	1.133.672	100,00	4,79	3,67	1,15

Fonte: IBGE – Censos demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991.

Com referência à chefia do domicílio, as mulheres representam apenas 18,3% dos chefes, embora trabalhos recentes apontem para um aumento crescente da chefia feminina nas últimas décadas (Montali, 1997). No município central o percentual é maior; 20,26% dos domicílios eram chefiados por mulheres. E a distribuição intra-urbana na capital era bastante peculiar – no Centro (distritos de Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Pari, República e Santa Cecília) a chefia feminina chega a 34%. A chefia é atribuída pelos entrevistados a um membro do grupo domiciliar. Num país patrilíneo, onde juridicamente até pouco tempo atrás a cabeça do casal era sempre o indivíduo do sexo masculino, os moradores costumam atribuir ao homem, sempre que existe, a condição de chefe. Assim, no Centro, para se ter o elevado percentual de chefes femininas, é muito provável que se tratem de domicílios com viúvas, mulheres sós e/ou mulheres sem companheiros. E por que isso se daria preferencialmente no Centro? Hipóteses plausíveis: estrutura etária mais velha, que favorece um excedente feminino, presença de cortiços e *kitchinettes* (seguindo a literatura, que associa chefia feminina à pobreza, portanto à moradia pior).

Essa população de chefes é majoritariamente branca, observando-se a existência de alguns enclaves étnicos na Região Metropolitana e no município-sede, como é o caso dos distritos paulistas de Jardim Ângela, Jardim Helena, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, Itaquaquecetuba e Guaianazes e dos municípios de Ferraz de Vasconcelos (vetor Leste), Barueri (vetor Noroeste) e Francisco Morato (vetor Norte), todos eles com percentuais de chefes não-brancos superiores a 50%.

De outro lado, cabe mencionar que os percentuais de chefes não-brancos são muito reduzidos (inferiores a 10%) nos distritos de Alto de Pinheiros, Perdizes, Moema, Jardim Paulista, o que permite estabelecer uma relação entre renda, escolarização, cor e local de residência no espaço urbano. Esta relação é reforçada quando se observa o percentual de chefes de renda baixa, de até dois salários mínimos, nos distritos e municípios com alto percentual de chefes não-brancos: 34% dos chefes no Jardim Helena e no Itaim Paulista; 27% em Cidade Tiradentes.

No que se refere à escolarização, expressa em anos de estudo, o grupo modal situa-se na faixa de um a quatro anos de estudo (40,6% dos chefes), evidenciando níveis extremamente baixos de educação formal, agravados se considerarmos o índice de cerca de 10% dos chefes sem escolarização alguma. No outro extremo, cabe apontar que 13,6% dos chefes residentes na RMSP possuem nível superior, com 12 ou mais anos de estudos (Tabela 3).

Tabela 3 – Chefes de domicílio por vetores da RMSP, segundo anos de escolaridade

Vetores	Nenhum	%	1 a 4	%	5 a 8	%	9 a 11	%	2 ou mais	%	Total global	%
Centro	233.433	9,1	991.126	38,5	531.202	20,6	400.736	15,6	417.336	16,2	2.273.834	100,0
Noroeste	33.141	12,3	121.362	45,0	63.422	23,5	33.476	12,4	18.016	6,7	269.418	100,0
Oeste	8.954	14,1	31.637	49,9	14.509	22,9	5.319	8,4	3.028	4,8	63.448	100,0
Sudeste	17.768	16,3	53.181	48,8	22.344	20,5	10.790	9,9	4.869	4,5	108.953	100,0
Sudeste	40.979	9,6	173.454	40,7	94.295	22,1	65.586	15,4	51.917	12,2	426.232	100,0
Leste	26.570	14,5	84.262	45,8	41.342	22,5	18.508	10,1	13.157	7,2	183.840	100,0
Nordeste	26.931	13,4	91.156	45,3	44.424	22,1	24.311	12,1	14.346	7,1	201.169	100,0
Norte	8.331	15,2	27.778	50,8	12.150	22,2	4.401	8,0	2.022	3,7	54.683	100,0
Total global	387.223	10,2	1.539.699	40,6	802.188	21,2	547.153	14,4	515.115	13,6	3.791.379	100,0

Fonte: IBGE – Tabulações especiais do censo demográfico de 1991.

No vetor Centro estão os percentuais mais elevados de chefes com escolaridade de nível superior (16,2%) e no vetor Norte encontram-se os percentuais mais baixos de chefes com tal nível de escolaridade (3,7%).

Os chefes de domicílio sem escolarização concentram-se nos vetores Sudoeste (16,3% de chefes com nenhuma escolaridade) e Norte (15,2% de chefes nesta condição). Somando-se a esses percentuais os chefes com até quatro anos de estudo, temos os alarmantes percentuais de 66,0% de chefes com baixa escolaridade no vetor Norte e, 65,1%, no vetor Sudoeste (Tabela 3).

Com relação à renda dos chefes (Tabela 4), 25,35% podem ser classificados como pobres (com renda mensal de até dois salários mínimos). A concentração de chefes pobres ocorre, particularmente, no vetor Oeste (30,1% do total de residentes). Pode-se assinalar, ainda, que nos vetores Centro e Sudeste o percentual de chefes de baixa renda é da ordem de 20%.

Considerando-se como chefes de “renda média” aqueles situados na faixa de cinco a vinte salários mínimos de renda mensal, observa-se um total de 37,4% das chefias nessa condição, o que aponta para a existência de uma “classe média” numerosa e relativamente dispersa no tecido metropolitano. A maior concentração de chefes de “renda média” ocorre nos vetores Centro (33,6% do total de residentes) e Sudeste (36,3% do total de residentes). Deve-se ressaltar que o vetor Sudeste reúne os principais municípios industriais paulistas – hoje, também, centros importantes nos ramos do comércio e prestação de serviços – e concentra os maiores percentuais de chefes de “renda média” da região metropolitana, enquanto os maiores percentuais de chefes com alta renda (superior a vinte salários mínimos) acham-se concentrados no vetor Centro, especialmente no município de São Paulo (cerca de 241 mil chefes de família).

Tabela 4 – Chefes de domicílio (%) por vetores da RMSP, segundo faixas de renda agrupadas

Vetores	0 a 2 salários mínimos	de 2 a 5 salários mínimos	de 5 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos
Centro	20,2	34,6	33,6	7,8
Noroeste	25,5	45,1	22,7	3,5
Oeste	30,1	43,4	19,2	3,1
Sudoeste	25,4	42,8	26,4	1,8
Sudeste	19,9	35,5	36,3	4,9
Leste	32,9	40,3	20,6	2,1
Nordeste	24,8	41,6	26,8	2,8
Norte	26,3	46,8	22,3	1,7
Total	25,3	25,4	37,3	7,4

Fonte: IBGE – Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991.

Vale a pena notar – numa primeira tentativa de associação dos dados – que somados os chefes das três categorias ocupacionais superiores (elite dirigente, pequena burguesia e profissionais de nível superior), obtém-se o total de 271.459 pessoas, a maioria dos quais deve auferir rendimentos superiores a vinte salários mensais.

No caso do município de São Paulo, observa-se uma expressiva concentração desses chefes de categorias ocupacionais superiores em distritos como Jardim Paulista (com 58,8% de chefes nas camadas superiores), Moema (57,8%), Alto de Pinheiros (53,7%),

Pinheiros (48,8%), Perdizes (51,8%), Vila Mariana (48,6%), Itaim Bibi (47,4%), Morumbi (45,8%), Campo Belo (45,3%) e Consolação (44,0%). (Vide Mapas em anexo.) São distritos com alta concentração de população rica; por exemplo, Morumbi conta com 42% dos chefes com renda de mais de vinte salários mínimos; Jardim Paulista, com 40%; Alto de Pinheiros, com 36%; e Itaim Bibi, com 32%.

No extremo oposto, no quadro dos trabalhadores da sobrevivência, evidencia-se a já mencionada polarização entre riqueza e pobreza na área metropolitana. Considerando-se apenas os distritos com acima de 20% de chefes residentes situados nessa categoria, observa-se que eles residem nas áreas periféricas, tanto do município de São Paulo, como da Região Metropolitana. Complementarmente, é relativamente pequena a presença desses contingentes de trabalhadores da sobrevivência nos demais distritos do município-sede, bem como a de chefes de domicílio pertencentes às camadas superiores nas áreas de periferia anteriormente mencionadas.

De fato, enquanto entre os chefes de domicílio residentes no vetor Central 19,0% pertencem às categorias ocupacionais de nível superior, no vetor Norte apenas 7,9% dos chefes situam-se nessas categorias (Tabela 5). Nos demais vetores – com exceção feita ao vetor Sudeste, que possui 15,8% de chefes com ocupações de nível superior – o percentual de chefes das categorias ocupacionais superiores situa-se entre 9% e 10% do total de chefes residentes.

Tabela 5 – Chefes de domicílio, por vetores da RMSP, segundo categorias sócio-ocupacionais agrupadas, em porcentagem

Vetores	Elite dirigente, pequena burguesia, nível superior	Não-manuais de nível médio, comércio e serviços	Manuais da indústria e serviços, trabalhadores de sobrevivência
Centro	19,00	55,60	24,90
Noroeste	9,10	54,40	36,00
Oeste	9,40	47,60	40,90
Sudoeste	8,60	49,70	39,60
Sudeste	15,80	53,70	30,20
Leste	10,30	48,00	37,00
Nordeste	10,90	52,90	34,90
Norte	7,90	48,80	42,50
Total	16,40	54,10	28,60

Fonte: IBGE – Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991.

Detalhando um pouco mais as informações acerca da distribuição espacial dos trabalhadores manuais e da sobrevivência (vide Mapas), observa-se que eles se concentram no vetor Oeste (municípios de Cotia, Itapevi, Jandira e Vargem Grande, classificados como municípios-dormitórios da RMSP) e no vetor Norte (municípios de Francisco Morato, Franco da Rocha, Caieiras e Mairiporã, também “dormitórios” da região metropolitana). Estes dois vetores situam-se, por sua vez, entre os que mais cresceram no período 1991-1996 (4,35% e 4,58%, respectivamente, em seu conjunto), apontando uma vez mais para o processo de periferização da pobreza. Outro vetor que apresentou taxas de crescimento populacional importantes, no mesmo período, foi o Noroeste (4,35% ao ano). Trata-se neste caso de área residencial onde se localizam, de forma segregada, grandes condomínios fechados (Alphaville) ao lado de conjuntos residenciais populares e favelas.

Ainda no que se refere à distribuição espacial das categorias ocupacionais na região metropolitana de São Paulo, esse primeiro recorte analítico permite apontar para a dispersão dos trabalhadores de nível médio (trabalhadores não-manuais e do comércio e serviços), por todos os vetores da metrópole, com alguma predominância no vetor Centro, onde se concentram a elite dirigente e os profissionais de nível superior.

Em relação às características domiciliares, foram apuradas variáveis relativas à condição de ocupação das casas, assim como algumas informações sobre saneamento.

Sobre a propriedade domiciliar, 66,92% das moradias da região metropolitana são próprias (58,32% totalmente próprias e 8,60% apenas com a construção própria). Em 1980 52,65% das moradias metropolitanas eram próprias. Em 1980, as categorias de apuração dividiam-se em próprias totalmente quitadas (42,32%) e em processo de aquisição (10,33%). Em 1991 tem-se definidas a propriedade total e a propriedade apenas da construção, podendo o lote ser cedido, alugado ou invadido. O aluguel e a cessão de terras para fins domiciliares são eventos pouco frequentes. A maior probabilidade seria de que as unidades onde apenas a construção é própria sejam casas construídas em terrenos invadidos, ou seja, domicílios favelados. Pelo Censo de 1991, o número de casas faveladas na RMSP era de 203.833, em 1.021 favelas (*Anuário Estatístico de 1992*). Pelos dados censitários relativos aos domicílios, há 362.233 moradias com apenas a construção própria, portanto uma diferença de 158,4 mil domicílios.

Há fortes indícios de que as favelas recenseadas estejam subdimensionadas. O IBGE computa, na sua publicação sobre favelas, apenas as unidades em assentamentos com mais de cinquenta casas. Não se pode afirmar, entretanto, que o número de domicílios favelados metropolitanos seja exatamente 362 mil em 1991 – número de unidades com apenas a construção própria, o que daria 8,6% da moradias metropolitanas em favelas. É provável que muitos domicílios favelados tenham sido computados como totalmente próprios. Pelo menos, os dados relativos ao município da capital, sobre o qual existe um cadastro de favelas mais detalhado, indica esta possibilidade. Em 1993, dados da Sehab-SP registravam, para o município da capital, 378.683 casas faveladas. Os dados censitários de 1991, observando-se a categoria “apenas a construção própria”, fornecem 178.744 casas. As informações sobre favelas do IBGE em 1991 fornecem o total de 135 mil moradias em favelas para capital. Tem-se, assim, três estatísticas distintas, com o número indicado pelo cadastro de favelas Sehab-SP/Fipe bastante superior aos dois indicados pelo Censo.

A análise comparativa das condições de ocupação das moradias metropolitanas mostra uma diminuição da proporção de casas alugadas entre 1980 (37,57%) e 1991 (22,78%). O percentual de moradias cedidas manteve-se mais estável (8,40% em 1980 e 9,72% em 1991). A década foi marcada por crises econômicas e mudanças na legislação do inquilinato. Este aumento de 14 pontos percentuais nos domicílios próprios (de 52,65% em 1980 para 66,82% em 1991) não deve significar melhores condições financeiras, expressas por propriedade da moradia. O financiamento para compra de casas foi pequeno na década, em 1986 o BNH faliu, e desde 1984 funcionava de forma precária. A grande probabilidade é de que este aumento do percentual de casas próprias deva-se ao aumento do número de casas autoconstruídas e em favelas. A relação inversa entre renda e propriedade domiciliar, rara nos países desenvolvidos e frequente no Brasil, é verificada na observação do percentual de aluguel por vetor da RMSP: no vetor Centro, onde se tem a maior renda e a maior concentração da elite dirigente mais pequena burguesia mais profissionais de nível superior, está uma das maiores porcentagens de casas alugadas (32,03%). O vetor Sudeste, que compreende o Grande ABC, com a segunda maior con-

centração das categorias socioprofissionais mais altas, assim como da faixa de renda acima de vinte salários mínimos (4,9% dos chefes, inferior apenas à encontrada no vetor central), apresenta também percentual relativamente alto de moradias alugadas: 23,31%. De outro lado, nos vetores mais pobres – Oeste, Leste e Norte – o percentual de casas alugadas era de 17,47%, 19,36% e 15,13%, respectivamente. No vetor Norte, onde apenas 1,7% dos chefes tem renda superior a vinte salários mínimos, o percentual de moradias cedidas ultrapassa o de outros vetores, atingindo 26,79% do total de casas. Lembramos que no vetor Oeste (Cotia, Itapevi, Jandira e Vargem Grande) e no Norte (Francisco Morato, Franco da Rocha, Caieiras e Mairiporã), concentram-se os trabalhadores manuais e de sobrevivência. Estes vetores são os que apresentaram taxas de crescimento elevadas entre 1980 e 1991 (6,76% e 6,52%, respectivamente) e continuam com taxas altas entre 1991-1996 (4,35% e 4,58%). Percebe-se que o crescimento se dá com más condições domiciliares, o que corrobora a hipótese da periferização da pobreza.

Estas más condições domiciliares são confirmadas pelas condições de saneamento. A Tabela 6 mostra a espantosa porcentagem de 64,21% de casas com instalações sanitárias inadequadas no vetor Norte. O vetor Sudoeste (Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço e Taboão da Serra) também tem percentual alto de moradias sem instalações sanitárias adequadas, 53,86%, assim como o Oeste, com 49,74% das casas deficientes sanitariamente.

Tabela 6 – Infra-estrutura adequada, por tipo de equipamento, segundo vetores da RMSP, em porcentagem

Vetores	Água	Saneamento	Lixo
Centro	96,25	77,49	94,69
Noroeste	93,43	70,99	94,49
Oeste	93,73	50,26	87,71
Sudoeste	95,89	46,14	90,00
Sudeste	93,58	60,67	90,41
Leste	91,58	61,89	87,86
Nordeste	93,58	60,67	90,41
Norte	84,04	35,79	70,44
Total	95,75	74,27	93,78

Fonte: IBGE – Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991.

Embora as condições sanitárias tenham melhorado entre 1980 e 1991, chama a atenção que 25,73% dos domicílios da Grande São Paulo apresentassem instalações sanitárias consideradas inadequadas e/ou ausentes em 1991 (são consideradas adequadas apenas as instalações sanitárias não-coletivas, com destino final dos dejetos na rede pública de esgotos e/ou fossa séptica). Este percentual era de 36,80% em 1980. Houve melhoria das condições de saneamento na metrópole, mas o fato de um quarto das casas metropolitanas apresentarem instalações sanitárias inadequadas no início da década de 1990 é alarmante. Esse mesmo quadro pode ser observado nas duas outras regiões metropolitanas do Estado de São Paulo – Campinas e Santos, onde, segundo *survey* realizado em 1995, 26% dos domicílios da região metropolitana de Campinas e 28% da de Santos não possuíam ligação domiciliar de esgoto (Bógus, 1997).

O investimento feito pelo poder público no abastecimento de água potável já se refletia na proporção de 86,39% dos domicílios com abastecimento de água correto em 1980. Esta proporção sobe para 95,75% das moradias metropolitanas em 1991. Foi considerada instalação de água adequada a oriunda de rede geral e/ou poço com canalização interna. O vetor menos favorecido é o vetor Norte, com 15,96% das casas apresentando abastecimento de água inadequado.

A Tabela 6 refere-se ainda ao destino do lixo doméstico – se coletado, queimado, enterrado, jogado no rio ou na terra. Apenas o lixo coletado, direta ou indiretamente, foi considerado como adequado. Na RMSP, 93,78% do lixo doméstico era coletado em 1991. Cabe ressaltar que não está computada a frequência da coleta nem o destino final do lixo coletado. O vetor Norte novamente aparece com condições precárias: 29,56% dos seus domicílios têm destino do lixo doméstico inadequado.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS: HIPÓTESES E INDAGAÇÕES

Tratando-se de trabalho em andamento, essa primeira aproximação dos dados constitui fonte de indagações e instiga investigações mais detalhadas acerca dos processos socioespaciais em curso na RMSP.

Em relação aos processos de segregação – exclusão social –, há fortes indícios de seu aprofundamento, no quadro de uma metrópole complexa, internacionalizada ou globalizada, onde ao lado de enormes mudanças tecnológicas – a serviço de alguns – observa-se a concentração da propriedade privada e a polarização crescente do ponto de vista social. Tal polarização se expressa nos níveis muito desiguais de renda, educação formal e qualificação profissional e se reflete de várias formas nos espaços da metrópole, em que se observa cada vez de forma mais acentuada a presença de espaços residenciais e comerciais exclusivos, a privatização de espaços públicos, com o “fechamento” de ruas e praças para garantir a segurança de setores da população ameaçados pelas “classes perigosas”. Tal privatização dos espaços públicos pode ocorrer tanto em áreas centrais do município-sede, onde se encontram os maiores percentuais de famílias de alta renda, como em áreas menos segregadas e menos centrais, onde a presença acentuada da pobreza constitui uma ameaça às famílias de “renda média” que, muitas vezes, “expulsas” das áreas centrais, devido a valores imobiliários incompatíveis com seus salários, reproduzem nos novos locais de residência os processos vigentes nas áreas mais valorizadas.

Esse processo pode ser, também, inserido no contexto que Marcuse (1997) denomina de “cidadela”, que serve para designar os grandes condomínios cercados, de casas e apartamentos, em que guardas particulares e sistemas *high-tech* de segurança buscam garantir que intrusos fiquem “de fora” da vizinhança.

Entre as “cidadelas” detectadas hoje em grandes metrópoles, pode-se perceber algumas habitadas por aqueles que estão no “topo” em termos de poder econômico e político (idem). Outras, no entanto, são ocupadas por famílias “bem-sucedidas”, que embora não estejam no topo da escala social, sentem-se vulneráveis em relação aos mais pobres, de cuja proximidade residem e querem manter-se longe deles. A este segundo tipo, Marcuse denomina de “*exclusionary enclaves*” (1997, p.247).

Considerando-se o quadro mais amplo dos debates teóricos recentes, que colocam a necessidade de rever o modelo de dualização da estrutura socioespacial, para o caso das

metrópoles brasileiras (Lago,1998), cabem aqui algumas observações com base na análise ainda muito preliminar dos dados.

De fato, esta primeira aproximação aponta para a presença da pobreza em todo o espaço metropolitano, o que indicaria uma estrutura espacial não dual, com o aumento relativo das camadas médias nas áreas periféricas. Entretanto, nossos dados para a RMSP apontam, também, e com força relativa considerável, para a existência de espaços polarizados, onde a presença, seja da população de alta renda e alta qualificação profissional, seja de população de baixa renda e precária qualificação para o trabalho, é pouco permeada por elementos de outras camadas sociais.

É neste contexto que, segundo Lago (1998, p.3), “emergem novas modalidades de segregação socioespacial baseadas na exclusividade residencial e comercial, tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas”.

Entretanto, se de um lado pode-se falar da existência de espaços quase exclusivos para as categorias superiores/inferiores na escala social, por outro, detecta-se a diversificação da estrutura social e redistribuição no espaço urbano, particularmente das camadas de renda média.

Tais camadas buscam, em geral, instalar-se em áreas próximas ou habitadas por população de alta renda, onde seu peso relativo é importante, estando também dispersas – como já foi apontado – por toda região metropolitana, criando espaços sociais mistos ou de estruturação social mais complexa.

Ao longo da pesquisa o confronto das categorias empíricas com os conceitos permitirá apurar o quanto as noções de polarização, fragmentação, exclusão e *dual cities* permitem apreender e explicar a realidade estudada.

Por enquanto, o que se depreende é a existência de “enclaves sociais” num espaço que tende mais à fragmentação do que à dualização e onde a polarização social é extremamente forte.

Lúcia M. M. Bógus é socióloga, doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU/USP e professora da FCS/PUCSP. E-mail: lubogus@uol.com.br

Suzana P. Taschner é arquiteta, doutora em Demografia pela FSP/USP e professora da FAU/USP. E-mail: suzana@informatel.com.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTIN, G. *Los Sociólogos de la Ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.
- BÓGUS, L., MONTALI, L. “A reestruturação metropolitana de São Paulo”. *Revista Margem*, São Paulo, EDUC, n.3, p.159-78, 1994.
- BÓGUS, L. *(Re)urbanização: por que e para quem?* 1988. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- . “Condições de vida e acesso a serviços no contexto das metrópoles paulistas”. In: PATARRA, N. et al. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana*. São Paulo 1980-1993. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1997. p.153-76.
- CARDOSO, A. L., RIBEIRO, L. C. Q. *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1996.
- CARDOSO, F. H. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Ditel, 1973.
- CASTEL, R. “As armadilhas da exclusão”. In: BÓGUS, L.; YASBEK, M. C., WANDERLEY, M. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997. p.15-48.
- CASTELLS, M. *The Informational Society*. Oxford: Blackwell, 1989.
- COULON, A. *A escola de Chicago*. Campinas: Papyrus, 1995.
- FARIA, V. *Occupational Marginality, Employment and Poverty in Urban Brazil*. 1976. Thesis (PhD) – Harvard University.

- Finep/GAP. *Habitação popular*: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro. São Paulo: Pro-Editores, s.d.
- FRÚGOLI, H. *O Centro, a avenida Paulista e a avenida Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associações*: atualidade urbana e exclusão social. 1998. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- KOHARA, L., ALMEIDA, M. A. P. de. *População moradora na rua e a questão urbana*. Trabalho apresentado à Escola Politécnica da USP, disciplina PCC – 755. São Paulo, 1995. (Mimeo.)
- KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LAGENEST, H. D. B. de (Coord.). “Os cortiços de São Paulo”. *Revista Anhembi*, n.139, jun. 1962.
- LAGO, L. C. *Estruturação urbana e mobilidade espacial*: uma análise das desigualdades socioespaciais na metrópole do Rio de Janeiro. 1998. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- MARCUSE, P. “The Enclave, the Citadel and the Ghetto. What has Changed in the Post-Fordist U.S. City”. *Urban Affairs Review*, Sage Pbl. Inc., v.33, n.2, p.228-64, nov. 1997.
- MAUTNER, Y. *The Periphery as a Frontier for the Expansion of Capital*. Londres, 1991. Thesis (PhD) – University College, Bartlett School of Architecture & Planning.
- MONTALI, L. “Família, Trabalho e Migração”. In: PATARRA, N. et al. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p.261-318.
- NUN, J. “Sobrepoblación relativa, ejercito industrial de reserva y massa marginal”. *Revista Latino-Americana de Sociologia*, 4(2), p.178-237, jul. 1969.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Cebrap, 1981.
- PRETECEILLE, E. *Mutations Urbains et Politiques Locales*. Paris: CSU, 1993.
- . “Cidades globais e segmentação social”. In: RIBEIRO, L. C. Q., SANTOS JUNIOR, O. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p.65-92.
- São Paulo, Município – *Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das habitações operárias e cortiços no Distritos de Santa Efigênia*. São Paulo, 1894.
- SASSEN, S. “The Global City”. In: FAINTEIN, S., CAMPBELL, S. *Readings in Urban Theory*. Oxford: Blackwell, 1997. p.61-71.
- SILVA, H. M. B., CASTRO, C. M. P. de. “A legislação, o mercado e o acesso à habitação em São Paulo”. In: Workshop Habitação: Como Ampliar o Mercado? *Anais...*: IPT, 25 a 27 de agosto de 1997. (Mimeo.)
- SMOLKA, M. O. “Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social à segregação residencial no espaço”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.9, n.2, p.97-114, jul./dez. 1992a.
- . “Revisitando as relações entre a política habitacional (SFH) e o mercado imobiliário”. *Revista Espaço & Debates*, n.36, p.69-76, 1992b.
- TABB, W. “As cidades mundiais e a problemática urbana: os casos de Nova York e Tóquio”. In: PRETECEILLE, E., VALLADARES, L. (Coords.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel/Iuperj, 1990. p.183-91.
- TASCHNER, S. P., MAUTNER, Y. “Habitação da Pobreza”. *Cadernos PRODEUR*, São Paulo, FAU/USP, n.5, 1982.

- TASCHNER, S. P. "Habitação e demografia intra-urbana em São Paulo". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 7(1), p.3-33, jan.-jun. 1990.
- _____. "Changes in the Process of Self-help Housing Production in São Paulo". In: MATHEY, K. *Beyond Self-Help Housing*. London: Mansell, 1992. p.145-56.
- VAN KEMPEN, R., MARCUSE, P. "A New Spatial Order in Cities?" *American Behavioral Scientist*, p.285-98, nov.-dez. 1997.
- VAZ, L. et al. *História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/Editora Index, 1987.
- VAZ, L. *História da habitação coletiva no Rio de Janeiro: um estudo da modernidade através da moradia*. 1995. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- VIEIRA, M. (Org.). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 1992.

ANEXOS

NOTA METODOLÓGICA 1

De acordo com a metodologia adotada no Projeto "Metrópole, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana" (PRONEX) foram definidas as seguintes categorias sócio-ocupacionais:

1 Ocupações Agrícolas

Ocupações Agrícolas – formada por todas as ocupações agrícolas, e, em relação às categorias criador bovino, proprietário agropecuário e avicultor, apenas as pessoas com renda inferior a vinte salários mínimos mantem-se nesta categoria.

2 Elite Dirigente

Grandes empresários – formada pelos empregadores com alto *score* (renda mais educação), com exceção das ocupações tradicionalmente definidas como de profissionais liberais, e mais os outros empregadores (baixo *score*) com renda acima de vinte salários mínimos.

Dirigentes do setor público – formada pelas ocupações do alto escalão do setor público (ministros, magistrados, procuradores, diretores).

Dirigentes do setor privado – formada pelas ocupações de administradores de empresas com alto *score* e renda acima de vinte salários mínimos.

Profissionais liberais – formada pelas ocupações tradicionalmente definidas como de profissionais liberais (médicos, engenheiros, arquitetos, dentistas, advogados), agregando empregadores e conta própria.

3 Pequena Burguesia

Pequenos comerciantes – formada pelos comerciantes empregadores, com renda abaixo de vinte salários mínimos.

Pequenos empregadores urbanos – formada pelos empregadores com baixo *score*, excluídos os comerciantes, com renda abaixo de vinte salários mínimos.

Comerciantes por conta própria – formada pela ocupação comerciante por conta própria.

4 Profissionais de Nível Superior

Profissionais autônomos de nível superior – formada por profissionais de nível superior, excluídas as ocupações tradicionalmente definidas como de profissionais liberais por conta própria.

Empregados de nível superior – formada por profissionais de nível superior, empregados.

5 Trabalhadores Não-manuais de Nível Médio

Trabalhadores não-manuais em atividades de rotina – formada pelas ocupações que executam atividades de rotina, tais como secretárias, auxiliares administrativos, auxiliares de escritório, recepcionistas.

Trabalhadores não-manuais em atividades de supervisão – formada pelas ocupações que executam atividades de supervisão, tais como assistentes de administração, encarregados de administração, corretores de imóvel, administradores do comércio.

Trabalhadores não-manuais em atividades técnicas e artísticas – formada pelas ocupações que executam atividades técnicas e artísticas, tais como desenhistas, técnicos em contabilidade, caixas, técnicos em energia elétrica, programadores de computação, músicos, fotógrafos.

Trabalhadores não-manuais nas áreas de saúde e educação – formada pelas ocupações diretamente ligadas às áreas de saúde e educação, tais como professores e enfermeiras não-diplomadas.

Trabalhadores não-manuais nas áreas de segurança pública, justiça e correios – formada pelas ocupações diretamente ligadas às áreas de segurança pública (polícia e forças armadas), justiça e correios, tais como investigadores de polícia, oficiais do corpo de bombeiros, praças das forças armadas, carteiros.

6 Trabalhadores do Comércio e Serviços

Trabalhadores do comércio – formada pelas ocupações diretamente ligadas às atividades do comércio, tais como vendedores, operadores de caixa, praticistas e representantes comerciais.

Prestadores de serviços – formada pelos trabalhadores que prestam algum tipo de serviço, tais como cozinheiros, mecânicos, cabeleireiros, vigias, porteiros, trocadores, embarcadores, excluídos os profissionais autônomos especializados (mecânicos, sapateiros, motoristas, eletricitistas etc.) com renda acima de dez salários mínimos.

7 Trabalhadores Manuais da Indústria e Serviços

Trabalhadores manuais da indústria moderna – formada pelos trabalhadores manuais das indústrias do setor moderno: metalúrgica, mecânica, material elétrico, material de transportes, papel, borracha, química, produção de petróleo, farmacêutico, perfume e sabão, editoração gráfica, fumo.

Trabalhadores manuais da indústria tradicional – formada pelos trabalhadores manuais das indústrias do setor tradicional: o restante dos ramos, exceto a construção civil.

Profissionais autônomos – formada pelos trabalhadores manuais autônomos especializados, com renda acima de dez salários mínimos, tais como pintores, pedreiros, costureiros, carpinteiros, marceneiros, sapateiros, cabeleireiros, motoristas, mecânicos.

Trabalhadores manuais da construção civil – formada pelas ocupações diretamente ligadas à construção civil, tais como mestres, ladrilheiros, pedreiros, pintores, serventes de pedreiros.

8 Trabalhadores da Sobrevivência

Empregados domésticos – formada pela ocupação empregado doméstico, pelas ocupações enfermeiro não-diplomado, motorista e jardineiro, cujo ramo de atividade seja doméstico, e pela ocupação lavadeira, cuja posição seja por conta própria.

Ambulantes – formada pelos feirantes, doceiros, quitandeiros, carroceiros, outras ocupações ambulantes.

Biscateiros – formada pelos guardadores de automóveis, trabalhadores braçais, engraxates.

Tais categorias foram construídas com base nas ocupações classificadas pelo Censo Demográfico de 1980. Considerando-as uma expressão da hierarquia social existente no país, sua espacialização permitirá apreender a desigualdade social no espaço metropolitano paulista.

NOTA METODOLÓGICA 2

A espacialização proposta para o estudo das variáveis consideradas partiu da classificação segundo vetores, elaborada pela Emplasa (Empresa Metropolitana de Planejamento) para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, respeitando a contigüidade geográfica. São eles:

Vetor Centro – São Paulo e Osasco.

Vetor Noroeste – Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Pirapora do Bom Jesus e Santana do Parnaíba.

Vetor Oeste – Cotia, Itapevi, Jandira e Vargem Grande Paulista.

Vetor Sudoeste – Embu, Embu-Guaçu, Itapeçerica da Serra, Jujubim, São Lourenço e Taboão da Serra.

Vetor Sudeste – Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Vetor Leste – Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Salesópolis e Biritiba Mirim.

Vetor Nordeste – Guarulhos, Arujá e Santa Isabel.

Vetor Norte – Francisco Morato, Franco da Rocha, Caieiras e Mairiporã.

A B S T R A C T *The present paper shows the first results of a research which was sponsored by PRONEX. It supplies a first approach of the social segregation in the Great São Paulo, showing the residential distribution of some characteristics of the head of the family – socio-professional category, sex, age, years of study, race and income, as well as some domicile characteristics. The map shows a great concentration of the leading elite, bourgeoisie and superior professionals in the central area of the capital. On the other hand, the survival workers live preferentially in some areas of the peripheral cities. As general results, the heads of families on Great São Paulo still are predominant masculine (81,70%), whites (68,01%), with low degree of formal instruction (10,21% without no year of formal school). The paper shows these results in maps, scanning the social segregation.*

K E Y W O R D S *Metropolis; spatial segregation; intra-urban dynamics.*

An aerial photograph of a city grid, showing a dense network of streets and buildings. The word "RESENHAS" is overlaid in the center in a large, black, serif font. The grid is composed of dark, rectangular blocks separated by lighter-colored streets. The overall layout is a typical urban grid pattern.

RESENHAS

**ORIGENS DA HABITAÇÃO
SOCIAL NO BRASIL:
ARQUITETURA MODERNA,
LEI DO INQUILINATO E
DIFUSÃO DA CASA PRÓPRIA**

Nabil Bonduki

São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

Luiz César de Queiroz Ribeiro

É possível alcançar a função social da moradia pelo mercado ou ela deve ser produzida e distribuída como um bem de interesse social, pela intervenção do Estado? É possível promover o amplo acesso à moradia sem sacrificar as qualidades arquitetônica e urbanística dos espaços populares?

Eis perguntas que estão implicitamente formuladas na tese de doutoramento defendida por Nabil Bonduki, agora transformada em livro. São questões que derivam do duplo engajamento deste doublé de pesquisador e militante que retira da análise da política habitacional pré-BNH reflexões sobre os desafios colocados hoje àqueles que se propõem pensar e agir sobre os destinos das nossas grandes cidades, quando se afirma como verdade pretensamente universal e incontestável a primazia da lógica do mercado na resolução da questão social. É como ele mesmo expressa o seu compromisso: “o estudo da história só tem sentido se servir para compreender o presente e interferir na construção do futuro”.

O livro é um rico relato dos resultados do longo trabalho de pesquisa empreendido desde 1979 sobre o papel da moradia na formação dos espaços populares e periféricos das nossas grandes cidades. Foi analisando a organização da metrópole paulista, com efeito, que Nabil iniciou a sua trajetória acadêmica, propondo o termo “padrão periférico” para a compreensão do tripé da expansão urbana brasileira – casa-própria/ loteamento/ autoconstrução. Padrão prenhe de contradições, pois ao mesmo tempo que espoliou o trabalhador, permitindo a vigência de baixos salários urbanos pela ausência do custo da moradia, propiciou-lhe também a integração à sociedade urbana via o acesso aos serviços coletivos, à estabilidade de laços sociais e familiares e à proteção econômica oferecidos pelo patrimônio imobiliário.

Este tema é aqui retomado em uma perspectiva histórica, na qual Nabil vai buscar as origens ao anali-

sar os efeitos das políticas habitacionais inauguradas na “Era Vargas”. A periodização que organiza os capítulos pode ser resumida em três momentos, que se diferenciam pela lógica que preside as formas de produção e distribuição da moradia, pela qualidade da moradia como objeto arquitetônico e urbanístico e, sobretudo, pelos consensos que se estabelecem quanto à necessidade e à modalidade de intervenção pública. O desenrolar desta história, tal qual Nabil nos conta, parece desenhar uma irônica parábola, na qual crenças, diagnósticos e situações de um passado aparentemente ultrapassado, por ele denominado como “os primórdios”, resurgem não como farsa, mas como retrocesso histórico.

Entre o final do século XIX e os primeiros anos do XX, a moradia torna-se mercadoria pelas mãos de investidores “rentistas”, que produzem os cortiços, as vilas e os “correres de casa”, ao mesmo tempo que emerge o primeiro “problema habitacional” brasileiro, formulado na época por médicos e engenheiros como uma “questão sanitária” decorrente do congestionamento e da precariedade física das construções. Ante a impossibilidade de estabelecer cordões sanitários, em razão do modelo espacial ainda pouco segregado das nossas cidades (vale dizer, Rio de Janeiro e São Paulo), as elites buscaram soluções mediante a concessão pelo Estado de incentivos à constituição de empresas que se interessassem em construir moradias higiênicas para alugar aos “pobres” e pela intervenção autoritária na reforma dos espaços populares. Na “Era Vargas” um outro diagnóstico e um novo consenso são elaborados. O alto custo dos aluguéis e as preocupações do Estado em promover a integração dos operários à ordem social e política, peça fundamental do populismo, incentivava um intenso debate entre vários intelectuais e técnicos em torno da função social da moradia. Constrói-se a noção da habitação como um serviço público a ser provido pelo Estado na forma da promoção da casa própria em lugar do aluguel. Vários são os relatos transcritos por Nabil mostrando com clareza a intenção em utilizar a moradia “moralizada”, “confortável” e “econômica” como veículo da construção da ética do trabalho, necessária ao regime industrial, e da educação cívica e social do operariado para ingressar na ordem burguesa. Os arquitetos modernistas são importantes protagonistas deste projeto, chamados que são, como pessoas e como corporação, para traduzir tais objetivos em soluções arquitetônicas inovadoras e baratas e em

desenhos urbanísticos que incentivassem a mais ampla socialização do operário. Por conseqüência, segundo Nabil, este momento é singular na história da moradia popular, pois nele foi possível promover o acesso à habitação sem minimizar a sua qualidade. A habitação como serviço público é, contudo, derrotada. Primeiro em razão dos limites da própria política que a sustentava, incapaz de atender ao vasto contingente populacional que chega à grande cidade após a Segunda Guerra Mundial. Cresceram então as periferias de casas autoconstruídas pelos próprios moradores, que na falta de recursos de toda ordem sacrificaram a qualidade arquitetônica. Derrotada também pela concepção produtivista que passa a imperar na política habitacional após 1964, caracterizada por um grande volume de moradia produzida (cinco milhões), mas com o rebaixamento da qualidade da moradia, sobretudo no seu aspecto urbanístico, deixando em Nabil “saudades da qualidade dos conjuntos habitacionais dos IAP’s”.

Resultado: transformou-se a população urbana brasileira em proprietários imobiliários, já que cerca de 70% mora hoje em casa própria, invertendo literalmente a situação vigente no início desta história. Estamos, contudo, diante de problemas semelhantes aos dos “primórdios”, como atestam as estatísticas sobre a crise sanitária-ambiental das cidades brasileiras. A parábola se completa quando se constata que uma das mais fortes vertentes do debate social de hoje postula a solução da questão habitacional mediante incentivos à constituição de um sistema de financiamento imobiliário organizado integralmente sob condições de mercado.

Em contraposição a esta alternativa e como caminho para a retomada de uma política que promova o acesso da moradia com qualidade, Nabil propõe a solução da intervenção fundada na noção de “esfera pública não-estatal”, pela qual “as organizações não-governamentais podem gerenciar programas sociais com melhores resultados que o poder público, muitas vezes ineficiente e sujeito ao clientelismo, ou o setor privado, que se orienta basicamente em função do lucro”.

A riqueza do livro encontra-se na minuciosa reconstrução destas políticas, oferecendo ao leitor informações sobre os debates públicos que contribuíram em cada momento para produzir as políticas habitacionais e nas interessantes ilustrações iconográficas.

A noção de “habitação social” com a qual Nabil realiza sua pesquisa é ampla, compreendendo a inter-

venção pública na produção e financiamento da moradia, na regulamentação dos aluguéis e na complementação urbana da periferia gerada pelo loteamento. Estas três facetas sempre estiveram presentes nos debates promovidos pelo Estado e por seus intelectuais acerca do “problema da moradia”, embora seja verdade que a escassez relativa e absoluta das periferias das grandes cidades em matéria de bens e serviços urbanos nunca tenha merecido importância semelhante aos incentivos à construção habitacional. Mas, a noção de “habitação social” poderia ser ampliada para além das representações produzidas pelo próprio Estado sobre a sua intervenção e incorporar a permissividade e a tolerância com o desrespeito aos códigos de posturas e de edificação e com os loteamentos irregulares e clandestinos como uma outra importante faceta da política habitacional do período, não obstante as primeiras leis de controle datarem da década de 1930.

A extensão e a importância da ilegalidade urbana foram examinadas por Ermínia Maricato (*Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*, São Paulo: Hucitec, 1996) para o caso de São Paulo, onde existem cerca de 30 mil ruas ilegais e 24 milhões de pessoas moram em loteamentos irregulares e clandestinos. A manutenção da dualidade cidade legal *versus* cidade ilegal fez – e ainda faz – parte do modo de regulação do conflito social muito apropriado a que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “cidadania regulada”. A administração “criteriosa” da ordem legal da cidade tem sido, com efeito, um dos pilares de sustentação política do nosso modelo de capitalismo, baseado na extrema concentração de renda e da riqueza e na inclusão subordinada das camadas populares à ordem poliárquica, sustentada por um *mixed* de autoritarismo, clientelismo e cartorialismo. O mecanismo funciona da seguinte maneira: a produção de leis, códigos e posturas extremamente detalhistas e reguladores dos mínimos pormenores e uma aplicação seletiva, gerida segundo a conveniência da cidadania da tolerância e da política permissiva. Assim, tolerar que a cidade crescesse à margem da lei e permitir que os capitais especulativos retalhassem as periferias fora das regras instituídas, inclusive em propriedades grillhadas, pode ser entendido como uma das importantes modalidades da política habitacional no Brasil. Suspeito que este mecanismo esteja em transformação em razão das mudanças econômicas, sociais e políticas em curso na sociedade brasileira,

e uma nova ordem na cidade esteja sendo construída sob inspiração dos novos interesses presentes na acumulação urbana. A tolerância e a permissividade estão sendo substituídas pela delimitação, estigmatização e exclusão dos espaços populares, crescentemente identificados como razão e fonte das ameaças à “boa ordem do mercado e da cidade competitiva”. Indícios? – a difusão da “cultura do medo”, a adoção da “linguagem dos riscos” e a hegemonia do “discurso da ordem”, temas recorrentes nos noticiários sobre a violência dita “urbana”, as enchentes e os desmoraamentos, e nos documentos que apresentam as novas estratégias de salvação da cidade, brandidas pelos agentes que se que-rem estratégicos.

Luiz César de Queiroz Ribeiro é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O ESPAÇO DE EXCEÇÃO

Frederico de Holanda

Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Claudia Loureiro

Brasília é um espaço de exceção. Esta é a tese demonstrada por Frederico de Holanda em seu trabalho. Aparentemente esta é uma afirmação óbvia. Ninguém contesta que Brasília seja um espaço excepcional e de exceção e muitos outros trabalhos demonstram esta característica. É excepcional por ser única, singular, por ser grandiosa, por ser monumental. É de exceção por ser um destes espaços burocráticos, desenhados para ser cenário de rituais e cerimoniais do poder que dirige a nação, ou seja, desenhado para ser usado por presidentes, ministros, legisladores, militares, visitantes ilustres como primeiros-ministros, reis, príncipes, embaixadores e diplomatas para o exercício do poder. Assim, tem um significado político distintivo – um espaço desenhado para o desempenho de rituais políticos perante uma audiência. Esta é a definição de espaço cívico dada por Goodsell, referindo-se a todo espaço fechado, como câmaras ou salas de audiência, onde rituais políticos acontecem.¹ Neste sentido, Brasília é

¹ Goodsell, C. *The Social Meaning of Civic Space: Studying Political Authority through Architecture*. Kansas: The University Press of Kansas, 1988.

excepcional por estender esta característica para além do espaço fechado da sala cerimonial dos palácios, abrangendo todo o espaço público de uma cidade, e para uma audiência que é formada por toda a população de uma nação.

O trabalho de Frederico de Holanda é também excepcional. Ele foge do lugar-comum da descrição dos aspectos superficiais deste espaço de exceção, do significado simbólico de seus edifícios, desenhados para comunicar e revelar noções nem sempre bem-aceitas de autoridade política, para mostrar como o espaço de exceção é um problema particular da relação entre atributos sociais e atributos espaciais e que a semântica deste tipo de espaço – o que ele significa – está, em grande medida, contida na sua sintaxe.

Sintaxe é a palavra chave de toda a demonstração da tese de Holanda. Sintaxe espacial significa a configuração espacial – um sistema relacional que estrutura padrões físico-espaciais e expectativas sociais de diversos tipos. Configuração, mais que relações puramente espaciais, representa relações entre relações.

Holanda demonstra como este fenômeno socio-espacial, a construção de lugares especiais, fisicamente isolados e que incorporam dimensões superestruturais de ordem social, é recorrente na história dos assentamentos humanos, e, neste sentido, semelhanças estruturais entre Brasília e outros exemplos de espaços de exceção, como centros cerimoniais pré-colombianos, assentamentos reais-militares africanos e castelos feudais franceses, são exploradas.

O estudo comparativo entre estes espaços de exceção permite ao autor, apoiado numa teoria descritiva do espaço (Teoria da Sintaxe Espacial), definir as variáveis de análise de forma objetiva e sistemática, permitindo o estabelecimento de categorias próprias de um campo de conhecimento específico – a Arquitetura. Categorias assim definidas são utilizadas para demonstrar a tese por oposição ao que não é. Um mesmo conjunto de variáveis é utilizado para determinar os atributos arquitetônicos que permitem assentar diferenças e semelhanças entre manifestações e estabelecer relações.

Assim, Holanda despe-se das asas de Dédalos, abandona a visão de Dédalos para se colocar no lugar de Teseu que, com a ajuda do novelo de Ariadne, desvela os mistérios do labirinto. Dédalos representa o arquiteto do rei, responsável pela ordem somente

apreensível “de cima”, visão tradicionalmente própria dos deuses, os únicos com o direito a deter o conhecimento. Teseu representa a pessoa comum, que precisa, no seu cotidiano, de pistas para chegar ao conhecimento. O novelo, o fio condutor, é a sintaxe espacial que, como meio, orienta, de uma visão local, o alcance deste conhecimento, que se refaz a cada passo e que não é apreendido de uma só vez, sendo, portanto, dependente da posição em cada instante e da relação com o que ficou para trás, prenunciando o que vem pela frente.

A análise do fenômeno é conduzida com base em três níveis analíticos – padrão espacial, vida espacial, vida social – e traz para primeiro plano os aspectos de co-presença do desempenho espacial. Atributos espaciais e atributos sociais são então definidos de forma a permitir que relações entre espaço e sociedade, esta entendida como um sistema de possibilidades de encontro, sejam estabelecidas. Padrões espaciais são analisados como estruturas de barreiras e permeabilidades, que controlam movimento. O segundo nível, o da vida espacial, trata do arranjo entre pessoas, ou melhor, do sistema de encontro entre pessoas, pelo qual regras são estabelecidas quanto à frequência, objetivos, densidade. Por fim, o terceiro nível trata da classificação dos agentes sociais com relação a dimensões infra-estruturais e superestruturais da ordem social.

Urbanidade e formalidade são dois pólos da escala de relações entre atributos sociais e espaciais, tidos pelo autor como dois paradigmas. O paradigma da formalidade, sendo o espaço de exceção um caso peculiar deste, caracteriza-se como o domínio dos produtores e reprodutores de sistemas de idéias e de arranjos sociais hierárquicos, em que grupos fortemente classificados (o limite entre grupos sociais é fortemente definido e impermeável) exercem práticas políticas, cerimoniais e econômicas em tempos e lugares exclusivos. O padrão espacial correspondente caracteriza-se pela separação física entre espaços cerimoniais e espaços seculares, resultando em pouca densidade, baixa frequência de encontros e áreas livres maximizadas. O extremo da formalidade é representado, no Distrito Federal, pela Esplanada dos Ministérios.

Por outro lado, urbanidade se define, do ponto de vista espacial, por continuidade, densidade e mistura de funções, papéis e rituais, indicando negociação ao contrário de conformação, aceitação, sujeição – participação e não o ato de testemunhar. Espaço cerimonial

e profano não necessariamente apresenta uma clara definição; espaços livres são delimitados por edificações nas quais é direto e freqüente o contato entre interior e exterior. O extremo da urbanidade no estudo de Holanda é representado pelo assentamento de Paranoá.

Entre estes dois pólos são estabelecidas diferenças quanto aos três níveis de análise para mostrar que, para além da monumentalidade do primeiro pólo, o que define sua formalidade está impregnado na sua própria estrutura espacial, ou seja, ele é formal antes mesmo de ser visto como tal. E, também, que a estratégia particular utilizada na Esplanada para obter a almejada monumentalidade como expressão palpável, como pretendia Lúcio Costa, é, ao contrário de uma estratégia natural, apenas um dos caminhos possíveis. De fato, Holanda refere-se, por exemplo, à Piazza San Marco, em Veneza, ou ainda à Piazza Della Signoria, em Florença, como exemplos de monumentalidade obtida por meio de princípios configuracionais totalmente distintos.

Para Lúcio Costa, “cidade é a expressão palpável da humana necessidade de contacto, comunicação, organização e troca, numa determinada circunstância físico-espacial e num determinado contexto histórico”.² Os aspectos ressaltados neste pequeno trecho de Lúcio Costa destacam um dos atributos que qualificam o desempenho espacial tanto da *Urbs* quanto da *Civitas*, para que objetivos e expectativas sociais logrem ser alcançados: estamos falando dos aspectos de co-presença, ou, melhor dizendo, da capacidade do espaço em gerar, possibilitar, facilitar a presença de pessoas, base para que contato, comunicação, organização e troca se realizem. Este é o ponto central do trabalho de Holanda.

Nos últimos anos, a sintaxe espacial vem sendo desenvolvida no Brasil, e Frederico de Holanda é um de seus pioneiros, pioneirismo este que levou a associar este tipo de estudo à sua pessoa – durante muito tempo falar em sintaxe espacial significava falar do seu trabalho (Ah! Aquela “coisa de Fred”). A “coisa de Fred”, por outro lado, tem hoje um já razoavelmente consolidado grupo de pesquisadores, em diversas universidades brasileiras, que aplica a teoria e a técnica de análise associadas a este tipo de estudo configuracional a conjuntos habitacionais, espaço doméstico, edifícios complexos, estudo das transformações das cidades.

² Costa, L. *Registro de uma vivência*. 2.ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

O trabalho sistemático destes pesquisadores tem produzido importantes resultados que alimentam, tanto teórica quanto metodologicamente, esta área de estudos. Este é o caso do presente trabalho de Holanda, que não se furta a indicar limitações da teoria e da metodologia: ele as utiliza criticamente, abrindo caminho para posteriores pesquisas, numa atitude verdadeiramente científica.

Destarte, o Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional”, conferido pela ANPUR à tese, não só é um reconhecimento das qualidades de pesquisador de Holanda. Ele representa, ainda, o reconhecimento da importância de uma área de estudos e uma esperança para uma, cada vez maior, comunidade de pesquisadores. Neste sentido, todos nós fomos premiados e ficamos aguardando ansiosos a publicação do livro de Holanda pela Editora Universidade de Brasília.

Claudia Loureiro é mestre em Arquitetura e Urbanismo e professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

FRAGMENTAÇÃO DA NAÇÃO

Carlos Américo Pacheco

Campinas: Unicamp. IE, 1998.

Leonardo Guimarães Neto

O estudo de Carlos Américo Pacheco, *Fragmentação da nação*, tem méritos indiscutíveis. Em primeiro lugar, pela análise adequada da trajetória das regiões brasileiras nas últimas décadas e, simultaneamente, pela avaliação pertinente das discussões, entre diferentes autores, dessa trajetória das economias regionais brasileiras. Em segundo, por conduzir, no final do trabalho, a uma discussão de aspectos relevantes de uma nova fase pela qual estaria passando o país e as regiões, que constituem, nos dias atuais, os pontos centrais do debate sobre a questão regional brasileira nesse processo de inserção crescente do país numa economia mundializada.

O primeiro aspecto, relativo ao estudo da trajetória regional recente, é realizado nos três capítulos que se seguem à grande introdução (Capítulo 1) do livro. O Capítulo 2 refere-se à dimensão regional do desen-

volvimento brasileiro nas últimas décadas; nele o autor trata a questão da perspectiva macroeconômica e examina, em particular, a trajetória das regiões, associando-a aos condicionantes da política econômica e ao movimento cíclico da economia nacional. A desconcentração espacial ocorrida nos anos 70 e a crise e instabilidade dos anos 80 e 90 constituem os pontos centrais do referido capítulo. No Capítulo 3, esta perspectiva mais ampla, macroeconômica, é completada pelo exame pormenorizado dos segmentos produtivos mais relevantes no interior dos grandes setores (indústria extrativa, indústria de transformação e a agropecuária), que ajuda a entender a complexidade dos processos ocorridos e a crescente heterogeneidade que passa a existir nas diferentes regiões brasileiras, em particular as de menor nível de industrialização e de menor renda *per capita*. Finalmente, o Capítulo 4 busca mapear a dinâmica regional com base nas articulações dos diferentes espaços considerados na análise, por meio do comércio inter-regional e internacional. Este é o núcleo central do trabalho, que é antecedido por uma introdução que prepara o terreno para a compreensão da abordagem adotada nesta parte central, e seguido por um capítulo no qual é realizado um esforço de síntese (Capítulo 5) que conduz ao exame dos “dilemas da nova problemática regional”, que dizem respeito à especialização e fragmentação do espaço econômico nacional.

Como se fez referência, os capítulos centrais do estudo apresentam não só a descrição e a interpretação das trajetórias econômicas das regiões e espaços significativos do país, mas fazem o balanço das várias interpretações a respeito da evolução das economias regionais, que desenvolvem o esforço de identificar os determinantes desta evolução. Neste particular, deve-se considerar um aspecto da abordagem do autor que, certamente, é um ponto alto do seu trabalho: o esforço de apresentar uma interpretação das mudanças ocorridas na distribuição espacial da atividade produtiva por meio do estudo de uma multiplicidade de aspectos e processos que estão seguramente presentes numa estrutura produtiva da complexidade da brasileira. Neste particular, ao fugir da prática cada vez mais comum entre os economistas de reduzir a abrangência de suas interpretações a umas poucas “variáveis” ou determinantes – geralmente pelo uso de modelos econométricos que reduzem a dinâmica social a um par de relações –,

o autor prefere o exame detido de sua realidade complexa, para formular suas explicações sobre os processos em curso, nos quais estão presentes forças do mercado, ação governamental, movimentos cíclicos da economia, formas de articulação da economia nacional com a economia internacional e formas de articulação das economias regionais. A discussão sobre a descentralização da atividade produtiva que ocorreu a partir da segunda metade dos anos 70 até a primeira metade dos anos 80, ilustra bem os procedimentos seguidos pelo autor. Neste caso, ao considerar criticamente várias interpretações a respeito e ao examinar não só a indústria de transformação mas outros segmentos produtivos relevantes da economia nacional e as mudanças na sua localização no território brasileiro, Carlos Américo Pacheco elabora um painel extremamente rico para a compreensão das grandes mudanças que ocorreram e vêm ocorrendo na divisão inter-regional do trabalho no país. A interpretação da inter-relação entre o nacional e o regional ou espacial, cujos pressupostos já haviam sido estabelecidos no capítulo introdutório, é utilizado de modo competente nesses três capítulos, associando as fases e as transformações pelas quais passou a economia em seu conjunto nos anos 70, 80 e 90, com o impacto espacial relativo à maior ou menor concentração espacial e com as formas distintas de relações que passam a existir entre os espaços regionais diferenciados.

Sobre algumas de suas constatações podem ser levantadas dúvidas que, no entanto, não comprometem as linhas gerais do complexo quadro que elabora nessas décadas compreendidas pela análise. Neste caso, provavelmente um dos aspectos questionáveis de sua interpretação diz respeito ao processo de desconcentração ocorrido, atribuído, pelo autor, ao II PND, que teria tido papel fundamental na redução dos níveis de concentração econômica prevalecentes até então (p. 68-9). Não se pode negar a contribuição de alguns dos seus projetos mais relevantes, entre eles, por exemplo, o do complexo petroquímico de Camaçari, na Bahia, na desconcentração que favoreceu o Nordeste. No entanto, quando se considera, de um lado, a revisão das suas metas, em razão da “deterioração das mudanças no quadro internacional ao final da década”, como destaca o autor, quando então vários dos projetos foram postos à margem, e, de outro lado, a complexidade dos determinantes da desconcentração que o próprio autor relaciona e examina em alguns dos capítulos

que constituem o núcleo central do seu trabalho, a importância do II PND deve ser, necessariamente, relativizada e mais bem qualificada, neste particular.

Além disso, o que as freqüentes avaliações das políticas de desenvolvimento regional têm mostrado são as contradições que estão presentes – em várias fases do desenvolvimento nacional e da evolução das grandes regiões brasileiras – nas formas de atuação do Estado brasileiro. De um lado, mediante as políticas de desenvolvimento regional, o Estado atua a fim de promover a redução da concentração econômica e, de outro, mediante sobretudo os programas setoriais que desenvolve (siderúrgico, automobilístico, de transporte, portos, crédito, exportações), define uma forma de atuação geralmente concentradora e de reforço aos centros e regiões mais industrializados. É conhecido dos planejadores regionais o embate, sempre presente na atuação governamental, entre as políticas espaciais ou regionais e as políticas setoriais; estas últimas geralmente apresentadas sem definição espacial precisa nos planos de desenvolvimento, mas que, no fundo, tendem a reforçar a concentração espacial da economia. Associado a isto, a ênfase na estratégia do II PND, como responsável pela desconcentração, sugere uma racionalidade e uma capacidade de coordenação raramente encontrada no Estado brasileiro no trato da questão territorial do país, em seu conjunto. Um exemplo ilustra o que se pretende assinalar: o pólo petroquímico da Bahia, que é um dos exemplos geralmente citados para ilustrar a política de descentralização do II PND, só teve sua definição locacional estabelecida depois de uma grande disputa política na qual estava bem presente a possibilidade de atender a demanda de petroquímicos com a ampliação do pólo de Cubatão, em São Paulo.

No Capítulo 4, o autor faz uma incursão no comércio inter-regional e internacional das regiões brasileiras e ressalta, embora sem avançar num tema sem dúvida da maior relevância, que trata das mudanças significativas que ocorreram no papel que São Paulo (e, provavelmente, os Estados mais industrializados) vinha exercendo desde o início da industrialização. Tais Estados – São Paulo em particular –, que foram os principais responsáveis pela constituição e consolidação do mercado interno brasileiro, passaram a ter, a partir dos anos 70, um saldo positivo com o comércio exterior e a reduzir, em termos relativos, o saldo que tinham com as demais regiões brasileiras. Em lugar de

explorar essa que é uma questão fundamental para se compreender os processos em curso, que sugere uma redução relativa da articulação interna das economias regionais – em particular da economia regional que se constituiu o pólo articulador das demais regiões periféricas –, o autor minimiza numa nota de rodapé o problema e passa a discutir o financiamento dos déficits comerciais das regiões menos industrializadas, concluindo com uma afirmação, certamente discutível, de que ser superavitário ou deficitário não é um estímulo ou obstáculo ao crescimento econômico (p.200-2).

No entanto, no Capítulo 5, sobretudo na parte final dele, o autor passa a destacar aspectos centrais, mais recentes, das economias regionais, que são os que no debate atual constituem o centro de atenção dos estudiosos. O capítulo referido (“Os dilemas da nova problemática regional: especialização e fragmentação do espaço econômico nacional”) explora os temas da desconcentração (os seus determinantes), da diferenciação e especialização econômica das regiões e, por último, da fragmentação (os seus riscos).

Quanto à diferenciação e especialização, Carlos Américo Pacheco ressalta que a integração produtiva do mercado nacional e a desconcentração econômica legaram uma configuração econômica muito distinta da que tinha o país em 1970. Agrega a isto que o desenvolvimento dos vários segmentos produtivos na periferia não só modificou os fluxos comerciais inter-regionais, mas transformou de modo significativo a estrutura produtiva, do que resultou uma diferenciação econômica inter-regional e intra-regional. Neste particular, ressalta, também, o papel da crise ao alcançar de modo diferenciado o espaço nacional (p. 229-30). Continua, mais adiante, o autor: “Mas além dessa especialização e complementaridade, quero especificamente chamar a atenção para o significativo aumento da heterogeneidade intra-regional que acompanha esse processo. De fato, na medida em que, em termos relativos, diminui a desigualdade, como consequência do menor crescimento do PIB dos estados mais industrializados, e que se assiste a uma ‘convergência’ dos índices de renda *per capita*, aumentam ao mesmo tempo as medidas de desigualdades na distribuição da renda intra-regional” (p.237).

O passo seguinte, dado por Carlos Américo Pacheco, reside na apreensão de um importante aspecto

adicional dessa heterogeneidade e diferenciação espacial, qual seja: o da pequena dimensão dos impactos dos investimentos e dos projetos, que não resultam em mudanças relevantes na dinâmica geral da economia: “O resultado global é que se mostra acanhado, ainda que em termos microrregionais desempenhe funções relevantes na sustentação da renda, do emprego e, em menor grau, das finanças públicas. É este o quadro de inversões de pequeno porte, em termos agregados, em projetos pontuais e com baixo encadeamento interno, que reforça a disputa entre as Unidades da Federação, manifesta na agressividade crescente das políticas de atração de investimentos” (p.242).

A isto, completando a análise, o autor agrega a possibilidade de que muitos desses segmentos dinâmicos venham a se articular com a demanda externa e, incapazes de “sustentar o crescimento interno”, ganharem autonomia relativamente ao desempenho agregado, garantindo, deste modo, uma trajetória dinâmica exclusivamente para determinadas sub-regiões. Em seguida conclui: “Este, na verdade, é o risco maior da opção da abertura comercial num país de características continentais” (p.242).

Construído este quadro, acrescentando aspectos relevantes relacionados com as mudanças tecnológicas em curso, com o processo de globalização e seus impactos, além dos relacionados com a crise do Estado, Pacheco retoma este tema nas páginas de conclusão do seu livro, fazendo um balanço, neste particular, dos anos 80. Segundo ele, neste momento, passam a emergir novos determinantes da questão regional brasileira, uma vez que, com a abertura comercial e com a reestruturação produtiva, começam a se evidenciar o que ele denomina de “dilemas da inserção do país em um mundo globalizado”. Ressalta, então, que os exemplos da experiência internacional enfatizam o quanto problemático pode ser tal processo, ao aumentar os desequilíbrios regionais e ao gerar dificuldades crescentes para sub-regiões anteriormente dinâmicas.

Os dilemas do aumento das desigualdades, da maior fragmentação do espaço nacional, no qual sub-regiões mais dinâmicas possam se beneficiar da globalização enquanto outras tenham bloqueadas as suas possibilidades de desenvolvimento, podem ser sancionados, segundo o autor, pela crise do Estado brasileiro e pela “inexistência de políticas industriais e regionais estruturantes”. Neste ponto, afirma: “O que

isto significa é que a problemática regional brasileira carece mais que nunca de um projeto nacional” (p.268).

Esta última constatação, da maior importância na discussão atual, é reforçada pela concepção do autor a respeito do papel que neste contexto de economia continental, heterogênea e desigual teriam as forças do mercado. Isto é realizado segundo o paralelo entre a situação vivida pela economia do país até os anos 80, que tinha por base a integração do mercado interno nacional e os efeitos de sinergia promovidos por essa integração, “mesmo diante de um quadro de profunda desigualdade social”, e a situação recente de total ausência de políticas. Continua o autor: “Largada ao mercado, sem políticas ativas, o que se vislumbra são iniciativas pontuais e isolacionistas que fraturam a nação e alicerçam o regionalismo ... O discurso em moda, ao contrário, vaticina um Estado submisso à lógica privada, que apenas alavanque as estratégias exitosas das grandes empresas e conceda às esferas subnacionais um papel progressivamente mais importante na atração de investimentos. Para um país com os níveis de desigualdade do Brasil pode-se imaginar o que isto significa” (p. 268-9).

Escrito em grande parte como tese em 1995, o livro, não obstante as transformações ocorridas, até mesmo com o agravamento da situação econômica do país e o comprometimento da estabilidade monetária, é de grande atualidade no que se refere sobretudo aos “dilemas da nova problemática regional”. Ao lado das sugestões feitas por Luciano Coutinho, na “Apresentação” do livro, para incluir análise a respeito do impacto regional decorrente do surto de ampliação do consumo que se seguiu à fase imediata da estabilização, ou da reativação de alguns segmentos produtivos, seria relevante considerar, em fase mais recente, também da perspectiva espacial, o impacto da crescente instabilidade vivida pelo país, associada e decorrente dos equívocos e do esgotamento da política de estabilização, do crescente endividamento do Estado e da sua, também, crescente incapacidade de gestão de políticas industriais, agrícolas, regionais, de infra-estrutura e de exportação, entre outras.

Leonardo Guimarães Neto é doutor em Economia e professor do Mestrado e do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba.

PLANEJAMENTO URBANO NOS ANOS 90: NEGOCIAÇÕES ENTRE AS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA

Ana Cláudia Miranda Dantas

Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

Adauto Lúcio Cardoso

Os chamados “novos instrumentos” ocuparam um espaço importante no debate acadêmico, técnico e político da área do planejamento e da política urbana, desde o início dos anos 80, quando foi divulgado o anteprojeto de Lei Nacional de Desenvolvimento Urbano, até meados dos anos 90, quando se elaboram planos diretores municipais para as grandes cidades brasileiras. É no contexto desse debate que se insere a dissertação de mestrado de Ana Cláudia Miranda Dantas.

O trabalho de Ana Cláudia tem como base factual um levantamento exaustivo e primoroso da forma como 34 municípios, escolhidos entre as cinquenta cidades mais populosas do país, definiram, em suas leis orgânicas e planos diretores, um conjunto específico de novos instrumentos, a saber: o solo criado, a transferência do direito de construir, as operações interligadas, as operações urbanas, o consórcio imobiliário e a urbanização e reurbanização consorciadas. O que distingue esses instrumentos e os faz interessantes como objeto de pesquisa é que se tratam de novas formas de relacionamento entre as esferas pública e privada, envolvendo, entre outras coisas, repasses de recursos da esfera privada ao poder público ou redefinição de competências para intervir sobre o urbano.

O levantamento é detalhado e identifica-se pela análise da legislação, a denominação, a definição, os objetivos, as condições de aplicação, as finalidades de utilização dos recursos, a responsabilidade pela implementação e os critérios ou limites para a aplicação dos instrumentos. A pesquisa sistemática e a análise comparativa permitem, já como uma primeira e importante conclusão desse trabalho, mostrar como, na falta de uma regulamentação federal, ocorre uma certa confusão conceitual, com vários municípios utilizando instrumentos de denominação semelhantes mas com

objetivos e formas de aplicação completamente diversos, a ponto de não se distinguir, por exemplo, em alguns casos, diferenças significativas entre o solo criado e as operações interligadas.

A abrangência, o detalhamento e a qualidade do trabalho de sistematização e comparação das legislações, em si, já recomendam esse trabalho pela sua importância para a discussão sobre os novos formatos da legislação urbanística e sobre a regulamentação dos instrumentos de política urbana em âmbito federal, já que, até hoje, não temos uma lei de desenvolvimento urbano aprovada. Trata-se também de uma contribuição extremamente relevante para as atividades acadêmicas, servindo como texto de apoio para debates em sala de aula ou como fonte de dados para pesquisas discentes e docentes. Como uma contribuição complementar nessa direção, a dissertação apresenta um levantamento minucioso sobre a origem dos instrumentos e sobre os primeiros debates travados no Brasil, na década de 1970, permitindo, assim, a construção de uma perspectiva histórica que alimenta, de forma bastante profícua, o debate sobre os impasses da contemporaneidade.

Desde meados da década de 1960, o planejamento urbano vinha sendo objeto de críticas contumazes, que contestavam tanto os padrões de urbanidade gerados pelas soluções espaciais inspiradas no modelo modernista, quanto a capacidade dos planos abrangentes e de longo prazo responderem efetivamente às necessidades de ordenação do crescimento urbano. Nesse sentido, os instrumentos que, tradicionalmente, eram usados para construir o chamado “equilíbrio urbanístico”, como o zoneamento, passam a ser vistos como elitistas ou ineficazes. No âmbito dessas críticas, tornava-se necessário, ainda, criar novas formas de intervenção que permitissem ao poder público controlar com maior eficácia a especulação fundiária e reverter, ao menos em parte, a apropriação, pelos capitais privados, dos investimentos públicos em infra-estrutura e serviços urbanos.¹

Como mostra o trabalho de Ana Cláudia, esse debate emerge com muita força, principalmente na Europa, nos anos 70, chegando, em suas propostas mais

radicais, a estabelecer a municipalização do solo urbano ou a separação entre direito de propriedade e direito de construir. O solo criado surge como proposta intermediária, sendo definido como um instrumento que estabelece um índice único, em geral igual a um, acima do qual o poder público pode “vender” índices adicionais (“solos” criados), até um determinado limite, estabelecido em relação às possibilidades locais de adensamento. No entanto, não é apenas a reapropriação dos investimentos públicos que justifica essa proposição. Um outro enfoque é a idéia de que esse instrumento permite, de forma mais ágil e flexível, agir sobre o mercado, criando o “equilíbrio urbanístico”. É essa concepção que será trazida ao debate brasileiro e que será consagrada na famosa *Carta do Embu*, em que vários juristas de renome formam um consenso sobre a importância da adoção desse instrumento para melhorar a capacidade de ação municipal na regulamentação do uso do solo urbano.

O trabalho de Ana Cláudia mostra, ainda, que essa dupla definição do instrumento – de ampliação da eficácia do investimento público e de equilíbrio urbanístico – ganha outros contornos quando do debate pré-constitucional. Influenciado pelo impacto causado pela utilização das Operações Interligadas como instrumento de financiamento da política habitacional do Governo de Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores, na Prefeitura de São Paulo, o solo criado passa a ser compreendido, no âmbito das propostas da Reforma Urbana, como um instrumento redistributivo. Ou seja, trata-se de uma apropriação, pelo poder público, de parcela da valorização imobiliária originária dos investimentos públicos na cidade, para investimento específico em atendimento a famílias de baixa renda, nas áreas de habitação e infra-estrutura. Esse entendimento múltiplo sobre as definições e os objetivos do instrumento irá reaparecer, mais tarde, por meio das confusões conceituais anteriormente apontadas.

O contexto das mudanças que acontecem no final dos anos 80 e início dos 90 irá prestar outras características a esse debate. Como é identificado pelo texto, os impactos da globalização e da reestruturação produtiva sobre o governo das cidades irá trazer para o centro das discussões da área novas concepções, que parecem se constituir como um novo padrão de gestão, caracterizado por David Harvey como “empreendedor-

¹ O debate sobre a apropriação privada de investimentos públicos acompanha a história do urbanismo, já estando presente desde as suas origens, nas décadas de 1910 e 1920. Esse debate se revigora nos anos 70, sendo relevante a contribuição das análises da economia espacial e da crítica marxista.

risimo urbano”.² No âmbito dessas propostas, privilegia-se a constituição de um novo formato para a ação pública, não apenas por meio da liberação de entraves regulatórios sobre a ação dos capitais imobiliários, como ocorreu na Inglaterra da época Thatcher, mas também por meio da participação da iniciativa privada, em “parceria” com a administração local, no desenvolvimento de políticas que aumentem a competitividade urbana.

Modifica-se, então, uma vez mais, os termos da discussão sobre os instrumentos, sendo estes enfocados como potencializadores ou facilitadores da flexibilização e das parcerias. É nesse sentido que a dissertação conclui com uma proposta extremamente interessante e audaciosa: estar-se-ia constituindo um novo padrão de planejamento das cidades, denominado de “planejamento por negociações”, definido como “um planejamento comprometido com a negociação e com o estabelecimento de parcerias entre atores públicos e privados” e caracterizado por “operações pontuais, e de contratos de diferentes tipos, a serem negociados, caso a caso, com diversos atores envolvidos ... [com] a função de atender a situações probabilísticas, casuais e inscritas numa infinidade de especificidades locais” (p.148).

Dentre os instrumentos analisados, a autora ressalta que o solo criado e a transferência do direito de construir aproximam-se mais dos princípios e características do planejamento regulatório, enquanto as operações urbanas, operações interligadas, consórcio imobiliário e a urbanização e reurbanização consorciadas seriam mais claramente identificadas com o modelo do planejamento por negociações.

O texto conclui sem uma avaliação clara das positivities ou dos problemas inscritos nessa nova “tendência” apontada. Por um lado, parece que a autora tem uma certa simpatia pela possibilidade aberta pelos novos instrumentos para dar conta das especificidades locais e da imprevisibilidade e da incerteza que seriam constitutivas da produção dos ambientes urbanos. Por outro, também aparece com destaque a incapacidade desses instrumentos em assumir claramente um papel redistributivo, o que é visto como um aspecto negativo. O que talvez pudesse ser acrescentado, nesse caminho, como uma questão adicional para essa avaliação,

² Conforme Harvey, D. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. *Espaço & Debates*, v.16, n.39, 1996.

é o problema do rompimento do padrão universalista de intervenção sobre o urbano que marca o enfoque regulatório clássico. Os novos instrumentos, em particular aqueles que caracterizam mais diretamente o planejamento por negociações, ao se legitimarem com base no discurso do aumento da competitividade urbana e da eficiência do poder público, deixam de lado o princípio da norma como uma regulação que se impõe, de forma universal e impessoal, sobre a sociedade. Ao acentuar o caso a caso, o específico e o contrato, caem por terra os princípios da equidade, da impessoalidade e do universalismo, valores que sempre legitimaram a intervenção pública. A norma, tornada flexível e negociável, passa a permitir uma distinção que se torna constitutiva da nova relação dos cidadãos com o urbano, de ora em diante: ela vale para todos, menos para alguns, para os que podem negociar ou ser parceiros do poder público. Será possível construirmos cidades democráticas e socialmente justas, com base nesses valores? A leitura desse instigante trabalho nos ajuda, senão a responder, pelo menos a ter bases sólidas para que se possa discutir essa questão.

Adauto Lúcio Cardoso é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONFRONTOS E CONTRASTES REGIONAIS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Fernando Antônio de Barros

Brasília: Paralelo 15/Universidade de Brasília, 1999.

Brasilmar Ferreira Nunes

O estudo de Fernando Antônio Barros tem qualidades evidentes. A primeira delas é a oportunidade de retomar uma discussão já clássica dentro das ciências sociais no Brasil, qual seja, a questão regional. Uma temática que teve o seu auge nos anos 60 e que culminou com a institucionalização de instâncias específicas dentro do aparelho de Estado com funções definidas em decorrência das nossas gritantes desigualdades regionais. Um tema que apesar de ainda ser facilmente constatado nas estatísticas oficiais passou para segundo plano nos estudos acadêmicos talvez por uma certa

perplexidade com a virulência com que vem se dando a inserção da sociedade brasileira nos parâmetros da globalização nesta década final de século. Tudo se passa como se a dimensão espacial mudando de escala colocasse o problema de escanteio.

Uma segunda qualidade decorre justamente de elementos constantes nas apreciações anteriores: ultrapassando a perspectiva analítica centrada na esfera econômica, o estudo abre espaço para se pensar a região a partir de dimensões pouco usuais e mesmo inusitadas. Ultrapassa sobretudo a visão geográfica, colocando-a numa escala justa face as demais. Não se trata no entanto de uma contenda no interior dos campos científicos, tão ao gosto de nossa cultura acadêmica mais conservadora. Ao contrário, a qualidade está na procura de um lugar justo e adequado para cada um dos olhares possíveis de se encarar a questão regional.

O que vai permitir cumprir a contento a tarefa proposta é, sem dúvida, a opção pela dimensão científica e tecnológica para compreender a lógica de processos sociais – poderíamos dizer culturais (?) – em curso em períodos recentes. Conforme explicitado nas primeiras páginas, o estudo “pretende, assim, contribuir para uma análise mais densamente colocada sobre as desigualdades regionais da base técnico-científica brasileira, aglutinando basicamente dados e reflexões concernentes à experiência/trajetória da política científica e tecnológica no âmbito regional”. Com efeito, as características do sistema de ciência e tecnologia nacionais e sua evolução devem ser examinadas sob a luz das transformações porque passou a sociedade e as suas diferentes formas de inserção no capitalismo internacional. Ao mesmo tempo, pensar a questão regional com base nas características que este sistema assume entre nós pode ser uma entrada interessante para colocar a questão regional na ordem do dia dos debates acadêmicos. Em outras palavras, estamos sempre discutindo as formas de consolidação e mesmo de uma reprodução ampliada de uma sociedade de mercado que, entre nós, da chamada periferia, assume características próprias face a dinâmica desigual e combinada que a qualifica. É neste sentido que a dimensão técnico-científica talvez seja privilegiada para decodificarmos a lógica desta profunda heterogeneidade de nossas sociedades, onde convivem processos produtivos do século passado com outros já do século XXI. Os efeitos sociais desta heterogeneidade são expressos nos índices do desen-

volvimento socioeconômico brasileiro quando vistos nas suas espacialidades regionais.

Um outro aspecto que poderia se desdobrar da leitura do documento é a íntima relação entre Estado e Região no Brasil. Este aspecto merece um detalhamento, pois fica-se com a permanente sensação de que os temas privilegiados pelos estudos acadêmicos são sempre aqueles eleitos pela burocracia estatal. De fato, no auge da temática regional no Brasil, o Estado foi eleito como o único capaz de conduzir a sociedade na direção almejada de ultrapassar as condições de desigualdade existentes. Esquecia-se muitas vezes que este Estado tinha objetivos intrínsecos de reproduzir a ordem tal qual ela se apresentava, responsável pelas diferenças. Senão vejamos: Barros se utiliza das reflexões de Sérgio Buarque para argumentar que as atividades técnico-científicas tendem a se distribuir de forma desigual sobre os espaços, acompanhando a acumulação de capital, na medida em que a expansão capitalista necessita do saber como próprio fator de acumulação do capital (p.22). No Brasil, a institucionalização da ciência e da tecnologia vai se dar em atraso face outros países latino-americanos, mas a partir dos anos 50, com a criação do CNPq e da Capes, a formação de recursos humanos passa a ser um dos fatores estratégicos para garantir a expansão das forças produtivas capitalistas. Citando autores variados, percebe-se na dissertação de Barros que o esforço feito estava pouco articulado, do ponto de vista de compatibilizar a base técnico-científica em fase de implantação e de consolidação com as diferenças regionais. O resultado foi uma excessiva concentração da capacidade de gerar ciência e tecnologia no eixo Rio/São Paulo. Com o recuo do tempo se percebe claramente que a ciência gerada se adequava a demandas de uma atividade econômica – basicamente industrial – sendo entendida como um apêndice do crescimento em curso.

Posteriormente é que se começa a dar a devida importância à pesquisa como uma efetiva força produtiva, que joga em condições extremamente positivas no sentido de fortalecer o processo de desenvolvimento e de crescimento econômico; talvez pela própria natureza da pesquisa tenhamos dificuldades em perceber a sua importância neste particular. Entretanto, esta importância se solidifica cada vez mais dentro da sociedade brasileira e o reflexo mais evidente é a rotineira criação de instrumentos de ciência e tecnologia culmi-

nando na institucionalização do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) já na Nova República.

O desenvolvimento regional que pouco a pouco passa a ser considerado estratégico para o desenvolvimento nacional vai incorporar a dimensão científica e tecnológica com a criação de programas regionais de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). A expansão das fronteiras econômicas impõe a necessidade de se conhecer o território nacional em suas potencialidades de crescimento, o que vai implicar a montagem de um complexo arcabouço de pesquisas para o estudo da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. É a etapa dos grandes programas federais: PIN – Programa de Integração Nacional, Proterra – Programa de Distribuição de Terras, Polamazônia – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, Polonordeste – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, Polocentro – Programa de Áreas Integradas do Centro-Oeste. Dentro de uma série de ações previstas por estes programas, cabe destacar que todos tinham um componente de C&T (Ciência e Tecnologia) a ser implementado. Isto significa que esta dimensão se firma como crucial para a expansão da sociedade de mercado então em curso, culminando com a instalação do PTU – Programa do Trópico Úmido e PTSA – Programa do Trópico Semi-Árido, especificamente voltados ao desenvolvimento em C&T.

O trabalho de Barros é exaustivo na apresentação dos programas regionais de desenvolvimento em que pode ser detectada a variável C&T. Entretanto o autor chama a atenção para a excessiva centralização dos processos decisórios no interior destes programas, o que implicou um tratamento homogêneo para as regiões como um todo, sem a mínima atenção às culturas locais e às necessidades em C&T. Além do mais, “os recursos aplicados tinham caráter mais compensatório, não sendo compatíveis com os necessários para os pré-investimentos ... para transformar a base técnico-científica das regiões menos favorecidas” (p.41). Mais à frente, enfatiza ainda mais este problema: “as políticas regionais de C&T dos anos 70 tinham três vieses básicos. Primeiro, apareciam como um apêndice nos planos nacionais para resolverem problemas localizados ou de aspectos estereotipados, como o semi-árido nordestino e a ecologia na Amazônia. Segundo, passava-se a idéia de que uma política reflexo da nacional todos os estados tinham que ter um núcleo de informática,

de biotecnologia, etc. Terceiro, a questão regional era equacionada num contexto utópico; não se conhecia de perto as necessidades e os limites de cada região, mas fazia-se planos mirabolantes inclusive sem base de recursos para viabilizá-los” (p.41).

Na verdade este planejamento cai, como a maioria daqueles estatais, na falácia da igualdade, segundo o qual se parte do princípio de que assumir as diferenças poderia significar assumir, a partir do Estado, as desigualdades; afinal, “somos todos iguais perante a lei”. Além do mais poderíamos também destacar a convivência da comunidade científica com este estado de coisas, na medida em que o julgamento por pares nos projetos apresentados para financiamento se guiam por valores universais em que os critérios de cientificidade são comuns a todos. Isto provoca um descolamento da pesquisa de uma realidade local, fazendo que problemas neste nível sejam menos importantes porque pouco valorizados pelos pares. As tecnologias alternativas, que refletiriam uma cultura mais localizada, não encontram aí espaço para se concretizar. O resultado é o aumento do fosso inter-regional, questão que termina por ser adequada à lógica da globalização, quando então a macro-região praticamente desaparece e o que começa a ser valorizado são os setores produtivos e não os espaços de produção, reduzidos agora à sua dimensão micro.

Barros se debruça exatamente neste aspecto quando vai procurar caracterizar as desigualdades regionais na base técnico-científica do país. Dados atuais e dispersos são sistematizados e permitem caracterizar estas desigualdades inter-regiões num esforço que termina por escancarar mais uma das dimensões da nossa heterogeneidade. Talvez esteja aí uma das mais gritantes manifestações dos efeitos de décadas de política científica e tecnológica levadas a cabo pelo Estado brasileiro, sobretudo a partir dos anos 50. Por exemplo: 65,96% dos pesquisadores brasileiros estão na Região Sudeste que detém ainda 3/4 dos nossos doutores. Isto termina por implicar que esta região conta com 68,5% dos grupos de pesquisa do país, chegando ao absurdo de registrar o dado que aponta que 88,25% dos mestres e 97,32% dos doutores do país estão entre Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com São Paulo e o Espírito Santo nos extremos superior e inferior. Estes dados vão incidir de forma objetiva em todo e qualquer indicador da base técnico-científica quando regionalizada. Poderíamos argumentar que a pesquisa se desenvolve por es-

tímulos emitidos pela base econômica que demanda conhecimentos para alimentar a sua própria dinâmica; desta forma justificariamos a sua incidência no Sudeste do país e, em menor escala, no Sul. Poderíamos também argumentar que a população se concentra nestes dois subterritórios e que também seriam maiores as chances de concentração de cientistas nestas regiões. Claro que indo nesta direção teríamos que supor que países com superpopulação teriam bases técnico-científicas mais complexas e sofisticadas. De fato, não é bem assim que as coisas se passam.

Enfim, por qualquer ângulo que tentarmos explicar esta realidade, não se pode jamais esquecer que no caso brasileiro o principal agente do desenvolvimento científico é o Estado, aliás muito mais importante do que, por exemplo, as atividades econômicas *tout-court*. Até o momento, no Brasil, estudar a dinâmica científica é sinônimo de estudar o Estado; sem a sua presença certamente nossa base técnico-científica seria completamente diferente, sobretudo levando em conta que os grupos econômicos nacionais raramente investem em P&D. O trabalho de Barros comprova esta assertiva, a qual já está devidamente discutida em inúmeros trabalhos acadêmicos, que terminam por passar sutilmente um recado: o empresário schumpeteriano, visto pela sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, é tudo menos brasileiro.

No momento em que Barros vai discutir as dificuldades intrínsecas do desenvolvimento científico e tecnológico (p.57ss.) é que se mostra o verdadeiro impasse da questão. As prioridades em P&D são escolhas entre dois tipos de lógicas: a do conhecimento científico e a das necessidades da economia e, num sentido mais amplos da sociedade (p.58). Em última instância as coisas se passam segundo um modelo impulsionado por um “mercado científico” e um outro impulsionado pelo “mercado econômico e social”. Se nos prendermos ao papel estratégico desempenhado pelo Estado, iremos nos dar conta de que no caso brasileiro são raros os exemplos em que predomina o primeiro impulso. O nosso “mercado científico” enfrenta uma difícil batalha para fazer prevalecer o seu *ethos*. A forma segundo a qual se dá nossa inserção na lógica mundializada da reprodução do capital torna as coisas ainda mais complexas, ficando cada vez mais difícil romper o círculo que nos mantém periféricos com relação aos centros dinamizadores do conhecimento científico e tecnológico.

De todas estas considerações surge ainda uma outra que poderia ser assim explicitada: finalmente, para que colocar como situação desejável uma distribuição mais equitativa no território nacional de uma base técnico-científica? Finalmente, como bem salienta Barros fazendo uso de bibliografia especializada, nos Estados Unidos, por exemplo, a base técnico-científica de ponta está concentrada em poucos Estados e poucas instituições: apenas cinco Estados absorvem 46% do dispêndio nacional em C&T, enquanto 25 dos 51 existentes são responsáveis pela quase totalidade desse dispêndio. Aí está talvez um dos nós da questão e que nos coloca na posição de sociedade de terceiro mundo: lá a absorção da tecnologia se dá de forma bastante homogênea, pois mesmo naqueles Estados, onde são praticamente inexistentes atividades em P&D, a educação é acessível e portanto a absorção do conhecimento gerado é mais factível. Retornamos assim, no caso brasileiro, a nosso eterno problema: elevado índice de analfabetismo, excessiva concentração de renda impossibilitando o acesso ao consumo monetarizado por parcelas enormes da população e, portanto, uma P&D que termina por se adequar numa sociedade extremamente hierarquizada, cujos resultados são acessíveis sobretudo aos altos escalões desta hierarquia.

Neste contexto, nossa realidade aparece com toda sua especificidade: produzimos ciência num certo patamar do avanço internacional mas as possibilidades de socializar o conhecimento gerado são extremamente limitadas provocando, em última instância, um distanciamento do cientista da base social que o sustenta e que poderia lhe garantir um certo grau de legitimidade. Mesmo assim, pesquisa de opinião efetuada para o CNPq no início desta década demonstrou que o brasileiro tem um elevado grau de confiança na ciência e no cientista. Não deixa de ser um resultado instigante...

Finalmente, é oportuno insistir na importância do trabalho desenvolvido por Barros em sua dissertação. A ANPUR foi bastante feliz em premiá-lo e, sem dúvida, trata-se de um texto que permite inúmeras reflexões adicionais; algumas delas tentei expressar de forma rápida nestas linhas. Este é, a meu ver, o verdadeiro valor de um trabalho científico.

Brasilmir Ferreira Nunes é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

O MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Jorge L. Alves Natal e César A. Miranda Guedes
Departamento de Economia da Universidade Federal
de Uberlândia: *Revista Economia-Ensaios*, v.10, n.2,
p.143-69, jul. 1996.

Pesquisas sobre a história da formação social brasileira, notadamente na sua feição mais estritamente econômica, apontam que ao longo de quase um século, mais especificamente, do último quartel do século passado até meados da década de 1970, no âmbito da gênese, desenvolvimento e consolidação do seu padrão nacional de desenvolvimento,¹ *grosso modo*, não só aumentou o emprego como a formalização das relações de trabalho. Na realidade, aquele padrão, que poderia ser sintetizado pelo conceito marxiano de industrialização, contribuiu ainda para que o próprio mercado nacional² se consolidasse. *Pari passu*, por obra da estratégia geopolítica, especialmente aquela formada no âmbito castrense, mas também pelo próprio processo de constituição do mercado nacional, estabeleceu-se outro cimento importante para a formação da nação brasileira: a chamada integração do território nacional. Esse conjunto de discussões, salvo melhor juízo, nunca sublinhou o papel decisivo do “mundo do trabalho” na construção do mencionado cimento. Melhor dizendo: o aumento do emprego, pelo crescimento econômico quase sustentado ao longo de cem anos e, sobretudo, a generalização também crescente da formalização das relações de trabalho, a partir dos “capitalismos” regionalmente mais avançados, operaram de modo extraordinário para que a noção de território, que já habitava os corações e as mentes dos brasileiros do final do século XIX, se consolidasse entre nós. E, como é amplamente conhecido, para tal foi também decisiva a participação ativa do Estado.

De meados dos anos 70 até o final dos anos 80, adveio a crise econômica, ou, como preferem outros, o esgotamento do antigo padrão de desenvolvimento. Assim, depois de um longo período expansivo, finalmente veio o desemprego, e, com ele, uma nítida inflexão na trajetória de formalização das relações de trabalho. Contudo, não havia ainda se instalado no país a práxis da de-

monização/negação do Estado, enfim, a política darwinista orientada pelos ditames neoliberais hegemônicos, sublinhando-se aí a exegese da flexibilização das relações contratuais trabalhistas e todo o seu séquito de desregulamentação do mercado de trabalho. De outra maneira: se a crise econômica de meados dos anos 70 iniciou a derrubada dos anteriores níveis de emprego e ampliou a informalização das relações de trabalho, não se pode negar que foi a partir do final dos anos 80 e, marcadamente, a partir de 1994, que o próprio poder público filiou-se a uma espécie de novo modelo de (anti)desenvolvimento que não só liquida postos de trabalho como “alimenta” o crescimento da informalização das relações de trabalho, ao valorizar a terceirização, a liquidação de antigos direitos trabalhistas etc.

Não fora o bastante: ao pretender varrer para baixo do tapete a página getulista no que ela tinha exatamente de mais progressista, o atual projeto/estratégia também opera, ao lado de tantas outras determinações, para a destruição crescente de um dos pilares do mercado e da integração nacionais. Explicando melhor: à desconstrução do anterior “mundo do trabalho” brasileiro corresponde, pelo menos em algum grau, a desconstrução do próprio sonho de um território nacional integrado. Lá se vai, ao final do século XX, a noção que os brasileiros do final do século passado haviam fincado em seus corações e mentes.

Porém, mais do que lamentar, é preciso sustar o projeto social daqueles que não aprenderam por formação intelectual, prática política e experiência vivencial a pensar que um país não pode ser resumido à integração competitiva sem fragmentar-se, até mesmo no plano socioespacial (e, desta perspectiva, a chamada crise federativa é uma das manifestações ou qualificação da crise do próprio Estado brasileiro).

O artigo em pauta, tendo os delineamentos acima como pano de fundo e utilizando dados recentes, examina e defende uma reorientação das discussões acerca do mundo do trabalho, ressaltando a importância do aspecto territorial, até porque este, ao contrário do que pensam equivocadamente alguns, não constitui mero pano de fundo para as análises de economistas e de intelectuais de outras áreas disciplinares.

Jorge Luiz Alves Natal é doutor em Economia e professor do IPPUR/UFRJ; **César Augusto Miranda Guedes** é doutor em Economia e professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1 Cf. J. M. Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio*. S. Paulo: Brasiliense, 1981.

2 Cf. W. Cano, *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global/Unicamp, 1985.